

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Contornos atuais do Duplo Padrão Sexual em estudantes universitários Portugueses e suas consequências para a proteção e satisfação sexuais

Helena Sofia Delgado Amaro

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento Interuniversitário em Psicologia, Especialidade em Psicologia da Educação, orientada pelo Prof. Doutor Joaquim Armando Ferreira e pela Prof.^a Doutora Maria João Alvarez, em regime de associação com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Agosto, 2023



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Foram muitos os que participaram nesta etapa de vida que constituiu o tempo do doutoramento e a todos os que fizeram parte dela o meu mais sincero obrigado.

A consecução deste projeto, contudo, esteve dependente do apoio de algumas pessoas particulares e é a essas que eu quero dirigir um especial agradecimento.

Em primeiro lugar dizer que o doutoramento só se tornou possível com o apoio de uma irmã que acreditou sempre e de uma orientadora incansável e incondicionalmente comprometida. Assim que este trabalho dedico-o à Isabel Amaro e à Prof.^a Doutora Maria João Alvarez.

Um agradecimento também muito especial vai para o Prof. Doutor Joaquim Armando Ferreira, sempre disponível e dedicado.

Um agradecimento igualmente especial ao Prof. Doutor Cícero Roberto Pereira que me guiou os passos nas complexidades dos métodos e das estatísticas.

E um agradecimento geral a todos os colegas de doutoramento e do Grupo Heaven, aos colegas das várias universidades e institutos politécnicos que apoiaram a consecução deste projeto e a todos os jovens que participaram nele.

Por fim, um obrigada à mãe e à sua ternura da idade maior

E ao pai, que partiu sem ver o fim desta etapa académica e desta etapa de vida.

Resumo

O Duplo Padrão Sexual (DPS) define um código de conduta e de avaliação da conduta sexual que atribui mais liberdade sexual a homens e impõem julgamentos mais negativos e sanções mais severas para mulheres que se envolvem no mesmo tipo de comportamento. O padrão está fortemente alicerçado nos papéis e estereótipos sexuais de género e funciona como um princípio orientador do comportamento heterossexual. O DPS recompensa homens, e pune mulheres, sexualmente ativos, mas tem potencial para interferir na reputação, como na liberdade, na saúde e no bem-estar de uns e outros.

A investigação, conduzida maioritariamente com estudantes universitários ocidentais, tem apontado para a manutenção do DPS ao longo dos anos, apesar de alguma atenuação e da emergência de padrões alternativos, um padrão sexual singular (PSS) e um duplo padrão sexual invertido (DPS invertido). Existe igualmente evidência de que o que tem enfraquecido é a aceitação pessoal do DPS (DPS pessoal), sendo o seu reconhecimento social ainda muito saliente (DPS social). No entanto, o carácter bidimensional do DPS, como a sua dimensão social, têm sido fracamente considerados. Tais limitações podem ser atribuídas à ausência de uma estrutura concetual própria, igualmente responsável por fraquezas metodológicas, como a grande variabilidade de indicadores e medidas desatualizadas ou unidimensionais.

Em Portugal, a investigação sobre DPS ainda é limitada, como o é a investigação sobre o papel do género na experiência e na saúde sexual. Não obstante, sabe-se que os estudantes universitários se expõem a risco e experimentam dificuldades com a satisfação sexual, a questão sendo, portanto, sobre se e como se manifesta o DPS neste grupo, e sobre se e como a proteção e a satisfação sexuais são influenciadas por género e DPS.

Para responder a essa questão foram conduzidos seis estudos. Duas revisões abrangentes sintetizaram a investigação publicada entre 2011 e 2017 em sociedades ocidentais explorando (i) emergências e variações do DPS ($n = 46$) e (ii) as implicações do padrão na saúde sexual ($n = 19$). Um terceiro estudo qualitativo teve como objetivo analisar a perceção de estudantes universitários Portugueses sobre o DPS social e desenvolver um modelo compreensivo de DPS social. Dois outros estudos qualitativos exploraram a influência do género e do DPS na proteção e satisfação sexuais de estudantes universitários. Para isso, foram conduzidos quatro grupos focais de homens ($n = 30$) e quatro de mulheres ($n = 17$), com a análise dos discursos seguindo as orientações da *grounded theory*. Um último estudo quantitativo buscou desenvolver uma nova escala

de DPS para avaliar o DPS pessoal, e facilmente adaptável ao estudo do DPS social. Usou um desenho transversal – análise fatorial exploratória e confirmatória – e uma amostra total de 481 estudantes universitários.

As revisões abrangentes mostraram uma consistente emergência do DPS e apontaram para uma influência negativa do padrão na saúde sexual, especialmente de mulheres. O estudo sobre DPS social mostrou haver um forte reconhecimento do padrão, especialmente na avaliação de sexo ocasional e múltiplos parceiros. O modelo compreensivo do DPS social propôs que o padrão é legitimado pelos tradicionais papéis e estereótipos sexuais de género, e mantido através da conformidade com as prescrições de género e DPS. Conformidade necessária para provar/proteger feminilidade, masculinidade e reputação sexual, mas reduzindo autonomia e com custos para a saúde sexual e bem-estar. O DPS social não entrou na discussão sobre proteção sexual, mas os jovens identificaram os relacionamentos regulares e os discursos hétero-românticos como barreiras ao uso do preservativo ou ao teste de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A satisfação sexual foi percebida como sub-ótima, especialmente para mulheres em relacionamentos ocasionais; desvantagem feminina atribuída aos constrangimentos impostos pelos papéis e estereótipos sexuais de género e pelo DPS. Uma Nova Escala de DPS, combinando um fator geral de DPS e as subescalas Relações Sexuais e Ações/Atividades Sexuais, foi construída e validade, e fiabilidade e invariância de género demonstradas.

A experiência (hétero)sexual dos estudantes universitários Portugueses é marcada por desigualdade de género e padrões sexuais negativos com potencial deletério para a saúde sexual e bem-estar de homens e mulheres heterossexuais cisgénero. E ainda que os estudantes se identifiquem com padrões sexuais igualitários e liberais, o reconhecimento do DPS social, e dos papéis e estereótipos sexuais de género que o suportam, é suficiente para condicionar o acesso a uma experiência sexual livre, segura e satisfatória. A desconstrução destas crenças sociais e sexuais é portanto fundamental se quisermos níveis mais elevados e equitativos de satisfação sexual e promover a saúde sexual, servindo os nossos resultados, idealmente, para informar programas de educação sexual a desenvolver no contexto académico.

Palavras-chave sexualidade, género, duplo padrão sexual, proteção sexual, satisfação sexual, estudantes universitários, educação sexual.

Abstract

The Sexual Double Standard (SDS) defines an unequal standard for sexual conduct and the evaluation thereof, apportioning more sexual freedom to men, while imposing more negative judgment and more severe penalties for women engaging in the same type of sexual conduct. It is firmly grounded in the sexual gender roles and stereotypes and functions as an organizing principle of heterosexual behavior. The SDS rewards sexually active men while punishing active women, however, it has also the potential to interfere with men's and women's sexual reputation, freedom, health, and well-being.

Research, mostly conducted with western college students, has pointed to the maintenance of the SDS through the years, despite some attenuation and the emergence of alternative standards, a single sexual standard (SSS) and a reversed sexual double standard (reversed SDS). There is also evidence that what has weakened is the personal acceptance of the SDS (personal SDS), being its social recognition (social SDS) highly salient. However, the bidimensional nature of the SDS, like its social dimension, have been poorly addressed. Such limitations can be attributed to the lack of a conceptual structure of its own, also responsible for methodological weaknesses such as the great variability of indicators or outdated, unidimensional measures.

In Portugal, research on the SDS is still limited as is research exploring the role of gender in the sexual experience and health. However, Portuguese college students expose themselves to sexual risk and experience difficulties with sexual satisfaction, the question being if and how the SDS manifests among this group and if and how sexual protection and satisfaction are influenced by gender and the SDS.

Six studies were conducted to better answer the above question. Two scoping reviews synthesized the research published between 2011 and 2017 in western societies that aimed to analyse (i) emergencies and variations of the SDS ($n = 46$) and (ii) the implications of the standard for sexual health ($n = 19$). A third qualitative study aimed to analyse Portuguese college students' perceptions about the social SDS and to develop a comprehensive model for it. Two other qualitative studies explored the perceived influence of gender and the SDS in sexual protection and satisfaction of college students. Four male ($n = 30$) and four female ($n = 17$) focus groups were conducted, with analysis of the discourses framed by the grounded theory. A last quantitative study was devoted to the development and validation of a new SDS scale for the personal SDS that can be

easily adapted to evaluate the social SDS. It was used a cross-sectional research design – exploratory and confirmatory factor analysis – and a total sample of 481 college students.

The scoping reviews showed a consistent emergence of the SDS and pointed to a negative influence of the standard in, especially female, sexual health. The study on the social SDS concluded that it was strongly recognized by the students, especially for casual sex and multiple partners. The comprehensive model of the social SDS proposed the standard is legitimized by the traditional sexual gender roles and stereotypes and maintained through conformity with SDS and gender prescriptions. Conformity deemed necessary in order to prove/protect femininity, masculinity and sexual reputation, but reducing autonomy and with drawbacks for sexual health and wellbeing. The social SDS was not discussed with relation to sexual protection, but students identified regular relationships and the hetero-romantic discourses as a barrier to condom use or the test for Sexually Transmitted Infections (STI). Sexual satisfaction was perceived to be suboptimal, especially for women in casual sexual relationships; female disadvantage attributed to the constraints imposed by sexual gender roles and stereotypes, and the SDS. Finally, we were able to develop a New SDS Scale, combining a general factor of SDS and the subscales Sexual Relationships and Actions/Activities, and to demonstrate validity, as well as reliability and gender invariance.

The (hetero)sexual experience of Portuguese college students is marked by gender inequality and by restrictive and punitive sexual standards that hamper sexual health and well-being of cisgender, heterosexual, men and women. Even though students identify themselves with more egalitarian and liberal sexual standards, the recognition of the social SDS, and the sexual gender roles and stereotypes that support it, is enough to constrain the access to a free, secure and satisfactory sexual experience. Deconstructing these socio-sexual beliefs is needed in order to achieve a higher, egalitarian level of sexual satisfaction and to promote sexual health, our results, ideally, serving to inform sexual health education programs in the university context.

Key-words sexuality, gender, sexual double standard, sexual protection, sexual satisfaction, college students, sexual education.

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo	5
Abstract.....	7
Índice	10
INTRODUÇÃO.....	14
Referências	19
CAPÍTULO 1 - CONCEITOS, TEORIAS E ESTADO DA ARTE	26
1. Gênero	31
2. Duplo Padrão Sexual	33
3. Teorias de gênero e DPS	40
3.1. Psicologia Evolutiva.....	41
3.2. Teorias da socialização (de gênero).....	42
3.3. Teoria dos papéis sociais.....	43
3.4. Teorias dos guilhões sexuais.....	45
3.5. Um primeiro modelo explicativo de DPS.....	46
3.6. Uma perspectiva híbrida de DPS.....	47
4. Gênero, DPS, e saúde sexual	48
4.1. Relação com a proteção sexual.....	51
4.2. Relação com a satisfação sexual	54
5. Objetivos e métodos.....	56
6. Referências	60
CAPÍTULO 2 – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	82
ESTUDO 1 Manifestação do duplo padrão sexual nas sociedades ocidentais (2011-2017): Uma revisão abrangente	83
1. Introdução	85
2. Método usado na revisão abrangente	86
3. Resultados sobre DPS e padrões sexuais alternativos.....	88
3.1. Emergências e variações gerais do DPS.....	88
3.2. Emergências e variações particulares do DPS.....	97
4. Conclusões.....	101
5. Referências	102
ESTUDO 2 Influência do duplo padrão sexual na saúde e violência sexual (2011-2017): Uma revisão abrangente	110
1. Introdução	112
2. Método usado na revisão abrangente	113

3. Resultados	116
3.1. DPS e saúde mental e social	116
3.2. DPS e satisfação sexual	116
3.3. DPS e proteção sexual	119
3.4. DPS e violência/abuso sexual.....	121
4. Conclusões	122
5. Referências	123
ESTUDO 3 Portuguese college student perception of the sexual double standard: Developing a comprehensive model of the social SDS	130
1. Introduction	132
2. Materials and methods	137
2.1. Participants	137
2.2. Procedure.....	137
2.3. Material.....	138
2.4. Analysis procedures	139
3. Results	140
3.1. Perceptions about sexual gender roles and stereotypes (SGRS).....	140
3.2. Perceptions about sexual standards (SS).....	143
3.3. Comprehensive model of the social SDS.....	146
4. Discussion	148
5. References	153
ESTUDO 4 Estudo exploratório das percepções de estudantes universitários sobre proteção sexual	161
Introdução	163
1. Método	165
1.1. Participantes.....	165
1.2. Instrumentos.....	166
1.3. Procedimentos de recolha de dados.....	166
1.4. Procedimentos de análise	167
2. Resultados	168
3. Discussão	173
4. Referências	175
ESTUDO 5 Sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard in sexual satisfaction among Portuguese college students: An exploratory study	180
Introduction	182
1. Materials and methods	188
1.1. Participants	188
1.2. Procedure	189
1.3. Material	189

1.4. Analysis procedures.....	190
2. Results	191
2.1. Sexual satisfaction, facilitators and barriers	192
2.2. Sexual satisfaction, gender and SDS.....	193
3. Discussion	195
3.1. Sexual satisfaction, facilitators and barriers	196
3.2. Sexual satisfaction, gender and SDS.....	197
3.3. Limitations and future directions.....	198
4. Conclusion	200
5. References	200
ESTUDO 6 Development and evidence of validity of the new sexual double standard scale	210
Introduction	212
1. Materials and methods	217
1.1. Participants.....	217
1.2. Research design.....	217
1.3. Procedures.....	218
1.4. Measures	219
1.5. Data analysis	222
2. Results	224
2.1. Descriptive data	224
2.2. Exploratory analysis	224
2.3. Confirmatory factor analysis.....	225
2.4. Reliability.....	228
2.5. Gender invariance	229
2.6. Convergent, discriminant and concurrent validity	230
3. Discussion	232
3.1. Development of the new scale	233
3.2. Contributions of the new scale	234
3.3. Implications for sexual health and well-being	236
3.4. Limitations, strengths and future directions.....	237
4. References	238
CAPÍTULO 3 - DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES	250
Revisões abrangentes sobre DPS.....	252
Investigação sobre manifestação do DPS	256
Investigação sobre saúde sexual, gênero e DPS social	261
Conclusões.....	265
Referências	270

INTRODUÇÃO

Produto do compromisso entre um doutoramento em Psicologia, especialidade de psicologia da educação, e um interesse pessoal na área da sexualidade, nasce o presente trabalho. Tem como objetivo último reforçar a importância da educação sexual no ensino superior e contribuir para o desenvolvimento dessa estratégia de promoção da saúde com conhecimento válido, relevante, sobre o Duplo Padrão Sexual (DPS), uma expressão do género na heterossexualidade com potencial de barreira à saúde sexual e ao bem-estar geral. Promoção da saúde define o processo de capacitação dos indivíduos (e da comunidade) para agir ativamente na busca, e na otimização, do bem-estar e da qualidade de vida; para identificar e realizar aspirações; para satisfazer necessidades; e para modificar ou adaptar-se ao meio (OMS, 1986; Rocha et al., 2011). Saúde sexual define um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social, que não se confunde com a ausência de doença, e para a qual contribui a possibilidade de aceder a uma experiência sexual livre, segura e satisfatória, no interior da qual são respeitados, ou estão protegidos, garantidos, os direitos individuais (OMS, 2006, 2010). Género define a crença na diferença, objetiva e subjetiva, entre pessoas identificadas como homens e mulheres (Amâncio, 1992; Blakemore, et al., 2009). E DPS corresponde a um padrão de conduta e avaliação da conduta sexual mais restritivo face à sexualidade feminina e mais permissivo face à masculina – recompensa os homens e pune as mulheres por uma sexualidade ativa – mas sempre negativo, independentemente do género atribuído ou reclamado, porque prevê o julgamento e o sancionamento daqueles que não se conformam com as suas prescrições, ou com as prescrições de género que o sustentam (Fasula et al., 2014; Reiss, 1960; Zaikman & Marks, 2017).

Defende-se a extensão da educação sexual ao ensino superior e uma aposta clara na compreensão e desconstrução do DPS, para as quais se deseja contribuir através do estudo da manifestação do padrão e da sua relação com áreas particulares da saúde (hétero)sexual – proteção e satisfação – de estudantes universitários portugueses. Porque o fazemos? Porque, como se discutirá com maior detalhe nos parágrafos seguintes, este é um grupo social com forte probabilidade de enfrentar problemas e riscos, embora não esteja abrangido pela educação sexual formal. Porque esta, circunscrita ao ensino obrigatório, parece estar longe de uma aplicação otimizada e ter por isso reduzida eficácia

a médio e longo-prazo. Porque se conta como uma das principais limitações da educação sexual, a fraca investigação/ação dirigida à dimensão social da sexualidade, onde género e DPS se incluem. E porque a investigação internacional tem apontado para a manutenção do enraizamento e impacto negativo destas construções sociais na vivência da heterossexualidade na universidade, mas a portuguesa é ainda insipiente, e claramente insuficiente para informar programas educativos de promoção da saúde sexual.

O tempo do ensino superior corresponde a um período particular do desenvolvimento durante o qual os jovens ensaiam os últimos movimentos de independência, preparando o caminho que conduzirá à construção da carreira, da autonomia financeira e, eventualmente, à constituição de família (Faria, 1999; Ferreira et al., 2001). É, em geral, um tempo de mais liberdade combinado com mais responsabilidade, um tempo para afinar decisões sobre o futuro e, por isso também, de maior instabilidade, e um tempo de abertura ao exterior e à experiência mas, simultaneamente, de maior centração sobre si (Arnett, 2004; Mendonça et al., 2009). O contacto com novos espaços, culturas e discursos, com novas pessoas, ou o acesso a novas experiências, traz consigo um manancial de oportunidades, seja no que respeita à compreensão do lugar do indivíduo no mundo e na relação com os outros, seja no que respeita à revisão, transformação, ou (re)consolidação de crenças e valores, seja ainda no que respeita à qualidade das relações íntimas ou ao modo de significar e viver a sexualidade (Chaves et al., 2010; Faria, 1999; Ferreira et al., 2001). No entanto, tais oportunidades partilham palco com desafios e riscos, sendo essa a etapa na qual, por norma, a atividade sexual passa a ser mais ativa e a envolver mais riscos (Alvarez & Oliveira, 2007) mas para a qual os indivíduos parecem continuar mal preparados: *emerging adults often enter this stage of identity development and sexual exploration ill-equipped to make healthy sexual decisions* (Astle et al., 2022, p.1599).

Quando este projeto de investigação se iniciou, o Relatório Europeu da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a taxa de incidência do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) dava conta de que ela era mais elevada na faixa etária dos 14-25 anos, onde estão representados os estudantes universitários (European Centre for Disease Prevention and Control, WHO Regional Office for Europe 2013). Por essa altura, a investigação portuguesa vinha mostrando que, apesar do conhecimento adequado ou atitudes positivas face à sexualidade ou à saúde sexual e reprodutiva, os estudantes universitários, maioritariamente heterossexuais, falhavam o uso sistemático do preservativo ou experimentavam problemas no funcionamento sexual com potencial para

limitar a realização positiva, satisfatória, da sexualidade (e.g., Alvarez, 2005; Alvarez & Oliveira, 2007; Quinta-Gomes et al., 2011; Reis & Matos, 2007; Remoaldo et al., 2004). Dados nacionais sobre a sexualidade desse grupo viriam a confirmar as dificuldades relacionadas com o uso do preservativo, revelando ainda a manifesta relutância dos jovens face ao teste do VIH, ou o envolvimento em comportamentos sexuais de risco (e.g., ocasional, desprotegida, sob o efeito do álcool) e relações românticas menos satisfatórias (Matos et al., 2012; Reis et al., 2012, 2013). Conhecimentos, atitudes e competências comportamentais relacionados com a sexualidade, a contraceção e a prevenção de IST e VIH, não obstante, mostraram-se de razoáveis a bons, e significativamente melhores entre os jovens que haviam tido acesso a educação sexual no ensino obrigatório, sugerindo o valor dessa, mas notando o seu poder relativo (Matos et al., 2012; Reis et al., 2013). Ramiro e colaboradores (2014), por exemplo, reforçavam os benefícios para adolescentes e jovens – mais conhecimento e menos comportamento de risco – mas alertavam para uma diferença interessante, a redução do uso do preservativo no grupo dos estudantes universitários, e que faz questionar a capacidade da educação sexual formal para responder às especificidades desta etapa do desenvolvimento, como do próprio contexto académico. Ou seja, no momento em que este projeto se começava a definir, havia jovens, e estudantes universitários, em situação de vulnerabilidade, ao passo que a educação sexual obrigatória não parecia estar a produzir os resultados esperados. Nos anos seguintes o quadro não sofreu grandes alterações. O uso inconsistente do preservativo ou as baixas taxas de testagem do VIH continuavam presentes entre os estudantes universitários (Reis et al., 2017) e uma elevada taxa de novos casos de VIH observava-se entre homens jovens (DGS/INSA, 2020; Martins & Aldir, 2018), sugerindo, circularmente, a fraca eficácia da educação sexual.

Desde a década de 70 do século passado que assistimos a uma crescente preocupação pela promoção da saúde, incluindo a sexual, tendo havido avanços inegáveis corporizados na produção de legislação que garante o direito à liberdade (e.g., despatologização da homossexualidade) e à saúde sexual e reprodutiva (e.g., gratuidade da contraceção, não-discriminação pelo sexo ou orientação sexual, descriminalização da interrupção voluntária da gravidez). Entre esses estaria o acesso à educação sexual que, em Portugal, passou a ser legalmente reconhecido no ano de 1984 (Lei n.º 3/84) mas só se começa a materializar com a Lei n.º 120/99, regulamentada no ano seguinte (Decreto-Lei 259/2000). Passaram cerca de 10 anos até a educação sexual em meio escolar se tornar obrigatória (Lei n.º 60/2009), com a portaria 196-A/2010 a estabelecer um conjunto de

orientações, desde a valorização da sexualidade, ao desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras, e à proteção contra riscos e todas as formas de exploração ou abuso sexuais, entre outras. Daqui em diante, o desafio passa a ser a aplicação da lei, a que se junta, em nosso entender, o problema do escopo, qualquer dos quais por resolver. Reconhece-se que a educação sexual é uma das principais vias para a promoção de estilos de vida saudáveis, que deve ser transversal às diferentes etapas do desenvolvimento, e que tem na escola um lugar privilegiado, mas o ensino superior tem sido recorrentemente negligenciado, apesar dos riscos associados a esse período e contexto particular do desenvolvimento (Carvalho & Carvalho, 2009; Precioso, 2004a, 2004b). Reconhece-se que a educação sexual deve conduzir, idealmente, à aquisição de conhecimentos, à consolidação de valores e atitudes sexuais positivas e ao desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a decisão informada, a negociação ou a comunicação, indispensáveis para maximizar a qualidade da experiência sexual (Alvarez & Oliveira, 2007; Dores et al., 2009; Faria, 1999; Rocha et al., 2011). Porém, sabe-se que os programas de educação sexual têm sido menos eficientes do que se desejaria, com alguns a atribuir a sua inoperância a fatores como o uso, muitas vezes exclusivo, de abordagens informativas, estáticas, ou a centração nas questões biológicas (e.g., anatomia, reprodução) e preventivas (e.g., risco vs. proteção) mais do que nos aspectos positivos ou promocionais (e.g., desejo, atração, prazer) da sexualidade ou nas suas dimensões sociais e culturais, incluindo gênero e DPS (Alvarez & Marques-Pinto, 2012; Antunes, 2009; Cunha-Oliveira et al., 2021; Matos et al., 2012). Por fim, como notado antes, evidência sugere que os jovens e os estudantes universitários manifestam, em geral, bons conhecimentos e atitudes sexuais liberais favoráveis à contraceção e proteção de IST/VIH, mas falham no uso sistemático do preservativo e, em menor extensão, no acesso a satisfação sexual. Ou assim parece, pois são poucos os trabalhos de pesquisa sobre o tema, e menos ainda os que informam sobre a satisfação no contexto das relações sexuais ocasionais, hoje particularmente comuns no contexto universitário (Alvarez et al., 2021; Garcia et al., 2012), abrindo espaço à hipótese, que é a nossa, de variáveis sociais poderem constituir barreiras para a saúde sexual deste grupo.

No presente trabalho destaca-se o DPS, uma norma social de conduta e avaliação da conduta sexual que, refletindo a tradicional definição de gênero, binária e assimétrica, associa masculinidade a promiscuidade, e feminilidade a castidade, recompensando os que se conformam com as suas prescrições e sancionando os “transgressores”, particularmente em matéria de imagem, estatuto e reputação socio-sexual (Crawford &

Popp, 2003; Endendijk et al., 2020; Fasula et al., 2014; Reiss, 1960; Zaikman & Marks, 2017). Se por um lado o DPS recapitula o histórico lugar de desvantagem ocupado pelas mulheres na área da sexualidade, como em muitas outras áreas da experiência humana, de resto, por outro, o seu pendor prescritivo e punitivo coloca homens e mulheres em “pé de igualdade”. Há consequências negativas para o desvio de ambos géneros e é possível que a antecipação de tais consequências possa conduzir a uma espécie de conformidade sem identificação, que equivale a abdicar da liberdade individual como da autonomia sexual em favor da imagem e da reputação. Da definição às consequências, o DPS constitui uma muito provável barreira á otimização da experiência sexual ou, se quisermos, um muito provável determinante negativo da saúde sexual de indivíduos heterossexuais cisgénero, particularmente visados pela norma. Essa é a nossa convicção e ela encontra algum suporte na evidência produzida em várias sociedades ocidentais, mas carece de confirmação na sociedade portuguesa. Investigação internacional, representando particularmente o grupo dos estudantes universitários, tem vindo a apontar para a mantida manifestação do DPS (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003), mais enquanto norma socialmente reconhecida (DPS social) do que pessoalmente aceite (DPS pessoal) (Endendijk, 2020). Aponta, igualmente, para um possível impacto negativo do padrão, primeiro na liberdade, e depois em áreas sensíveis da saúde sexual, como sejam a proteção, a satisfação ou a violência (Álvarez-Muelas et al., 2020). Em Portugal, a investigação sobre DPS, ou sobre género e sexualidade, é tímida, mas vai ao encontro do observado em outros países ocidentais, sugerindo uma normalização da sexualidade fora dos limites do casamento ou uma aproximação de homens e mulheres em matéria de direitos (e.g., satisfação) e comportamentos, mas não o fim da influência do género ou do DPS na heterossexualidade (Aboim, 2016). Trabalhos mais ou menos recentes conduzidos com amostras de estudantes universitários e população geral têm reunido prova de que o DPS é socialmente reconhecido ou ainda integra as representações/experiências de intimidade de muitos indivíduos (Alarcão et al., 2015; Marques et al., 2013; Neves, 2016; Ramos et al, 2005), enquanto um número muito reduzido tem sugerido uma possível interferência do padrão nas práticas contraceptivas (Frias, 2014; Zangão & Sim-Sim, 2011). Não obstante, estamos longe de compreender se, como, ou com que consequências se expressa o DPS no nosso país, o que, a par da exposição de estudantes universitários ao risco ou às dificuldades relacionadas com a aplicação, eficácia e escopo da educação sexual, vem justificar o objetivo do projeto de investigação que aqui se apresenta.

Propomo-nos produzir conhecimento válido sobre a manifestação atual do DPS e sobre a relação do padrão (e do género) com a proteção e a satisfação sexuais de estudantes universitários portugueses, com vista a contribuir para fazer da desconstrução do DPS uma estratégia de promoção da saúde sexual e da igualdade de género a integrar em programas de educação sexual especificamente direcionados à intervenção no contexto do ensino superior.

O trabalho desenvolver-se-á ao longo de três grandes capítulos. O primeiro procurará, num primeiro momento, mostrar como profundas são as raízes dos problemas sexuais e das desigualdades de género, e lançar luz sobre algumas razões que tornam estas realidades resistentes à mudança, continuando a exigir investigação e ação sistemáticas. Aprofundará, num segundo tempo, a definição dos conceitos de género e DPS, revendo evidência sobre DPS e discutindo os modelos teóricos que têm servido de suporte à sua compreensão. Refletirá ainda na relação do género e do DPS, com as dimensões proteção e satisfação sexuais. E, desenhada a estrutura argumentativa, terminará com a operacionalização dos objetivos específicos, num total de seis organizados em três temas – atualização da evidência sobre DPS no período 2011-2017, manifestação do DPS social e do DPS pessoal, e relação da proteção e da satisfação sexuais com género e DPS – e com a descrição da metodologia usada para a sua consecução. Cada um desses objetivos deu origem a um estudo empírico e o conjunto dos seis artigos desenvolvidos compõem o capítulo dos estudos empíricos, o segundo da nossa tese. O terceiro e último capítulo discutirá de forma integrada os resultados obtidos, analisará principais contributos, resultados críticos, e limitações. Apontará direções para a investigação futura e avançará algumas ideias sobre como poderão os estudos contribuir para informar programas de educação sexual no contexto do ensino superior, ou outras ações de promoção da saúde sexual e da igualdade de género dirigidas a estes jovens.

Referências

- Aboim, S. (2016). Sexualidade e métodos contraceptivos. In Pais, J., & Pereira, C. (Coord.). *Os jovens Portugueses no contexto da Ibero-América* (pp. 75-90). Imprensa de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/25314>
- Alvarez, M.-J. (2005). *Representações cognitivas e comportamentos sexuais de risco: O guião e as teorias implícitas da personalidade nos comportamentos de protecção sexual*. FCT/FCG.

- Alvarez, M.-J., & Marques Pinto, A. (2012). Educação sexual: Atitudes, conhecimentos, conforto e disponibilidade de professores portugueses. *Aletheia*, 38-39, 8-24. ISSN 1413-0394
- Alvarez, M.-J., & Oliveira, M. (2007). Programa de prevenção do HIV/SIDA para estudantes universitários: um estudo piloto. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 183-211. <http://hdl.handle.net/10451/11039>
- Alvarez, M.-J., Pereira, C. R., Godinho, C., & Luz, R. (2021). Clear-cut terms and culture-sensitive characteristics of distinctive casual sexual relationships in Portuguese emerging adults. *Sexuality & Culture*, 25(6), 1966–1989. <https://doi.org/10.1007/s12119-021-09859-0>
- Álvarez-Muelas, A., Gómez-Berrocal, C., & Sierra, J. (2020). Relación del doble estándar sexual con el funcionamiento sexual y las conductas sexuales de riesgo: revisión sistemática. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, 11(2), 103-116. <https://doi.org/10.23923/j.riips.2020.02.038>
- Antunes, M. (2009). Promoção e educação para a saúde: a participação comunitária como proposta metodológica. In J. Bonito (Org.). *Educação para a saúde no século XXI – Teorias, modelos e prática* (pp.624-631). Universidade de Évora.
- Arnett, J. (2004). *Emerging Adulthood. The winding road from the late teens through the twenties*. Oxford University Press.
- Astle, S., Shigeto, A., Anders, K., Rodriguez, K., & Rajesh, P. (2022). Emerging adult men’s reports of sexual messages and desired support from parents, friends/peers, and online media in making sexual decisions during college. *Sexuality and Research Social Policy*, 19(4), 1598–1610. <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00696-w>
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Carvalho, A., & Carvalho, G. (2009). Dimensões do conceito “Educação para a Saúde” de estudantes de sete cursos do ensino superior: efeitos da formação. In J. Bonito (Org.). *Educação para a saúde no século XXI – Teorias, modelos e prática* (pp.452-460). Universidade de Évora.
- Chaves, C., Pereira, A., Martins, R., Duarte, J., & Dionísio, R. (2010). O Ensino Superior e a SIDA. *Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health*, 39(15), 73-87. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8233>

- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Cunha-Oliveira, A., Camarneiro, A., Gómez-Cantarino, S., Cipriano-Crespo, C., Queirós, P., Cardoso, D., Santos, D., & Ugarte-Gurrutxaga, M. (2021). The integration of gender perspective into young people's sexuality education in Spain and Portugal: Legislation and educational models. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(22), 11921. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211921>
- Decreto-Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. Diário da República, 1.ª série, N.º 151.
- Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (2020). *Infeção VIH e SIDA em Portugal - 2020*. DGS/INSA. ISBN(ebook): 978-989-8794-76-5
- Dores, R., Barreto, J., & Barros, P. (2009). Com a saúde também se brinca. In J. Bonito (Org.). *Educação para a saúde no século XXI – Teorias, modelos e prática* (pp. 420-429). Universidade de Évora.
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review*, 24(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- European Centre for Disease Prevention and Control/WHO Regional Office for Europe (2013). *HIV/AIDS surveillance in Europe 2012*. European Centre for Disease Prevention and Control.
- Faria, M. (1999). Educação para a saúde no ensino superior. In J. Precioso, F. Viseu, L. Dourado, M. Vilaça, R. Henriques, & T. Lacerda (Org.). *Educação para a saúde*. Universidade do Minho.
- Fasula, A. M., Carry, M., & Miller, K. S. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, 51(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Ferreira, J. A., Almeida, L., & Soares A. (2001). Adaptação académica em estudantes do 1º ano: Diferenças de género, situação de estudo e curso. *Psico_USF*, 6(1), 1-10. <http://hdl.handle.net/1822/12097>

- Garcia, J., Reiber, C., Massey, S., & Merrywether, A. (2012). Sexual hookup culture: A review. *Review of General Psychology, 16*(2), 161–176. <https://doi.org/10.1037/a0027911>
- Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES). (2007). *Relatório final. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular*. Ministério da Educação. http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/relatorio_final_gtes.pdf
- Jonason, P., & Marks, M. (2009). Common versus uncommon sexual acts: Evidence for the sexual double standard. *Sex Roles, 60*(5-6), 357–365. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9542-z>
- Marques, N., Vieira, R., & Pechorro, P. (2013). The sexual double standard in a masculine way: A Portuguese transgenerational perspective. *Revista Internacional de Andrología, 11*(4), 138–143. <https://doi.org/10.1016/j.androl.2013.06.001>
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., & Equipa Aventura Social. (2012). *Saúde sexual e reprodutiva dos estudantes do ensino superior. Relatório de estudo – Dados nacionais de 2010*. Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, FMH/Universidade Técnica de Lisboa.
- Marks, M., & Fraley, C. (2005). The sexual double standard: Fact or fiction? *Sex Roles, 52*(3–4), 175–186. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-1293-5>
- Martins, H., & Aldir, I. (2018). *Infeção VIH e SIDA: A situação em Portugal a 31 de dezembro de 2017*. INSA. ISBN (online): 978-989-8794-53-6
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy, 20*(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Mendonça, M., Andrade, C., & Fontaine, A. (2022). Transição para a idade adulta e adultez emergente: Adaptação do Questionário de marcadores de adultez junto de jovens portugueses. *Psychologica, 51*, 147-168. <https://hdl.handle.net/10216/78577>
- Neves, D. (2016). Normas face ao género e à diversidade sexual: Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas, 82*, 89–102 <http://journals.openedition.org/spp/2506>
- Precioso, J. (2004a). Educação para a Saúde na universidade: Um estudo realizado em alunos da Universidade do Minho. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias. 3*(2), 161-170. <https://hdl.handle.net/1822/3986>

- Precioso, J. (2004b). Educação para a saúde na escola: Um direito dos alunos que urge satisfazer. *O Professor*, 85(III Série), 17-24. <https://hdl.handle.net/1822/3980>
- Quinta-Gomes, A., Carvalho, J., & Nobre, P. (2011). Sexual functioning and sexual behavior in a sample of undergraduate Portuguese students: An exploratory study. *Journal of Sexual Medicine*, 8(Supp_3), 257. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2011.02325.x>
- Ramiro, L., Reis, M., Matos, M., Diniz, J., Ehlinger, V., & Godeau, E. (2014). Sexually transmitted infections prevention across educational stages: Comparing middle, high school and university students in Portugal. *Creative Education*, 5, 1405-1417. <http://dx.doi.org/10.4236/ce.2014.515159>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica*, 23(2), 173–185. <https://doi.org/10.14417/ap.80>
- Reis, M., & Matos, M. G. (2007). Contraceção - Conhecimentos e atitudes em jovens universitários. *Psicologia, Saúde & Doença*, 8(2), 209-220. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36219037005>
- Reis, M., Matos, M., & Equipa Aventura Social (2017). *Comportamentos de saúde dos jovens universitários portugueses. Relatório do estudo – Dados nacionais de 2016*. Aventura Social/ FMH/ ULisboa.
- Reis, M., Ramiro, L., Matos, M., & Diniz, J. (2012). Os comportamentos sexuais dos universitários portugueses de ambos os sexos em 2010. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 30(2), 105 –114. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2012.12.001>
- Reis, M., Ramiro, L., Matos, M., & Diniz, J. (2013). Nationwide survey of contraceptive and sexually transmitted infection knowledge, attitudes and skills of university students in Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 13(2), 127-137. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(13\)70016-4](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(13)70016-4)
- Reiss, I. (1960). *Premarital sexual standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Remoaldo, P., Sousa, P., Vilas Boas, M., & Santos, J. (2004). Hipotecando o futuro: O caso das doenças sexualmente transmissíveis no noroeste português. *Ciências Sociais e Humanidades*, 16, 149-167. <https://hdl.handle.net/1822/17027>
- Rocha, A., Correia, C., Pestana, L., Bento, M., Preto, O., & Lobão, S. (2011). Saúde escolar em construção: que projetos? *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, 41, 89-113. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8209>

- Organização Mundial de Saúde (1986, November-21). *Ottawa charter for health promotion*. First International Conference on Health Promotion, Ottawa. https://www.healthpromotion.org.au/images/ottawa_charter_hp.pdf
- Organização Mundial de Saúde (2006). *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health, 28–31 January 2002, Geneva*. World Health Organization.
- Organização Mundial de Saúde (2010). *Developing sexual health programs: A framework for action*. World Health Organization.
- Portaria 196-A/2010 de 9 de Abril. Diário da República, 1.ª série, N.º 69.
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2017). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles*, 76, 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677-z>
- Zangão, M., & Sim-Sim, M. (2011). Duplo padrão sexual e comportamentos afetivo-sexuais na adolescência. *Revista de Enfermagem UFPE Online*, 5(spe), 328-335. <http://hdl.handle.net/10174/3334>

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS, TEORIAS E ESTADO DA ARTE

A sexualidade refere-se a uma das dimensões mais complexas da experiência humana e, tratando-se de uma construção social que pode assumir diferentes significados através do tempo e do espaço, é avisado dizer que toda a definição será sempre incompleta e transitória (Howard & Hollander, 1997). Ainda assim, é possível afirmar que hoje a sexualidade descreve, *lato sensu*, uma área da vida que é multidimensional, multimodal e multideterminada. Uma área interna, interativa e simbólica; que combina aspetos biológicos, psicológicos e socioculturais; e que expressa uma complexa rede de relações na qual se integram corpo e biologia, personalidade, cognição e emoção, comportamento e relação, tanto quanto princípios, normas e valores sociais.

Tome-se como exemplo a definição proposta pela Organização Mundial de Saúde, por ser a mais popular entre leigos e académicos (OMS, 2006, 2010): *a sexualidade é uma dimensão central da experiência humana que envolve o sexo, a reprodução, o prazer, o erotismo, a intimidade, a identidade sexual, a identidade de género, e a orientação sexual; expressa-se na forma de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis ou relacionamentos; e é influenciada por uma variedade de fatores, entre os quais biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais*. Independentemente de qualquer limitação ou crítica, a definição ilustra bem a complexidade da sexualidade, ao mesmo tempo que espelha aquele que é o seu atual entendimento. Está plasmada nela, como na definição de saúde sexual – a experiência livre, segura e satisfatória – igualmente proposta pela OMS (2006, 2010), uma perspetiva positiva e abrangente da sexualidade, que pressupõe o respeito pelos ideais de liberdade, diversidade e igualdade, e que contrasta com um passado essencialista, moralista e repressivo.

A realidade, contudo, está longe de traduzir esse lugar ideal que a nova compreensão da sexualidade descreve e que a promoção da saúde sexual persegue, confirmando a ideia amplamente aceite de que é esta uma das dimensões menos realizada ou mais problemática da experiência humana. E assim parece ser, de facto, ou não continuaríamos a observar preconceito contra minorias sexuais, violência sexual contra mulheres, elevadas taxas de infeção e problemas sexuais e (hétero)sexualidades

assimétricas (Ayhan et al., 2019; OMS, 2021, 2023). As dificuldades de hoje refletem os discursos que ontem dividiam o mundo em dois – masculino e feminino, heterossexual e não-heterossexual – naturalizando género, heteronormatividade e outras normas sexuais de género, de que é exemplo o Duplo Padrão Sexual, aqui em estudo. Tal faz recomendar uma compreensão da sexualidade *always in progress*, onde passado e presente se combinam, e uma perspetiva diacrónica dos problemas sexuais, pelo que dedicaremos as próximas páginas a uma brevíssima história da sexualidade.

A história da sexualidade ou a origem de todos os problemas?

Se recuarmos às primeiras civilizações (Mesopotâmia, 3000 a.C.) encontramos indícios da normalidade do amor ou do sexo, tanto quanto do carácter natural do casamento e da família, ou até de alguma igualdade de género ou poder feminino, sendo a sociedade, no entanto, patriarcal (Bottéro, 1992). O quadro não difere muito na Grécia e Roma antigas (Bottéro, 1992). A liberdade reina entre os clássicos, para os quais sexualidade e prazer são valores positivos (le Goff, 1992). As relações sexuais entre homens adultos e jovens, ou *pederastia*, são comuns e toleradas, como é a prostituição feminina, que serviria a preservação da família (Salles, 1992; Sartre, 1992). As relações entre indivíduos do mesmo sexo coexistem com a conjugalidade heterossexual e não beliscam a reputação de cidadãos ou homens livres, desde que não adotem uma posição passiva (Sartre, 1992; Veyne, 1992). Já as mulheres – esposas, escravas, ou prostitutas – são vistas como propriedades ou objetos sexuais, e estão subjugadas à dominação masculina (Garton, 2009).

A Antiguidade tardia trará consigo *uma condenação geral da sexualidade e uma estrita regulamentação do seu exercício* (le Goff, 1992, p. 191), que virão a endurecer e a consolidar-se com o Cristianismo, e que conhecerão na Idade Média o seu expoente máximo (Garton, 2009). A moral cristã, fortemente propalada pela Igreja, liga sexo a pecado; exalta monogamia, fidelidade e abstinência; e com o tempo vai impor a disciplina do casamento cristão e reduzir a relação sexual à procriação (Garton, 2009; le Goff, 1992; Sot, 1992). Atenuada, a influência da Igreja arrasta-se pela Europa medieval e renascentista, partilhando palco com uma cultura secular que desassocia intimidade e prazer de pecado, ou exalta o amor, mas há situações que não mudam – as mulheres ocupam lugar subordinado, ligado ao casamento, ao lar, e aos filhos; os homens gozam de maior permissividade para a gratificação fora do casamento; e a relação homossexual é

pouco tolerada, com a passividade especialmente condenada porque ataca a masculinidade viril, dominante (Garton, 2009).

Na transição para o século XVIII, a religião perde muito do seu poder e as atitudes liberalizam-se, com alguns a situar no Iluminismo uma primeira revolução sexual (Dabhoiwala, 2013). O sexo passa a ser encarado como parte da natureza humana, essencial à felicidade; o casamento, mais igualitário, passa a ter espaço para o amor e para a gratificação sexual; contudo, a ênfase no sexo biológico divide o mundo em feminino vs. masculino, naturalizando gênero, heterossexualidade, e padrões sexuais diferenciais (Dabhoiwala, 2013; Garton, 2009). Por exemplo, acredita-se que os homens, ativos e promíscuos, precisam mais de sexo do que as mulheres, castas e passivas, e de que são por isso justificadas diferentes permissividades para a sua realização (Dabhoiwala, 2013). Uma cultura libertina floresce e desafia hierarquias e gênero, mas redundando na objetificação das mulheres, para quem a liberdade sexual não teve equivalente social ou político, e coexiste com a perseguição dos homens que têm sexo com outros homens (Garton, 2009). Nova liberdade, os mesmos problemas, portanto.

Ao Iluminismo segue-se novo período de repressão, com o qual vão romper figuras como Havelock Ellis, Magnus Hirschfeld, ou Sigmund Freud, entre o fim do século XIX e o início do século XX. A sexologia alerta para a diversidade e abre portas a visões mais liberais, tolerantes e igualitárias, ao passo que a psicanálise desloca a atenção da patologia para a normalidade, e reveste a sexualidade de uma dimensão social e de uma dimensão interna, dinâmica, que permitem ver na repressão socio-sexual uma fonte de doença ou mal-estar (e.g., histeria feminina) (Garton, 2009). Não obstante, as teorizações de Freud têm pendor determinístico e conservador, exaltando o masculino e mantendo a ideia de inferioridade sexual feminina, ou advogando a natureza ativa do masculino e passiva do feminino. De Freud a Kinsey, a sexualidade transborda para o discurso social. Estabelece-se uma “nova” normalidade – masturbação, relações sexuais pré- e extra-maritais e experiências homoeróticas são comuns – e reconhece-se o poder de influência da sociedade (e da moralidade), mas a sua compreensão continua fortemente genderizada – feminilidade responsiva vs. masculinidade psicológica e ativa (Garton, 2009). O caminho vai-se fazendo, contudo, e a investigação da primeira metade do século XX, a par com o avanço das sociedades no sentido da modernidade – política, económica, cultural, ideológica e tecnológica – lançam as bases para “a” Revolução Sexual ou, talvez mais corretamente, para nova revolução sexual. Nos anos 60/70, mulheres e minorias sexuais reclamam ativamente o reconhecimento dos seus direitos; grupos liberais

desafiam convenções de género e códigos sociais, alimentando androginia e amor livre; a pílula, particularmente libertadora da sexualidade feminina, admite permissividade sem consequências; os comportamentos sexuais liberalizam-se (e.g., sexo oral e anal); a homossexualidade é descriminalizada; e a desigualdade sexual de género atenua-se (e.g., direito a prazer e a buscar a sua realização). No entanto, o processo de mudança que aí se inicia arrastar-se-á por vários anos, com avanços e retrocessos. O maior retrocesso será o surgimento do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), que fará recentrar os discursos nas questões do risco e levará a um recrudescer da homofobia e a um (re)essencializar da heteronorma. A definitiva despatologização da homossexualidade, já na década de 90, somada com a mudança de paradigma na área da saúde – da proteção para a promoção – em marcha desde a década de 70, estarão entre os avanços mais importantes da segunda metade do século XX. Encetamos assim o novo milénio com a “certeza” de que a sexualidade é dimensão essencial da experiência humana, de que pode assumir as mais diversas expressões e configurações e de que a sua realização positiva e livre é fonte de saúde e bem-estar e um direito de todos.

Daí em diante as sociedades ocidentais conheceram uma abertura sexual sem precedentes e liberdade, diversidade, tolerância, igualdade ou equidade, sexual e de género, são hoje direitos inalienáveis. Mas nem por isso os problemas desapareceram e a atual situação de Portugal em matéria de discriminação contra pessoas LGBTIA+ (ILGA Portugal, 2020) ou em matéria de violência doméstica e sexual (APAV, 2023; Neves et al., 2021) são exemplos paradigmáticos de como a experiência sexual da contemporaneidade navega um mar de destroços. O elevado número de denúncias de discriminação sentida/observada em homens gay ou a mais alta proporção de mulheres do que de homens, heterossexuais, vítimas de violência recapitulam a histórica perseguição de homens que têm sexo com outros homens tanto quanto a histórica subordinação das mulheres ao poder e controlo dos homens. Também paradigmática é a evidência da contínua manifestação do Duplo Padrão Sexual (DPS) no ocidente, incluindo Portugal (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al. 2020; Ramos et al. 2005; Neves, 2016). O DPS, representando julgamento e sancionamento diferencial da heterossexualidade cisgénero é, à semelhança dos anteriores, um problema de hoje que se alimenta do ontem, e que ajuda a mostrar como a tradição patriarcal, a moral cristã e os discursos essencialistas, naturalizando diferenças e normalizando assimetrias na heterossexualidade, sobreviveram até aos nossos dias. DPS, violência e perseguição de

mulheres e minorias sexuais – ou dos que cada vez mais rejeitam acomodar-se à tradicional ordem de género, binária e castradora – combinadas com a já referida exposição de indivíduos jovens a riscos revelam, além do mais, a fraca eficácia das campanhas de promoção da saúde sexual desenvolvidas até ao momento no nosso país.

Parece haver, portanto, um desfazamento entre o que é preconizado pelas atuais definições de sexualidade e saúde sexual, e a forma como a continuamos a encarar. Do mesmo modo, parece ser mais do que evidente que o peso da história continua bem presente e que género e DPS são fragmentos ou “destroços” ativos com potencial para comprometer a experiência de indivíduos cisgénero em relações heterossexuais. São esses fragmentos que interessa conhecer, investigar e, idealmente, desconstruir e, daqui até ao final da secção, centrar-nos-emos precisamente em aprofundar o significado de género e DPS, em rever a evidência sobre a manifestação do DPS e as teorias ou modelos compreensivos avançados para o explicar, e em discutir, com detalhe, a relação desses com a saúde sexual, e particularmente com proteção e satisfação sexuais.

I. Género

O género define o conjunto de atributos e comportamentos considerados social e culturalmente apropriados para homens e mulheres, i.e., masculinidade e feminilidade (Marecek et al., 2004). Corresponde, nas palavras de Amâncio (1992), à subjetivação do sexo biológico (e.g., variações anatómicas, fisiológicas, genéticas e hormonais), do qual se distingue, significando isso que o sexo não determina as características psicológicas, comportamentais, ou sociais que o género define. No entanto, e embora existam mais do que duas categorias de género, em muitas culturas, e em muitas culturas ocidentais, as categorias sociais mais salientes teimam em ser apenas duas e são tidas como polos opostos – homens dominantes e objetivos vs. mulheres submissas e subjetivas (Basow, 1992; Blakemore, *et al.*, 2009).

O grau em que o indivíduo se identifica com as tradicionais definições de feminilidade ou masculinidade, o grau em que sente ser homem ou mulher, corresponde ao que se designa por identidade de género (Basow, 1992; Blakemore et al., 2009; Howard & Hollander, 1997). Esta é uma expressão interna do género, enquanto os estereótipos e os papéis de género são expressões externas ou sociais, no sentido em que são crenças e expectativas social e culturalmente partilhadas sobre atributos e comportamentos aceitáveis para cada sexo (Howard & Hollander, 1997). São eles que

nos dizem, por exemplo, que homens são (ou devem ser) independentes, assertivos, ativos ou orientados para objetivos; e que as mulheres são (ou devem ser) dependentes, emotivas, passivas ou orientadas para o outro e para a relação (Amâncio, 1992; Wood & Eagly, 2010, 2012). São eles que, aplicados à sexualidade, fazem esperar dos homens que valorizem o sexo e a gratificação física, descomprometida, ou que iniciem e controlem a interação sexual; e das mulheres que valorizem a intimidade e a gratificação afetiva, ou que assumam um papel mais submisso ou complacente na relação (hétero)sexual (Crawford & Popp, 2003; Sanchez et al., 2012a). De facto, o género é central para a sexualidade e tem com a heterossexualidade uma relação particularmente forte de dependência e reforço mútuos (Rudman & Glick, 2008; Vanwesenbeeck, 2009). *Gender roles and stereotypes convey clear messages regarding how males and females are supposed to get along: both sexes are supposed to be attracted to sex-typed others (women preferring “masculine” men and men “feminine women”); men are supposed to initiate heterosexual encounters, although women can signal their interest in indirect, flirtatious ways; men are supposed to be dominant within the relationship; women and men are supposed to naturally be sexually attracted to each other, although sexual feelings are supposed to be more important for males than for females; and women are supposed to be more interested than men in love and in relationships* (Basow, 1992, p. 213).

Papéis e estereótipos (sexuais) de género têm carácter descritivo e prescritivo, mas também normativo, e porque a sociedade valoriza e recompensa a conformidade e sanciona o desvio, os indivíduos podem sentir-se compelidos a “identificá-los” como parte do *self*, ou não o fazendo, a acomodar-se, ou a encenar acomodar-se, com eles na interação social (e sexual). *Even though sex-typed distinctions between the sexes may not fit individuals, stereotypes themselves have power as standards to which to conform, against which to rebel or with which to evaluate others* (Basow, 1992, p.11). Nesta perspetiva, é pela *performance* do género que se legitima e perpetua a ideia de diferença, que se constrói a distinção entre masculino e feminino, ou que se reforçam estruturas sociais assimétricas, ditas patriarcais, porque há entre essas duas categorias uma relação *one-up* vs. *one-down* (Brickell, 2006; Howard & Hollander, 1997; Vanwesenbeeck, 2009; Wood & Eagly, 2010, 2012). Ou seja, género é ideologia e interação, mas também é estrutura, e concordamos com outros autores quanto à sua institucionalização. *Gender is produced and shaped by institutions such as the media, religion, and educational, medical, and other political and social systems, creating a societal gender structure that*

is deeply entrenched and rarely questioned, but hugely influential (Johnson & Repta, 2012, p. 21).

Apesar de fortemente combatido nos últimos anos, o gênero continua a exercer uma importante influência nas mais diversas esferas da experiência e da relação humana, incluindo a sexual, e essa observa-se na possibilidade de os indivíduos poderem trocar liberdade ou autonomia por imagem e reputação social e sexual, com eventuais efeitos deletérios para a saúde sexual e bem-estar geral. Tal justifica a importância de compreender e aprofundar o significado, o valor e o lugar desta construção no mundo social – *only through such an understanding can we hope to address the pervasive and deeply damaging social problems (discrimination, violence, power imbalance) that continue to plague our society* (Howard & Hollander, 1997). O desafio aqui será conhecer o seu lugar na experiência e saúde (hétero)sexual de homens e mulheres, partindo da “velha” mas “sobrevivente” premissa de que o gênero pode afetar a percepção do indivíduo sobre si e sobre o mundo e influenciar as dimensões pessoal e social da sexualidade, sendo o Duplo Padrão Sexual (DPS) uma das vias pelas quais essa influência se faz sentir há longos anos (Bay-Cheng & Zucker, 2007; Mark & Miller, 1986).

2. Duplo Padrão Sexual

O DPS é ao mesmo tempo um código de avaliação da conduta sexual e um código moral dual que prescreve mais liberdade e atitudes mais permissivas para os homens do que para as mulheres, e prevê, como norma, uma avaliação mais negativa e sancionamento mais severo das mulheres, do que dos homens, pelo envolvimento no mesmo tipo de comportamento sexual (Reiss, 1960; Zaikman & Marks, 2017). Trata-se de uma norma heterossexual de gênero, assente em papéis e estereótipos sexuais de gênero, que recompensa agência e atividade sexual masculina e pune a feminina. *The sexual double standard teaches men that sexuality is the key to masculinity and that frequent sexual activity is a necessary component of being a man (whereas) teaches women that their sexuality should be minimized and controlled (because) desiring, initiating and enjoying sexuality makes a woman less feminine and desirable* (McCarthy & Bodnar, 2005, p. 228). Curiosamente, o DPS, apesar de colocar os homens em situação de vantagem face às mulheres, pode condicionar o acesso de ambos os gêneros a uma

experiência sexual livre, satisfatória e segura (e.g., Berkowitz, 2011; Brown et al., 2018; Elmerstig et al., 2012; Flood, 2013; Kalish, 2013).

Inicialmente designado de Padrão Sexual Pré-Marital começou por definir a aceitação de relações sexuais pré-maritais para homens, mas não para mulheres que, caso violassem a norma, seriam rotuladas de *bad women* (Reiss, 1956). O autor que lhe deu visibilidade reconheceu que teria tendência a enfraquecer, mas não a desaparecer e que outros, alternativos, seriam gradualmente aceites (Reiss, 1960). Falou de permissividade com e sem afeto para descrever a aceitação da atividade sexual em relações afetivas, estáveis, ou quando a atração/desejo sexuais estavam presentes (Reiss, 1960, 1961). E a sua previsão não esteve longe de se mostrar correta, ainda que, nos anos seguintes, o DPS tenha deixado de reportar ao sexo pré-marital para passar a definir um padrão geral de conduta e de avaliação da conduta sexual. Ou seja, o DPS atualizou-se e, refletindo a tendência liberal das sociedades ocidentais das últimas décadas, não só deixou de se manifestar para certas atividades sexuais (e.g., sexo pré-marital, virgindade) como deu lugar a padrões alternativos. Referimo-nos a um mais expressivo padrão igualitário, liberal ou conservador, designado Padrão Sexual Singular (PSS), que julga da mesma maneira homens e mulheres; e a um tímido padrão diferencial, o Duplo Padrão Sexual invertido (DPS invertido), menos permissivo e mais punitivo do comportamento sexual de homens do que do de mulheres (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020).

O DPS enfraqueceu, mas não se extinguiu, e no momento em que o presente trabalho teve início, a investigação dava conta disso mesmo. Nas duas últimas décadas do séc. XX, a maioria da pesquisa sobre DPS foi desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA), com jovens e estudantes universitários, e apontou sentidos diferentes (Tabela 1). A pesquisa quantitativa usou *within-subject designs* (WSD) e, sobretudo, *between-subject designs* (BSD) – avaliação de alvos femininos e/ou masculinos, respetivamente – em geral combinados com cenários hipotéticos (*Person Perception Task*, PPT) e medidas standardizadas. As suas conclusões decorrem da observação do grau de permissividade expresso pelos inquiridos (e.g., comportamento sexual vs. tipo/fase relacionamento), ou da avaliação que faziam da desejabilidade de homens e mulheres com diferente experiência sexual (e.g., tipo relacionamentos, número parceiros, grau atividade sexual), por exemplo. E os seus resultados vieram sugerir o enfraquecimento do DPS e a forte presença de um PSS conservador (e.g., Feldman et al., 1999; Mark & Miller, 1986; Sprecher, 1989; Sprecher et al., 1991; Williams & Jacoby,

Quadro 1 Investigação quantitativa produzida nas últimas décadas do século XX

Pesquisa quantitativa com estudantes universitários americanos	PSS conservador dominante em estudos BSD	PSS conservador observado na avaliação de alvos hipotéticos aos quais eram atribuídos diferentes graus de permissividade sexual (virgindade; atividade sexual em relacionamentos ocasionais e estáveis) (Mark & Miller, 1986), ou para os quais se fazia variar o envolvimento em relacionamentos múltiplos/exclusivo e o grau de atividade sexual (acima/abaixo/na média) (Gentry, 1998).
		PSS conservador observado na avaliação da desejabilidade (amigos/parceiros) de alvos em função de critérios como número de parceiros, relacionamentos hétero/homossexuais, ocasionais/regulares anteriores (Jacoby & Williams, 1985; O'Sullivan, 1995; Williams & Jacoby, 1989), idade, grau atividade sexual vs. tipo de relacionamento (Sprecher et al., 1991).
	PSS conservador alterna com DPS tradicional, DPS invertido e PSS liberal em estudos BSD	Em alguns dos acima referidos, PSS conservador alternou com DPS tradicional e/ou DPS Invertido (e.g., homens com moderada, e mulheres com elevada, atividade sexual preferidos enquanto <i>date partners</i>) residuais (e.g., Gentry, 1998; O'Sullivan, 1995).
	PSS conservador em estudos BSD e com medidas estandardizadas	PSS conservador observado na avaliação da desejabilidade ou atributos desejados em parceiros sexuais (e.g., preferidos os menos experientes e permissivos), e alterna do com DPS tradicional (e.g., mulheres permissivas preferidas em <i>blind dates</i>) e com PSS liberal (e.g., mulheres liberais admitiam parceiros com experiência moderada a alta) residuais (Oliver & Sedikides, 1992; Sprecher et al., 1997).
Pesquisa quantitativa com estudantes universitários americanos e não-americanos	DPS tradicional documentado em estudos BSD e WSD	DPS tradicional observado na avaliação de alvos hipotéticos em função da idade e contexto da primeira relação sexual; na aceitação do sexo em várias etapas de um relacionamento, na estimação do número de parceiros anteriores, ou na avaliação da troca repetida de parceiros (e.g., mulheres consideradas irresponsáveis e com menos amor-próprio) em pesquisa com estudantes universitários americanos (Sprecher et al., 1987; BSD), estudantes americanos, russos e japoneses (Sprecher & Hatfield, 1996; WSD) e adolescentes escoceses (Sheeran et al., 1996; WSD).
Pesquisa qualitativa com jovens, especialmente americanos, e estudantes universitários	DPS tradicional em estudos sobre discursos/linguagem	Da análise da linguagem (e.g., calão sexual) usada em contextos universitários concluiu-se que os termos negativos usados para descrever mulheres sexualmente experientes eram não só mais frequentes e numerosos, como tinham conotação mais negativa, do que os atribuídos a homens experientes (Munro, 1991; Sutton, 1995).
	DPS tradicional em estudos etnográficos	Crawford e Popp (2003) citam os trabalhos etnográficos de Eder, Evans e Parker (1995), Moffat (1989) e Orensteien (1994), a partir dos quais se concluiu que os jovens reconheciam que a menor vs. maior experiência sexual da mulher podia levar à sua categorização como <i>good girl</i> vs. <i>slut</i> , que as mulheres recebavam rotulagem negativa, ou que a rotulagem podia ser motivada por fatores sexuais (e.g., permissividade) ou sem relação com a conduta sexual (e.g., curiosidade sexual, aparência).
	DPS tradicional em estudos por entrevista e observação direta	Dos trabalhos de Fromme e Emilovich (1998) e de Weatherall e Walton (1999), com universitários americanos e neozelandeses, respetivamente, concluiu-se que os homens distinguiam entre as mulheres que dizem não ao sexo ocasional (respeitadas) e as que têm relações sexuais no primeiro encontro (menos desejadas para compromisso), e que os jovens, em geral, usavam metáforas refletindo o enraizamento da crença estereotípica do homem ativo vs. mulher passiva que legitima DPS.

1989), alternando, em alguns casos, com um DPS tradicional e um DPS invertido (e.g., Gentry, 1998; O'Sullivan, 1995), e noutros, com um DPS tradicional e um PSS liberal

(e.g., Oliver & Sedikides, 1992; Sprecher et al., 1997) residuais. Um reduzido número de estudos quantitativos notou a presença de um DPS tradicional (e.g., Sheeran et al., 1996; Sprecher & Hatfield, 1996), ao passo que a pesquisa qualitativa do final do séc. XX, também diversa nos métodos usados, apontou para um forte enraizamento do padrão, por exemplo, para as questões da rotulagem de mulheres sexualmente experientes ou assim percebidas – *good girls vs. bad girls* (e.g., Crawford & Popp, 2003; Fromme & Emilovich, 1998; Munro, 1991; Sutton, 1995; Weatherall & Walton, 1999).

A investigação da primeira década do séc. XXI replicou, em certa medida, o padrão de resultados das duas décadas anteriores, mas ofereceu uma visão mais complexa, completa e culturalmente diversa da manifestação do DPS (Tabela 2).

Quadro 2 Investigação quantitativa produzida na primeira década do século XXI

Pesquisa quantitativa em diferentes culturas, e especialmente com estudantes universitários	DPS tradicional enfraquecido em estudos com medidas estandardizadas	Universitários suecos manifestaram maior aceitação da igualdade de género e atitudes sexuais mais permissivas (e.g., sexo pré-marital) do que estudantes americanos (Weinberg et al. 2000). Aceitação do DPS (e.g., infidelidade masculina, iniciativa feminina) mais vinculada em amostras da população geral de países do Leste (São Petersburgo; Estónia) do que do Norte (Finlândia) da Europa (Haavio-Manilla & Kontula, 2003).
	PSS conservador, e PSS liberal alterna com DPS tradicional em estudos BSD	PSS liberal observado entre estudantes universitários canadianos na avaliação de algumas práticas sexuais (e.g., uso de brinquedos sexuais, masturbação) alternou com a avaliação genderizada de outras (e.g., fantasias homossexuais e dor/humilhação menos normativas para homens) (Morrison et al., 2008).
Pesquisa quantitativa com estudantes universitários americanos	Padrões sexuais variam em função do comportamento avaliado e das características/experiências de quem avalia em estudos BSD e com recurso a medidas estandardizadas	DPS tradicional observado na avaliação de condutas sexuais não convencionais como as “relações a três” (Jonason & Marks, 2009) ou as relações sexuais não coercivas entre adultos/professores e adolescentes/alunos (e.g., desculpabilização mulheres adultas e desagravamento consequências para adolescentes homens) (Sahl & Keene, 2010).
		DPS tradicional rejeitado por mulheres que aderiam a ideais feministas (efeito não observado para os ideais da igualdade de género) (Bay-Cheng & Zucker, 2007).
		DPS tradicional mais provável entre jovens que visualizavam conteúdos televisivos como <i>Reality Dating Programs</i> e vídeos musicais sexualizados (Zhang et al., 2008; Zurbriggen & Morgan, 2006).
Pesquisa quantitativa com estudantes universitários americanos e estudantes, jovens e população geral de outras sociedades ocidentais	DPS pessoal enfraquecido e DPS social mantido em estudos BSD e com recurso a medidas estandardizadas	DPS pessoal a enfraquecer e DPS social mantido na avaliação de envolvimento ocasionais ou do elevado número de parceiros anteriores observado em diferentes países – Canadá (Milhausen & Herold, 1999, 2001), Portugal (Ramos et al., 2005), EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália (Marks & Fraley, 2005).
	DPS social favorece a adoção “pessoal” do padrão para condições particulares em estudos BSD	DPS tradicional adotado por estudantes universitários americanos, independentemente da identificação pessoal com o padrão: <ul style="list-style-type: none"> DPS tradicional observado numa tarefa de recuperação (e.g., são erradamente recuperados mais comentários negativos de um alvo feminino do que de um masculino envolvido em sexo com ex-parceiro) provavelmente numa tentativa de evitar dissonância cognitiva (Marks & Fraley, 2006). DPS tradicional observado na avaliação de alvos com elevado número de parceiros anteriores em situações de atenção dividida, nas quais menos recursos cognitivos estão disponíveis (Marks, 2008). DPS tradicional observado na avaliação de alvos em função do número de parceiros sexuais em contextos de grupo (aceitação, conformidade) ou depois deles (transferência ou aprendizagem) (Marks & Fraley, 2007).

A quantitativa, usando especialmente BSD/PTT e medidas estandardizadas, sugeriu diferenças entre culturas (Haavio-Manilla & Kontula, 2003; Weinberg et al., 2000), alguma preferência por padrões igualitários liberais (Morrison et al., 2008) e um DPS dependente de fatores como os comportamentos avaliados (Jonason & Marks, 2009; Sahl & Keene, 2010), as características de quem avalia ou as experiências dos jovens com a *cultura pop* (Bay-Cheng & Zucker, 2007; Zhang et al., 2008; Zurbriggen & Morgan, 2006). Por fim, e por ventura, o resultado mais importante deste período diz respeito à observação de que o padrão é socialmente reconhecido (DPS social), mas são cada vez menos os que se identificam com ele (DPS pessoal), em várias sociedades ocidentais (Marks & Fraley, 2005; Milhausen & Herold, 1999, 2002; Ramos et al., 2005). Resultado a que se soma ainda a observação de o DPS, apesar de explicitamente rejeitado, poder ocorrer de forma inconsciente ou automática (Marks, 2008; Marks & Fraley, 2006, 2007). Esse caráter bidimensional do padrão não só ajuda a explicar porque a investigação do final do século XX apontou sentidos contrários – a quantitativa explora mais DPS pessoal, enquanto a qualitativa também informa sobre DPS social –, como permite acomodar melhor os resultados da investigação qualitativa (e mista) do primeiro decénio do séc. XXI (Tabela 3). Usando metodologia diversa (e.g., entrevistas, grupos focais), os estudos concluem que o DPS está presente em mensagens mediáticas sobre saúde sexual dirigidas a adolescentes e jovens (Aubrey, 2004; Hartley & Drew, 2001), influencia a aceitação ou o estatuto entre pares, impõe limites a interações sexualizadas (e.g., *grinding on the dancefloor*) e está contido nas narrativas dos jovens sobre sexualidade (Kreager & Staff, 2009; Ronen, 2010; Shoveller et al., 2004). Um outro conjunto de pesquisa qualitativa sugere que entre os jovens ocidentais, particularmente mulheres, os discursos de resistências coexistem com DPS pessoal e social (e.g., Devries & Free, 2010; Hamilton & Armstrong, 2009; Jackson & Cram, 2003; Kulkarni, 2007; Milnes, 2004). Ao mesmo tempo que rejeitam aspetos da feminilidade e masculinidade tradicionais (e.g., mulher emocional, vítima; homem insaciável) ou defendem liberdade e igualdade de género (e.g., sexualidade feminina predatória e promíscua), admitem a existência social do padrão, assumem adotá-lo em alguns casos (e.g., mulheres com experiência ocasional ou filhos de pais diferentes) e mostram algum grau de acomodação com as prescrições de género e DPS (e.g., desejo feminino sem corpo, sexualidade prova de masculinidade).

A investigação desenvolvida em Portugal sobre DPS, para o mesmo período, é reduzida, contando com um total de sete estudos quantitativos e um qualitativo,

Quadro 3 Investigação qualitativa e mista produzida na primeira década do século XXI

Pesquisa qualitativa (e mista) com jovens, americanos e canadianos, e o DPS tradicional	Análise Conteúdo	DPS e género reproduzidos em filmes de educação sexual nos EUA e Canadá (Hartley & Drew, 2001) e programas televisivos produzidos nos EUA (Aubrey, 2004) para adolescente, com as mensagens neles contidas a refletir uma sexualidade masculina normalizada (e.g., agência, desejo, iniciativa) e uma sexualidade feminina com limites bem definidos – mais afetiva e relacional, passiva, responsável e perigosa (e.g., penalização da experiência e iniciativa sexual).
	Entrevista	DPS tradicional observado nas narrativas de jovens canadianos sobre sexualidade (e.g., associação entre promiscuidade feminina a <i>sluttishness</i> e normalização da masculina através da ideia <i>boys will be boys</i>), ainda refletindo o silenciamento e alienação do desejo sexual feminino (Shoveller et al., 2004).
	Etnografia	DPS tradicional e prescrições de género observados, entre estudantes universitários americanos, na ação de dançar de forma sexualizada, ou <i>grinding on the dance floor</i> . <i>Grinding</i> como a principal motivação dos homens para entrar na pista, onde as mulheres esperam, e controlam a sua aproximação (e.g., potenciais parceiros românticos); iniciativa feminina para o <i>grinding</i> ou avanço deste para um <i>hookup</i> podia ser sancionado (Ronen, 2010).
	Misto	DPS tradicional observado na avaliação da aceitação/estatuto de adolescentes americanos em função do número de parceiros, com mulheres a contribuir ativamente para ele (e.g., ampliam estatuto dos rapazes permissivos mas aceitam menos raparigas permissivas) (Kreager & Staff, 2009).
Pesquisa qualitativa (e mista) com jovens, especialmente não-americanos, e a combinação/alternância entre discursos de resistência e acomodação ao DPS tradicional	Misto	Jovens neozelandeses rejeitam género (e.g., mulheres relacionais, passivas, menos capazes de desejo/prazer; homens sexuais) mas usam na construção do sexual <i>self</i> as tradicionais definições de masculinidade e feminilidade, ou limitam a defesa/afirmação de posições alternativas (e.g., direito das mulheres a expressar/agir o desejo sexual e dos homens a valorizar compromisso na relação romântica) a contextos que não ameaçavam identidade e reputação (Allen, 2003).
	Grupos Focais	Mulheres jovens neozelandesas rejeitaram a posição de vítimas impostas pela sociedade e cultura, mas reconheceram a rotulagem de mulheres sexualmente ativas, e pareceram conformar-se com as tradicionais prescrições sexuais de género e heteronormatividade (e.g., desejo sexual desligado do corpo, fraca articulação de alternativas à penetração, mesmo se/quando consideradas fonte mais provável de satisfação sexual) (Jackson & Cram, 2003).
	Etnografia	Mulheres universitárias americanas rejeitaram crenças como a da orientação feminina para relação/romance, mas reconheceram a existência de crenças de género na base de um DPS e de um imperativo relacional que justificam o sancionamento da ocasionalidade feminina, o menor poder da mulher na relação ou a tendência desta a perpetuar relações não desejadas (Hamilton & Armstrong, 2009).
	Entrevista	Jovens ingleses revelaram resistência face aos tradicionais discursos sobre heterossexualidade, género, e DPS, mas retornaram a eles recursivamente (e.g., mulheres e atitudes negativas face à ocasionalidade; homens e pressão para provar masculinidade através do sucesso sexual); expectativas relacionais eram coincidentes mas homens acreditavam poder trair sem perder a relação enquanto mulheres sentiam pressão para satisfazer o parceiro mesmo quando elas não o podiam fazer (Maxwell, 2007).
		Jovens canadianos refletiram, nas suas narrativas sobre sexualidade, o reconhecimento do estereótipo homem ativo vs. mulher passiva, ao mesmo tempo que (a) contrariam a ideia de que o desejo sexual masculino é insaciável, ou de que os homens não podem ser coagidos sexualmente; e (b) defenderam a existência e natureza positiva do desejo sexual feminino e o papel ativo das mulheres na negociação da utilização (ou não) do preservativo (Devries & Free, 2010).
		Jovens mães inglesas afirmaram o direito a uma sexualidade ativa, promíscua e “predatória” ao mesmo tempo que a sua perceção da experiência sexual continuava a ser informada pela narrativa romântica, as suas relações ocasionais eram descritas em termos negativos, ou assumiam já ter sido estigmatizadas, ou já ter estigmatizado outras mulheres, pelo envolvimento nesse tipo de relacionamento (Milnes, 2004).
Jovens mães americanas mostraram estar a desafiar/abandonar as “ilusões românticas” mas continuar presas a discursos tradicionais sobre género, sexualidade e relação romântica (e.g., <i>good girls do not get pregnant; standing by your man</i>), reconhecer a existência de DPS (e.g., evitavam sexo em <i>hookups</i>) e poder mesmo adotá-lo no julgamento de mulheres com história de relações ocasionais, múltiplos parceiros, ou filhos de pais diferentes (Kulkarni, 2007).		

desenvolvidos com adolescentes, jovens e estudantes universitários, e todos à exceção de um – o já citado trabalho de Ramos e colaboradores (2005) – publicados em língua portuguesa. Os resultados mostraram-se em linha com os apurados noutras sociedades ocidentais. A pesquisa do séc. XX indicou que o DPS clássico (pré-marital) estava atenuado ou ultrapassado, mas sugeriu diferenças de género (e.g., primeira relação, parceiros, masturbação, sexo ocasional) consonantes com o seu conteúdo comportamental atual (Alferes, 1997; Vasconcelos, 1998). A pesquisa do primeiro decénio do séc. XXI apontou para o enfraquecimento do DPS pessoal e a permanência do DPS social (Alves et al., 2009; Ramos et al., 2005); para um PSS conservador (e.g., sexo só depois do primeiro encontro) (Alves, 2006); e especialmente para um PSS liberal (e.g., relações esporádicas), alternando com visões mais tradicionais sobre género (e.g., menos experiência feminina; iniciativa masculina) e relação hétero-romântica, ou com um DPS tradicional residual (e.g., desconfiança face a mulheres que têm sexo no primeiro encontro) (Marques, 2009; Pereira, 2010).

Em suma, quando este trabalho começou a desenvolver-se, a investigação somava resultados diversos e permitia concluir sobre o enfraquecimento do DPS, mas não sobre o seu desaparecimento. Especialmente evidente na avaliação dos envolvimentos ocasionais ou com múltiplos parceiros, que passaram a sinónimo de (hétero)sexualidade ativa, o DPS mostrou ser explícita ou implicitamente adotado por alguns, para alguns comportamentos, ou em determinadas condições de avaliação, e reconhecido por muitos para as questões da reputação/experiência sexual (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). Padrões alternativos, igualitários, ganharam espaço, mas resistência e oposição coexistiam com aceitação, reconhecimento, e acomodação ao DPS (e prescrições sobre género e heterossexualidade que o alicerçam). Um grupo de investigação particularmente relevante veio a distinguir entre um DPS pessoal enfraquecido e um DPS social mantido, e no lugar de resultados inconsistentes foi possível ver a natural variação de um padrão que é dinâmico e multideterminado, e/ou a expressão de duas dimensões de DPS, independentes e seguindo direções diferentes, que os primeiros investigadores não diferenciaram, ou mesmo confundiram e, erradamente, compararam. Não obstante, as inconsistências não deixam de alertar para problemas ou fragilidades, a primeira das quais relacionada com a fraca consideração da bidimensionalidade do conceito, a que se juntaria a falta de estabilidade e a variabilidade, na operacionalização, medida e escolha dos indicadores do DPS (e.g., Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). Todas limitações atribuíveis à falta de uma estrutura

conceitual própria e que vêm recomendar o desenvolvimento de modelos compreensivos de DPS (Fasula et al., 2014; Zaikman & Marks, 2017).

3. Teorias de género e DPS

O DPS é um conceito empírico mas, porque considerado um derivado sexual do género, a maioria da investigação tende a socorrer-se das teorias de género para explicar a origem e (re)produção do padrão, parecendo mesmo haver consenso quanto às que melhor servem esse objetivo. Falamos da psicologia evolutiva, das teorias da socialização e da teoria dos papéis sociais, que alguns autores têm defendido poderem ser combinadas para uma imagem mais completa da manifestação do DPS (Zaikman & Marks, 2017). Do mesmo modo, defendemos uma abordagem eclética que possa combinar teorias de género, incluindo as aplicadas à sexualidade (e.g., teoria dos *Scripts* ou Guiões Sexuais), com modelos especificamente orientados para a explicação do DPS, da sua existência e manifestação, de que é exemplo o *Multidimensional Framework for the Meanings of the Sexual Standard* avançado por Fasula e colaboradores (2014). Porém, consideramos ser a ideia de construção aquela que melhor descreve os conceitos de DPS, género, ou sexualidade, significando isso que o presente trabalho parte de uma matriz construcionista, onde se irão integrar os contributos de alguns modelos teóricos antes referidos. Aceita-se a premissa básica do construcionismo social de que o conhecimento é socialmente construído (Gergen, 2001), mas rejeita-se a sua versão radical, anti-realista e super-relativista, preferindo-se, como Andrews (2012) e Elder-Vass (2012), uma posição moderada que admite a existência de realidades objetivas, independentes da experiência e da perceção dos indivíduos.

De acordo com esta corrente de pensamento, o género é uma construção social e culturalmente produzida e reproduzida na e pela interação, rejeitando-se a ideia de traços ou comportamentos fixados por imperativos sociais ou constrangimentos culturais, tanto quanto por determinantes biológicos (Howard & Hollander, 1997; Marecek et al., 2004). Mas dizer que género, tal como sexualidade ou DPS, são socialmente construídos não significa que sejam sociais ao invés de biológicos, aprendidos ao invés de inatos, ou o resultado do meio ao invés de hereditários, mas antes que as ideias e conceitos que permitem pensar ou comunicar sobre esses fenómenos são o produto da negociação social, que não são nem universais nem fixos (Marecek et al., 2004, p. 194). Reside aí, na possibilidade de mudança ou transformação, a força do construcionismo social. Ele

permite admitir que as desigualdades de gênero, e as assimetrias na relação heterossexual, podem ser combatidas e anuladas. A falha está na centralidade atribuída à agência individual e concorrente tendência a relegar para segundo plano, ou mesmo desvalorizar, a influência de variáveis que nos parecem ser da maior relevância para a construção do gênero ou do DPS, como se pode inferir da seguinte afirmação, *This perspective challenges the naturalness of gender differences, maintaining that all significant social characteristics are actively created, rather than biologically inherited, permanently socialized, or structurally predetermined* (Howard & Hollander, 1997, p. 37).

Assim que, a uma matriz construcionista se soma o peso da socialização, da estrutura social, bem como os contributos das clássicas teorias da socialização ou da teoria dos papéis sociais (de gênero e sexuais), ponderando sempre os limites de cada modelo ou corrente (Howard & Hollander, 1997; Marecek et al., 2004; Wood & Eagly, 2012).

3.1. Psicologia Evolutiva

A psicologia evolutiva defende que as diferenças entre homens e mulheres são o produto dos processos evolutivos e das estratégias usadas com vista ao sucesso reprodutivo (Howard & Hollander, 1997; Petersen & Hyde 2010, 2011; Wood & Eagly, 2012). De acordo com esta perspectiva, porque a fertilidade masculina não se esgota, e porque a gravidez exige das mulheres grande investimento de tempo e energia, o sucesso de uns e outros em matéria de transmissão dos genes teria requerido diferentes ações estratégicas e determinados padrões de comportamento diferenciais (Petersen & Hyde 2010, 2011). O sucesso dos homens corresponderia a maximizar a probabilidade de descendência e o das mulheres a garantir a sobrevivência da pouca e frágil descendência, explicando a preferência dos primeiros por relacionamentos ocasionais e múltiplas parceiras e das segundas por relacionamentos estáveis, exclusivos, bem como por parceiros competentes e comprometidos com a parentalidade (Howard & Hollander, 1997; Petersen & Hyde 2010, 2011). Tais preferências já não seriam determinadas por exigências reprodutivas ou genéticas mas, de acordo com a teoria das estratégias sexuais (Buss, 1998; Buss & Schmidt, 1993) que aplica a psicologia evolutiva à sexualidade, elas continuariam a existir pela influência de forças ancestrais, naturais (Petersen & Hyde 2010, 2011). A validade destas premissas é questionável dada a inconsistência dos resultados da investigação, mas pode ser o argumento “perfeito” para legitimar o DPS,

oferecendo suporte “científico” à naturalização das desigualdades e assimetrias na heterossexualidade (Petersen & Hyde, 2010, 2011; Wood & Eagly, 2012; Zaikman & Marks, 2017).

3.2. Teorias da socialização (de género)

Cabe nesta designação um conjunto de perspectivas teóricas já clássicas, mas cujos contributos são incontornáveis, a começar pelo pressuposto de que género (como o DPS) é aprendido e pode ser desaprendido, como se deseja. A teoria da aprendizagem social veio dar destaque aos processos de reforço e punição, a que a sua atualização sociocognitiva juntou observação e modelagem, como forma de introduzir à equação fatores internos (Bandura, 1977, 2001; Bussey & Bandura, 2004). No entanto, não desfaz a crítica relativa à passividade daqueles que aprendem, do indivíduo socializado (Blakemore et al., 2009) e será preciso somar a essas, a teoria cognitivo-desenvolvimentista de Kohlberg (1966) e a teoria dos esquemas de género (Bem, 1983) para responder a tal limitação (Blakemore et al., 2009; Ryle, 2012). A primeira propõe que no processo de aprendizagem é o sujeito quem ativamente seleciona, organiza e transforma o alimento disponível no mundo físico e no mundo social, enquanto a segunda acrescenta a ideia de que os indivíduos constroem esquemas de género – *their own attitudes and knowledge about gender* – pela observação da cultura (Blakemore et al., 2009, p. 205). Essas estruturas cognitivas seriam depois aplicadas à compreensão e à interação com o meio envolvente, ou o que veio a designar-se por *gender lens* (Bem, 1993; Blakemore et al., 2009; Ryle, 2012). O pecado destas últimas será, paradoxalmente, a centralidade atribuída ao indivíduo, e a fraca consideração de variáveis situacionais ou contextuais, ao mesmo tempo que partilham com as primeiras o erro de considerar que a socialização gera regularidades identitárias e comportamentais (Basow, 1992; Connell, 2002; Howard & Hollander, 1997). Ainda assim, continuam a ser úteis à compreensão do género e do DPS. É pela experiência, observação, e ensino da cultura (e.g., mensagens de pais, pares e media) que se aprende o que é sexualmente apropriado ou aceitável para homens e mulheres (Basow, 1992; Petersen & Hyde, 2010). As mulheres aprendem que evitar relacionamentos ocasionais ou múltiplos parceiros pode proteger a reputação, ao passo que os homens aprendem que o envolvimento nesse tipo de comportamentos é fonte de estatuto e recompensa (Petersen & Hyde, 2010). A aprendizagem não é passiva nem leva necessariamente à internalização do género ou à

identificação com o DPS e, como vimos na secção anterior, são cada vez menos aqueles que se identificam com o padrão, ainda que continuem a ser muitos os que o reconhecem e se acomodam às suas prescrições (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). Porém, não se pode negar que a sociedade tem influência no modo como o indivíduo constrói a sua compreensão e relação com o género (na sexualidade) e o DPS. E, nesse sentido, não será de afastar a hipótese de a socialização poder promover um certo grau de incorporação irrefletida da cultura, havendo evidência de mulheres que associam sexo a submissão de forma automática (e.g., Kiefer et al., 2006; Sanchez et al., 2006), ou de indivíduos que não se identificando com o DPS o adotam como referente em condições ou circunstâncias particulares (Marks, 2008; Marks & Fraley, 2006, 2007).

3.3. Teoria dos papéis sociais

A teoria dos papéis sociais atribui as diferenças (sexuais) entre homens e mulheres à histórica divisão do trabalho, produto da especialização biológica dos sexos – atividades reprodutivas femininas e tamanho/força masculina – em interação com o contexto socioeconómico (Eagly et al., 2000; Eagly et al., 2004; Wood & Eagly, 2010, 2012). De acordo com os autores, a divisão do trabalho estrutura a socialização – que alimenta essa divisão – bem como os mecanismos biológicos e psicológicos pelos quais os indivíduos criam o género coletivamente (Wood & Eagly, 2012). Da observação das ocupações ou atividades desenvolvidas por homens e mulheres nascem os papéis de género, crenças e expectativas sobre os atributos psicológicos e o comportamento dos indivíduos, em função do sexo socialmente identificado (Eagly, 1987; Wood & Eagly, 2010, 2012). Os papéis refletem-se em estereótipos descritivos ou prescritivos/injuntivos definindo as qualidades que diferenciam homens e mulheres e especificando o comportamento esperado ou desejado para cada sexo (Eagly et al., 2004; Wood & Eagly, 2010). E a hierarquização inscrita nos papéis e estereótipos é transposta para os mais diversos domínios da experiência, incluindo o sexual. Um exemplo paradigmático será o estereótipo *female communion* vs. *male agency* que, de acordo com os autores, decorreria da observação das mulheres em funções de cuidado e dos homens em funções que exigem força, proatividade e que estão geralmente associadas a estatuto, prestígio e poder. Este estereótipo faz esperar das primeiras características como amabilidade, altruísmo, ou competência social, e a adoção de um papel sexual dependente, passivo, submisso, enquanto faz esperar dos segundos independência, assertividade,

competitividade e a adoção de papéis sexuais ativos e dominantes (Eagly & Wood, 2012; Eagly et al., 2004; Wood & Eagly, 2010, 2012).

Os autores defendem, por fim, que os papéis e os estereótipos guiam o comportamento na direção esperada, i.e., genderizada, através de processos sociais, psicológicos e biológicos (Eagly & Wood, 2012; Wood & Eagly 2012). *Biological processes include hormonal fluctuations that act as chemical signals that regulate role performance. Psychological processes include individuals' internalization of gender roles as self-standards against which they regulate their own behavior, as well as their experience of other people's expectations that provide social regulatory mechanisms* (Eagly & Wood, 2012, p. 459). Focando os dois últimos, a (re)produção do gênero seria o produto da conformidade com expectativas (*expectancy confirmation*) e identidades (*self-regulation*) genderizadas, tanto mais provável porque fonte de aprovação ou reconhecimento social, em geral, ou porque promotora do autoconceito e da auto-estima (e.g., orgulho) daqueles que se identificam com o gênero (Wood & Eagly, 2010, 2012).

Em suma, a teoria dos papéis sociais combina biologia, socialização, desenvolvimento e cognição, com interação e estrutura social, e tem o mérito de oferecer uma proposta eclética e integrada sobre origem e (re)produção do gênero. Um dos principais contributos do modelo diz respeito à centralidade atribuída aos conceitos de papéis e estereótipos de gênero, centrais para a compreensão do DPS. Simultaneamente, considerando história, sociedade e hierarquias de poder, vem acrescentar a ideia de que a manifestação do DPS vai depender de variações nos papéis ocupados por homens e mulheres, e será mais provável em sociedades patriarcais (Petersen & Hyde, 2010, 2011; Zaikman & Marks, 2017). Proposição que encontra suporte na evidência sobre o enfraquecimento do DPS ao longo das últimas décadas – acompanha o combate ao patriarcado – ou sobre a sua diferente manifestação entre culturas – e.g., fraca nos países do Norte da Europa, conhecidos pelos seus ideais sociais de liberdade e igualdade, comparativamente com países da Europa de Leste ou EUA (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Fugère et al., 2008). Apesar disso, não deixa de incorrer num certo grau de essencialismo ao assumir que a divisão de funções conduz a diferenças de gênero, que os papéis de gênero emergem *effortlessly* a partir da repetida observação do comportamento de homens e mulheres, ou que alguns desses são internalizados como parte do *self* (Wood & Eagly, 2009, 2010). Uma das principais críticas é ainda a subvalorização da ação dos indivíduos na criação, sustentação ou transformação das estruturas sociais, que constitui um dos pressupostos centrais do construcionismo social

(Howard & Hollander, 1997). E é ela que dá força à ideia de que para uma melhor compreensão do género e do DPS, os contributos da teoria dos papéis sociais, como das teorias da socialização, devem ser equilibrados com os do construcionismo social numa perspetiva híbrida e aplicada à sexualidade, como a que aqui se defende.

3.4. Teoria dos guiões sexuais

Recorrentemente citada na literatura como o melhor exemplo de uma teoria de género aplicada à sexualidade, a teoria dos *scripts* ou guiões sexuais de Gagnon e Simon (1973), com raízes no interacionismo simbólico, fornece um adequado enquadramento à compreensão dos papéis de género ocupados por homens e mulheres na relação (hétero)sexual (Brickell, 2006; Sanchez et al., 2012a).

Os guiões envolvem um conjunto de expectativas que guiam o comportamento sexual, influenciados por normas culturais, interações entre os indivíduos, experiências passadas e desejos presentes (Simon & Gagnon, 1986). Os guiões para a expressão da sexualidade, fazem esperar dos homens que se comportem de forma assertiva, iniciando e determinando o ritmo da interação, definindo e controlando a atividade sexual, ou a sequência das ações; e das mulheres que se deixem conduzir e se mostrem complacentes, responsivas, às necessidades dos parceiros e ao desenrolar da interação (Martins & Machado, 2009; Rudman & Glick, 2008; Sanchez et al., 2012a). Ou seja, refletindo a polarização dos papéis de género, colocam os homens no lugar de agentes sexuais e as mulheres no lugar de objetos ou recetáculos do desejo masculino (Bay-Cheng & Zucker, 2007). Simultaneamente, refletindo discursos essencialistas sobre desejo e gratificação sexual – elevado/reduzido e física/afetiva entre homens/mulheres, respetivamente –, os guiões desencorajam o desejo feminino, estimulando o masculino, e atribuem às mulheres a responsabilidade por controlar os avanços dos homens para a gratificação (irreprimível) de um desejo *insaciável* (Bay-Cheng & Zucker, 2007; Louro, 2000; Ryle, 2012).

Somados, papéis, estereótipos e crenças sobre a natural diferença entre a sexualidade de homens e mulheres, justificam pois um guião masculino centrado no corpo e um guião feminino centrado na relação (Rudman & Glick, 2008; Ryle, 2012; Wiederman, 2005). Esses, em particular, fazem esperar das mulheres uma preferência por intimidade e compromisso, e a vivência da sexualidade no contexto da relação romântica – imperativo relacional (Hamilton & Armstrong, 2009) – e colocam a ocasionalidade feminina no lugar de desvio, ao passo que dão a esse tipo de relação, e ao envolvimento

dos homens com múltiplas parceiras, sentido de normalidade ou mesmo condição necessária à prova da masculinidade (McCarthy & Bodnar, 2005; Wiederman, 2005). Os guiões são, portanto, expressões do género na heterossexualidade e, tendo carácter prescritivo e normativo, ajudam a explicar a manifestação do DPS que corresponderia, grosso modo, à punição da sua não observância, mas tomados isoladamente podem oferecer um enquadramento algo limitado para a compreensão do DPS.

3.5. Um primeiro modelo explicativo de DPS

Fasula e colaboradores (2014) respondem à nossa preocupação sobre o carácter limitado da teoria dos guiões sexuais e combinam, numa mesma proposta explicativa do DPS, guiões, papéis sexuais, dinâmicas e estruturas sociais. De acordo com os autores, o DPS seria o produto da polarização da heterossexualidade – *good vs. bad girl* e *real man vs. wimp* – somada aos tradicionais papéis de género e às assimetrias de poder na relação heterossexual. *Good girls* têm menos desejo e experiência sexual, limitam sexualidade à relação romântica, motivada por, e inextricavelmente ligada a, amor e intimidade, e são consideradas respeitáveis e desejadas para relacionamentos estáveis ou regulares; ao contrário as *bad girls*, sexualmente ativas e experientes, são consideradas desviantes e ficam expostas a risco (e.g., rotulagem, rejeição, objetificação, vitimação sexual). De forma equivalente, os *real men* estão no extremo oposto do feminino e do homossexual (*wimp*), e são orientados para o prazer hedónico, para o sucesso sexual (e.g., atividade sexual frequente, elevado número de conquistas), medida de masculinidade (Fasula et. al, 2014). Na base do DPS estão ainda, de acordo com os autores, os tradicionais papéis do homem ativo dominante vs. mulher passiva submissa que, além de alimentarem a hierarquia e as desigualdades de género, colocam a mulher em forte desvantagem, seja porque se lhe exige a subjugação ao desejo masculino seja porque se lhe atribui a responsabilidade pelo controlo da relação sexual (*gatekeepers*) ou pelas consequências dessa para a saúde sexual e reprodutiva (e.g., contraceção, gravidez e IST). Apoia o DPS, por fim, um sistema de crenças que legitima, ou mesmo romantiza, erotiza o domínio masculino – o direito dos homens a prazer e a pressionar no sentido da sua satisfação – e que pode ter como consequência, grave, a normalização da coerção sexual ou do uso da força sobre as parceiras (Fasula et al., 2014).

A proposta, além da sua especificidade, acomoda os contributos da teoria dos guiões sexuais e oferece uma visão abrangente e *evidence-based* sobre os fatores que

explicam a existência e a manifestação do padrão, constituindo-se como o último grande contributo à construção do nosso entendimento sobre DPS. Deixamos de lado a noção de guião sexual, não por não lhe reconhecermos valor, mas por considerarmos que ela é parte da definição (e expressão) de estereótipos e papéis, que preferimos para uma operacionalização mais abrangente do DPS. Do mesmo modo, não excluimos que o DPS reflete e reforça estruturas sociais ou sistemas de crenças que exaltam o masculino, mas acreditamos que a dialética sujeito-meio será sempre mediada por estruturas simbólicas, como são os papéis e estereótipos sexuais de género. São essas construções que assumimos informar e legitimar o DPS, o que está em linha com o defendido por Fasula et al. (2014) se considerarmos que a polarização da heterossexualidade de que nos falam os autores corresponde a uma versão expandida da noção de estereótipo, onde se incluem as crenças essencialistas sobre a natureza sexual dos homens e emocional das mulheres.

3. 6. Uma perspetiva híbrida de DPS

Pouco haverá já a dizer sobre aquele que é o entendimento do DPS no presente trabalho ou sobre as razões que levaram a optar por uma perspetiva híbrida onde se conjugam contributos, e equilibram limites, de diferentes áreas do saber, teorias ou modelos explicativos do género e do próprio DPS. A secção ficaria, contudo, incompleta sem a apresentação de uma visão integrada dessa perspetiva, ou sem o reconhecimento de que ela poderá ser alvo de críticas por combinar correntes tidas como incompatíveis ou inconciliáveis. Aceitamos que, para alguns, combinar o construcionismo social com as clássicas teorias da socialização ou com a teoria dos papéis sociais, de linha mais estruturalista, possa ser uma solução questionável. Porém, todos os modelos têm valor relativo, ou limitado se quisermos, e uma abordagem eclética afigura-se essencial se quisermos conhecer e combater um fenómeno pervasivo e, como veremos na próxima secção, com potencial deletério para a liberdade e para a saúde sexual dos mais jovens, como é o DPS. Dito isto, resta concluir que a nossa matriz é construcionista, mas de linha moderada, constituindo-se o eixo em torno do qual se integram os contributos de outros modelos. O DPS corresponde a uma construção social, dinâmica, suportada nos papéis e estereótipos sexuais de género, que se (re)produz na e pela interação, e que se perpetua através de processos sociais como os descritos pelas ideias de *performance* de género – *doing gender* de West e Zimmerman (1987) – na sexualidade, ou de *self-impression management* e *behavioral confirmation* (Howard & Hollander, 1997; Sanchez et al.,

2012a; Vanwesenbeeck, 2009). Mais concretamente, as dicotomias mulher emocional passiva vs. homem sexual ativo, ou *good girl* vs. *real man*, informam, legitimam, esse padrão tradicional que prescreve e recompensa uma feminilidade casta e uma masculinidade predatória (Fasula et al., 2014; Petersen & Hyde, 2010, 2011; Sanchez et al., 2012a). Já preocupações em torno da preservação da imagem e reputação social e sexual tornam mais provável a manipulação da apresentação e do comportamento na interação social e íntima, de modo a fazê-los coincidir com prescrições e normas sexuais de género (Howard & Hollander, 1997). Papéis, estereótipos e DPS vivem na/pela interação, mas são também estruturas de conhecimento individual e partilhado, esquemas e construções, que se desenvolvem ou aprendem pelo contacto com a cultura. Os indivíduos podem ou não internalizar, identificar-se com eles mas, em geral, reconhecem a sua existência, o que pode ser suficiente para condicionar a expressão e o comportamento sexuais. A conformidade, real ou encenada, é provável porque protetora ou adaptativa. No entanto, o ciclo pode ser interrompido – *doing the gender wrong may be the interactional foundation for social change in gender relations* (Howard & Hollander, 1997, p. 38) – residindo nos indivíduos o poder para reforçar como para combater o género e o DPS, e nesse caso, promover igualdade, liberdade, e saúde sexual.

4. Género, DPS, e saúde sexual

O primeiro nível de influência do género e do DPS na experiência heterossexual corresponde ao reforço das diferenças, desigualdades ou assimetrias e, quando este trabalho se iniciou, as revisões da literatura notavam como os relacionamentos românticos tinham sido genderizados durante longos anos (Eaton & Rose, 2011) ou como se continuavam a registar diferenças de género para determinados comportamentos (e.g., masturbação, pornografia, ocasionalidade) e atitudes (e.g., permissividade) sexuais (Petersen & Hyde, 2010, 2011). Esses autores suspeitavam, como outros (e.g., Alexander & Fisher, 2003; Fisher, 2009; Jonason, 2008; Jonason & Fisher, 2009), do carácter artificial de algumas diferenças. Homens inflacionariam relações ocasionais, ao passo que as mulheres reduziriam ocasionalidade, masturbação e pornografia por questões reputacionais, não devendo, contudo, descartar-se a existência de diferenças reais socialmente produzidas. Por exemplo, a masturbação feminina pode ser, de facto, menos frequente do que a masculina, por ser menos encorajada, e estar na origem de diferenças de género na satisfação sexual, já que ela é fonte de conhecimento do corpo e do prazer

(Petersen & Hyde, 2011). Reais ou encenadas, espelham bem o poder do gênero e do DPS, mas nem sempre a influência dessas construções se expressa na forma de diferença. Tome-se o exemplo da satisfação sexual. Ela não difere significativamente entre homens e mulheres heterossexuais cisgênero (e.g., Alarcão et al., 2015; Sanchez et al, 2012), mas isso não é necessariamente sinônimo da otimização da liberdade, do prazer ou da igualdade. Pode, alternativamente, corresponder a uma aproximação negativa das taxas de satisfação. As mulheres experimentam mais dificuldade no orgasmo porque não são ensinadas ou encorajadas à descoberta, experimentação ou realização do corpo, do desejo ou do prazer sexual (Garcia et al., 2014; Sanchez et al., 2012a; Wiederman, 2005). Por outro lado, a intimidade relacional é uma componente esperada ou normativa da satisfação feminina, e também condição essencial da masculina, pese embora, essa tenda a ser reduzida a corpo, desempenho e orgasmo (Pronier & Monk-Turner, 2014; Štulhofer et al., 2014).

Um segundo nível de influência do gênero e particularmente do DPS na experiência heterossexual diz respeito aos custos do desvio, mas igualmente da conformidade, com as suas prescrições (McCarthy & Bodnar, 2005; Petersen & Hyde, 2011; Sanchez et al., 2012a). As mulheres que violam a norma, i.e., que são ativas ou sexualmente experientes, enfrentam riscos severos que vão da rotulagem à vitimação, passando pela objetificação ou rejeição romântica, enquanto as que se conformam com a norma podem sacrificar a autonomia (e.g., subordinação do desejo, imperativo relacional) em favor da reputação sexual e desligar-se do desejo por tanto resistirem à sua expressão (Crawford & Popp, 2003).

O abdicar da autonomia ver-se-ia, por exemplo, na maior probabilidade de a mulher recusar uma relação sexual desejada – *token resistance* ou *scripted refusal* (ver Muehlenhard, 2011) – se acreditasse que o parceiro aceitava o DPS (Muehlenhard & Hollabaugh, 1988; Muehlenhard & McCoy, 1991). Ou, paradoxalmente, na possibilidade de consentir em atividades sexuais desejadas “apenas” pelo parceiro, justificada no desejo de preservar a relação, de promover intimidade e/ou evitar conflito, ou em crenças como a de que o desejo masculino é incontrolável, a atividade sexual uma “obrigação” relacional e um “direito” do homem que se empenhou na conquista (Impett & Peplau, 2002; Jozkowski et al., 2017; Quinn-Nilas & Kennett, 2018; Walker, 1997). Ainda que os homens possam usar a *token refusal* ou consentir em atividade sexual não desejada (relação estável) são as mulheres as mais complacentes (relação estável e ocasional), podendo experimentar conseqüências desde o desconforto emocional à violência (e.g.,

Impett & Peplau, 2003; Katz & Schneider, 2015; Vannier & O’Sullivan, 2010). Simultaneamente, as mulheres podem ver uma recusa real ser percebida ou racionalizada como *token*, abrindo portas a que alguns homens insistam na relação sexual após uma recusa, ou mesmo tomem o silêncio por consentimento, ficando mais expostas a coerção, a agressão sexual, mas também a risco de culpabilização pela vitimação (Emmers-Sommer, 2016; Jozkowski et al., 2014, 2017; Muehlenhard, 2011; Sprecher et al, 1994).

O abdicar da autonomia ver-se-ia também na maior probabilidade de a mulher heterossexual esconder ou emudecer desejos e preferências, sinónimo de dificuldades e vidas sexuais pouco satisfatórias (Petersen & Hyde, 2011). As narrativas femininas sobre desejo e prazer têm mostrado ser fracamente articuladas, quase nunca independentes das noções de amor, intimidade, ou romance e orientadas para os corpos e necessidades masculinas (Jackson & Cram, 2003; Sanchez et al., 2012a). À mulher atribui-se lugar de objeto ao mesmo tempo que se exige dela contenção – *be sexy but sexually modest, look sexy but say no, attract desire but mind your own* (Vanwesenbeeck, 2009, p. 888). Mensagens ambivalentes que continuam a inundar os meios de comunicação, as redes sociais, e que colocam as mulheres frente a um conflito moral com potencial para gerar ansiedade e mal-estar geral, ou mesmo conduzir ao desenvolvimento de uma identidade sexual negativa (Fasula et al., 2014; Katz & Farrow, 2000, Vanwesenbeeck, 2009).

A realidade masculina não é diferente, apesar da aparente benevolência ou vantagem oferecida pelo DPS e pelos papéis e estereótipos sexuais de género. Nos homens, a sexualidade quer-se hedónica e orgástica, múltipla, promíscua, e por si controlada, dirigida, dominada, mas as expetativas em torno do *real man* trazem preocupações com o desempenho sexual e podem gerar ansiedade (Petersen & Hyde, 2010, 2011; Ryle, 2012). A agravar a situação, muitos não se identificam, mas forçam-se a acomodar a tradicional definição de masculinidade porque acreditam ser aceite pela maioria – *pluralistic ignorance* – e no processo podem experimentar conflito ou stress, tanto mais provável quanto o *real man* corresponde a um ideal inalcançável com potencial para exacerbar inseguranças ou sentimentos de inadequação (e.g., baixo desejo anormal), por exemplo (Berkowitz, 2011; Petersen & Hyde, 2010). A afirmação da masculinidade pode ainda levar os homens a envolver-se em comportamentos de risco, como sexo desprotegido com múltiplas parceiras ou atividade sexual não desejada (Berkowitz, 2011; Petersen & Hyde, 2010; Wiederman, 2005). Isto é, tal como as mulheres, podem pôr a agência ao serviço do estatuto social e concentrados na demonstração de competência sexual, parte central da masculinidade (Vanwesenbeeck,

2009), podem deliberadamente hipotecar o acesso a uma experiência sexual saudável. A preocupação com as expectativas dos pares (e.g., escolha da parceira, decisão sobre envolvimento ocasionais) ou das parceiras (e.g., desempenho sexual) sobrepor-se-iam, por exemplo, ao prazer ou satisfação do próprio (Kalish, 2013). Por fim, e também como no caso das mulheres, género e DPS parecem colocar os homens frente a uma espécie de *double-bind*, exigindo-se deles que sejam sexualmente dominantes mas não agressivos, ou agressores (Kiefer & Sanchez, 2007a). Ao mesmo tempo, parecem ser responsáveis por um certo enviesamento do significado da vitimação masculina que coloca os homens em desvantagem. Emmers-Sommer (2015), por exemplo, manipulou a relação sexual (não)desejada e (não)consentida e, no cruzamento com o género, observou que os homens agressores eram avaliados mais negativamente do que as mulheres agressoras; que a vitimação feminina era considerada a mais perturbadora de um ponto de vista psicológico – a menos perturbadora seria a vitimação de homens que não consentem mas desejam a relação sexual; e que os resultados apontavam para a possibilidade de a falta de vontade ou consentimento masculino poder estar a ser vista como *token in nature*. Como bem sugerem os resultados, há risco de a coerção ou agressão sexual de homens, por mulheres, estar a ser desvalorizada, numa espécie de equivalente masculino da culpabilização da mulher vítima de violência sexual, para o que contribuiriam, entre outros, os mitos da violação. Mais especificamente, as crenças sobre os homens não poderem ser violados, não serem tão afetados por situações de violação quanto as mulheres, ou desfrutarem desse tipo de situações (Walfield, 2021); e as crenças sobre as mulheres provocarem, erotizarem ou mentirem com respeito à gravidade da violação (Lutz-Zois et al., 2015). Crenças que podem explicar porque as mulheres, mas especialmente os homens, não apresentam queixa às autoridades e mais raramente admitem precisar de ajuda ou procurar apoio (Walfield, 2021). Conclui-se assim, que género e DPS, por definição, colocam as mulheres numa posição de desvantagem face aos homens, mas são na verdade carrascos da autonomia de ambos, e como procuraremos mostrar daqui até ao final da secção, há razões para acreditar que, através da amputação da autonomia, condicionam o acesso a uma experiência sexual livre, segura e satisfatória.

4.1. Relação com a proteção sexual

A proteção sexual inclui, entre outras, ações que permitem proteger contra infeções sexualmente transmissíveis (IST), com o preservativo a ser o método mais eficaz

e a poder ser hoje facilmente coadjuvado pelo despiste regular de IST/VIH. Poucos serão os jovens, especialmente estudantes universitários, que não sabem disso, mas a verdade é que a sexualidade nesse período da vida pode envolver desafios acrescidos, como os ligados à ocasionalidade, aos múltiplos parceiros, ou ao consumo de álcool e são ainda muitos os jovens que se expõem a risco, com destaque para o uso inconsistente do preservativo ou a baixa frequência com que testam IST e VIH (e.g., Bontempi et al., 2009; Heller & Sarmiento, 2016; Trieu et al., 2011). O cenário em Portugal é em tudo semelhante, com a investigação a mostrar que a intenção de ter, adquirir, ou usar o preservativo é alta nas relações de curta, mas não nas de longa duração, ou que é ainda consideravelmente elevado o número de jovens que sente como improvável fazer ou pedir ao parceiro para fazer o despiste de IST/VIH (e.g., Carvalho et al., 2015; Matos et al., 2012; Reis & Matos, 2008a; Reis et al., 2017).

Em Portugal (e.g., Reis et al., 2013; Santos et al., 2018b), como noutros países (e.g., Artístico et al., 2014; Braun, 2013; Rinaldi-Miles et al., 2016), a exposição a risco acontece mesmo quando os jovens manifestam adequado conhecimento sexual, atitudes positivas face ao uso do preservativo, ou estão conscientes da severidade, e da vulnerabilidade a IST e VIH. E, replicando o observado em uma importante revisão da literatura (Marston & King, 2006), tanto a investigação nacional, como internacional, tem vindo a destacar o papel de fatores de natureza social, como os ligados ao parceiro e tipo de relacionamento, ao significado do preservativo, ou às tradicionais normas de género, enquanto barreiras à proteção sexual. De facto, parecem ser “melhores” preditores da proteção/risco a experiência anterior (e.g., idade/proteção na primeira relação sexual), a autoeficácia para comunicar sobre o uso do preservativo ou para recusar sexo desprotegido, a idade e o género (e.g., homens mais velhos mais expostos a risco), ou o envolvimento em relacionamentos comprometidos, nos quais preservativo é substituído pela contraceção oral (e.g., Carvalho & Alvarez, 2020; Gomes & Nunes, 2011, 2015; Reis & Matos, 2008a, 2008b Santos et al., 2018a, 2018b). Nas relações regulares, o preservativo tende a adquirir significado de insulto à confiança (e.g., Leigh et al., 2008; Lewis et al., 2012; Patrick, 2012; Vélez-Blasini, 2008) e é, na maior parte das vezes, abandonado sem que os jovens se submetam a testagem de IST/VIH, (Santos et al., 2018a, 2018b). Falham a proteção, guiados pelos discursos hétero-românticos que exaltam o papel protetor do amor ou da exclusividade, e nos quais a relação íntima aparece como segura “por natureza” e o sexo com prazer parece ser incompatível com sexo seguro – preservativo como barreira ao prazer, intimidade, conexão, excitação ou espontaneidade sexuais (Afifi, 1999; Alvarez & Garcia-Marques, 2011; Braun, 2013; Herrera & Campero, 2002; Parsons et al., 2000).

A influência das tradicionais normas sexuais de género começa por ver-se na já sugerida maior exposição de homens a risco (e.g., menos preservativo, mais ocasionalidade e consumos), bem como na aparente vantagem feminina em matéria de conhecimento, atitudes e competências para a proteção sexual e reprodutiva, ou escolhas contraceptivas seguras (e.g., Almeida & Vilar, 2008; Matos et al. 2012; Reis et al., 2013; Santos et al., 2018a, 2018b). Esta vantagem depende, contudo, da assunção da responsabilidade e da aceitação dos custos associados à prevenção da gravidez, como a toma precoce e contínua da pílula ou o uso, em alguns casos repetido, da contraceção de emergência (Almeida & Vilar, 2008; Pimentel et al., 2016). Além disso, a vantagem feminina não se estende da mesma maneira à prevenção da doença. Quando o presente trabalho tem o seu início, o fornecimento do preservativo por parte das mulheres ainda ativava um DPS tradicional ou fazia crer a algumas que os parceiros não veriam esse ato com “bons olhos”; apesar de alguns homens se mostrarem críticos da mulher passiva que aceita a relação desprotegida (Hynie & Lydon, 1995; Kelly & Bazzini, 2001; Young et al., 2010).

Entre o fim do século XX e início do século XXI, um par de estudos apontava para atitudes positivas e igualitárias face ao preservativo ou para um eventual papel do DPS enquanto preditor positivo do seu uso (Boone & Lefkowitz, 2004; Stanton et al., 1993), mas vários faziam suspeitar de uma influência nefasta do padrão, e dos papéis e estereótipos sexuais de género na proteção sexual, especialmente de mulheres. Uns consideravam ser fator de risco o seu lugar subordinado em relacionamentos com parceiros conservadores (Fullilove, et al., 1990), outros destacavam o impacto negativo da exposição das jovens a mensagens ambivalentes (*good/bad girl vs. clean/dirty girl*) veiculadas por mães conservadoras (Fasula et al., 2007) e ainda outros notavam que eram antecipadas mais reações negativas para a ocasionalidade e infeção sexual feminina do que masculina (Smith et al., 2008). Uma barreira particularmente constante e que persistiu até aos nossos dias diz respeito ao embaraço das mulheres face ao preservativo, e particularmente face à sua aquisição ou compra, o que diz algo sobre o mantido reconhecimento da existência social do género e do DPS (e.g., Cunha-Oliveira et al., 2021; Hillier et al., 1998; Neto, 2004; Yanessa et al., 2017). No segundo decénio do século XXI a investigação que relacionou DPS e proteção sexual continuou relativamente reduzida e com resultados diversos, mas a indicar algum desfavorecimento das mulheres – e.g., mais barreiras percebidas ao uso do preservativo (Lefkowitz et al., 2014), intenção de abdicar do uso com parceiros novos ou anteriores (Danube et al., 2016) – apesar de estudos sugerirem que a adoção de um papel feminino ativo (e.g., proposta

verbal para uso de preservativo) poder associar-se positivamente a romantismo, proximidade emocional e expectativas de uso (Alvarez & Garcia-Marques, 2011).

4.2. Relação com a satisfação sexual

A satisfação sexual define a resposta emocional que resulta da avaliação das dimensões positivas e negativas da experiência da relação sexual (Lawrance & Byers, 1995). É considerada um fator-chave do bem-estar e da qualidade de vida (Anderson, 2013; Sánchez-Fuentes et al., 2014), e a investigação recente associa prazer a importantes indicadores de saúde sexual (e.g., comunicação IST, uso preservativo, menos problemas sexuais, orgasmo) (Klein et al., 2022). No entanto, há razões para acreditar que em Portugal (Peixoto & Nobre, 2015; Pereira et al., 2015; Quinta-Gomes et al., 2011; Quinta-Gomes & Nobre, 2014), como em outras sociedades ocidentais (Hendrickx et al., 2014; Lann et al., 2021), um número considerável de indivíduos, entre os quais jovens, tem visto dificultado o acesso a uma experiência sexual satisfatória. Referimo-nos à prevalência de dificuldades sexuais e entre as mais comuns estariam desejo hipoativo, anorgasmia e vaginismo nas mulheres e problemas de ereção e ejaculação precoce nos homens. A investigação internacional tem vindo igualmente a notar que as mulheres, e em particular as mulheres heterossexuais, estão em situação de desvantagem, a qual parece ser socialmente produzida com quanto se sabe hoje haver igualdade, ou equivalência, de género no que respeita a desejo, estímulos, e resposta sexual (Laan et al., 2021). A investigação portuguesa sobre o tema não é abundante e, ou não mostra diferenças no grau de satisfação e qualidade do funcionamento sexual de homens e mulheres (e.g., Alarcão et al. 2015; Peixoto et al., 2018; Pereira et al., 2015), ou não esclarece sobre a presença/ausência de diferenças, pese embora alinhe com a revisão de Laan et al. (2021) ao sugerir que os preditores da satisfação feminina e masculina (e.g., intimidade, desejo, orgasmo feminino, função erétil, expressão sentimentos) são, em geral, sobreponíveis (Carvalheira & Costa, 2015; Carvalheira & Leal, 2008; Pascoal et al., 2018, 2019; Peixoto et al., 2018). Um pequeno grupo de estudos, porém, permite admitir que os processos que conduzem à satisfação sexual podem ser qualitativamente diferentes – homens valorizam prazer e mulheres comunicação e afetos (Alarcão et al., 2015; Matos et al., 2012; Pechorro et al., 2009) – ou que diferenças existem mas só se tornam evidentes quando se considera o tipo de relacionamento – mulheres mais satisfeitas na regularidade e homens na ocasionalidade (Honório, 2018).

Simultaneamente, sugere uma espécie de coerência com os tradicionais papéis e estereótipos sexuais de gênero que, a avaliar pelos resultados da investigação internacional, pode ser “perigosa” e requerer ações específicas.

Nos primeiros anos do século XXI foram vários os investigadores que destacaram o potencial deletério dos papéis sexuais de gênero na satisfação de indivíduos heterossexuais jovens, com passividade feminina a mostrar-se especialmente debilitante. Em primeiro lugar, porque exige das mulheres que renunciem à agência sexual (e.g., Kiefer & Sanchez, 2007b; Sanchez et al., 2005) e também porque parece estar na base de uma associação automática entre sexo e submissão preditora de satisfação e funcionamento sexual (e.g., ativação, orgasmo) pobres (Kiefer et al., 2006; Kiefer & Sanchez, 2007b; Sanchez et al., 2006, 2012). Além disso, porque também interfere com a satisfação sexual dos homens (Sanchez et al., 2012b), havendo evidência mais e menos recente de que muitos adotam papéis e guiões sexuais tradicionais quando, efetivamente, preferem parceiras ativas capazes de os fazer sentir desejados (Dworkin & O’Sullivan, 2005), bem como *scripts* igualitários, onde o feminino é positivo e valorizado e a satisfação é sexual e emocional (Morrison et al., 2015). O desejo de combinar gratificação física e subjetiva mostra bem que a masculinidade tradicional não serve os homens já que, apesar de facilitar a primeira, tende a fazer da segunda uma componente distante e geralmente esquecida da satisfação sexual desses (Daniel & Bridges, 2013). Ela serve menos ainda as mulheres, pois torna provável a centração dos parceiros no (seu) prazer, e alimenta, a par com as prescrições da feminilidade, a crença partilhada por ambos géneros de que o prazer masculino é responsabilidade da mulher (e.g., Brown et al., 2018; Elmerstig et al., 2012). E o mesmo mostram os trabalhos de pesquisa que se têm interessado especificamente pelo estudo do DPS. Uns alertaram para a influência negativa do DPS na comunicação sexual – *sexual self-disclosure* – e na satisfação relacional de casais heterossexuais (Greene & Faulkner, 2005), quando hoje se aceita que a abertura para comunicar é essencial para a satisfação sexual (MacNeil & Byers, 2005, 2009; Rehman et al., 2013; Sánchez-Fuentes et al., 2014). Outros destacaram os custos do DPS para a sexualidade feminina – as mulheres são percebidas, ou sentem-se elas mesmas, como tendo menos direito ao prazer sexual, ao mesmo tempo que encenam uma feminilidade passiva, menos satisfatória, (Armstrong et al., 2012; Emmerink et al., 2016a; Kelly et al., 2017). E outros, ainda, vêm notando que o DPS pode pressionar os homens a provar a sua masculinidade através da capacidade para oferecer um orgasmo à parceira, o que mais do que benefícios traz custos tanto para esses – sexualidade reduzida a

desempenho e satisfação minada por ansiedade – como para as mulheres, as quais, para proteger o ego do companheiro, podem calar o que e o como da satisfação ou mesmo fingi-la (Chadwick & Anders, 2017; Herbenick et al. 2019; Salisbury & Fisher, 2014).

5. Objetivos e métodos

Foi objetivo deste primeiro capítulo estabelecer a base conceitual, teórica e empírica da qual partimos para o desenvolvimento do trabalho de investigação que aqui se apresenta. Começou o capítulo por discutir como o atual entendimento da sexualidade, apesar de revelador de um Ocidente cada vez mais liberal, plural e igualitário, continua ainda num plano algo ideal ou idealizado, já que não descreve a experiência de um grande número de indivíduos com a sexualidade. Ao mesmo tempo, fez notar como a prevalência de problemas sexuais é alta, indo desde a discriminação à violência, até a dificuldades relacionadas com o acesso a uma experiência sexual livre, segura e satisfatória – uma parte importante da saúde sexual. Para concluir que na base de muitos desses problemas continuam a estar patriarcado, heterónoma, género e desigualdades ou assimetrias de género, de que é exemplo o DPS.

Género e DPS têm resistido à prova do tempo e continuam hoje a interferir no modo de significar, como no modo de viver a sexualidade e, em especial, a heterossexualidade cisgénero, mais visada pelo DPS. São, portanto, construções historicamente enraizadas, social e culturalmente partilhadas, continuamente (re)produzidas, agidas, na interação, e com potencial de barreira à saúde (hétero)sexual que importa conhecer e combater. Esse é o objetivo do presente trabalho, contribuir com conhecimento válido sobre a manifestação do DPS e sobre a relação do género e do DPS com duas áreas particulares da saúde sexual de jovens estudantes universitários portugueses – a proteção e a satisfação sexuais. Os argumentos na base da escolha da população, como vimos na seção introdutória, incluem o facto de ser este um grupo que se expõe a risco ou que pode sentir dificuldades na otimização da satisfação sexual, mas não é abrangido pela educação sexual formal, também ela de eficácia questionável por falta de investimento nas dimensões positivas e sociais da sexualidade. Interessa compreender porque jovens com elevado grau de escolaridade, com adequado conhecimento sobre sexualidade e manifestando atitudes sexuais tendencialmente liberais e favoráveis à proteção sexual e reprodutiva, falham no uso consistente do preservativo ou na capacidade para dar ou derivar gratificação, física e psicológica, da experiência

sexual. A nossa hipótese é a de que as normas sexuais de género como os papéis e os estereótipos sexuais de género e, alicerçado neles, o DPS, possam explicar algumas das dificuldades ou problemas enfrentados por esse grupo e dois argumentos sustentam a sua validade e a pertinência da sua averiguação. Primeiro, a investigação internacional tem sido profícua na demonstração de um DPS em amostras de estudantes universitários ocidentais, a população mais representada no estudo do padrão. E, depois, porque a investigação portuguesa sobre DPS ainda é reduzida, mas a que existe aponta para o reconhecimento social do padrão e para alguma interferência desse na liberdade para agir a sexualidade.

O objetivo geral foi decomposto em seis objetivos específicos. Dois, mais estruturais, propõem-se compilar e analisar (qualitativamente) a investigação publicada entre 2011 e 2017 – anos que antecederam o início do trabalho de campo – sobre a manifestação do DPS e sobre o seu impacto na saúde sexual ou na compreensão de cenários de violência ou abuso. Um terceiro objetivo, teórico, propõe-se desenvolver um modelo compreensivo de DPS social, da sua manifestação e manutenção, e será levado a cabo com recurso a metodologia qualitativa. Um quarto objetivo, também focado na manifestação do DPS, visa o desenvolvimento e validação de uma escala de DPS pessoal que possa ser facilmente adaptada ao estudo do DPS social, e será naturalmente suportado em metodologia quantitativa. E um quinto e sexto objetivos procuram averiguar, também com recurso a metodologia qualitativa, se e como se expressam género e DPS na proteção e satisfação sexuais dos estudantes universitários.

Os primeiros dois objetivos darão origem a revisões abrangentes da literatura sobre DPS e são justificados com base na natureza fluída e dinâmica do padrão. Porque admite transformação e mudança, porque pode assumir diferentes expressões e porque a sua influência na área da saúde sexual ainda não está claramente demonstrada, o DPS exige uma atualização em contínuo, tanto da sua manifestação e manutenção, como da sua relação com áreas sensíveis da experiência e da saúde sexual. O desenvolvimento de um modelo compreensivo de DPS social, terceiro objetivo, é cumulativamente justificado pelo fraco investimento no estudo dessa que parece ser a dimensão mais enraizada do padrão no Ocidente e Portugal e pelo facto de o DPS ser um padrão que, apesar de amplamente investigado, carece de uma estrutura concetual própria que explique a sua existência e o seu impacto na experiência e na saúde sexual. E porque a inexistência de uma tal estrutura tem dado origem a grande variabilidade nos métodos e medidas usados, responsável por resultados diversos ou inconsistentes, justifica-se a criação de novos

instrumentos de avaliação do padrão. O nosso quarto objetivo parte precisamente dessa observação, sendo ainda argumentos de pertinência para o desenvolvimento de uma escala de DPS pessoal, adaptável ao estudo do DPS social, o caráter dinâmico do conceito e o caráter desatualizado e unidimensional das medidas existentes. Por fim, o estudo da proteção e satisfação na relação com o gênero e com o DPS é motivado pela crescente, mas ainda insipiente evidência sobre a relação negativa entre as variáveis, bem como pelo desejo de compreender se essas são variáveis a justificar a exposição do grupo de estudantes universitários a riscos ou a dificuldades com a satisfação.

Com exceção do objetivo de construir uma nova escala de DPS, os restantes são estudos qualitativos, o que se prende não só com as recomendações emanadas da investigação sobre o tema, mas também, e naturalmente, com alguns dos objetivos perseguidos, como a construção do modelo compreensivo de DPS social. O uso de metodologia qualitativa no estudo da proteção e da satisfação sexuais na relação com gênero e DPS veio também a ser considerado preferível – metodologia quantitativa (escalas) havia sido inicialmente considerada – por duas razões. Primeiro, o desejo de traçar um quadro mais integrado das relações entre as variáveis, caso se viessem a manifestar. Segundo, pela compreensão, também baseada na evidência, de que algumas relações podem ser silenciosas, indiretas ou mediadas, e por isso mais difíceis de captar através de escalas ou outros instrumentos quantitativos.

As revisões da literatura foram desenvolvidas seguindo as etapas definidas por Arksey e O'Malley (2005) para o desenvolvimento de revisões *scoping*: 1) identificação da questão de investigação; 2) identificação de estudos relevantes; 3) seleção de estudos; 4) mapeamento dos dados; 5) resumo dos resultados. Para a identificação dos estudos relevantes foi conduzida uma pesquisa na Biblioteca de Conhecimento Online (b-on), limitada a investigação em língua inglesa, desenvolvida em países ocidentais entre os anos de 2011 e 2017 e com determinadas características (e.g., tipos, temas, objetivos). Dos artigos que cumpriram critérios de elegibilidade ($N = 65$), 46 produziram resultados sobre presença/manifestação e a sua análise resultou no estudo designado “Manifestação do duplo padrão sexual nas sociedades ocidentais (2011 -2017): Uma revisão abrangente”. As 19 publicações restantes evidenciavam a relação entre DPS e variáveis associadas à saúde e à violência sexual, e a análise dos artigos, com concomitante extração e compilação da informação relevante, deram origem ao estudo “Influência do duplo padrão sexual na saúde e violência sexual (2011 -2017): Uma revisão abrangente”.

Para o desenvolvimento do modelo compreensivo do DPS social e para o estudo da proteção e da satisfação sexuais foram desenvolvidos grupos focais – quatro de mulheres e quatro de homens – com estudantes universitários ($N = 47$). Seguindo um guião de entrevista semi-estruturado, os investigadores averiguaram primeiro a perceção dos jovens sobre a experiência da sexualidade no contexto universitário, sobre diferenças de género, sobre papéis e estereótipos sexuais de género e sobre DPS social, até à saturação teórica. Numa segunda fase, questionaram sobre proteção e satisfação sexuais e sobre diferenças de género com intenção de averiguar se o DPS social voltaria a aparecer na discussão destas dimensões da saúde sexual. A análise do discurso foi feita com recurso aos princípios da *grounded theory* e seguindo os passos definidos por Strauss e Corbin (1998), com as necessárias adaptações. Do particular para o geral, a teoria prevê que se codifique livremente a informação considerada relevante e daí se parta para a combinação ou fusão de códigos em categorias com níveis crescentes de abstração. O objetivo será isolar uma ou várias categorias centrais, no interior das quais se organizam as relações entre os conceitos ou ideias presentes no discurso dos jovens, e que informam ou explicam um determinado fenómeno. Assim foi construído o modelo compreensivo de DPS social num estudo que foi intitulado de “Portuguese college student perception of the sexual double standard: Developing a comprehensive model of the social SDS”. E assim foram também analisados os discursos sobre proteção e satisfação sexuais que estiveram na origem dos dois outros estudos qualitativos: “Estudo exploratório das perceções de estudantes universitários sobre proteção sexual” e “Sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard in sexual satisfaction among Portuguese college students: An exploratory study”.

O desenvolvimento da escala de DPS pessoal usou um desenho transversal e uma amostra total de 481 estudantes universitários que respondeu, presencialmente ou online, à nova escala de DPS e a um conjunto de sete instrumentos destinados ao teste da sua validade. Numa primeira fase, foi criada a *poll* inicial de itens, sustentada, entre outros, nos resultados do estudo sobre DPS social e conduzida a análise fatorial exploratória (Amostra A, $n = 209$), e numa segunda fase procedeu-se à confirmação da estrutura obtida, bem como ao estudo da validade, da fiabilidade e da invariância de género (Amostra B, $n = 272$). A análise exploratória em componentes principais foi acompanhada de uma análise paralela para melhor informar as decisões sobre a estrutura fatorial da nova escala de DPS. A análise fatorial confirmatória comparou a estrutura aí encontrada com modelos alternativos, através da análise de um conjunto de índices de

ajustamento. E a estrutura final foi, por fim, analisada com respeito à validade convergente, divergente e concorrente, bem como à fiabilidade e à invariância de género. O estudo foi intitulado “Development and evidence of validity of the new sexual double standard scale”.

A ordem de apresentação dos estudos empíricos toma em consideração a metodologia e as amostras utilizadas mas, mais do que tudo, reflete a interdependência dos trabalhos. Assim, começaremos pelas revisões *scoping* que informam sobre o que procurar, sobre o que questionar, para melhor compreender a expressão do género e do DPS na experiência da (hétero)sexualidade. Passaremos ao modelo compreensivo do DPS social e aos estudos sobre proteção e satisfação sexuais, impulsionados, alicerçados, nessa evidência. Para concluir, por fim, com uma escala de DPS pessoal com potencial bidimensional, sustentada no conhecimento produzido pelos estudos qualitativos.

6. Referências

- Afifi, W. (1999). Harming the ones we love: Relational attachment and perceived consequences as predictors of safe-sex behavior. *Journal of Sex Research, 36*(2), 198–206. <https://doi.org/10.1080/00224499909551985>
- Alarcão, V., Virgolino, A., Roxo, L., Machado, F., & Giami, A. (2015). Exploring gender in Portuguese bedrooms: Men’s and women’s narratives of their sexuality through mixed methods approach. *Sociological Research Online, 20*(2), 103–121. <https://doi.org/10.5153/sro.3619>
- Alexander, M., & Fisher, T. (2003) Truth and consequences: Using the bogus pipeline to examine sex differences in self-reported sexuality, *Journal of Sex Research, 40*(1), 27-35. <https://doi.org/10.1080/00224490309552164>
- Alferes, V. (1997). *Encenações e comportamentos sexuais. Para uma psicologia social da sexualidade*. Edições Afrontamento.
- Alferes, V. (2004). Sexualidade e psicologia social. *Psychologica* (Extra-Série) 585-599.
- Allen, L. (2003). Girls Want sex, boys want love: Resisting dominant discourses of (hetero) sexuality. *Sexualities, 6*(2), 215–236. <https://doi.org/10.1177/1363460703006002004>
- Almeida, A., & Vilar, D. (2008). Literacia e práticas contraceptivas masculinas. *Sexualidade & Planeamento Familiar 50/51*(Julho/Dezembro), 34-42. ISSN 0872 - 7023

- Alvarez, M.-J., & Garcia-Marques, L. (2011). Cognitive and contextual variables in sexual partner and relationship perception. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 407-417. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9725-5>
- Alves, M. (2006). Representações sociais e sexualidade: O duplo padrão sexual ou padrão sexual de género? *Psychologica*, 41, 25-34.
- Alves, M., Amâncio, L., & Alferes, V. (2009). Género e representações sociais: Duplo-padrão sexual em função da religião e da posição política. *Psicologia*, 23(2), 139-160. <http://hdl.handle.net/10071/13365>
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22. <https://ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=458>
- Anderson, R. (2013). Positive sexuality and its impact on overall well-being. *Bundesgesundheitsblatt, Gesundheitsforschung, Gesundheitsschutz* 56(2), 208–214. <https://doi.org/10.1007/s00103-012-1607-z>
- Andrews, T. (2012). What is social constructionism. *The Grounded Theory Review*, 11(1), 39-46.
- APAV (2023). *Estatísticas APAV. Relatório anual 2022*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio-anual-022.pdf
- Armstrong, E., England, P., & Fogarty, A. (2012). Accounting for women's orgasm and sexual enjoyment in college hookups and relationships. *American Sociological Review*, 77(3), 435-462. <https://doi.org/10.1177/0003122412445802>
- Artístico, D., Oliver, L., Dowd, S., Rothenberg, A., & Khalil, M. (2014). The predictive role of self-efficacy, outcome expectancies, past behavior and attitudes on condom use in a sample of female college students. *Journal of European Psychology Students*, 5(3), 100–107. <http://doi.org/10.5334/jeps.cl>
- Aubrey, J. (2004) Sex and punishment: An examination of sexual consequences and the sexual double standard in teen programming. *Sex Roles* 50(7-8), 505–514. <https://doi.org/10.1023/B:SERS.0000023070.87195.07>
- Ayhan C., Bilgin, H., Uluman, O., Sukut, O., Yilmaz, S., & Buzlu, S. (2020). A systematic review of the discrimination against sexual and gender minority in health care settings. *International Journal of Health Services*, 50(1), 44-61. <https://doi.org/10.1177/0020731419885093>
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Prentice Hall.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, 52, 1–26. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.1>

- Basow, S. (1992). *Gender: Stereotypes and roles*. Brooks/Cole Publishing.
- Bay-Cheng, L., & Zucker, A. (2007). Feminism between the sheets: Sexual attitudes among feminists, nonfeminists, and egalitarians. *Psychology of Women Quarterly*, *31*(2), 157–163. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2007.00349.x>
- Bem, S. (1983). Gender schema theory and its implications for child development: Raising gender-schematic children in a gender-schematic society. *Signs*, *8*(4), 598–616. <https://doi.org/10.1086/493998>
- Bem, S. (1993). *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. Yale University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq86n>
- Berkowitz, A. (2011). Using how college men feel about being men and “doing the right thing” to promote men’s development. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinities in higher education: theoretical and practical considerations* (pp. 161-176). Routledge.
- Blakemore, J., Berenbaum, S., & Liben, L. (2008). *Gender development*. Taylor & Francis.
- Bontempi, J., Mugno, R., Bulmer S., Danvers, K., & Vancour. M. (2009) Exploring gender differences in the relationship between HIV/STD testing and condom use among undergraduate college students. *American Journal of Health Education*, *40*(2), 97-105. <https://doi.org/10.1080/19325037.2009.10599084>
- Boone, T., & Lefkowitz, E. (2004). Safer sex and the health belief model: Considering the contributions of peer norms and socialization factors. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, *16*(1), 51-68. https://doi.org/10.1300/J056v16n01_04
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, *17*(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Bottéro, J. (1992). Tudo começa na Babilônia. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 17-47). Terramar.
- Braun, V. (2013). ‘Proper sex without annoying things’: Anti-condom discourse and the ‘nature’ of (hetero)sex. *Sexualities*, *16*(3-4), 361-382. <https://doi.org/10.1177/1363460713479752>
- Brickell, C. (2006). The sociological construction of gender and sexuality. *The Sociological Review*, *54*(1), 87–113. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00603.x>

- Brown, J., Schmidt, J., & Robertson, N. (2018). “We’re like the sex CPR dummies”: Young women’s understandings of (hetero)sexual pleasure in university accommodation. *Feminism & Psychology*, 28(2), 253–271. <https://doi.org/10.1177/0959353517742500>
- Buss, D. (1998). Sexual strategies theory: Historical origins and current status. *Journal of Sex Research*, 35(1), 19-31. <https://doi.org/10.1080/00224499809551914>
- Buss, D., & Schmitt, D. (1993). Sexual strategies theory: an evolutionary perspective on human mating. *Psychological Review*, 100(2), 204–232. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.100.2.204>
- Bussey, K., & Bandura, A. (2004). Social cognitive theory of gender development and functioning. In A. Eagly, A. Beall, & R. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 92-119). The Guilford Press.
- Carvalho, A., & Costa, P. (2015). The impact of relational factors on sexual satisfaction among heterosexual and homosexual men. *Sexual and Relationship Therapy*, 30(3), 314–324. <https://doi.org/10.1080/14681994.2015.1041372>
- Carvalho, A., & Leal, I. (2008). Os determinantes da satisfação sexual feminina: Um estudo português. *Revista Internacional de Andrologia*, 6(1), 3–7. [https://doi.org/10.1016/S1698-031X\(08\)72559-7](https://doi.org/10.1016/S1698-031X(08)72559-7)
- Carvalho, T., & Alvarez, M.-J. (2020). O uso do preservativo em jovens heterossexuais masculinos: Estudo dos seus preditores e de uma intervenção online adaptada a diferentes estádios de mudança. In M.-J. Alvarez, Ana M. Veiga Simão, A. Ferreira, & E. Santos (Coord.), *Psicologia Educacional: Investigação e Intervenção em Portugal*, (pp. 295-324). Coisas de Ler.
- Carvalho, T., Alvarez, M.-J., Barz, M., & Schwarzer, R. (2015). Preparatory behavior for condom use among heterosexual young men: A longitudinal mediation model. *Health Education & Behavior*, 42(1), 92–99. <https://doi.org/10.1177/1090198114537066>
- Chadwick, S., & van Anders, S. (2017). Do women’s orgasms function as a masculinity achievement for men? *Journal of Sex Research*, 54(9), 1141–1152. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1283484>
- Connel, R. (2002). *Gender*. Polity Press.
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>

- Cunha-Oliveira, A., Camarneiro, A., Xavier, B., Silva, M., Simões, I., & Cardoso, I. (2021). Atitudes e embaraço face ao preservativo em estudantes de enfermagem. *Acta Paulista De Enfermagem*, 34(eAPE01954). <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO01954>
- Dabhoiwala, F. (2013). *As origens do sexo. Uma história da primeira revolução sexual*. Biblioteca Azul.
- Daniel, S., & Bridges, S. (2013). The relationships among body image, masculinity, and sexual satisfaction in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 14(4), 345–351. <https://doi.org/10.1037/a0029154>
- Danube, C., Norris, J., Stappenbeck, C., Davis, K., George, W., Zawacki, T., & Abdallah, D. (2016). Partner type, sexual double standard endorsement, and ambivalence predict abdication and unprotected sex intentions in a community sample of young women. *Journal of Sex Research*, 53(4-5), 601-613. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1061631>
- Devries, K., & Free, C. (2010). ‘I told him not to use condoms’: Masculinities, femininities and sexual health of aboriginal Canadian young people. *Sociology of Health & Illness*, 32(6), 827-842. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.2010.01242.x>
- Dworkin, S., & O'Sullivan, L. (2005). Actual versus desired initiation patterns among a sample of college men: Tapping disjunctures within traditional male sexual scripts. *Journal of Sex Research*, 42(2), 150–158. <https://doi.org/10.1080/00224490509552268>
- Eagly, A. (1987). *Sex differences in social behavior: A social - role interpretation*. Lawrence Erlbaum.
- Eagly, A., & Wood, W. (2012). Social role theory. In P. A. Van Lange, A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology* (pp. 458–476). Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49>
- Eagly, A., Wood, W., & Dieckman, A. (2000). Social role theory of sex differences and similarities: A current Appraisal. In T. Eckes, & H. Trautner (Eds.), *The developmental social psychology of gender* (pp. 123-174). Lawrence Erlbaum Associates.
- Eagly, A., Wood, W., & Johannesen-Schmidt, M. (2004). Social role theory of sex differences and similarities. In A. H. Eagly, A. E. Beall & R. J. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 269-291). The Guildford Press.

- Eaton, A., & Rose, S. (2011). Has dating become more egalitarian? A 35 year review using sex roles. *Sex Roles* 64(11-12), 843–862. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-9957-9>
- Elder-Vass, D. (2012). Towards a realist social constructionism. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, 9-24. <https://doi.org/10.7458/SPP2012701208>
- Elmerstig, E., Wijma, B., Sandell, K., & Berterö, C. (2012). “Sexual pleasure on equal terms”: Young women’s ideal sexual situations. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 33(3), 129–134. <https://doi.org/10.3109/0167482X.2012.706342>
- Emmers-Sommer, T. (2015). An examination of gender of aggressor and target (un)wanted sex and nonconsent on perceptions of sexual (un)wantedness. Justifiability and consent. *Sexuality Research and Social Policy*, 12(4), 280–289. <https://doi.org/10.1007/s13178-015-0193-x>
- Emmers-Sommer, T. (2016). Do men and women differ in their perceptions of women’s and men’s saying “no” when they mean “yes” to sex?: An examination between and within gender. *Sexuality & Culture*, 20(2), 373–385. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9330-1>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review*, 24(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- Fasula, A., Carry, M., & Miller, K. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, 51(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fasula, A., Miller, K., & Wiener, J. (2007). The sexual double standard in African American adolescent women's sexual risk reduction socialization, *Women & Health*, 46(2-3), 3-21. https://doi.org/10.1300/J013v46n02_02
- Feldman, S., Turner, R., & Araujo, K. (1999) Interpersonal context as an influence on sexual timetables of youths: Gender and ethnic effects. *Journal of Research on Adolescence*, 9(1), 25-52. https://doi.org/10.1207/s15327795jra0901_2
- Fisher, T. (2009). The impact of socially conveyed norms on the reporting of sexual behavior and attitudes by men and women. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45(3), 567-572. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.02.007>

- Flood, M. (2013). Male and female sluts. Shifts and stabilities in the regulation of sexual relations among young heterosexual men. *Australian Feminist Studies*, 28(75), 95-107. <https://doi.org/10.1080/08164649.2012.758024>
- Fromme, R., & Emihovich, C. (1998). Boys will be boys: Young males' perceptions of women, sexuality, and prevention. *Education and Urban Society*, 30(2), 172–188. <https://doi.org/10.1177/0013124598030002003>
- Fugère, M., Escoto, C., Cousins, A., Riggs, M., & Haerich P. (2008). Sexual attitudes and double standards: A literature review focusing on participant gender and ethnic background. *Sexuality & Culture* 12(3), 169–182. <https://doi.org/10.1007/s12119-008-9029-7>
- Fullilove, M. Fullilove. R., Haynes, K., & Gross, S. (1990). Black women and aids prevention: A view towards understanding the gender rules. *Journal of Sex Research*, 27(1), 47-64. <https://doi.org/10.1080/00224499009551541>
- Gagnon, J., & Simon, W. (1973). *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. Aldine.
- Garcia, J., Lloyd, E., Wallen, K., & Fisher, H. (2014). Variation in orgasm occurrence by sexual orientation in a sample of U.S. singles. *Journal of Sexual Medicine*, 11(11), 2645–2652. <https://doi.org/10.1111/jsm.12669>
- Garton, S. (2009). *História da sexualidade. Da antiguidade à revolução sexual*. Editorial Estampa.
- Gentry, M. (1998). The Sexual Double Standard: The influence of number of relationships and level of sexual activity on judgments of women and men. *Psychology of Women Quarterly*, 22(3), 505–511. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1998.tb00173.x>
- Gergen, K. (2001). *Social construction in context*. SAGE Publications.
- Gomes, A., & Nunes, C. (2011), Caracterização do uso do preservativo em jovens adultos portugueses. *Análise Psicológica*, 29(4), 489-503. <https://doi.org/10.14417/ap.99>
- Gomes, A., & Nunes, C. (2015). Comparative analysis between condom use clusters and risk behaviours among Portuguese university students. *Saúde e Sociedade*, 24(1), 350-360. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100027>
- Haavio-Mannila, E., & Kontula, O. (2003). Single and double sexual standards in Finland, Estonia, and St. Petersburg. *Journal of Sex Research*, 40(1), 36–49. <http://www.jstor.org/stable/3813769>

- Hamilton, L., & Armstrong, E. (2009). Gendered sexuality in young adulthood: Double binds and flawed options. *Gender & Society*, 23(5), 589–616. <https://doi.org/10.1177/0891243209345829>
- Hartley, H., & Drew, T. (2002). Gendered messages in sex ed films. *Women & Therapy*, 24(1-2), 133-146. https://doi.org/10.1300/J015v24n01_16
- Heller, J., & Sarmiento, A. (2016). Health behavior of culturally diverse inner-city community colleges. *Journal of American College Health*, 64(8), 651–663. <http://dx.doi.org/10.1080/07448481.2016.1223674>
- Hendrickx, L., Gijs, L., & Enzlin, P. (2014). Prevalence rates of sexual difficulties and associated distress in heterosexual men and women: results from an Internet survey in Flanders. *Journal of Sex Research*, 51(1), 1–12. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.819065>
- Herbenick, D., Eastman-Mueller, H., Fu, T., Dodge, B., Ponander, K., & Sanders, S. (2019). Women’s sexual satisfaction, communication, and reasons for (no longer) faking orgasm: Findings from a U.S. probability sample. *Archives of Sexual Behavior*, 48(8), 2461-2472. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01493-0>
- Herrera, C., & Campero, L. (2002). La vulnerabilidad e invisibilidad de las mujeres ante el VIH/SIDA: constantes y cambios en el tema. *Salud Pública de México*, 44(6), 554-564. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342002000600008&lng=es&tlng=es.
- Hillier, L., Harrison, L., & Warr, D. (1998). "When you carry condoms all the boys think you want it": Negotiating competing discourses about safe sex. *Journal of Adolescence*, 21(1), 15–29. <https://doi.org/10.1006/jado.1997.0126>
- Honório, A. (2018). *Características relacionais, sexuais e o uso do preservativo: Diferenças entre relacionamento comprometido e não comprometido*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. SAGE Publications.
- Hynie, M., & Lydon, J. (1995). Women’s perceptions of female contraceptive behavior. Experimental evidence of the sexual double standard. *Psychology of Women Quarterly*, 19(4), 563-581. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00093.x>
- ILGA Portugal (2020). *Discriminação contra pessoas LGBTI+: Relatório anual, 2019*. Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+

- Impett, E., & Peplau, L. (2002). Why some women consent to unwanted sex with a dating partner: Insights from attachment theory. *Psychology of Women Quarterly*, 26(4), 360–370. <https://doi.org/10.1111/1471-6402.t01-1-00075>
- Impett, E., & Peplau, L. (2003). Sexual compliance: Gender, motivational and relationship perspectives. *Journal of Sex Research*, 40(1), 87–100. <https://doi.org/10.1080/00224490309552169>
- Jackson, S., & Cram, F. (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology*, 42(1), 113–127. <https://doi.org/10.1348/014466603763276153>
- Jacoby, A., & Williams, J. (1985). Effects of premarital sexual standards and behavior on dating and marriage desirability. *Journal of Marriage and the Family*, 47(4), 1059-1065. <https://doi.org/10.2307/352351>
- Jonason, P. (2008). Mediation hypothesis to account for the sex difference in reported number of sexual partners. *International Journal of Sexual Health*, 19(4), 41-49. https://doi.org/10.1300/J514v19n04_05
- Jonason, P., & Fisher, T. (2009). The power of prestige: Why young men report having more sex partners than young women. *Sex Roles*, 60(3-4), 151–159. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9506-3>
- Jonason, P., & Marks, M. (2009). Common versus uncommon sexual acts: Evidence for the sexual double standard. *Sex Roles*, 60(5-6), 357–365. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9542-z>
- Johnson, J., & Repta, R. (2012). Sex and gender: Beyond the binaries. In J. L. Oliffe, & L. Greaves (Eds.), *Designing and conducting gender, sex, & health research* (pp. 17-37). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781452230610>
- Jozkowski, K., Peterson, Z., Sanders, S., Dennis, B., & Reece, M. (2014). Gender differences in heterosexual college students' conceptualizations and indicators of sexual consent: Implications for contemporary sexual assault prevention education. *Journal of Sex Research*, 51(8), 904-916. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.792326>
- Jozkowski, K., Marcantonio, T., & Hunt, M. (2017). College students' sexual consent communication and perceptions of sexual double standards: A qualitative investigation. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 49(4), 237–244. <https://doi.org/10.1363/psrh.12041>

- Kalish, R. (2013). Masculinities and hooking up: Sexual decision-making at college. *Culture, Society & Masculinities*, 5(2), 147–165. <https://doi.org/10.3149/CSM.0502.147>
- Katz, J., & Farrow, S. (2000). Discrepant self-views and young women's sexual and emotional adjustment. *Sex Roles* 42(9-10), 781–805. <https://doi.org/10.1023/A:1007051131544>
- Katz, J., & Schneider, M. (2015). (Hetero)sexual compliance with unwanted casual sex: Associations with feelings about first sex and sexual self-perceptions. *Sex Roles*, 72(9-10), 451–461. <https://doi.org/10.1007/s11199-015-0467-z>
- Kelly, J., & Bazzini, D. (2001). Gender, sexual experience, and the sexual double standard: Evaluations of female contraceptive behavior. *Sex Roles* 45(11-12), 785–799. <https://doi.org/10.1023/A:1015640419862>
- Kelly, M., Inoue, K., Barratt, A., Bateson, D., Rutherford, A., & Richters, J. (2017). Performing (heterosexual) femininity: Female agency and role in sexual life and contraceptive use – a qualitative study in Australia. *Culture, Health & Sexuality*, 19(2), 240-255. <https://doi.org/10.1080/13691058.2016.1214872>
- Kiefer, A., Sanchez, D., Kalinka, C., & Ybarra, O. (2006). How women's nonconscious association of sex with submission relates to their subjective sexual arousability and ability to reach orgasm. *Sex Roles*, 55(1–2), 83–94. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9060-9>
- Kiefer, A., & Sanchez, D. (2007a). Men's sex-dominance inhibition: Do men automatically refrain from sexually dominant behavior? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 33(12), 1617–1631. <https://doi.org/10.1177/0146167207305856>
- Kiefer, A., & Sanchez, D. (2007b). Scripting sexual passivity: A gender role perspective. *Personal Relationships*, 14(2), 269–290. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2007.00154.x>
- Klein, V., Laan, E., Brunner, F., & Briken, P. (2022). Sexual pleasure matters (especially for women) — Data from the German sexuality and health survey (GeSiD). *Sexuality Research and Social Policy* 19(4), 1879–1887. <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00694-y>
- Kohlberg, L. (1966). A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes. In E. Maccoby (Ed.), *The development of sex differences* (pp. 340-480). Stanford University Press.

- Kreager, D., & Staff, J. (2009). The sexual double standard and adolescent peer acceptance. *Social Psychology Quarterly*, 72(2), 143–164. <http://www.jstor.org/stable/25593915>
- Kulkarni, S. (2007). Romance narrative, feminine ideals, and developmental detours for young mothers. *Affilia*, 22(1), 9–22. <https://doi.org/10.1177/0886109906295765>
- Laan, E., Klein, V., Werner, M., van Lunsen, R., & Janssen, E. (2021) In pursuit of pleasure: A biopsychosocial perspective on sexual pleasure and gender. *International Journal of Sexual Health*, 33(4), 516-536. <https://doi.org/10.1080/19317611.2021.1965689>
- Lawrance, K., & Byers, S. (1995). Sexual satisfaction in long-term heterosexual relationships: The interpersonal exchange model of sexual satisfaction. *Personal Relationships*, 2(4), 267-285. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.1995.tb00092.x>
- Le Goff, J. (1992). A rejeição do prazer. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 191-207). Terramar.
- Lefkowitz, E., Shearer, C., Gillen, M., & Espinosa-Hernandez, G. (2014). How gendered attitudes relate to women's and men's sexual behaviors and beliefs. *Sexuality & Culture*, 18(4), 833–846. <https://doi.org/10.1007/s12119-014-9225-6>
- Leigh, B., Vanslyke, J., Hoppe, M., Rainey, D., Morrison, D., & Gillmore, M. (2008). Drinking and condom use: Results from an event-based daily diary. *AIDS and Behavior*, 12(1), 104–112. <https://doi.org/10.1007/s10461-007-9216-9>
- Lewis, M., Granato, H., Blayney, J., Lostutter, T., & Kilmer, J. (2012). Predictors of hooking up sexual behaviors and emotional reactions among U.S. college students. *Archives of Sexual Behavior*, 41(5), 1219–1229. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9817-2>
- Louro, G. L. (2000). *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto Editora.
- Lutz-Zois, C., Moler, K., & Brown, M. (2015). Mechanisms for the relationship between traditional masculine ideologies and rape myth acceptance among college men. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 24(1), 84–101. <https://doi.org/10.1080/10926771.2015.996311>
- MacNeil, S., & Byers, S. (2005). Dyadic assessment of sexual self-disclosure and sexual satisfaction in heterosexual dating couples. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(2), 169–181. <https://doi.org/10.1177/0265407505050942>

- MacNeil, S., & Byers, S. (2009). Role of sexual self-disclosure in the sexual satisfaction of long-term heterosexual couples. *Journal of Sex Research*, 46(1), 3–14. <https://doi.org/10.1080/00224490802398399>
- Marecek, J., Crawford, M., & Popp, D. (2004). On the construction of gender, sex and sexualities. In A. H. Eagly, A. E. Bell, & R. J. Sternberg (Eds.), *The Psychology of gender* (pp. 192–216). The Guilford Press.
- Mark, M., & Miller, M. (1986). The effects of sexual permissiveness, target gender, subject gender, and attitude toward women on social perception: In search of the double standard. *Sex Roles* 15(5-6), 311–322. <https://doi.org/10.1007/BF00288320>
- Marks, M. (2008). Evaluations of sexually active men and women under divided attention: A social cognitive approach to the sexual double standard. *Basic and Applied Social Psychology*, 30(1), 84–91. <https://doi.org/10.1080/01973530701866664>
- Marks, M., & Fraley, C. (2005). The sexual double standard: Fact or fiction? *Sex Roles*, 52(3–4), 175–186. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-1293-5>
- Marks, M., & Fraley, R. (2006). Confirmation bias and the sexual double standard. *Sex Roles*, 54(1-2), 19–26. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-8866-9>
- Marks, M., & Fraley, R. (2007). The impact of social interaction on the sexual double standard. *Social Influence*, 2(1), 29–54. <https://doi.org/10.1080/15534510601154413>
- Marques, A. (2009). “Os homens não são iguais e todas as mulheres não são iguais”: Representações dos jovens sobre sexualidade. *CIES e-Working Papers N°76/2009*. ISSN 1647-0893
- Marston, C., & King, E. (2006). Factors that shape young people’s sexual behaviour: A systematic review. *The Lancet*, 368(9547), 1581-1586. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69662-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69662-1)
- Martins, S., & Machado, C. (2009). Discursos genderizados sobre a sexualidade e a violência sexual. *Sexualidade e Planeamento Familiar*, 52/53, 28-39. ISSN 0872-7023
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., & Equipa Aventura Social. (2012). *Saúde sexual e reprodutiva dos estudantes do ensino superior. Relatório de estudo – Dados nacionais de 2010*. Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, FMH/Universidade Técnica de Lisboa.

- Maxwell, C. (2007). “Alternative” narratives of young people’s heterosexual experiences in the UK. *Sexualities*, 10(5), 539–558. <https://doi.org/10.1177/1363460707083168>
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy*, 20(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Milhausen, R., & Herold, E. (1999). Does the sexual double standard still exist? Perceptions of university women. *Journal of Sex Research*, 36(4), 361–368. <https://doi.org/10.1080/00224499909552008>
- Milhausen, R., & Herold, E. (2002). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 13(2), 63–83. https://doi.org/10.1300/J056v13n02_05
- Milnes, K. (2004). What lies between romance and sexual equality? A narrative study of young women's sexual experiences. *Sexualities, Evolution & Gender*, 6(2-3), 151-170. <https://doi.org/10.1080/14616660412331325169>
- Morrison, D., Masters, T., Wells, E., Casey, E., Beadnell, B., & Hoppe, M. (2015). “He enjoys giving her pleasure’’: Diversity and complexity in young men’s sexual scripts. *Archives of Sexual Behavior*, 44(3), 655–668. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0354-7>
- Morrison, T., Ryan, T., Fox, L., Mcdermott, D., & Morrison, M. (2008). Canadian university students’ perceptions of the practices that constitute “normal” sexuality for men and women. *Canadian Journal of Human Sexuality*. 17(4), 161-171.
- Muehlenhard, C. (2011). Examining stereotypes about token resistance to sex. *Psychology of Women Quarterly*, 35(4), 676–683. <https://doi.org/10.1177/0361684311426689>
- Muehlenhard, C., & Hollabaugh, L. (1988). Do women sometimes say no when they mean yes? The prevalence and correlates of women's token resistance to sex. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(5), 872–879. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.54.5.872>
- Muehlenhard, C., & McCoy, M. (1991). Double standard/double bind: The sexual double standard and women's communication about sex. *Psychology of Women Quarterly*, 15(3), 447–461. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1991.tb00420.x>
- Munro, P. (1991). *Slang U: The official dictionary of college slang*. Three Rivers Press.

- Neto, F. (2004). Escala multidimensional de atitudes em relação à utilização do preservativo. *Psicologica*, 36, 219-234. ISSN: 0871-4657.
- Neves, D. (2016). Normas face ao género e à diversidade sexual: Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 89–102. <http://journals.openedition.org/spp/2506>
- Neves, S., Jamal, S., Peixoto, S., & Borges, J. (2021). *Estudo nacional sobre a violência no namoro no ensino superior: Crenças e práticas – 2017/2021*. Associação Plano i.
- Oliver, M., & Sedikides, C. (1992). Effects of sexual permissiveness on desirability of partner as a function of low and high commitment to relationship. *Social Psychology Quarterly*, 55(3), 321–333. <https://doi.org/10.2307/2786800>
- Organização Mundial de Saúde (2006). *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health, 28–31 January 2002, Geneva*. World Health Organization.
- Organização Mundial de Saúde (2010). *Developing sexual health programs: A framework for action*. World Health Organization.
- Organização Mundial de Saúde (2021). *Violence against women*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Organização Mundial de Saúde (2023). *Sexual transmitted infections*. [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/sexually-transmitted-infections-\(stis\)?gclid=CjwKCAjwtuOIBhBREiwA7agflqOQmJhmtomiOMLjz6Isbtu_YA0NzD1wDHnFSg5K2jsPWih4xBUARoCCRQQA_vD_BwE](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/sexually-transmitted-infections-(stis)?gclid=CjwKCAjwtuOIBhBREiwA7agflqOQmJhmtomiOMLjz6Isbtu_YA0NzD1wDHnFSg5K2jsPWih4xBUARoCCRQQA_vD_BwE)
- O'Sullivan, L. (1995). Less is more: The effects of sexual experience on judgments of men's and women's personality characteristics and relationship desirability. *Sex Roles* 33(3-4), 159–181. <https://doi.org/10.1007/BF01544609>
- Parsons, J., Hakitis, P., Bimbi, D., & Borkowski, T. (2000). Perceptions of the benefits and costs associated with condom use and unprotected sex among late adolescent college students. *Journal of Adolescence*, 23(4), 377-391. <https://doi.org/10.1006/jado.2000.0326>
- Pascoal, P., Byers, S., Alvarez, M.-J., Santos-Iglesias, P., Nobre, P., Pereira, C., & Laan, E. (2018). A dyadic approach to understanding the link between sexual functioning and sexual satisfaction in heterosexual couples. *Journal of Sex Research*, 55(9), 1155–1166. <http://10.1080/00224499.2017.1373267>

- Pascoal, P., Lopes, C., & Rosa, P. (2019). O papel mediador da autorrevelação sexual na relação entre a expressão de sentimentos e a satisfação sexual em adultos heterossexuais. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 51(2), 74–82. <https://doi.org/10.14349/rlp.2019.v51.n2.3>
- Patrick M. (2013). Daily associations of alcohol use with sexual behaviour and condom use during spring break. *Drug and Alcohol Review*, 32(2), 215–217. <https://doi.org/10.1111/j.1465-3362.2012.00509.x>
- Pechorro, P., Diniz., A., & Vieira, R. (2009). Satisfação sexual feminina: Relação com funcionamento sexual e comportamentos sexuais. *Análise psicológica*, 27(1), 99–108. <https://doi.org/10.14417/ap.187>
- Peixoto, M., & Nobre, P. (2015). Prevalence and sociodemographic predictors of sexual problems in Portugal: A population-based study with women aged 18 to 79 years. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 41(2), 169–180. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2013.842195>
- Peixoto, M., Amarelo-Pires, I., Biscaia, M., & Machado, P. (2018). Sexual self-esteem, sexual functioning and sexual satisfaction in Portuguese heterosexual university students. *Psychology & Sexuality*, 9(4), 305–316. <https://doi.org/10.1080/19419899.2018.1491413>
- Pereira, P. (2010). *Relações de namoro, género e sexualidade adolescente* [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade de Évora.
- Pereira, A., Fávero, M., Barbosa-Ducharme, M., Almeida, A., & Figueiredo, C. (2015). Comunicação com o/a parceiro/a sexual acerca de preocupações preventivas, auto-eficácia contraceptiva e (in)satisfação sexual. *Análise Psicológica*, 33(2), 195–206. <https://doi.org/10.14417/ap.949>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21-38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets. *Journal of Sex Research*, 48(2-3), 149-165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Pimentel, M., Preto, L., Alves, M., & Monteiro, A. (2016). Comportamento sexual de estudantes do ensino superior. *Psicologia, Saúde & Doença*, 17(3), 352-367. <http://dx.doi.org/10.15309/16psd170304>

- Pronier, C., & Monk-Turner, E. (2014) Factors shaping women's sexual satisfaction: a comparison of medical and social models. *Journal of Gender Studies*, 23(1), 69-80. <https://doi.org/10.1080/09589236.2012.752347>
- Quinn-Nilas, C., & Kennett, D. (2018) Reasons why undergraduate women comply with unwanted, non-coercive sexual advances: A serial indirect effect model integrating sexual script theory and sexual self-control perspectives. *Journal of Social Psychology*, 158(5), 603-615. <https://doi.org/10.1080/00224545.2018.1427039>
- Quinta-Gomes, A., & Nobre, P. (2014). Prevalence of sexual problems in Portugal: Results of a population-based study using a stratified sample of men aged 18 to 70 years. *Journal of Sex Research*, 51(1), 13–21. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.744953>
- Quinta-Gomes, A., Carvalho, J., & Nobre, P. (2011). Sexual functioning and sexual behavior in a sample of undergraduate Portuguese students: An exploratory study. *Journal of Sexual Medicine* [Abstract], 8(Supp_3), 257. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2011.02325.x>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica*, 23(2), 173–185. <https://doi.org/10.14417/ap.80>
- Rehman, U., Fallis, E., & Byers, S. (2013) Sexual satisfaction in heterosexual women. In D. Castañeda (Ed.). *The essential handbook of women's sexuality* (Vol. 1, pp. 25-45). Praeger.
- Reis, M., & Matos, M. (2008a). Contraceção em jovens universitários Portugueses. *Análise Psicológica*, 26(1), 71-79. <https://doi.org/10.14417/ap.482>
- Reis, M., & Matos, M. (2008b). Comportamentos sexuais e influência dos diferentes agentes de socialização na educação sexual dos jovens universitários. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 48/49, 22-28. ISSN 0872 - 7023
- Reis, M., Matos, M., & Equipa Aventura Social (2017). *Comportamentos de saúde dos jovens universitários portugueses. Relatório do estudo – Dados nacionais de 2016*. Aventura Social/ FMH/ ULisboa.
- Reis, M., Ramiro, L., Matos, M., & Diniz, J. (2013). Nationwide survey of contraceptive and sexually transmitted infection knowledge, attitudes and skills of university students in Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 13(2), 127-137. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(13\)70016-4](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(13)70016-4)

- Reiss, I. (1956). The double standard in premarital sexual intercourse. A neglected concept. *Social Forces*, 34(3), 224-230. <https://doi.org/10.2307/2574041>
- Reiss, I. (1960). *Premarital sexual standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Reiss, I. (1961). Standards of sexual behavior. In A. Ellis, & A. Abarbanel (Eds.), *The encyclopedia of sexual behavior* (pp. 996-1004). Hawthorn Books
- Rinaldi-Miles, A., Quick, B., & McCloskey, L. (2017). Risk assessment heuristics: Cues and intention to use a condom in casual sex. *Health Education Journal*, 76(3), 313–325. <https://doi.org/10.1177/0017896916672899>
- Ronen, S. (2010). Grinding on the dance floor: Gendered scripts and sexualized dancing at college parties. *Gender & Society*, 24(3), 355–377. <https://doi.org/10.1177/0891243210369894>
- Rudman, L., & Glick, O. (2008). *The social psychology of gender. How power and intimacy shape gender relations*. The Guilford Press.
- Ryle, R. (2012). *Questioning gender. A sociological exploration*. SAGE Publications.
- Sahl, D., & Keene, J. (2010). The sexual double standard and gender differences in predictors of perceptions of adult-teen sexual relationships. *Sex Roles* 62(3-4), 264–277. <https://doi.org/10.1007/s11199-009-9727-0>
- Salisbury, C., & Fisher, W. (2014). “Did you come?” A qualitative exploration of gender differences in beliefs, experiences, and concerns regarding female orgasm occurrence during heterosexual sexual interactions. *Journal of Sex Research*, 51(6), 616–631. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.838934>
- Salles, C. (1992). As prostitutas de Roma. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 87-104). Terramar.
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012a). Eroticizing inequality in the United States: The consequences and determinants of traditional gender role adherence in intimate relationships. *Journal of Sex Research*, 49(2-3), 168-183. <https://www.jstor.org/stable/23249142>
- Sanchez, D., Kiefer, A., & Ybarra, O. (2006). Sexual submissiveness in women: Costs for sexual autonomy and arousal. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(4), 512-524. <https://doi.org/10.1177/0146167205282154>
- Sanchez, D., Phelan, J., Moss-Racusin, C., & Good, J. (2012). The gender role motivation model of women’s sexually submissive behavior and satisfaction in heterosexual couples. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(4), 528–539. <https://doi.org/10.1177/0146167211430088>

- Sánchez-Fuentes, M., Santos-Iglesias, P., & Sierra, J. (2014). A systematic review of sexual satisfaction. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *14*(1), 67–75. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(14\)70038-9](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(14)70038-9)
- Santos, M., Ferreira, E., & Ferreira, M. (2018a). Comportamentos contraceptivos de estudantes portugueses do ensino superior. *Revista Brasileira de Enfermagem*, *71*(Suppl 4), 1805-1813. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0623>
- Santos, M., Ferreira, E., Duarte, J., & Ferreira, M. (2018b). Risk factors that influence sexual and reproductive health in Portuguese university students. *International Nursing Review*, *65*(2), 225–233. <https://doi.org/10.1111/inr.12387>
- Sartre, M. (1992). A homossexualidade na Grécia antiga. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 59-76). Terramar.
- Schouten, M. (2019). Undoing gender inequalities: Insights from the Portuguese perspective. *Insights into Regional Development*, *1*(2), 85–98. [https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2\(1\)](https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2(1))
- Sheeran, P., Spears, R., Abraham, C., & Abrams, D. (1996). Religiosity, gender, and the double standard, *The Journal of Psychology*, *130*(1), 23-33. <https://doi.org/10.1080/00223980.1996.9914985>
- Shoveller, J., Johnson, J., Langille, D., & Mitchell, T. (2004). Socio-cultural influences on young people's sexual development. *Social Science and Medicine*, *59*(3), 473–487. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2003.11.017>
- Simon, W., & Gagnon, J. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, *15*(2), 97–120. <https://doi.org/10.1007/BF01542219>
- Smith, G., Mysak, K., & Michael, S. (2008). Sexual double standards and sexually transmitted illnesses: Social rejection and stigmatization of women. *Sex Roles*, *58*(5-6), 391–401. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9339-5>
- Sot, M. (1992). A génese do casamento cristão. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 209-224). Terramar.
- Sprecher, S. (1989). Premarital sexual standards for different categories of individuals. *Journal of Sex Research*, *26*(2), 232–248. <https://doi.org/10.1080/00224498909551508>
- Sprecher, S., & Hatfield, E. (1996). Premarital sexual standards among U.S. college students: Comparison with Russian and Japanese students. *Archives of Sexual Behavior* *25*(3), 261–288. <https://doi.org/10.1007/BF02438165>

- Sprecher, S., Hatfield, E., Cortese, A., Potapova, E., & Levitskaya, A. (1994). Token resistance to sexual intercourse and consent to unwanted sexual intercourse: College students' dating experiences in three countries. *Journal of Sex Research*, 31(2), 125-132. <https://doi.org/10.1080/00224499409551739>
- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbuch, T. (1987). Has the double standard disappeared?: An experimental test. *Social Psychology Quarterly*, 50(1), 24–31. <https://doi.org/10.2307/2786887>
- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbuch, T. (1991). The effect of current sexual behavior on friendship, dating, and marriage desirability. *Journal of Sex Research*, 28(3), 387–408. <https://doi.org/10.1080/00224499109551615>
- Sprecher, S., McKinney, K., Walsh, R., & Anderson, C. (1988). A revision of the Reiss Premarital Sexual Permissiveness Scale. *Journal of Marriage and Family*, 50(3), 821–828. <https://doi.org/10.2307/352650>
- Sprecher, S., Regan, P., McKinney, K., Maxwell, K., & Wazienski, R. (1997). Preferred level of sexual experience in a date or mate: The merger of two methodologies. *Journal of Sex Research*, 34(4), 327–337. <http://www.jstor.org/stable/3813475>
- Stanton, B., Black, M., Kaljee, L., & Ricardo, I. (1993). Perceptions of sexual behavior among urban early adolescents: Translating theory through focus groups. *Journal of Early Adolescence*, 13(1), 44-66. <https://doi.org/10.1177/0272431693013001003>
- Štulhofer, A., Ferreira, L., & Landripet, I. (2014) Emotional intimacy, sexual desire, and sexual satisfaction among partnered heterosexual men. *Sexual and Relationship Therapy*, 29(2), 229-244. <https://doi.org/10.1080/14681994.2013.870335>
- Sutton, L. (1995). Bitches and skanky hobags: The place of women in contemporary slang. In K. Hall, & M., Bucholtz (Eds.), *Gender articulated: Language and the socially constructed self* (pp.279–296). Routledge.
- Swan, D., & Thompson, S. (2016). Monogamy, the protective fallacy: Sexual versus emotional exclusivity and the implication for sexual health risk. *Journal of Sex Research*, 53(1), 64–73. <https://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003771>
- Trieu, S., Bratton, S., & Marshak, H. (2011). Sexual and reproductive health behaviors of California community college students. *Journal of American College Health*, 59(8), 744-750. <https://doi.org/10.1080/07448481.2010.540764>

- Vannier, S., & O'Sullivan, L. Sex without desire: Characteristics of occasions of sexual compliance in young adults' committed relationships. *Journal of Sex Research*, 47(5), 429–439. <https://doi.org/10.1080/00224490903132051>
- Vanwesenbeeck, I. (2009). Doing gender in sex and sex research. *Archives of Sexual Behavior*, 38(6), 883–898. <https://doi.org/10.1007/s10508-009-9565-8>
- Vasconcelos, P. (1998). Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. In M. Cabral & J. Pais (Coord.). *Jovens Portugueses de hoje* (pp.215-305). Celta.
- Veyne, P. (1992). A homossexualidade em Roma. In G. Duby (Coord.). *Amor e sexualidade no Ocidente* (pp. 77-86). Terramar.
- Vélez-Blasini, C. (2008). Evidence against alcohol as a proximal cause of sexual risk taking among college students. *Journal of Sex Research*, 45(2), 118-128. <https://doi.org/10.1080/00224490801987408>
- Walfield S. (2021). "Men cannot be raped": Correlates of male rape myth acceptance. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 6391–6417. <https://doi.org/10.1177/0886260518817777>
- Walker, S. (1997). When “no” becomes “yes”: Why girls and women consent to unwanted sex. *Applied and Preventive Psychology*, 6(3), 157-166. [https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(97\)80003-0](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(97)80003-0)
- Weatherall, A., & Walton, M. (1999). The metaphorical construction of sexual experience in a speech community of New Zealand university students. *British Journal of Social Psychology*, 38(4), 479 - 498. <https://doi.org/10.1348/014466699164284>
- West, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151. <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>
- Weinberg, M., Lottes, I., & Shaver, F. (2000). Sociocultural correlates of permissive sexual attitudes: A test of Reiss's hypotheses about Sweden and the United States. *Journal of Sex Research*, 37(1), 44-52. <https://doi.org/10.1080/00224490009552019>
- Wiederman, M. (2005). The gendered nature of sexual scripts. *The Family Journal*, 13(4), 496–502. <https://doi.org/10.1177/1066480705278729>
- Williams, J., & Jacoby, A. (1989). The effects of premarital heterosexual and homosexual experience on dating and marriage desirability. *Journal of Marriage and Family*, 51(2), 489–497. <https://doi.org/10.2307/352510>

- Wood, W., & Eagly, A. (2009). Gender identity. In M. Leary & R. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 109-128). Guilford.
- Wood, W., & Eagly, A. H. (2010). Gender. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (Vol. 1, pp. 629-667). Wiley.
- Wood, W., & Eagly, A. (2012). Biosocial construction of sex differences and similarities in behavior. In J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 46, pp. 55-123). Academic Press.
- Yannessa, J., Dunn, M., Yansick, K., & Jordan, D. (2017). Millennial student embarrassment toward condom purchase/acquisition. *American Journal of Health Studies*, 32(3). <https://doi.org/10.47779/ajhs.2017.86>
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2017). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles*, 76(7-8), 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677>
- Zhang, Y., Miller, L., & Harrison, K. (2008) The relationship between exposure to sexual music videos and young adults' sexual attitudes. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(3), 368-386. <https://doi.org/10.1080/08838150802205462>
- Zurbriggen, E., & Morgan, E. (2006). Who wants to marry a millionaire? Reality dating television programs, attitudes toward sex, and sexual behaviors. *Sex Roles* 54(1-2), 1–17. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-8865-2>

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS EMPÍRICOS

ESTUDO I Manifestação do duplo padrão sexual nas sociedades ocidentais (2011 -2017): Uma revisão abrangente¹

Esta revisão abrangente analisa investigação publicada entre 2011 e 2017 ($n = 46$), que averiguou a emergência e a variação do Duplo Padrão Sexual (DPS) em sociedades ocidentais. Observa-se uma consistente manifestação do DPS na avaliação de condutas sexuais diversas. Há igualmente evidência de padrões sexuais alternativos positivos (igualitários liberais) e negativos (igualitários conservadores e invertidos). A emergência de DPS e a variação com padrões negativos indica que, nas sociedades ocidentais, a experiência (hétero)sexual é marcada por desigualdades de género e por padrões sexuais restritivos e punitivos. E, porque estes padrões podem limitar a liberdade sexual e o acesso de homens e mulheres a uma sexualidade positiva, devem ser alvo de desconstrução e substituição por outros, equitativos.

Palavras-chave conduta sexual; duplo padrão sexual; género; sexualidade.

¹ Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2021). Manifestação do duplo padrão sexual nas sociedades ocidentais (2011-2017): Uma revisão abrangente. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 124, 53-78. <https://doi.org/10.4000/rccs.11509>

Manifestation of the sexual double standard in western societies (2011-2017): A scoping review

This scoping review synthesizes research published between 2011 and 2017 (n = 46), that aimed to analyze emergencies and variations of the Sexual Double Standard (SDS) in western societies. A consistent emergence of the SDS is observed in the evaluation of different sexual contexts/behaviours. There is also evidence of positive (egalitarian, liberal) and negative (egalitarian and conservative, and reversed) alternative sexual standards. The emergence of the SDS and the variation with negative standards indicates that, in western societies, (hetero)sexual experience is marked by gender inequality and by restrictive and punitive sexual standards. Also, because these standards may limit sexual autonomy and men's and women's access to a positive sexuality, they must be deconstructed and replaced by others that are more equitable.

Key-words gender; sexual behavior; sexual double standard; sexuality.

I. Introdução

A noção de Duplo Padrão Sexual (DPS) foi introduzida por Ira Reiss para descrever a tendência a sancionar mulheres, mas não homens, pelo envolvimento em sexo pré-marital. Hoje continua a definir um padrão diferencial de avaliação da conduta sexual, mais permissivo face à sexualidade masculina e mais restritivo face à feminina (Reiss, 1960). Há provas da sua atenuação para alguns comportamentos (e.g., frequência da atividade sexual, sexo oral e anal) e atitudes sexuais (e.g., sexo extradiádico, masturbação), mas igualmente da sua contínua manifestação para uma multiplicidade de comportamentos, como por exemplo o sexo ocasional – sem compromisso e limitado no tempo (e.g., uma noite) – ou o elevado número de parceiros sexuais (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Petersen & Hyde, 2010, 2011).

O DPS pode ser entendido como uma expressão do género – crença socialmente partilhada de que homens e mulheres são diferentes – na sexualidade. É informado e, em certa medida, legitimado pelos estereótipos e papéis sexuais de género, os quais definem as características e os comportamentos sexuais apropriados e aceites/proibidos para homens e mulheres e podem ser resumidos nas dicotomias homem sexual vs. mulher emocional e homem ativo vs. mulher passiva, respetivamente (Blakemore et al., 2008; Howard & Hollander, 1997). Alicerçado nestas construções, o DPS ensina aos homens que a sexualidade é a chave da masculinidade e às mulheres que a sexualidade deve ser minimizada e controlada (McCarthy & Bodnar, 2005). Contudo, o desvio pode pôr em causa feminilidade, masculinidade e reputação sexual de ambos e o DPS, ao mesmo tempo que reforça a desigualdade de género, pode condicionar a liberdade sexual de homens e mulheres, o que revela, a par da sua manifestação ao longo dos anos, a importância de conhecer – e combater – este padrão (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Fasula et al., 2014). Compreender e agir na desconstrução do DPS é tanto mais importante quanto, por um lado, apesar da atenuação da aceitação pessoal do padrão (DPS pessoal) – a mais frequentemente explorada –, a sua existência social (DPS social) é reconhecida, e, por outro, os padrões sexuais alternativos que têm emergido são, em alguns casos, positivos, mas, noutros, negativos (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). São padrões alternativos o Padrão Sexual Singular (PSS) que prescreve igual liberdade sexual e julgamento/punição de homens e mulheres, e que pode ser ou mais liberal ou mais restritivo e punitivo (PSS liberal e PSS conservador), e o Duplo

Padrão Sexual Invertido (DPS Invertido) que prescreve menor liberdade sexual, julgamento mais negativo e punição mais severa dos homens do que das mulheres.

Para uma atualização do conhecimento sobre DPS propõe-se, por isso, analisar trabalhos de pesquisa produzidos entre 2011 e 2017 em sociedades ocidentais e apresentar um resumo integrado dos principais resultados obtidos sobre a emergência do padrão e sobre a sua variação com padrões sexuais alternativos.

2. Método usado na revisão abrangente

São objetivos desta revisão abrangente examinar investigação sobre DPS seguindo as etapas definidas por Arksey e O'Malley (2005): 1) identificação da questão de investigação; 2) identificação de estudos relevantes; 3) seleção de estudos; 4) mapeamento dos dados; 5) resumo dos resultados.

A questão de investigação tomou como referência para a delimitação do período temporal e área geográfica as anteriores revisões de literatura sobre DPS (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). Os autores interrogaram-se sobre o que revela a investigação publicada entre 1 de janeiro de 2011 e 30 de abril de 2017 sobre manifestação de DPS e variação com padrões sexuais alternativos, publicada e realizada nos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Europa Ocidental e Austrália.

Para a identificação dos estudos relevantes foi conduzida uma pesquisa na Biblioteca de Conhecimento Online (b-on), uma base de dados que disponibiliza conteúdos publicados por diferentes editores (e.g., Elsevier, Sage, Springer, Taylor & Francis, Clarivate Analytics, Wiley), usando o termo de pesquisa “sexual double standard” nos campos título, resumo e termos do assunto, e o operador booleano “OR”. Além do período temporal e da área geográfica, limitou-se a pesquisa à investigação escrita em língua inglesa, a par da área temática, do tipo de investigação (foi apenas incluída investigação empírica), das características dos estudos (e.g., objetivos, contextos/perspetivas analisadas) e da adequação aos objetivos da revisão abrangente (e.g., excluída operacionalização de DPS afastada da definição considerada, tratamento secundário da variável).

A pesquisa inicial resultou em 346 entradas, reduzidas para 120 depois de excluídas referências duplicadas e para 73 depois de excluídas: três por não conterem o termo de pesquisa ou não serem escritas em língua inglesa, 20 por não cumprirem o critério relativo à área geográfica, 12 por não cumprirem o critério tipo de investigação e

outras 12 o critério área temática. Da análise detalhada dessas 73 referências excluíram-se oito (e.g., duplo padrão não sexual, medidas DPS, DPS secundário), tendo-se chegado a 65 artigos que cumpriram os critérios de elegibilidade (Diagrama 1). O processo de pesquisa e seleção foi inicialmente conduzido pela primeira autora deste artigo e depois revisto pela segunda, como garantia de rigor.

Da leitura integral e análise dos artigos selecionados, realizada pelos três autores, concluiu-se sobre dois tipos de resultados: os relativos à manifestação/variação do DPS ($n = 46$), cujos resultados são analisados neste artigo, e os relativos aos efeitos do DPS ($n = 19$), não considerados na presente revisão abrangente.²

Extraíu-se e compilou-se informação relevante (autor, data, área geográfica, objetivos, métodos e resultados), que foi organizada com base nos comportamentos/contextos/grupos em análise.

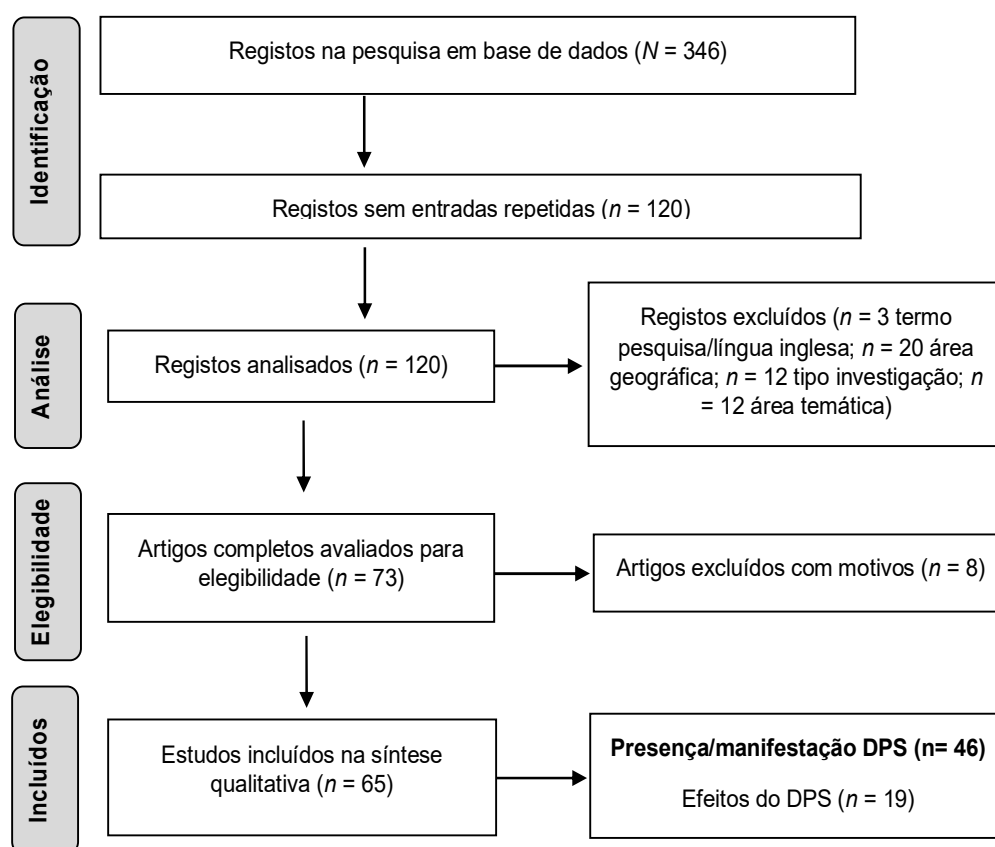


Diagrama 1: Adaptação das orientações PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta - Analyses), propostas por Moher et al. (2009), à decisão sobre os artigos a incluir na revisão abrangente

² Investigação portuguesa produzida entre 2011 e 2017 faria parte deste grupo

3. Resultados sobre DPS e padrões sexuais alternativos

Os resultados organizaram-se em dois grandes temas que dizem respeito, respetivamente, à evidência de DPS e padrões alternativos para diferentes comportamentos e grupos – Emergências e Variações Gerais do DPS – e para o caso particular do sexo ocasional entre estudantes universitários (e outros) – Emergências e Variações Específicas do DPS. A divisão justificou-se pelo elevado número de trabalhos que analisou a aceitabilidade da ocasionalidade em homens e mulheres e pelo facto de este ser um padrão relacional cada vez mais comum no contexto universitário (Garcia et al., 2012).

Os estudos exploraram sobretudo a aceitação pessoal do DPS e menos o reconhecimento da sua existência social e, por isso, os resultados correspondentes ao DPS pessoal ou a casos em que não se pôde distinguir entre dimensões foram identificados apenas como DPS, enquanto os resultados sobre DPS social foram especificamente identificados como tal.

3.1. Emergências e variações gerais do DPS

A secção divide-se em: 1) investigação sobre emergência/variação do DPS conduzida com adolescentes e jovens (amostras entre os 11/12 anos até cerca de 25 anos de idade); 2) com jovens adultos e adultos (amostras a partir dos 18 anos de idade); e 3) investigação que relaciona emergência/variação do DPS com as características de quem avalia/é avaliado.

3.1.1. Adolescentes e jovens

A evidência de DPS foi reunida em dois estudos desenvolvidos nos EUA. No primeiro, McClintock (2011) concluiu que as mulheres, mais do que os homens, procuravam relacionamentos comprometidos/exclusivos, referiam menos parceiros sexuais e adiavam a atividade sexual dentro do relacionamento – posições a apontar para estereótipos e papéis sexuais de género e indiretamente para DPS. No segundo, Kreager et al. (2016) mostraram que a aceitação das raparigas pelos pares diminuía, e a dos rapazes aumentava, com o envolvimento em comportamento sexual “pesado” (relações sexuais), ao passo que o envolvimento em comportamento sexual “leve” (curtir) fazia aumentar a aceitação das raparigas, mas diminuir a dos rapazes entre pares masculinos.

Os autores consideraram que a última observação era reveladora de DPS Invertido mas, em nossa opinião, ela deve ser tomada, como as anteriores, enquanto expressão de DPS tradicional dado que este padrão pressupõe que o envolvimento em relações sexuais é prova de masculinidade e que, a não acontecer, pode fazer diminuir o estatuto dos homens entre os pares.

Em dois outros trabalhos com amostras americanas foi reunida evidência da emergência de DPS e da sua variação com padrões sexuais alternativos. Young et al. (2016) observaram que a avaliação que adolescentes faziam de alvos femininos ou masculinos (*Between Subject Design* ou BSD), em cenários hipotéticos (*Person Perception Task* ou PPT) sem referência a sexo ou com referência a envolvimento romântico com/sem atividade sexual, era mais negativa para aqueles que optavam por manter relações sexuais (PSS conservador) e para os alvos femininos (DPS) no grupo das mulheres. Já Lyons et al. (2011) concluíram, em dois estudos com amostras femininas, sobre a presença de um PSS liberal a alternar com um DPS social e pessoal. Os investigadores observaram que as participantes com elevado número de parceiros sexuais não se sentiam diferentes dos seus pares em termos de popularidade, número de amigos e autoestima, mas que algumas reconheciam o DPS no contexto escolar alargado e assumiam adotá-lo na avaliação do comportamento desse grupo, mas não do seu ou do de amigas.

Por fim, três estudos acrescentaram ainda informação sobre a possível influência da sociedade e cultura americanas na emergência do DPS, partindo do pressuposto de que elas são marcadas por algum conservadorismo sexual. De facto, o debate de adolescentes/jovens latino-americanos em torno de fotografias (*photovoice*) levou Gubrium e Torres (2013) a concluir sobre a presença do DPS para as questões da expressão do desejo/prazer, agência ou proteção sexuais, e a considerá-la potencial reflexo da influência das culturas latina e americana. Tong (2013) sugeriu uma direção contrária, indicando que a exposição de adolescentes/jovens de ascendência asiática à cultura americana conduzia à adoção de normas sexuais mais liberais (especialmente entre mulheres), e não de DPS (início da atividade sexual e múltiplos parceiros). Já Chmielewski et al. (2017) observaram que, em artigos noticiosos sobre sexualidade adolescente, a sexualidade feminina era associada a risco e responsabilização pela proteção e pelas consequências da atividade sexual. Os discursos mediáticos reconheciam a agência sexual feminina, mas reproduziam a ideia tradicional de que as mulheres devem ser capazes de controlar a sexualidade e o risco sexual.

No que respeita a investigação produzida em sociedades europeias com adolescentes e jovens, dois trabalhos de pesquisa apontaram para a presença do DPS no contexto da interação/comunicação digital. Ringrose et al. (2013) observaram-no na avaliação que adolescentes fizeram da troca de imagens sexuais (*sexting*). Para os rapazes, possuir, trocar, mostrar imagens de raparigas foi avaliado positivamente e considerado fonte de popularidade, enquanto para as raparigas, tirar, partilhar ou publicar imagens sexuais foi associado a risco/culpa/vergonha, descrevendo as mulheres que o fazem como *skets* (mulher muito promíscua, “suja”, sem valor) que não se dão ao respeito. Do mesmo modo, os dois estudos de Mascheroni et al. (2015) apontaram para a manifestação de DPS na apresentação da identidade online (fotografias) e na interação de adolescentes em redes sociais, mas também sugeriram alguma relativização do padrão. Os investigadores concluíram que, apesar da erotização das fotografias ser comum aos dois sexos, os rapazes sancionavam as raparigas por posarem de forma *sexy* (e.g., indicador de “certo tipo de rapariga”), ao passo que algumas mulheres pareciam secundarizar o DPS e priorizar a aceitação dos pares (e.g., conformidade com padrões de beleza sexualizados). A importância dos pares nos discursos sobre sexualidade e normas sexuais foi revelada neste último resultado e vai ao encontro do constatado por Bongardt et al. (2017) com base na conversação de díades de amigos/amigas sobre sexualidade. O desvio (sexualidade de risco) – mais expressivo nas díades masculinas – e a normatividade (sexualidade saudável) – mais expressiva nas femininas – associaram-se a normas sexuais percebidas nos pares. Simultaneamente, esta diferença e a associação de desvio e normatividade a diferentes normas (nas díades masculinas) e apenas a aprovação/reprovação (nas femininas) podem ser tomadas como indicadores indiretos de DPS. Num outro sentido, mas igualmente a sublinhar a presença indireta de DPS nos discursos produzidos na Europa Ocidental está o trabalho de Martin et al. (2014). Os investigadores concluíram que, em artigos noticiosos sobre saúde sexual, os homens eram frequentemente descritos como mais promíscuos e propensos ao envolvimento em comportamento de risco, enquanto às mulheres era atribuída a responsabilidade pela saúde sexual, discursos a refletir estereótipos e papéis sexuais de género, na base do DPS. Por fim, três estudos reúnem evidência de DPS e padrões sexuais alternativos, sendo que um deles destaca a possibilidade de haver diferenças no modo como adolescentes e jovens experienciam a sexualidade em sociedades e culturas europeias particulares. Fjær et al. (2015) observaram que, quando consideravam relacionamentos ocasionais na celebração da conclusão do ensino secundário, os jovens evitavam criticar mulheres

incapazes de autocontrole (PSS liberal), mas admitiam que estas podiam ser estigmatizadas (DPS social). Esta variação entre padrões foi igualmente visível na combinação que as mulheres participantes faziam entre discursos de tolerância e distanciamento face a essas outras mulheres, e na afirmação dos participantes homens de maior liberdade face a prescrições da masculinidade, apesar do reconhecimento do DPS. Damme e Biltreyst (2013) também observaram a emergência de padrões alternativos a variar com o reconhecimento do DPS social, mas distinguiram ainda um DPS pessoal residual. Adolescentes e jovens mostraram-se tolerantes face ao sexo ocasional, mas distanciaram-se da prática; defenderam igualdade na troca repetida de parceiros, mas reconheceram ser menos tolerada e na base de rotulagem mais negativa de mulheres do que de homens; e alguns assumiram adotar o DPS na avaliação de conhecidos mais do que na de amigos. Já no trabalho de Franz et al. (2016), discursos sobre sexualidade – enfatizando responsabilidade, respeito e prazer partilhados – apresentaram-se como dominantes entre jovens alemães e uma alternativa entre ingleses, cujos discursos, mais frequentemente, revelavam negociação entre o ideal relacional e a realidade ocasional do sexo. Não obstante, a igual valorização da partilha e da relação, em ambos os casos, aponta para posições mais igualitárias, sendo a alternância com o DPS pouco evidente.

Entre adolescentes e jovens americanos e europeus, o DPS emerge, portanto, de forma consistente e alterna, em alguns casos, com um PSS conservador e um PSS liberal (Tabela 1).

3.1.2. Jovens adultos e adultos

As provas de DPS são indiretamente inferidas por Sprecher et al. (2013) a partir das diferenças de género na permissividade sexual observada entre estudantes universitários americanos. Comparativamente com as mulheres, os homens mostraram maior aceitação da relação sexual ocasional, atitudes sexuais mais permissivas e uma sociosexualidade menos restritiva (e.g., comportamento sexual permissivo). Já outros trabalhos de investigação produzidos nos EUA reuniram prova mais concreta da manifestação do DPS entre jovens adultos e adultos, com ou sem relação com o género. Por exemplo, Boyer e Galupo (2015) observaram, entre outros aspetos, que o envolvimento sexual ocasional era avaliado como mais adequado para homens, do que para mulheres. Do mesmo modo, Jones (2016) concluiu sobre a presença do DPS na avaliação da desejabilidade de três alvos hipotéticos (PPT/*Within Subject Design*; WSD) – com diferente número de parceiros e história de envolvimento em relações a três para

um potencial encontro com/sem evolução para relação. Observou que as mulheres consideravam desejáveis alvos masculinos experientes, se atualmente monogâmicos, mas que alvos femininos experientes eram vistos pelos homens como menos desejáveis, mesmo quando monogâmicos “no presente”. E ainda no mesmo sentido, Esterline e Muehlenhard (2016) apontaram para DPS, e particularmente DPS social, na avaliação do

Tabela 1 Emergência e variação do DPS, entre adolescentes (e jovens) e jovens adultos (e adultos), para diferentes condutas sexuais

	Pesquisa	Tipo de estudo/método	População/amostra	Resultados
Adolescentes (e jovens)	McClintock (2011)	Misto – análise quantitativa entrevistas	Adolescentes/jovens americanos ($N = 14276$; $M = 16.4$ e $M = 21.9$ anos)	DPS (indireto)
	Kreager <i>et al.</i> (2016)	Quantitativo – análise questionários	Adolescentes americanos ($N = 914$; 11-16 anos)	DPS
	Young <i>et al.</i> (2016)	Quantitativo – PPT/BSD e análise questionários	Adolescentes americanos ($N = 173$; 12-17 anos)	PSS conservador/DPS (mulheres)
	Lyons <i>et al.</i> (2011)	Misto – análise itens mensuráveis*, escalas e entrevistas	Mulheres adolescentes/jovens americanas ($N = 600$; $n = 46$; 12-19 anos)	PSS liberal DPS pessoal e social
	Gubrium e Torres (2013)	Qualitativo – análise <i>photovoice</i>	Adolescentes/jovens latino-americanos ($N = 20$)	DPS ligado a cultura
	Tong (2013)	Quantitativo – análise questionários	Adolescentes/jovens ascendência asiática (EUA; $N = 1060$; 11-18 e 18-26 anos)	DPS não ligado a cultura
	Chmielewski <i>et al.</i> (2017)	Qualitativo – análise conteúdo noticioso	Artigos <i>online</i> EUA ($N = 204$)	DPS (indireto)
	Ringrose <i>et al.</i> (2013)	Qualitativo – análise conteúdo grupos focais e entrevistas	Adolescentes ingleses ($N = 35$; 12-15 anos)	DPS
	Mascheroni <i>et al.</i> (2015)	Qualitativo – análise temática grupos focais e entrevistas	Adolescentes italianos, espanhóis e ingleses ($n = 107$; $n = 50$; 11-16 anos)	DPS Resistência residual
	Bongardt <i>et al.</i> (2017)	Misto – análise qualitativa e quantitativa da conversação	Adolescentes/jovens holandeses ($N = 61$ díades; 16-21 anos)	DPS (indireto)
	Martin, <i>et al.</i> (2014)	Qualitativo – análise de conteúdo noticioso	Artigos imprensa escrita (Inglaterra/Escócia) ($N = 85$)	DPS (indireto)
	Fjaer <i>et al.</i> (2015)	Qualitativo – análise de entrevistas	Jovens noruegueses ($N = 41$; 18-19 anos)	PSS liberal e DPS social
	Damme e Biltereyst (2013)	Qualitativo – análise de grupos focais	Adolescentes/jovens belgas ($N = 57$; 14-19 anos)	PSS liberal e DPS social/DPS pessoal (residual)
	Franz <i>et al.</i> (2016)	Quantitativo – metodologia crítica quantitativa	Jovens alemãs e ingleses ($N = 65$, 16-19 anos),	PSS liberal (indireto)

	Pesquisa	Tipo de estudo/método	População/amostra	Resultados
Jovens adultos (e adultos)	Sprecher <i>et al.</i> (2013)	Quantitativo – itens mensuráveis*, escalas	Estudantes universitários americanos ($N = 7777$, 18-22 anos)	DPS (indireto)
	Boyer e Galupo (2015)	Quantitativo – PPT/BSD e análise de itens mensuráveis*	Jovens adultos americanos ($N = 348$; 18-25 anos)	DPS
	Jones (2016)	Quantitativo – PPT/ WSD e análise de itens mensuráveis*	Jovens adultos e adultos americanos ($n = 180$, $M = 31.9$ anos e $n = 201$, $M = 33.5$ anos, para duas condições experimentais)	DPS
	Esterline Muehlenhard (2016)	Quantitativo – questionários	Estudantes universitários americanos ($N = 349$, 17-35 anos)	DPS
	Montemurro e Siefken (2014)	Qualitativo – análise de entrevistas	Mulheres americanas ($N = 84$, 20-68 anos)	DPS
	Lai e Hynie (2011)	Quantitativo – PPT/ WSD e análise de escalas	Estudantes universitários canadianos ($N = 305$, 17-25 anos)	DPS (indireto)
	Hackathorn e Harvey (2011)	Quantitativo – PPT/BSD e análise de escalas	Estudantes universitários americanos ($N = 115$, 18-42 anos, $M = 20$ anos)	DPS (homens) e DPS Inv. (mulheres)
	Papp <i>et al.</i> (2015)	Quantitativo – PPT/BSD e análise escalas/question aberta	Estudantes universitários americanos ($N = 308$; 18-25 anos)	DPS Invertido e DPS Social
	Camoletto (2011)	Misto – análise inquéritos e entrevistas	Jovens adultos e adultos italianos ($n = 1000$; 18-29 anos e $n = 51$; 18-34 anos, para cada método usado)	DPS (indireto)
Quem avalia e é avaliado	Zaikman e Marks (2016)	Quantitativo – PPT/BSD e análise de escalas	Jovens adultos americanos ($N = 596$; $M = 29.2$ anos)	DPS/DPS Invertido
	Zaikman <i>et al.</i> (2016a)	Quantitativo – PPT/BSD e análise de escalas	Jovens adultos e adultos americanos ($N = 483$; $M = 33.3$ anos)	DPS/DPS Invertido
	Sakaluk e Milhausen (2012)	Quantitativo – escalas e tarefas de associação	Estudantes universitários canadianos ($N = 103$)	DPS/PSS liberal (homens)/ DPS Inv. (mulheres)
	Zaikman <i>et al.</i> (2016b)	Quantitativo – PPT/BSD e análise questionários e itens mensuráveis*	Estudantes universitários americanos ($N = 154$)	DPS/DPS Invertido
	Zaikman e Marks (2014)	Quantitativo – PPT/BSD e análise questionário/itens mensuráveis*	Estudantes universitários americanos ($N = 232$)	DPS (mais sexistas)
	Vrangalova <i>et al.</i> (2014)	Quantitativo – PPT/BSD e escalas/question aberta	Estudantes universitários americanos ($N = 751$)	PSS conservador (menos permissividade)
	Ortiz <i>et al.</i> (2016)	Quantitativo – análise questionários	Estudantes universitários americanos ($N = 313$)	DPS (menos permissividade)
	Foster e Byers (2013)	Quantitativo – PPT/BSD e análise escalas e questionários	Estudantes universitários canadianos ($N = 207$)	PSS conservador (conservadores)

* Itens retirados de escalas/questionários/inquéritos ou desenvolvidos para os objetivos da investigação.

envolvimento em *making out* performativo (i.e., envolver-se íntima e publicamente com alguém com o objetivo de ser visto), que estudantes universitários perceberam ser uma atividade com consequências positivas/negativas para a reputação sexual de homens/mulheres e que tem, na sua base, motivações diferentes para homens (e.g., desejo de aprovação/estatuto) e mulheres (e.g., desejo de provocar ciúme, afirmar relacionamento ou estimular desejo masculino).

As conclusões sobre a emergência do DPS entre jovens adultos e adultos foram reforçadas em mais um estudo americano (Montemurro & Siefken, 2014) e um canadiano (Lai & Hynie, 2011), onde se enfatizou a relação com a variável idade. No primeiro, mulheres disseram perceber o termo *cougar* – mulheres maduras que procuram parceiros sexuais jovens – como negativo ou ter sentimentos mistos em relação ao mesmo; associaram-no a desvio e reconheceram que tanto podia ser uma forma de afirmar a sexualidade feminina como de reforçar o DPS (e.g., não há equivalente masculino). No segundo, com estudantes universitários, a evidência de DPS foi indiretamente mostrada por duas principais observações: 1) pessoas com idade superior a 65 anos e mulheres eram percebidas, respetivamente, como menos interessadas em sexo e como menos interessadas em práticas sexuais não convencionais; 2) homens jovens eram vistos como (os) mais interessados em sexo e práticas não convencionais e as mulheres como preferindo práticas convencionais.

Uma variação do DPS com padrões alternativos foi observada na avaliação de interações virtuais, em dois trabalhos de pesquisa conduzidos com estudantes universitários americanos. No estudo de Hackathorn e Harvey (2011), cenários hipotéticos de ciberinfidelidade (comportamento sexual mediado pelo computador ou sexo virtual) foram percebidos como infidelidade quando protagonizados por alvos do outro sexo (DPS homens/DPS Invertido mulheres) e considerados perturbadores e com potencial para levar à rotura do relacionamento. No estudo de Papp et al. (2015) observaram-se variações equivalentes, independentes do género, na avaliação de uma conversa Facebook fictícia (PPT) na qual homens ou mulheres (BSD) eram envergonhados/as ou humilhados/as – qualificados/as de *sluts* ou promíscuos/as – por outros homens ou mulheres (*shamers* ou críticos/as), com base no comportamento sexual descrito como desejado ou realizado. Avaliações negativas de homens *sluts* e de *shamers* de mulheres (DPS Invertido) foram acompanhadas por uma perceção dos *shamers* como mais críticos de mulheres do que de homens *sluts*, bem como de rotulagem diferencial de

homens e mulheres como *sluts* (comportamentos “leves” das mulheres vs. “pesados” dos homens), indicadores de DPS social.

Por último, um estudo europeu (Camoletto, 2011) apontou indiretamente para DPS, tendo por base o tipo de guiões de interação sexual (*script* sexual) que jovens adultos indicaram ter adotado nas primeiras experiências sexuais. As referências a *scripts* sexuais genderizados (românticos/pragmáticos) foram dominantes e a maioria dos participantes associou *scripts* românticos (envolvimento emocional) a mulheres e *scripts* pragmáticos (desejo sexual/expetativa dos pares) a homens.

Em síntese, entre jovens adultos e adultos, especialmente americanos (sociedade mais representada nos estudos analisados), observou-se – tal como no grupo dos adolescentes e jovens – a emergência de DPS, mas a variação com padrões alternativos foi menos expressiva e limitada ao DPS Invertido (Tabela 1).

3.1.3. DPS e as características de quem avalia e de quem é avaliado

Um último conjunto de estudos mostrou não só a emergência/variação do DPS, como a influência das características de quem avalia e de quem é avaliado nesses processos. Sobre as características de quem é avaliado identificaram-se dois estudos com jovens adultos americanos, usando cenários hipotéticos e manipulação da informação sobre parceiros anteriores, aparência física e personalidade (Zaikman & Marks, 2016) e sobre violação/conformidade com género/heterossexualidade (Zaikman et al., 2016a). No primeiro, alvos femininos sexualmente muito ativos foram avaliados de forma mais positiva do que os equivalentes masculinos, quando a aparência e a personalidade eram ambas consideradas positivas ou negativas (DPS Invertido). No entanto, um DPS emergiu quando uma das características era positiva e a outra negativa, bem como quando se considerava um elevado número de parceiros sexuais. No segundo, a avaliação de mulheres “masculinas” e homens “femininos” mais experientes mostrou-se mais positiva que a de alvos do outro sexo que se conformavam ao género (DPS Invertido/DPS). E, no mesmo sentido, a avaliação de alvos masculinos homossexuais e femininos heterossexuais experientes revelou-se mais positiva que a de alvos femininos homossexuais (DPS) e masculinos heterossexuais (DPS Invertido), respetivamente.

Uma variação entre DPS e DPS Invertido (e PSS liberal) foi igualmente observada em dois estudos desenvolvidos com estudantes universitários canadianos (Sakaluk & Milhausen, 2012) e americanos (Zaikman et al., 2016b), cujo foco foram já as características de quem avalia. No primeiro caso, os investigadores observaram que, a um

nível explícito, mulheres, mas especialmente homens, tendiam à aceitação do DPS enquanto, a um nível implícito, os homens tendiam à adoção de um PSS liberal e as mulheres de um DPS Invertido. Não confirmaram, contudo, a relação esperada entre deseabilidade social e padrões sexuais adotados. Já no segundo caso, os investigadores mostraram que a avaliação de alvos com mais/menos parceiros sexuais anteriores variava em função da qualidade da relação ou ligação afetiva (vinculação) estabelecida na infância com os progenitores, e na idade adulta com os parceiros românticos. Por um lado, observaram que, entre mulheres, mas não entre homens, uma vinculação romântica mais evitante (relutância a ser íntimo, confiar ou depender do parceiro) se associava a DPS, enquanto uma vinculação menos evitante se associava a DPS Invertido. Por outro, concluíram que, num subgrupo feminino, a avaliação de alvos experientes tendia a ser mais negativa para aqueles do mesmo sexo do progenitor com o qual a relação infantil havia sido pobre (DPS/DPS Invertido).

Ainda sobre as características de quem avalia, três estudos desenvolvidos com estudantes universitários americanos e um com estudantes canadianos destacaram o papel da permissividade nos padrões sexuais adotados e na sua tendência mais liberal ou conservadora. Nos trabalhos de Zaikman e Marks (2014) e Vrangalova et al. (2014), a avaliação de alvos hipotéticos com um número mais baixo ou elevado de parceiros sexuais apontou, respetivamente, para um DPS tradicional entre estudantes sexistas – avaliação de alvos femininos mais negativa que a de alvos masculinos experientes – e para um PSS conservador – avaliação de alvos sexualmente experientes mais negativa do que a de alvos menos experientes –, cujo pendor negativo se atenuava com graus mais altos de permissividade sexual, especialmente entre homens (indicador indireto DPS). Do mesmo modo, no trabalho de Ortiz et al. (2016) constatou-se que quanto mais positivas eram as atitudes dos estudantes face à pornografia (indicador de permissividade), menor era a probabilidade de aceitar o DPS. E ainda, no trabalho de Foster e Byers (2013), que explorou a associação entre atitudes sexuais, atribuição de culpa e perceção de estigmatização de alvos hipotéticos que contraíam uma infeção sexualmente transmissível que não o VIH (BSD/PPT), estigmatização e culpa mostraram-se superiores para alvos que se envolviam em sexo desprotegido do que para alvos cujo preservativo se rompia (PSS conservador), entre participantes conservadores.

Os últimos oito trabalhos de investigação sugeriram, pois, que as características de quem avalia e é avaliado podem influenciar a emergência do DPS, a variação com padrões alternativos – DPS Invertido – e a tendência liberal/conservadora do PSS entre

jovens adultos, especialmente entre estudantes universitários americanos e canadenses (Tabela 1).

3.2. Emergências e variações particulares do DPS

Nesta secção descreve-se a investigação que reúne evidência sobre a emergência/variação do DPS na avaliação do envolvimento de estudantes universitários – principalmente, mas não exclusivamente – em relacionamentos sexuais ocasionais, com alguns investigadores a distinguir entre relacionamentos ocasionais pontuais (*hookups*) e relacionamentos ocasionais que se repetem no tempo (*Friends With Benefits* ou FWB).

Um primeiro conjunto de três trabalhos desenvolvidos com estudantes universitários americanos (e amostras da população geral) foi revelador da presença de DPS na avaliação da aceitação/rejeição de propostas para sexo ocasional (Conley et al., 2012), e na avaliação do potencial envolvimento de familiares/amigos nesse tipo de relacionamento (Rudman et al., 2012; Rudman & Fetterolf, 2014). Conley et al. (2012) mostraram, por um lado, que alvos femininos que aceitavam propostas hipotéticas para sexo ocasional eram avaliados de forma mais negativa do que alvos masculinos que o faziam. E, por outro, que as participantes mulheres consideravam menos (e os homens mais) provável aceitar a proposta, com a antecipação de avaliações negativas pela aceitação a mediar parcialmente as diferenças de género observadas. Em amostras da população geral, os investigadores mostraram ainda que, ao recordar propostas reais para sexo ocasional, as mulheres antecipavam uma avaliação mais negativa, do que os homens, pela aceitação, e que o medo da estigmatização mediava as diferenças de género na aceitação da proposta. Por seu lado, Rudman et al. (2012) e Rudman e Fetterolf (2014) concluíram que os homens tinham maior probabilidade de aceitar o DPS e de encorajar mais o envolvimento sexual ocasional de amigos/familiares homens, do que mulheres; sexismo hostil (antipatia face ao *empowerment* das mulheres) e DPS a mediar as diferenças de género. Por outro lado, indicadores indiretos de DPS foram visíveis nos argumentos considerados para dissuadir mulheres do envolvimento em relações ocasionais (Rudman et al., 2012). Prova de DPS social foi também reunida no trabalho de Farvid et al. (2017), mas neste, ao contrário dos anteriores, a variar com posições de resistência que, aparentemente, refletem um PSS mais liberal do que conservador. Mais especificamente, as narrativas de mulheres universitárias australianas sobre relacionamentos ocasionais refletiram resistência (e.g., DPS injustiça sexista) e

acomodação ao DPS (e.g., preocupação com reputação sexual e silenciamento da ocasionalidade).

De entre a investigação conduzida com estudantes universitários americanos e que considerou, especificamente, os relacionamentos *hookups*, o trabalho de Hess et al. (2015) apontou de forma evidente para a presença de DPS nas estratégias usadas para dissuadir um/a amigo/a do envolvimento em *hookups* hipotéticos. As amigas eram alertadas para os riscos de se sentirem/serem vistas como *sluts*, de violação ou de contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e os amigos para o risco de a parceira ter IST, de acusação por violação ou rotulagem negativa pelo envolvimento com *sluts*. Um DPS Invertido residual foi ainda observado na rotulagem negativa dos homens (amigos/parceiros) envolvidos em *hookups*, mas a variação entre DPS e padrões alternativos foi mais evidente em outros estudos conduzidos com este grupo particular. Por exemplo, Reid et al. (2011) notaram a presença de um PSS tendencialmente liberal na avaliação do envolvimento em *hookups*, mas também consideraram estar presente um DPS tradicional na interpretação de um cenário hipotético descrevendo um encontro pós-*hookup* sem sexo (e.g., reparação da reputação sexual feminina vs. compaixão masculina). E, numa segunda exploração dos dados, Reid et al. (2015) sugeriram que, na base da avaliação diferencial observada, podia estar o código social que define como apropriado o sexo em *hookups* mas não em “primeiros encontros”, especialmente entre mulheres (DPS). De forma semelhante, três estudos usando dados de um mesmo inquérito (Allison & Risman, 2013; England & Bearak, 2014; Kettrey, 2016) reuniram evidência de DPS a variar com um PSS conservador e um DPS Invertido. A resposta à pergunta sobre se respeitariam menos as mulheres/os homens pelo envolvimento em *hookups* com muitos parceiros apontou para a presença de um PSS, algo mais conservador que liberal, em metade ou mais das amostras. England e Bearak (2014) consideraram existir igual tendência na resposta à questão sobre o interesse em namorar pessoas com *hookups* frequentes (PSS conservador), identificando ainda um DPS (mais homens) e um DPS Invertido (mais mulheres). Já Kettrey (2016) e England e Bearak (2014) apontaram indiretamente para DPS tradicional na avaliação do envolvimento em *hookups* – um elevado número de mulheres afirmou que já se havia sentido menos respeitada por um parceiro *hookup* – mostrando que o mesmo comportamento pode associar-se a diferentes padrões sexuais – igualitários e diferenciais –, em função do tipo de indicador considerado. E essa variação é, adicional e indiretamente, revelada em dois últimos trabalhos, também conduzidos com estudantes universitários americanos. No

trabalho de Wesche et al. (2016) observou-se que, quando consideradas de forma independente, as motivações sexuais pessoais e as atribuídas aos pares tinham maior probabilidade de ser género-concordantes (indicador indireto DPS) mas, quando comparadas, as primeiras pareciam mais femininas e as segundas mais masculinas, apontando uma possível crença na adesão dos pares à cultura *hookup* (indicador indireto de PSS liberal). No trabalho de Penhollow et al. (2017) observou-se, pelo contrário, um PSS mais conservador do que liberal na avaliação de cenários hipotéticos de envolvimento entre alvos femininos e masculinos, com manipulação da informação sobre relação, álcool e proteção – avaliação especialmente negativa de cenários que conjugavam *hookups*, uso de álcool e uso inconsistente do preservativo.

Por fim, estudos explorando os relacionamentos FWB, conduzidos com estudantes universitários canadenses – Weaver et al. (2011, 2013) – e com jovens adultos e adultos americanos – Lehmler et al. (2011) –, apontaram mais para um PSS liberal do que para um DPS tradicional. Nas duas primeiras pesquisas, metade ou mais dos participantes considerou as experiências FWB positivas, acreditando, contudo que, o envolvimento das mulheres podia ter julgamento e efeitos/resultados mais negativos que o dos homens, e requerer maior secretismo (indicador indireto de DPS social). No último estudo, a evidência de DPS foi praticamente nula, destacando-se apenas algumas diferenças de género no que respeita a motivações, FWB simultâneos e expectativas relacionais.

Os trabalhos integrados nesta secção evidenciam a emergência de DPS na avaliação de relacionamentos ocasionais pontuais, como os *hookups*, e menos na de relacionamentos FWB. A variação com padrões sexuais alternativos foi igualmente observada, pese embora alguns deles se manifestassem apenas de forma residual ou indireta (Tabela 2).

Tabela 2 Emergência e variação do DPS na avaliação da ocasionalidade, em contexto universitário particularmente

Pesquisa	Tipo de estudo/método	População/amostra	Resultado
Conley et al. (2012)	Quantitativo – PPT/BSD, memórias/experiências e análise escalas	Estudantes universitários ($n = 195$; $M = 22$ anos, $n = 174$; 18-54 $M = 24.8$ anos) e população geral ($n = 2059$; $M = 22.5$ anos, $n = 369$; $M = 30$ anos) americana	DPS
Rudman et al. (2012)	Quantitativo – análise escalas/itens mensuráveis*	Estudantes universitários americanos ($N = 503$; 18-22 anos)	DPS (mais homens)
Rudman e Fetterolf (2014)	Quantitativo – análise escalas/itens mensuráveis*	Estudantes universitários americanos ($N = 225$; 18-22 anos)	DPS (mais homens)
Farvid et al. (2016)	Qualitativo – análise entrevistas	Estudantes universitárias australianas ($N = 15$; 19-25 anos)	DPS social PSS (liberal indireto)
Hess et al. (2015)	Qualitativo – PPT/BSD e análise questões abertas	Estudantes universitários americanos ($N = 539$; $M = 19.50$ anos)	DPS DPS Invertido (residual)
Reid et al. (2011)	Qualitativo – PPT/BSD e análise narrativas abertas	Estudantes universitários americanos ($N = 273$; 19 anos ou menos)	PSS liberal DPS
Reid et al. (2015)	Qualitativo – PPT/BSD e análise narrativas abertas	Estudantes universitários americanos ($N = 273$; 19 anos ou menos)	DPS (indireto)
Allison e Risman (2013)	Quantitativo – análise itens de inquérito	Estudantes universitários americanos ($N = 24131$; 18-21 anos)	PSS (mais conservador que liberal)
England e Bearak (2014)	Quantitativo – análise itens de inquérito	Estudantes universitários americanos ($N = 24289$; 18-23 anos)	PSS (mais conservador que liberal) DPS (homens) e DPS Inv. (mulheres); DPS (indireto)
Kettrey (2016)	Quantitativo – análise itens de inquérito	Estudantes universitários americanos ($N = 11077$; >25 anos)	PSS (mais conservador que liberal) DPS (indireto)
Wesche et al. (2016)	Qualitativo – análise temática questões abertas	Estudantes universitários americanos ($N = 154$; $M = 19.6$ anos)	DPS (indireto) PSS liberal (indireto)
Penhollow et al. (2017)	Quantitativo – PPT/BSD e análise questionários	Estudantes universitários americanos ($N = 574$ <25 anos)	PSS (mais conservador que liberal)
Weaver et al. (2011)	Misto – análise itens mensuráveis* e entrevistas	Estudantes universitários canadianos ($N = 26$)	PSS liberal DPS social (indireto e residual)
Weaver et al. (2013)	Quantitativo – PPT/BSD e análise itens mensuráveis*	Estudantes universitários canadianos ($N = 404$)	PSS liberal DPS social (indireto e residual)
Lehmiller et al. (2011)	Quantitativo – PPT/BSD e análise itens mensuráveis*	Jovens adultos e adultos americanos ($N = 411$)	PSS liberal DPS (indireto e residual)

* Itens retirados de escalas/questionários/inquéritos ou desenvolvidos para os objetivos da investigação.

4. Conclusões

Esta revisão abrangente teve como objetivo compilar e sintetizar os resultados da investigação, produzida entre 2011 e 2017 em sociedades ocidentais, sobre a emergência do DPS e da sua variação com padrões sexuais alternativos.

De um modo geral, os trabalhos de pesquisa analisados mostram, à semelhança do observado em anteriores revisões da literatura (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003), que o DPS continua a ser um padrão fortemente enraizado em sociedades e culturas ocidentais, apesar da sua variação com padrões alternativos positivos – PSS liberal – e negativos – PSS conservador e DPS Invertido. Tal como na investigação produzida antes de 2011, o DPS observado entre adolescentes e jovens, jovens adultos e adultos (e, neste caso, particularmente entre estudantes universitários), assume diferentes expressões – padrão pessoal vs. padrão social – e manifesta-se de forma mais direta, explícita, na aceitação, avaliação, julgamento e penalização diferencial do envolvimento de homens e mulheres em condutas sexuais ou sexualizadas diversas (e.g., relações sexuais na adolescência, número de parceiros e práticas sexuais, interação/comunicação em redes sociais/realidades virtuais e sexo ocasional). A emergência do DPS entre estudantes universitários, para o sexo ocasional pontual, vem ainda sublinhar um aspeto importante que diz respeito à aparente independência entre normalidade da conduta e normatividade da avaliação. Isto é, apesar de a ocasionalidade ser comum no contexto universitário (Garcia et al., 2012), ela não parece ter sido despenalizada, mantendo-se uma avaliação negativa, mais genderizada e/ou mais conservadora, do envolvimento nestes relacionamentos.

Comparada com as revisões da literatura antes referidas, esta revisão abrangente aponta para uma manifestação mais expressiva de DPS Invertido, e uma possível influência das características de quem avalia e é avaliado na emergência, variação e natureza mais liberal/conservadora dos padrões sexuais. Fatores como a idade ou o nível de compromisso são considerados por Crawford e Popp (2003), mas fatores como personalidade, aparência ou permissividade, aqui identificados, têm sido menos discutidos. Não obstante, o seu poder de influência revela, a par da diversidade de expressões e manifestações, o carácter dinâmico dos padrões sexuais, da sua emergência/variação, e a investigação futura deve considerar, por exemplo, o uso de métodos qualitativos para uma compreensão mais completa e integrada de DPS e padrões alternativos.

Por fim, a nossa revisão sugere a existência de especificidades sociais e culturais, indicando, por exemplo, a alternância de DPS com padrões positivos em sociedades não americanas, e com padrões negativos em sociedades americanas. Estas observações levam a supor que as sociedades americanas são marcadas por algum conservadorismo sexual que as distingue das restantes, mas esta é uma hipótese que carece de confirmação (e.g., emergência/variação do DPS em sociedades não americanas e estudos comparativos). O conservadorismo americano, pelo contrário, é, em parte, apoiado pela elevada evidência de DPS nos EUA, mas o argumento constitui, em si mesmo, uma limitação às nossas conclusões sobre emergência/variação do DPS em sociedades ocidentais. A estas juntam-se outras relacionadas com as opções metodológicas, como a exploração não exaustiva da qualidade da investigação incluída ou a exclusão de trabalhos escritos em outras línguas que não o inglês, e que podiam informar a questão da especificidade social e cultural, por exemplo.

Independentemente das limitações, a emergência observada de DPS e de padrões alternativos negativos mostra como, nas sociedades ocidentais, a experiência (hétero)sexual continua a ser marcada pela desigualdade de género e, muito provavelmente, por constrangimentos à liberdade, saúde e bem-estar sexual. Importa, por isso, agir na compreensão e na desconstrução destes padrões bem como na sensibilização para outros – igualitários e liberais – tendo sido objetivo desta revisão abrangente contribuir para a compreensão destes padrões sexuais.

5. Referências

- Allison, R., & Risman, B. (2013). A double standard for “Hooking Up”: How far have we come toward gender equality? *Social Science Research*, 42(5), 1191–1206. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.04.006>
- Arksey, H., & O’Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Blakemore, J., Berenbaum, S., & Liben, L. (2008). *Gender Development*. Taylor & Francis
- Bongardt, D., Reitz, E., Overbeek, G., Boislard, M., Burk, B., & Deković, M. (2017). Observed normativity and deviance in friendship dyads’ conversations about sex

- and the relations with youths' perceived sexual peer norms. *Archives of Sexual Behavior*, 46(6), 1793-1806. <https://doi.org/10.1007/s10508-016-0763-x>
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Boyer, C., & Galupo, M. (2015). Attitudes toward individuals in same-sex and cross-sex encounters: Implications for bisexuality. *Journal of Bisexuality*, 15(1), 57-68. <https://doi.org/10.1080/15299716.2014.984371>
- Camoletto, R. (2011). Sexual beginners: Accounting for first intercourse in Italian young people's heterosexual biographies. *Sex Education*, 11(3), 315-325. <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.590303>
- Chmielewski, J., Tolman, D., & Kincaid, H. (2017). Constructing risk and responsibility: A gender, race and class analysis of news representations of adolescent sexuality. *Feminist Media Studies*, 17(3), 412–425. <https://doi.org/10.1080/14680777.2017.1283348>
- Conley, T., Ziegler, A., & Moors, A. (2012). Backlash from the bedroom: Stigmata mediates gender differences in acceptance of casual sex offers. *Psychology of Women Quarterly*, 37(3), 392–407. <https://doi.org/10.1177/0361684312467169>
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Damme, E., & Biltreyst, D. (2013). Let's talk about sex: Audience research of Flemish teenage television viewers and their view on sexuality. *Journal of Youth Studies*, 16(3), 287–303. <https://doi.org/10.1080/13676261.2012.710744>
- England, P., & Bearak, J. (2014). The sexual double standard and gender differences in attitudes toward casual sex among U.S. university students. *Demographic Research*, 30(Art. 46), 1327–1338. <https://doi.org/10.4054/demres.2014.30.46>
- Esterline, K., & Muehlenhard, C. (2017). Wanting to be seen: Young people's experience of performative making out. *Journal of Sex Research*, 54(8), 1051–1063. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1242111>
- Farvid, P., Braun, V., & Roney, C. (2017). 'No girl wants to be called a slut!': Women, heterosexual casual sex and the sexual double standard. *Journal of Gender Studies*, 26(5), 544–560. <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1150818>

- Fasula, A., Carry, M., & Miller, K. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, *51*(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fjær, E., Pedersen, W., & Sandberg, S. (2015). “I’m not one of those girls”: Boundary-work and the sexual double standard in a liberal hookup context. *Gender & Society*, *29*(6), 960–981. <https://doi.org/10.1177/0891243215602107>
- Foster, L., & Byers, S. (2013). Stigmatization of individuals with sexually transmitted infections: Effects of illness and observer characteristics. *Journal of Applied Social Psychology*, *43*(S1), E141 -E152. <https://doi.org/10.1111/jasp.12036>
- Franz, A., Worrell, M., & Vögele, C. (2016). Discourses of sexual relationships in a sample of German and British young people: A Q methodological study. *Culture, Health & Sexuality*, *18*(4), 391-404. <https://doi.org/10.1080/13691058.2015.1089324>
- Garcia, J., Reiber, C., Massey, S., & Merrywether, A. (2012). Sexual hookup culture: A review. *Review of General Psychology*, *16*(2), 161–176. <https://doi.org/10.1037/a0027911>
- Gubrium, A., & Torres, M. (2013). The message is in the bottle: Latino youth communicating double standard ideologies through photovoice. *American Journal of Health Education*, *44*(3), 146-155. <https://doi.org/10.1080/19325037.2013.767735>
- Hackathorn, J., & Harvey, R. (2011). Sexual double standards: Bias in perceptions of cyber-infidelity. *Sexuality and Culture*, *15*(1), 100–113. <https://doi.org/10.1007/s12119-010-9082-x>
- Hess, A., Menegatos, L., & Savage, M. (2015). Shaming Jane: A feminist Foucauldian analysis of how college students employ the sexual double standard in peer interventions. *Women’s Studies in Communication*, *38*(4), 462–485. <https://doi.org/10.1080/07491409.2015.1085476>
- Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. SAGE Publications
- Jones, D. (2016). The “chasing Amy” bias in past sexual experiences: Men can change, women cannot. *Sexuality and Culture*, *20*(1), 24–37. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9307-0>

- Kettrey, H. (2016). What's gender got to do with it? Sexual double standard and power in heterosexual college hookups. *Journal of Sex Research*, *53*(7), 754–765. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1145181>
- Kreager, D., Staff, J., Gauthier, R., Lefkowitz, E., & Feinberg, M. (2016). The double standard at sexual debut: Gender, sexual behavior and adolescent peer acceptance. *Sex Roles*, *75*(7), 377–392. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0618-x>
- Lai, Y., & Hynie, M. (2011). A tale of two standards: An examination of young adult's endorsement of gendered and ageist sexual double standards. *Sex Roles*, *64*(5-6), 360-371. <https://doi.org/10.1007/s11199-010-9896-x>
- Lehmiller, J., VanderDrift, L. & Kelly, J. (2011). Sex differences in approaching friends with benefits relationships. *Journal of Sex Research*, *48*(2-3), 275–284. <https://doi.org/10.1080/00224491003721694>
- Lyons, H., Giordano, P., Manning, W., & Longmore, M. (2011). Identity, peer relationship and adolescent girl's sexual behavior: An exploration of the contemporary double standard. *Journal of Sex Research*, *48*(5), 437-449. <https://doi.org/10.1080/00224499.2010.506679>
- Martin, S., McDaid, L., & Hilton, S. (2014). Double-standards in reporting of risk and responsibility for sexual health: A qualitative content analysis of negatively toned UK newsprint articles. *BMC Public Health*, *14*(Art. 792). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-792>
- Mascheroni, G., Vincent, J., & Jimenez, E. (2015). “Girls are addicted to likes so they post semi-naked selfies”: Peer mediation, normativity and the construction of identity online. *Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, *9*(Art.5), 30–43. <https://doi.org/10.5817/cp2015-1-5>
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy*, *20*(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- McClintock, E. (2011). Handsome wants as handsome does: Physical attractiveness and gender differences in revealed sexual preferences. *Biodemography and Social Biology*, *57*(2), 221-257. <https://doi.org/10.1080/19485565.2011.615172>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D., & The PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA

- statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097.
<https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Montemurro, B., & Siefken, J. (2014). Cougars on the prowl? New perceptions of older women's sexuality. *Journal of Aging Studies*, 28, 35-43.
<https://doi.org/10.1016/j.jaging.2013.11.004>
- Ortiz, R., White, S., & Rasmussen, E. (2016). Do individual perceptions matter in pornography effects? How perceived general acceptance and influence of pornography may impact agreement with sex-roles attitudes. *Communication Research Reports*, 33(2), 88-95. <https://doi.org/10.1080/08824096.2015.1122583>
- Papp, L., Hagerman, C., Gnoleba, M., Erchull, M., Liss, M. K., Miles-McLean, H., et al. (2015). Exploring perceptions of slut-shaming on Facebook: Evidence for a reverse sexual double standard. *Gender Issues*, 32(1), 57-76.
<https://doi.org/10.1007/s12147-014-91>
- Penhollow, T., Young, M., & Nnaka, T. (2017). Alcohol use, hooking-up, condom use: Is there a sexual double standard? *American Journal of Health Behavior*, 41(1), 92-103. <https://doi.org/10.5993/AJHB.41.1.10>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21-38.
<https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets. *Journal of Sex Research*, 48(2-3), 149-165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Reid, J., Elliot, S., & Webber, G. (2011). Casual hookups to formal dates: Refining the boundaries of the sexual double standard. *Gender & Society*, 25(5), 545-568.
<https://doi.org/10.1177/0891243211418642>
- Reid, J., Webber, G., & Elliot, S. (2015). It's like being in a church and being on a field trip: The date versus party situation in college students' accounts of hooking up. *Symbolic Interaction*, 38(2), 175-194. <https://doi.org/10.1002/symb.153>
- Reiss, I. (1960), *Premarital sexual standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Ringrose, J., Harvey, L., Gill, R., & Livingstone, S. (2013). Teen girls, sexual double standards and "sexting": Gendered value in digital image exchange. *Feminist Theory*, 14(3), 305-323. <https://doi.org/10.1177/1464700113499853>

- Rudman, L., & Fetterolf, J. (2014). Gender and sexual economics: Do women view sex as a female commodity? *Psychological Science, 25*(7), 1438–1447. <https://doi.org/10.1177/0956797614533123>
- Rudman, L., Fetterolf, J., & Sanchez, D. (2012). What motivates sexual double standard? More support for male versus female control theory. *Personality and Social Psychology Bulletin, 39*(2), 250–263. <https://doi.org/10.1177/0146167212472375>
- Sakaluk, J., & Milhausen, R. (2012). Factors influencing university students' explicit and implicit sexual double standards. *Journal of Sex Research, 49*(5), 464-476. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.569976>
- Sprecher, S., Treger, S., & Sakaluk, J. (2013). Premarital sexual standard and sociosexuality: Gender, ethnicity, and cohort differences. *Archives of Sexual Behavior, 42*(8), 1395–1405. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0145-6>
- Tong, Y. (2013). Acculturation, gender disparity, and the sexual behavior of Asian American youth. *Journal of Sex Research, 50*(6), 560-573. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.668976>
- Vrangalova, Z., Bukberg, R., & Rieger, G. (2014). Birds of a feather? Not when it comes to sexual permissiveness. *Journal of Social and Personal Relationships, 31*(1), 93–113. <https://doi.org/10.1177/0265407513487638>
- Weaver, A., Claybourn, M., & MacKeigan, K. (2013). Evaluations of friends-with-benefits relationship scenarios: Is there evidence of a double standard? *The Canadian Journal of Human Sexuality, 22*(3), 152 -159. <https://doi.org/10.3138/cjhs.2128>
- Weaver, A., MacKeigan K., & McDonald, H. (2011). Experiences and perceptions of young adults in friends with benefits relationships: A qualitative study. *The Canadian Journal of Human Sexuality, 20*(1), 41-53.
- Wesche, R., Espinosa-Hernández, G., & Lefkowitz, E. (2016). Gender's role in misperceptions of peers' sexual motives. *Sexuality & Culture, 20*(4), 1003-1019. <https://doi.org/10.1007/s12119-016-9370-1>
- Young, M., Cardenas, S., Donnelly, J., & Kittleson, M. (2016). Perceptions of peer sexual behavior: Do adolescents believe in a sexual double standard? *Journal of School Health, 86*(12), 855-863. <https://doi.org/10.1111/josh.12455>
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2014). Ambivalent sexism and the sexual double standard. *Sex Roles, 71*(9-10), 333 -344. <https://doi.org/10.1007/s11199-014-0417-1>

- Zaikman, Y., & Marks, M. (2016). The Influence of physical appearance and personality on the exhibition of the sexual double standard. *Sexuality & Culture*, 20(2), 255-276. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9319-9>
- Zaikman, Y., Marks, M., Young, T., & Zeiber, J. (2016a). Gender role violations and the sexual double standard. *Journal of Homosexuality*, 63(12), 1608-1629. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1158007>
- Zaikman, Y., Vogel, E., Vicary, A., & Marks, M. (2016b). The influence of early experiences and adult attachment on the exhibition of the sexual double standard. *Sexuality & Culture*, 20(3), 425-445. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9332-z>

ESTUDO 2 Influência do duplo padrão sexual na saúde e violência sexual (2011 -2017): Uma revisão abrangente

Esta revisão abrangente analisa 19 artigos científicos, publicados entre 2011 e 2017, sobre potenciais efeitos do duplo padrão sexual, um padrão mais permissivo/restritivo face à sexualidade masculina/feminina, na saúde social, mental, e sexual e na avaliação de participantes em cenários de violência/abuso sexual.

Conclui que o DPS exerce influência tendencialmente negativa sobre estas dimensões da experiência feminina e, em menor extensão, da masculina, e que efeitos positivos também podem ser observados na proteção das mulheres e na satisfação sexual dos homens.

Mais estudos são necessários, mas estes primeiros resultados sublinham a importância de desconstruir o DPS como meio de promover a saúde geral e sexual e prevenir situações de abuso/violência sexual.

Palavras-chave duplo padrão sexual, saúde, saúde sexual, violência sexual.

Influence of the sexual double standard on health and sexual violence (2011 -2017): A scoping review

This scoping review analyses 19 scientific articles, published between 2011 and 2017, about potential effects of the sexual double standard, a standard that is more permissive/restrictive for male/female sexuality, in social, mental, and sexual health as well as in the evaluation of those involved in sexual violence/abuse scenarios.

It concludes that the SDS tends to have a negative influence on these dimensions of feminine and, to a lesser extent, of masculine experience, and that positive effects may be also observed for female sexual protection and male satisfaction.

Further research studies are needed, but these first results highlight the importance of deconstruct the SDS as a means to promote general and sexual health and to prevent sexual violence/abuse situations.

Key-words sexual double standard, health, sexual health, sexual violence.

I. Introdução

Ira Reiss (1956) começou por definir o Duplo Padrão Sexual (DPS) como a aceitação de relações sexuais pré-maritais para homens, mas não para mulheres e, pese embora o conceito tenha sofrido transformações no que respeita ao seu conteúdo, ao longo dos anos, continua a designar um padrão diferencial de conduta e de avaliação da conduta sexual mais permissivo face à sexualidade masculina e mais restritivo face à feminina. Isto é, o envolvimento no mesmo tipo de comportamento sexual conduz, habitualmente, a avaliações mais negativas e penalizações mais severas de mulheres do que de homens (Endendijk et al., 2020), mas o DPS coexiste com padrões sexuais alternativos. Falamos de um Padrão Sexual Singular (PSS) que prevê igual liberdade e julgamento/penalização do comportamento sexual de homens e mulheres, e de um Duplo Padrão Sexual Invertido (DPS Invertido) que prevê para os homens, por comparação com as mulheres, menor liberdade sexual bem como julgamentos mais negativos e penalizações mais severas do comportamento sexual (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003). O DPS continua a manifestar-se de forma consistente nas sociedades ocidentais para uma multiplicidade de comportamentos, sendo o envolvimento em relacionamentos sexuais ocasionais e com múltiplos parceiros especialmente crítico (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020). O desvio, mas também a conformidade, com as suas prescrições parece produzir efeitos negativos na imagem social e na reputação sexual de homens e mulheres, bem como no acesso de ambos a uma experiência sexual positiva – livre, satisfatória e segura (Allison & Risman, 2013; England & Bearak, 2014; Fasula et al., 2014; Flood, 2013; Kalish, 2013; Kettrey, 2016).

O DPS é uma expressão do género na sexualidade, é informado por estereótipos e papéis sexuais de género que definem as características e os comportamentos sexuais apropriados e esperados para mulheres e homens e ainda informam sobre a proibição e a punição ao seu desvio (Blakemore et al., 2009; Howard & Hollander, 1997; Eagly et al., 2004). Baseado nessas normas descritivas e prescritivas, o DPS ensina aos homens que a sexualidade é a chave da masculinidade e a atividade sexual frequente é uma componente fundamental do ser homem, e às mulheres que a sexualidade deve ser minimizada e controlada (McCarthy & Bodnar, 2005). Ou seja, impõe a ambos géneros um código de conduta cuja não observância pode prejudicar a imagem social e sexual significando isto que apesar de se tratar de um padrão sexual mais restritivo para mulheres do que para

homens, é capaz de condicionar a liberdade sexual e a saúde e bem-estar de uns e outros. Por exemplo, como forma de provar ou proteger masculinidade/feminilidade e reputação sexual, as mulheres podem evitar o envolvimento em relacionamentos ocasionais e/ou com múltiplos parceiros, ao passo que os homens podem sentir-se pressionados a fazê-lo (Berkowitz, 2011; Fasula et al., 2014; Petersen & Hyde, 2010, 2011).

A investigação tem apontado para um potencial efeito negativo do DPS na liberdade para aceitar/rejeitar propostas para sexo ocasional (Conley et al., 2012), na comunicação das mulheres sobre as suas experiências sexuais (Farvid et al., 2017) e na decisão dos homens sobre o envolvimento em relacionamentos ocasionais (*hookups*), a escolha da parceira ou o desenrolar do encontro sexual (Kalish, 2013). O padrão tem vindo a ser associado a avaliação negativa do fornecimento do preservativo por parte das mulheres (Hynie & Lydon, 1995), a dificuldades femininas para impor o uso do preservativo ou para a preparação contraceptiva (e.g., compra, fornecimento, negociação), e ainda a dificuldades masculinas ligadas, por exemplo, a uma eventual recusa ou pressão das parceiras para a não utilização (e.g., Devries & Free, 2010; Fasula et al., 2007; Hillier et al., 1998). Apesar de ainda fraca, a evidência sobre DPS e satisfação sexual levam a crer que o padrão pode interferir negativamente na expressão do desejo feminino (Jackson & Cram, 2003), na comunicação do casal heterossexual ou na sua satisfação relacional (Greene & Faulkner, 2005), e ainda indiretamente na satisfação (e.g., crenças e atitudes sexuais disfuncionais) e na saúde sexual (e.g., reduzida inibição sexual e receio de ameaças ao desempenho) dos homens (Clarke et al., 2015). Alguma investigação destaca ainda a possibilidade de a aceitação do DPS poder ser preditora de atitudes favoráveis à violação (Sierra et al., 2010) e ao mito da violação espontânea, i.e., aquela que resulta da incapacidade dos homens para controlar desejo/ímpeto sexual (Lee et al., 2010). Não obstante a evidência sobre a expressão e influência do DPS na experiência e saúde (hetero)sexual, ela está longe de ser conclusiva e é preciso atualizar o conhecimento sobre a relação entre as variáveis. Esse é o objetivo da presente revisão da literatura – analisar investigação que averigua a influência da aceitação pessoal do padrão (DPS pessoal) e do reconhecimento da sua existência social (DPS social) na saúde social, na saúde sexual e no posicionamento face a cenários de violência/abuso.

2. Método usado na revisão abrangente

Este trabalho pretendeu analisar a investigação produzida entre 2011 e 2017 em sociedades ocidentais sobre a relação do DPS com a saúde social, a proteção e satisfação sexuais e a violência sexual, sendo a delimitação do período temporal e área geográfica justificada com base no facto de as anteriores revisões de literatura (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003) considerarem a investigação produzida até ao ano de 2011 e indicarem que ela é maioritariamente desenvolvida em países ocidentais.

Optou-se por uma revisão abrangente (ou *scoping review*), ao invés de uma revisão sistemática, por se pretender examinar a extensão, alcance e natureza da investigação nesta área do saber e dar a conhecer os principais resultados apurados nessa investigação, dois dos objetivos que comumente presidem à escolha deste método de revisão da literatura (Arksey & O'Malley, 2005). Procurou-se, tanto quanto possível, seguir as etapas definidas por Arksey e O'Malley (2005) para a sua realização, a saber: (a) identificar a questão de investigação; (b) identificar estudos relevantes; (c) selecionar os estudos; (d) mapear os dados; e (e) agrupar, resumir e apresentar os resultados.

Num primeiro momento compilou-se investigação sobre DPS, publicada entre Janeiro de 2011 e Abril de 2017, e a sua análise permitiu identificar um grupo de estudos que apresentava resultados sobre a relação do DPS com a proteção, a satisfação e a violência/liberdade sexual e, ainda, com a saúde social/mental.

A pesquisa foi conduzida na Biblioteca do Conhecimento Online (B-on), usando como termo de pesquisa *sexual double standard* nos campos título, resumo e termos do assunto (operador booleano “OR”), e limitada a investigação escrita em língua inglesa e subordinada a temas específicos.

Na fase de seleção, a área temática serviu de critério de exclusão (e.g., foram excluídos trabalhos com um enquadramento não relacionado com a área da sexualidade no contexto das ciências sociais), juntamente com a área geográfica da produção científica (foram incluídos trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Europa Ocidental, Austrália e Portugal), bem como o tipo de investigação (e.g., foram excluídos trabalhos que não correspondiam a investigação empírica, tais como artigos de revisão ou comentários) e as suas características específicas (e.g., foram excluídos trabalhos cujos objetivos e resultados não diziam respeito à manifestação do DPS ou aos seus efeitos na experiência sexual, bem como trabalhos que recorriam a uma operacionalização de DPS afastada da definição considerada ou faziam um tratamento secundário da variável).

A pesquisa inicial resultou num total de 346 entradas que se reduziu, primeiro, para 120, excluídas as referências duplicadas e, depois para 65, aplicados os critérios de exclusão e realizada uma segunda fase de seleção que exigiu a análise das referências. A identificação e seleção de estudos foi realizada pela primeira autora e revista pela segunda autora. Dos artigos que cumpriram critérios de elegibilidade (Diagrama 1), 46 versaram sobre o estudo da presença/manifestação do DPS e foram alvo de análise numa outra *scoping review* (Amaro et al., 2021), e 19 disseram respeito à relação entre DPS e variáveis associadas à saúde e à violência sexual e constituíram a amostra em análise na presente análise abrangente da literatura.

A análise dos artigos, e concomitante extração e compilação da informação considerada relevante, levou, por último, a uma organização temática dos efeitos do DPS que subjaz também à apresentação dos resultados.

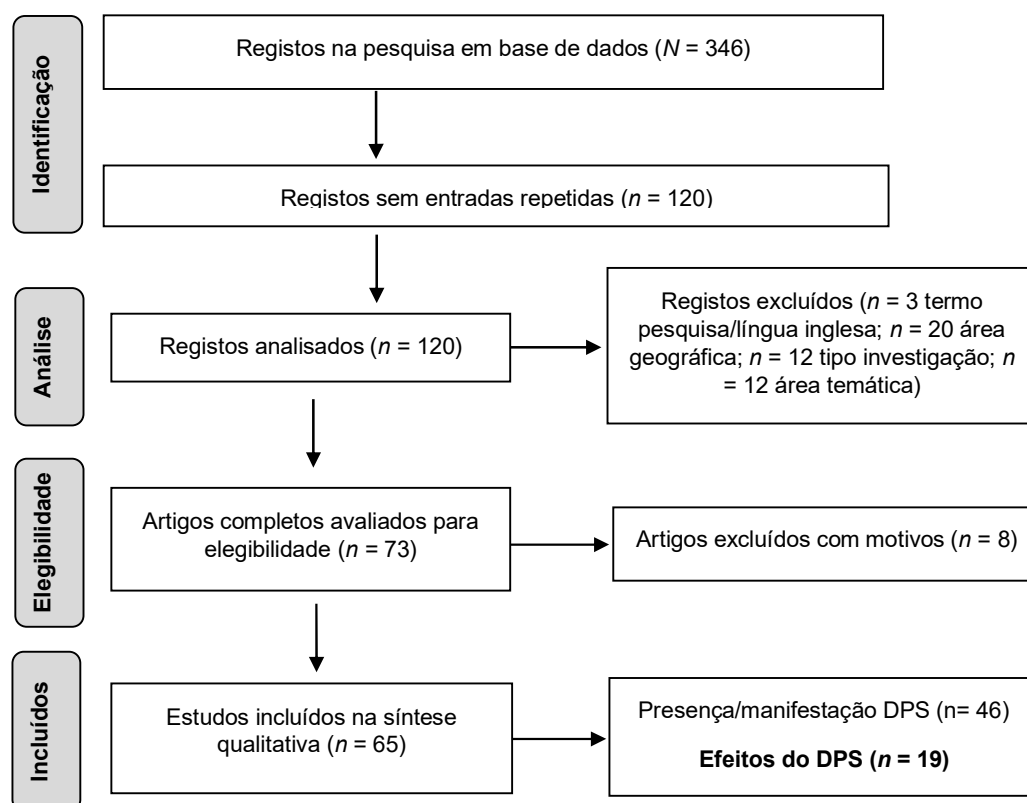


Diagrama 1: Adaptação das orientações PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta - Analyses), propostas por Moher et al. (2009), à decisão sobre os artigos a incluir na revisão abrangente

3. Resultados

Primeiro explorar-se-á o impacto do DPS na saúde mental e social de adolescentes, prosseguindo para o impacto na satisfação e na proteção sexuais de adolescentes, jovens adultos e adultos, terminando com a referência à sua influência no modo como a violência sexual é percebida e como são avaliados os intervenientes em comportamentos como o abuso sexual (Tabela 1).

3.1. DPS e saúde mental e social

Dois trabalhos de pesquisa conduzidos com adolescentes americanos apontaram uma relação entre DPS e saúde, estando entre os primeiros que estudaram como o padrão pode estar na base da vitimização (*bullying*) em contexto escolar e contribuir, indiretamente, para a manifestação de depressão e de ideação suicida neste grupo particular. Dunn et al. (2014) concluíram que os adolescentes sexualmente ativos, especialmente raparigas, tinham maior probabilidade de ser vítimas de *bullying* e que o envolvimento sexual precoce e o elevado número de parceiros se associava à vitimização de raparigas, mas não de rapazes (DPS). Além disso observaram uma associação entre vitimação e depressão e ideação suicida para ambos sexos, algo mais expressiva entre as mulheres. Os resultados foram replicados e ampliados por Dunn e colaboradores em 2015, numa amostra composta por adolescentes heterossexuais, homossexuais e bissexuais americanos. A vitimização mostrou ser mais provável entre mulheres heterossexuais e minorias sexuais, do que entre rapazes heterossexuais, e associou-se, como no anterior, a depressão e ideação suicida. Ou seja, DPS e heteronormatividade parecem exercer influência negativa na saúde social e, de forma indireta, na saúde mental de adolescentes.

3.2. DPS e satisfação sexual

Um conjunto mais vasto de investigação revelou a existência de relações, diretas ou indiretas, prováveis, entre DPS e prazer/satisfação sexual. Dois estudos conduzidos com estudantes universitários americanos sugeriram que o DPS – e os tradicionais estereótipos e papéis sexuais de género que o informam e legitimam – colocavam as mulheres numa posição de desvantagem dada a sua associação a discursos marcados pela

Tabela 1 resumo da investigação analisando manifestação e influência do DPS na saúde e na compreensão de situações de violência e abuso

	Pesquisa	Tipo de estudo/método	População/amostra	Resultados
Saúde Mental e Social	Dunn et al. (2014)	Quantitativo – questões fechadas	Adolescentes americanos (N=13065; 9º-12º ano).	DPS associou-se a vitimação/bullying e as duas a depressão e ideação suicida (mais mulheres e minorias sexuais)
	Dunn et al. (2015)	Quantitativo – questões fechadas	Adolescentes americanos (N=9300; 9º-12º ano).	
Satisfação Sexual	Kaestle e Allen (2011)	Qualitativo – narrativas produzidas em grupo/aula	Estudantes universitários americanos (N=72; 18-24 anos)	DPS observou-se no conflito sentido pelas mulheres (estigmatização vs. prazer) face à masturbação
	Armstrong et al. (2012)	Misto – medidas estandardizadas e entrevistas	Estudantes universitários americanos (n=13472 M; 18-19 anos e n=85 M/H; >20 anos)	DPS observou-se no direito e preocupação diferencial com a satisfação sexual do(a) parceiro(a); mulheres em desvantagem
	Emmerink et al. (2016b)	Quantitativo – inquéritos e escalas	Adolescentes e jovens adultos holandeses (N=456; 16-20 anos)	DPS observou-se no direito diferencial a satisfação sexual autoinduzida e induzida pelo(a) parceiro(a); mulheres em desvantagem
	Emmerink et al. (2016a)	Quantitativo – escalas e questões fechadas	Jovens adultos holandeses (N=293; 18-25 anos)	DPS associou-se (mulheres) a +/- afetos positivos/negativos, a menos autonomia e +/- motivações de aproximação/evitamento
	Alarcão et al. (2015)	Misto – inventários e entrevistas	População geral portuguesa (n=323; M= 47.7 anos; n=25; 21-71 anos)	DPS e efeitos fracos; ausência de diferenças de género na satisfação sexual mas mulheres complacentes com desejo sexual do parceiro
	Kelly et al. (2017)	Qualitativo – entrevistas	Mulheres australianas (N=94; 16-49 anos)	Expetativas género e DPS associaram-se a orientação das mulheres para o prazer sexual do parceiro e a papéis sexuais passivos
Proteção Sexual	Lefkowitz et al. (2014)	Quantitativo – questões fechadas/escalas	Estudantes universitários americanos (N=434; 17-19 anos)	DPS não se associou a risco; papéis masculinos/femininos associaram-se a +/- probabilidade de uso do preservativo (mulheres)
	Berdychevsky (2016); Berdychevsky e Gibson (2015)	Qualitativos – entrevistas	Mulheres americanas, (N=13; 19-24 anos), estudantes universitárias	DPS identificado como barreira à proteção sexual (uso preservativo) em contextos sociais/relacionais familiares
	Danube et al. (2016)	Quantitativo – medidas estandardizadas	Mulheres americanas (N=360; 21-35 anos)	DPS mostrou ser tanto preditor positivo como negativo (indireto) da intenção de ter sexo desprotegido
	Landor et al. (2011)	Quantitativo – escalas e questões fechadas	Adolescentes afroamericanos (N=612; 15-16 e 18-9 anos)	DPS surgiu (indiretamente) como fator de proteção na associação negativa entre religiosidade e comportamento sexual de risco
	Teitelman et al. (2013)	Qualitativo – grupos focais	Adolescentes americanas negras (N=64, 14-17 anos),	DPS e seus efeitos poucos evidentes; mas mulheres podem ficar expostas a risco pelo envolvimento com homens “tradicionais”
	Siebold (2011)	Misto – inventário com questões fechadas e abertas	Estudantes universitárias australianas (N=50; 18-24 anos)	DPS surgiu (indiretamente) como fonte de conflito/risco na proteção sexual feminina, apesar da sua preocupação com a saúde
	Oliffe et al. (2012)	Qualitativo – entrevistas	Mulheres canadianas (N=34; 15-24 anos)	DPS (indireto) na responsabilização das mulheres e aceitação da desresponsabilização dos homens pela saúde sexual
Violência Sexual	Levin et al. (2012)	Quantitativo – escalas	Estudantes universitários americanos (N=332, 17-22 anos)	DPS observou-se nas mensagens recebidas pelas mulheres sobre sexualidade e na sua associação aos mitos da violação
	Koon-Magnin e Ruback (2012)	Quantitativo – questionários e PPT	Estudantes universitários americanos (N=485; 18-28 anos)	DPS observou-se na maior condenação de mulheres independentemente do seu papel enquanto vítima ou agressor
	Howell et al., 2011	Quantitativo – questões fechadas e PPT	População geral americana (N=187; 16-67 anos)	DPS foi observado na desculpabilização das mulheres professoras e DPS Invertido na culpabilização dos homens professores

centralidade do desejo e prazer masculino, e pela concorrente secundarização ou desvalorização do feminino. Por um lado, Kaestle e Allen (2011) concluíram que os estudantes reconheciam a existência social de DPS nas suas narrativas sobre masturbação, com a maioria das mulheres a indicar aceitar, ou tentar resolver, a contradição entre estigma social e prazer associado à masturbação, e a maioria dos homens a sublinhar os efeitos benéficos da prática para um desenvolvimento sexual saudável. Uns e outros, contudo, reconheciam a existência de *scripts* sexuais genderizados e estigmatização da masturbação feminina, que associaram ao facto de a sociedade encorajar o prazer sexual dos homens, mas não o das mulheres. Por outro lado, Armstrong et al. (2012) destacaram a existência de assimetrias de género no prazer/satisfação sexual retirado da relação heterossexual. As autoras mostraram que o orgasmo e a satisfação sexual feminina eram mais frequentes em relacionamentos regulares e, embora os estudantes defendessem igual direito ao prazer/satisfação sexual nesses relacionamentos, o direito das mulheres a prazer ou satisfação era questionado em *hookups*. Além do mais, a preocupação das mulheres com a satisfação sexual dos parceiros, mesmo em *hookups*, sugeriu a adoção de uma posição submissa, consonante com os papéis sexuais de género na base do DPS.

Estes resultados encontraram algum paralelo em investigação desenvolvida na Europa Ocidental, para o período de 2011-2017. Num estudo com adolescentes e jovens adultos holandeses observou-se que a não aceitação do DPS se associou a sentimentos de igual direito a prazer sexual autoinduzido (Emmerink et al., 2016b). Contudo, e apesar de pouco expressiva, a aceitação do DPS – significativamente maior entre rapazes do que entre raparigas – associou-se negativamente a sentimentos de direito a prazer sexual autoinduzido, entre as mulheres, enquanto, entre homens, se associou positivamente a sentimentos de direito a prazer sexual induzido pelo parceiro. Já num outro estudo, os mesmos autores (Emmerink et al., 2016a) mostraram, também para um grupo de jovens adultos holandeses, que entre as mulheres, mas não entre os homens, o DPS se associava a motivações relacionais e estas a menos afetos positivos (e.g., sentir-se orgulhoso/a, feliz, amado/a) e mais negativos (e.g., envergonhado/a, sujo/a, culpado/a) face à relação sexual. Mais especificamente, mostraram que o DPS se associou a menos autonomia e a mais motivações de evitamento (foco na redução do conflito e na manutenção do interesse do parceiro) do que de aproximação (foco no desejo, amor e intimidade), sugerindo, uma vez mais, que o padrão pode colocar as mulheres numa posição de desvantagem no que respeita a satisfação sexual. Um último estudo europeu, realizado

com uma amostra da população geral portuguesa, embora não confirme a existência de diferenças de género na satisfação sexual, destacou, como os anteriores, a desvantagem feminina na relação heterossexual. Nele mostra-se que a satisfação relacional (mas não sexual) é mais elevada entre homens do que entre mulheres e alude-se ainda à possibilidade de as mulheres serem complacentes com o desejo sexual do parceiro (Alarcão et al., 2015). O estudo contrariou, em certa medida, a ideia de que as mulheres são mais orientadas para (e mais capazes de) gratificação relacional, embora este seja um argumento que continua a ser usado na explicação das diferenças de género. Kelly e colaboradores (2017), por exemplo, concluíram, para uma amostra de mulheres australianas, que as expectativas de género e o DPS podiam estar na base de uma feminilidade performativa – orientação das mulheres para o prazer sexual do parceiro e adoção de posições submissas face a práticas sexuais e contraceptivas – e discutiram a possibilidade de a relação sexual ser para as mulheres fonte de um outro tipo de prazer (*connection pleasure*), dadas as motivações relacionais para o envolvimento sexual – interpretação questionável.

Em síntese, a influência do DPS pode ver-se no tema comum do direito a prazer ou satisfação sexuais, com as mulheres aparecendo em situação de desvantagem – menos direito a satisfazer-se e mais obrigação de satisfazer.

3.3. DPS e proteção sexual

Um outro grupo de estudos incidiu, direta ou indiretamente, na relação entre DPS e proteção/risco sexual e nele se encontraram resultados diversos.

Na pesquisa de Lefkowitz et al. (2014) com estudantes universitários americanos, a aceitação do DPS associou-se a maior número de parceiros sexuais e a menos/mais barreiras percebidas face ao uso do preservativo entre homens e mulheres, respetivamente, embora as mulheres que tendiam a aceitar o DPS não mostrassem menor probabilidade de usar o preservativo. Entre as mulheres, atitudes mais conservadoras face aos papéis (não sexuais) de género masculinos e femininos, associaram-se, respetivamente, a uso menos frequente e a maior probabilidade de uso do preservativo – i.e. masculinidade ligou-se a risco e feminilidade a proteção sexual. De uma outra forma, dois estudos desenvolvidos com base nos dados de uma mesma amostra de mulheres americanas (Berdychevsky, 2016; Berdychevsky & Gibson, 2015) mostraram uma relação negativa entre DPS e uso do preservativo nos contextos familiares, para a qual

contribuiria a adoção de papéis sexuais femininos passivos capazes de condicionar a negociação do sexo seguro e das práticas contraceptivas. Em contextos turísticos, porém, o anonimato e a abertura a experiências sexuais que podem conter risco seriam mais prováveis, e nesses a mulher assumiria um papel ativo na proteção (e.g., leva/tem/fornece preservativo).

Podemos assim dizer que o DPS aparece como barreira à proteção sexual, mas nem sempre é clara a direção da sua influência. Um duplo papel do DPS é, por exemplo, evidenciado por Danube et al. (2016), num estudo também com mulheres americanas, a quem foi pedido que se projetassem num cenário hipotético de envolvimento sexual com um parceiro novo ou anterior. No primeiro cenário, o DPS associou-se positivamente a ambivalência (e.g., reputação sexual) e esta, negativamente, à intenção de ter sexo desprotegido, mas, em qualquer dos cenários, o DPS emergiu como preditor da intenção de abdicar da decisão sexual, por seu turno preditora da intenção de ter sexo desprotegido. Este duplo papel do DPS já havia sido destacado em trabalhos conduzidos com adolescentes afroamericanos, por exemplo. Landor et al. (2011) sugeriram uma associação negativa entre religiosidade parental e comportamento sexual de risco (e.g., atividade sexual precoce, múltiplos parceiros, uso inconsistente do preservativo), bem como uma vincada influência do estilo parental no comportamento sexual das mulheres. Já Teitelman et al. (2013) concluíram sobre o reconhecimento social do DPS (vários parceiros simultâneos) e sobre a sua atenuação em situações de abuso/violência, mas não observaram relação entre número de parceiros e risco sexual. Os autores lembraram, contudo, que as mulheres tendem a ficar expostas a risco pelo envolvimento com parceiros que adotam ideologias tradicionais de gênero e, entre os quais, promiscuidade, violência, e sexo desprotegido seriam prováveis.

Ainda sobre o tema da proteção sexual, identificaram-se dois últimos estudos conduzidos com mulheres australianas (universitárias) e canadianas (adolescentes e jovens). No primeiro, Siebold (2011) mostrou que as mulheres se preocupavam com a saúde sexual e reprodutiva ao mesmo tempo que procuravam lidar com a pressão para o envolvimento sexual precoce/desprotegido ou com as dificuldades para dizer “não”; e que o baixo conforto/confiança sexual – associado a papéis de gênero e DPS – era fonte de conflito/risco. No segundo, Oliffe e colaboradores (2012) reforçaram a ideia de responsabilização (internalizada) das mulheres pela saúde sexual – despiste de Infecções Sexualmente Transmissíveis [IST] – e sublinharam a concorrente desresponsabilização

dos homens, sustentadas em discursos que naturalizam desejo e promiscuidade masculina e o “necessário” controlo feminino do risco.

Da análise destes oito estudos destaca-se, desde logo, a multiplicidade de resultados, com DPS e prescrições de género a assumir o lugar quer de fatores de risco, quer de fatores de proteção. A feminilidade é mais proteção (e.g., inibição, controlo, responsabilização) enquanto a masculinidade é mais risco e desresponsabilização, mas são as mulheres as mais afetadas pelo DPS ou pelos papéis sexuais que lhes são atribuídos. Mesmo quando os seus efeitos são positivos, os custos para a liberdade sexual não são negligenciáveis.

3.4. DPS e violência/abuso sexual

Um último conjunto de três estudos incidiu, ou deu pistas, sobre a relação entre DPS e perceções ou posições face à violência/abuso sexual. Dois, conduzidos com estudantes universitários americanos, mostraram a tendência a maior culpabilização das mulheres envolvidas nestes cenários, independentemente do papel desempenhado. Levin et al. (2012) observaram que, por comparação com os homens, as mulheres recebiam mais mensagens de socialização sexual (pais e amigos) de abstinência (sexo depois do casamento) e de DPS (homens querem sexo mas mulheres não), e que as últimas se associavam, nos dois sexos, a maior aceitação dos mitos da violação – crença de que as vítimas, tendencialmente mulheres, são responsáveis pela violação (Lee et al., 2010). Já Koon-Magnin e Ruback (2012) apontaram, por um lado, para uma tendência a condenar mulheres, mais do que os homens, envolvidos em um cenário hipotético de abuso sexual não coercivo como vítimas, e, por outro, observaram uma condenação/culpabilização mais significativa de agressores/vítimas femininas do que das suas vítimas/agressores masculinos (DPS), particularmente saliente entre os homens. Resultados algo diferentes, contudo, foram observados no trabalho de Howell et al. (2011) para uma amostra da população geral americana, num cenário hipotético que descrevia o envolvimento sexual (coito) de um(a) professor(a) com uma aluna/um aluno. Os professores foram julgados mais severamente do que as professoras, ainda que apenas quando iniciavam o contacto sexual (DPS Invertido), e as relações professora-aluno foram avaliadas de forma menos negativa, sugerindo, neste último caso, um efeito “positivo” do género e do DPS na despenalização do comportamento feminino. Ou seja, a ideia de que os homens sairiam beneficiados (gratificação e estatuto) e de que as mulheres procurariam nessas relações

suprir carências afetivas mais do que sexuais, dada a “normal” fragilidade e orientação emocional, desculpabilizariam o comportamento abusivo das mulheres e contribuiriam para a condenação dos homens, vistos como “predadores sexuais”.

Estes três artigos revelam uma potencial influência do DPS na forma como são percebidas e julgadas situações de violência/abuso sexual, mas à semelhança do que acontece na proteção/risco sexual, a direção dessa influência parece ser variável.

4. Conclusões

Foi objetivo desta revisão abrangente sintetizar os resultados da investigação desenvolvida em sociedades ocidentais entre os anos de 2011 e 2017 e que, de forma mais ou menos direta, estabeleceram uma relação entre DPS e saúde social, sexual e violência.

São oferecidas pistas (dois estudos) de uma relação positiva entre ser mulher sexualmente ativa e ser vítima de *bullying*, que se associa a risco de depressão e ideação suicida. No futuro importa detalhar a relação entre as variáveis e esclarecer sobre o eventual papel do DPS como preditor indireto de mal-estar psicológico.

Evidência da relação entre DPS (estereótipos e papéis sexuais de género) e prazer e/ou a satisfação sexuais (seis estudos) é mais concisa que a anterior e continua a apontar para desvantagem feminina. Desvantagem que começa no menor direito a prazer ou satisfação sexual e na centralidade atribuída a prazer/satisfação masculina, e termina com a encenação de uma feminilidade passiva, complacente, orientada para o parceiro, que protege imagem e reputação a expensas da liberdade sexual. A limitar as conclusões estão o facto de alguma pesquisa oferecer evidência indireta da relação entre as variáveis ou o facto de a investigação raras vezes explorar os efeitos negativos do DPS na satisfação sexual masculina, desejando-se mais estudos sobre o tema.

A investigação focando a relação entre DPS e risco/proteção sexual é menos consistente. Alguma não a confirma ou não a revela concretamente (quatro estudos), ao passo que outra (quatro estudos) aponta para a possibilidade de o DPS poder funcionar como fator protetor, de risco, ou ambos, dependendo do contexto ou das características do parceiro sexual. A diversidade de resultados reforça a complexidade dos processos através dos quais género e DPS podem influenciar a proteção sexual. E constitui em si mesma uma limitação às conclusões, a que se juntam as provas indiretas da relação entre

as variáveis ou a fraca referência aos efeitos do padrão na proteção sexual dos homens, embora a masculinidade tenda a aparecer ligada a risco.

Os trabalhos (três estudos) sobre a influência do DPS no modo como são percebidas situações de violência ou abuso sexual e avaliados os seus atores, por fim, abrem portas à hipótese de o padrão interferir no julgamento de quadros que configuram crime, o que só por si justifica a importância de conhecer e combater esta norma sexual de género. Nesta questão é especialmente preocupante a possibilidade de o DPS favorecer a aceitação dos mitos da violação feminina e masculina, e que têm como consequência a culpabilização das mulheres que se envolvem em relacionamento abusivo ou violento, ou a impossibilidade de os homens se assumirem como vítimas.

Em síntese, há evidência de efeitos negativos do DPS na saúde social e mental, e na satisfação sexual das mulheres e, para algumas situações, na sua proteção sexual e no seu julgamento em situações de violência/abuso sexual. Efeitos positivos são também observados no que respeita à proteção sexual, especialmente feminina, apesar de potenciais custos para a liberdade sexual – restrição/inibição do comportamento. Do mesmo modo, são sugeridos efeitos negativos do DPS na saúde sexual e julgamento dos homens. Tal significa que o DPS pode condicionar o acesso de homens e mulheres à vivência de uma sexualidade livre, satisfatória e segura, sendo necessário conhecer as suas manifestações e os seus efeitos para agir na sua desconstrução.

5. Referências

- Alarcão, V., Virgolino, A., Roxo, L., Machado, F., & Giami, A. (2015). Exploring gender in Portuguese bedrooms: Men's and women's narratives of their sexuality through mixed methods approach. *Sociological Research Online*, 20(2), 103–121. <https://doi.org/10.5153/sro.3619>
- Allison, R., & Risman, B. (2013). A double standard for “Hooking Up”: How far have we come toward gender equality? *Social Science Research*, 42(5), 1191–1206. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.04.006>
- Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2021). Manifestation of the sexual double standard in Western societies (2011-2017): A scoping review. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 124, 53-78. <https://doi.org/10.4000/rccs.11509>

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Armstrong, E., England, P., & Fogarty, A. (2012). Accounting for women's orgasm and sexual enjoyment in college hookups and relationships. *American Sociological Review*, 77(3), 435-462. <https://doi.org/10.1177/0003122412445802>
- Berdychevsky, L. (2016). Antecedents of young women's sexual risk taking in tourist experiences. *Journal of Sex Research*, 53(8), 927-941. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1069783>
- Berdychevsky, L. & Gibson, H. (2015). Phenomenology of young women's sexual risk-taking in tourism. *Tourism Management*, 46, 299-310. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.07.008>
- Berkowitz, A. (2011). Using how college men feel about being men and “doing the right thing” to promote men's development. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinities in higher education: theoretical and practical considerations* (pp. 161-176). Routledge.
- Blakemore, J., Berenbaum, S., & Liben, L. (2008), *Gender development*. Taylor & Francis.
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686-704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Clarke, M., Marks, A., & Lykins, A. (2015). Effect of normative masculinity on males' dysfunctional sexual beliefs, sexual attitudes, and perceptions of sexual functioning. *Journal of Sex Research*, 52(3), 327-337. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.860072>
- Conley, T., Ziegler, A., & Moors, A. (2012). Backlash from the bedroom: Stigmata mediates gender differences in acceptance of casual sex offers. *Psychology of Women Quarterly*, 37(3), 392-407. <https://doi.org/10.1177/0361684312467169>
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13-26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Danube, C., Norris, J., Stappenbeck, C., Davis, K., George, W., Zawacki, T., & Abdallah, D. (2016). Partner type, sexual double standard endorsement, and ambivalence predict abdication and unprotected sex intentions in a community sample of

- young women. *Journal of Sex Research*, 53(4-5), 601-613. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1061631>
- Devries, K., & Free, C. (2010). 'I told him not to use condoms': Masculinities, femininities and sexual health of aboriginal Canadian young people. *Sociology of Health & Illness*, 32(6), 827-842. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.2010.01242.x>
- Dunn, H., Clark, M., & Pearlman, D. (2015). The relationship between sexual history, bullying victimization, and poor mental health outcomes among heterosexual and sexual minority high school students: A feminist perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(2), 3497-3519. <https://doi.org/10.1177/0886260515599658>
- Dunn, H., Gjelsvik, A., Pearlman, D., & Clark, M. (2014). Association between sexual behaviors, bullying victimization and suicidal ideation in a national sample of high school students: Implications of a sexual double standard. *Women's Health Issues*, 24(5), 567-574. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2014.06.008>
- Eagly, A., Wood, W., & Johannesen-Schmidt, M. (2004). Social role theory of sex differences and similarities. In A. H. Eagly, A. E. Beall & R. J. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 269-291). The Guildford Press
- Emmerink, P., van den Eijnden, R., Vanwesenbeecke, I., & Bogt, T. (2016a). The relationship between endorsement of the sexual double standard and sexual cognitions and emotions. *Sex Roles*, 75(7-8), 363-376. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0616-z>
- Emmerink, P., Vanwesenbeeck, I., van den Eijnden, R., & Bogt, T. (2016b). Psychosexual correlates of sexual double standard endorsement in adolescent sexuality. *Journal of Sex Research*, 53(3), 286-297. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1030720>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review*, 24(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- England, P., & Bearak, J. (2014). The sexual double standard and gender differences in attitudes toward casual sex among U.S. university students. *Demographic Research*, 30(Art. 46), 1327–1338. <https://doi.org/10.4054/demres.2014.30.46>
- Farvid, P., Braun, V., & Rowney, C. (2017). 'No girl wants to be called a slut!': Women, heterosexual casual sex and the sexual double standard. *Journal of Gender Studies*, 26(5), 544–560. <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1150818>

- Fasula, A. M., Carry, M., & Miller, K. S. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, *51*(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fasula, A. M., Miller, K. S., & Wiener, J. (2007). The sexual double standard in African American adolescent's women's sexual risk reduction socialization. *Women & Health*, *46*(2-3), 3-21. https://doi.org/10.1300/J013v46n02_02
- Flood, M. (2013). Male and female sluts. Shifts and stabilities in the regulation of sexual relations among young heterosexual men. *Australian Feminist Studies*, *28*(75), 95-107. <https://doi.org/10.1080/08164649.2012.758024>
- Greene, K., & Faulkner, S. L. (2005). Gender, belief in the sexual double standard, and sexual talk in heterosexual dating relationships. *Sex Roles*, *53*(3-4), 239-251. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-5682-6>
- Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. SAGE Publications
- Hillier, L., Harrison, L., & Warr, D. (1998). “When you carry condoms all the boys think you want it”: Negotiating competing discourses about safe sex. *Journal of Adolescence*, *21*(1), 15-29. <https://doi.org/10.1006/jado.1997.0126>
- Howell, J. L., Egan, P. M., Giuliano, T. A., & Ackley, B. D. (2011). The reverse double standard in perceptions of student-teacher sexual relationships: The role of gender, initiation, and power. *The Journal of Social Psychology*, *151*(2), 180-200. <https://doi.org/10.1080/00224540903510837>
- Hynie, M., & Lydon, J. E. (1995). Women's perceptions of female contraceptive behavior. Experimental evidence of the sexual double standard. *Psychology of Women Quarterly*, *19*(4), 563-581. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00093.x>
- Jackson, S., & Cram, F. (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology*, *42*(1), 113–127. <https://doi.org/10.1348/014466603763276153>
- Kaestle C., & Allen, K. (2011). The role of masturbation in healthy sexual development: Perceptions of young adults. *Archives of Sexual Behavior*, *40*(5), 983-994. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9722-0>
- Kalish, R. (2013). Masculinities and hooking up: Sexual decision-making at college. *Culture, Society & Masculinities*, *5*(2), 147–165. <https://doi.org/10.3149/CSM.0502.147>

- Kelly, M., Inoue, K., Barratt, A., Bateson, D., Rutherford, A., & Richters, J. (2017). Performing (heterosexual) femininity: Female agency and role in sexual life and contraceptive use – a qualitative study in Australia. *Culture, Health & Sexuality, 19*(2), 240-255. <https://doi.org/10.1080/13691058.2016.1214872>
- Kettrey, H. (2016). What's gender got to do with it? Sexual double standard and power in heterosexual college hookups. *Journal of Sex Research, 53*(7), 754–765. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1145181>
- Koon-Magnin, S., & Ruback, B. (2012). Young adult's perceptions of non-forcible sexual activity: The effects of participant gender, respondent gender, and sexual act. *Sex Roles, 67*(11-12), 646-658. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0201-z>
- Landor, A., Simons, L., Simons, R., Brody, G., & Gibbons, F. (2011). The role of religiosity in the relationship between parents, peers, and adolescent risky sexual behavior. *Journal of Youth and Adolescence, 40*(3), 296–309. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9598-2>
- Lee, J. Kim, J., & Lim, H. (2010). Rape myth acceptance among Korean college students: The roles of gender, attitudes toward women, and sexual double standard. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(7), 1200-1223. <https://doi.org/10.1177/088626050934053>
- Lefkowitz, E., Shearer, C., Gillen M., & Espinosa-Hernandez, G. (2014). How gendered attitudes relate to women's and men's sexual behaviors and beliefs. *Sexuality & Culture, 18*(4), 833-846. <https://doi.org/10.1007/s12119-014-9225-6>
- Levin, D., Ward, L., & Neilson, E. (2012). Formative sexual communications, sexual agency and coercion, and youth sexual health. *Social Service Review, 86*(3), 487-516. <https://doi.org/10.1086/667785>
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy, 20*(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D., & The PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLoS Medicine, 6*(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Oliffe, J., Chabot, C., Knight, R., Davis, W., Bungay, V., & Shoveller, J. (2012). Women on men's sexual health and sexually transmitted infections testing: A gender

- relations analysis. *Sociology of Health and Illness*, 35(1), 1-16. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.2012.01470.x>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21-38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets. *Journal of Sex Research*, 48(2-3), 149-165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Reiss, I. (1956). The double standard in premarital sexual intercourse. A neglected concept. *Social Forces*, 34(3), 224-230. <https://doi.org/10.2307/2574041>
- Siebold, C. (2011). Factors influencing young women's sexual and reproductive health. *Contemporary Nurse*, 37(2), 124-136. <https://doi.org/10.5172/conu.2011.37.2.124>
- Sierra, J., Santos-Iglesias, P., Gutiérrez-Quintanilla, R., Bermúdez, M., & Buela-Casal, G. (2010). Factors associated with rape-supportive attitudes: Sociodemographic variables, aggressive personality, and sexist attitudes. *The Spanish Journal of Psychology*, 13(1), 202-209. <https://doi.org/10.1017/S1138741600003784>
- Teitelman, A., Tennille, J., Bohinski, J., Jemmott, L., & Jemmott, J. (2013). Urban adolescent girls' perspectives on multiple partners in the context of the sexual double standard and intimate partner violence. *The Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, 24(4), 308-321. <https://doi.org/10.1016/j.jana.2013.04.001>

ESTUDO 3 Portuguese college student perception of the sexual double standard: Developing a comprehensive model of the social SDS³

Research on the sexual double standard (SDS) indicates its maintenance among college students, despite some attenuation and the emergence of alternative standards. Results show some inconsistencies, however, which highlight conceptual and methodological weaknesses that limit conclusions about the existence and expression of the SDS. One response entails distinguishing personal acceptance of the SDS from its social existence; maintenance of the SDS may reside in the latter, as there is some evidence for a decline in personal but not in social SDS. We aimed to analyse Portuguese college students' perceptions about the social SDS and to develop a comprehensive model for it. Four male (n=30) and four female (n=17) focus groups were conducted with data analysis framed by Grounded Theory. The social SDS emerged especially with regard to casual sex and multiple partners, legitimized by the accepted/recognized existence of sexual gender roles and stereotypes. It is maintained through conformity with SDS and gender prescriptions in order to prove/protect femininity, masculinity and sexual reputation. The process reduces sexual autonomy and has drawbacks for sexual health and wellbeing. Our comprehensive model can inform deconstructive strategies to promote egalitarian, liberal, and positive sexual experiences.

Key-words gender, sexuality, sexual double standard, social sexual double standard, college students.

³ Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2021). Portuguese college students' perceptions about the social sexual double standard: Developing a comprehensive model for social SDS. *Sexuality & Culture*, 25(2), 733–755. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09791-9>

Perceção de estudantes universitários sobre o duplo padrão sexual: Desenvolvimento de um modelo compreensivo de DPS social

A investigação sobre o duplo padrão sexual (DPS) aponta para a sua manutenção entre estudantes universitários, apesar de alguma atenuação e da emergência de padrões alternativos. Os resultados mostram algumas inconsistências, contudo, que alertam para fragilidades conceituais e metodológicas capazes de limitar as conclusões sobre a existência e expressão do DPS. Para lhe dar resposta importa começar por distinguir entre aceitação pessoal e existência social do DPS; a explicação para a manutenção do padrão pode residir na segunda dimensão, dada a evidência sugerindo o declínio do DPS pessoal mas não do social. Foi nosso objetivo analisar a perceção de estudantes universitários Portugueses sobre o DPS social e, com base nessas, desenvolver um modelo compreensivo dessa dimensão do padrão. Foram conduzidos quatro grupos focais femininos ($n = 17$) e quatro masculinos ($n = 30$) e o seu conteúdo analisado com base nos pressupostos da Grounded Theory. O DPS social surgiu especialmente na avaliação de relacionamentos ocasionais e com múltiplos parceiros, normalizado, ou legitimizado, com base na aceitação ou no reconhecimento da existência social de papéis e estereótipos sexuais de género. A conformidade com as prescrições de género e DPS, necessária à prova/proteção da feminilidade, masculinidade e reputação sexual, parece na base da sua manutenção ou perpetuação. Um processo que reduz a autonomia sexual e tem potencial deletério para a saúde sexual e bem-estar geral. O modelo compreensivo pode informar estratégias para a desconstrução do padrão e que redundem na promoção de experiências sexuais igualitárias, liberais, positivas.

Palavras-chave género, sexualidade, duplo padrão sexual, duplo padrão sexual social, estudantes universitários.

I. Introduction

The Sexual Double Standard (SDS) defines an unequal standard for sexual conduct and the evaluation thereof, apportioning more sexual freedom to men, while imposing more negative judgment and more severe penalties for women engaging in the same type of sexual conduct (Reiss, 1960). The concept was first used to describe the tendency of American society to reject and sanction the involvement of women, but not of men, in pre-marital sex (Reiss, 1960), however, its content changed and broadened over the years (Endendijk et al., 2020). Now it is used to refer to the different degrees of acceptance of a diversity of sexual conducts (e.g., casual, or uncommitted, sex, and multiple sexual partners) and the concurrently different evaluation of men and women (Endendijk et al., 2020; Petersen & Hyde, 2011). Actually the SDS is considered to assume different expressions (e.g., social labelling and marginalization, desirability as romantic partner) and to manifest in any given society (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020), although investigation has been mainly produced in Western countries (e.g., The United States of America, Western Europe) and evidence gathered from samples of young people (e.g., university student). The dynamic and fluid nature of the concept contrasts with the potential social and cultural specificity of the phenomenon. Nevertheless, makes arguable the assumption that the understanding of the SDS would benefit from research studies detailing the characteristics of its manifestation and maintenance, in particular social and cultural (Western) contexts or groups. This is the general goal of the present study, which aims specifically to contribute with a comprehensive model of the social SDS, this is of the existence, manifestation, and maintenance of the SDS as a social shared (and not personally endorsed) standard among Portuguese university students. Supporting it are general arguments for studying the SDS and others, more specific, related to the social existence of the SDS in Portugal and other Western countries, detailed in the next pages.

The SDS, although lacking a conceptual structure of its own (e.g., Fasula et al., 2014; Zaikman & Marks, 2017), is firmly sustained in the social shared belief that men and women are different – that is, gender. Gender is the social construction of difference behind the dichotomous definition of masculinity and femininity (Brickell, 2006). It establishes what traits (stereotypes) and behaviors (roles) are appropriate and expected for men and for women in sexuality and other dimensions of human experience (Blakemore et al., 2009; Howard & Hollander 1997; Marecek et al., 2004). Sexual gender

roles and stereotypes describe and prescribe what is sexually accepted or prohibited for men and for women (Eagly et al., 2004), which can be summarized in the dichotomies: sexually active men versus passive women; sexual men versus emotional women. Such roles and stereotypes include the belief that men have more sexual desire than women, the belief that men focus on individual and sexual gratification, while women concentrate in relational and emotional gratification, and the belief that men must drive or dominate sexual interaction, whereas women must comply with partners desires and pursuit of sexual interaction, even as they should control male advances and guard against sexual risks (Chmielewski et al., 2017; Fasula et al., 2014; Rudman & Glick, 2008; Sanchez et al., 2012). And are these social shared assumptions of difference that explain why the SDS teaches men that sexuality is the key to masculinity, while teaching women that sexuality should be minimized and controlled (McCarthy & Bodnar, 2005). The SDS reflects and reinforces sexual gender inequality, being there consistent evidence not only of its existence but also of its potential negative impact on sexual and non-sexual dimensions of life.

Research developed over the last decades has evidenced the consistent manifestation of the standard and has additionally pointed to a growing emergence of alternative standards (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020). More specifically, a single sexual standard (SSS), prescribing equal sexual freedom, judgment, and punishment for men and women, and of a reversed sexual double standard (reversed SDS), prescribing less freedom and more negative/severe judgment/punishment for men than for women, have been shown to alternate with the SDS (Table 1). Despite this alternation, research allowed the authors of a recent systematic review to conclude that the SDS remains in place and that gender differences in personal endorsement of the standard have not been observed (Endendijk et al., 2020).

Although the SDS is more restrictive and punitive for women than for men, deviation from its prescriptions may have negative impact on both men and women. Involvement in casual sex has been considered to be a source of masculine social status (e.g., Jonason & Fisher, 2009), but to come with heavy costs for femininity and sexual reputation (Lyons et al., 2011), with vast evidence showing that women who do not conform the norm may be labelled as “easy” or “promiscuous”, rejected as romantic partners and, ultimately, exposed to sexual victimization (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Fasula et al., 2014).

Table 1 State of the Art – evidence on social SDS and alternative sexual standards

Period	Evidence	Observation
Final decades of 20th century	Experimental research highlighted a weakening of the SDS that, in some cases, was associated to the emergence of a conservative SSS (e.g., Gentry, 1998; Sprecher et al., 1997) and, to a lesser degree, of a reversed SDS (e.g., O'Sullivan, 1995; Sprecher et al., 1991).	e.g., negative evaluation and desirability of sexually experienced men and women (SSS), or just of men (reversed SDS).
First decade of 21st century	Experimental (e.g., Jonason & Marks, 2009; Young et al., 2010) and qualitative (e.g., Hamilton & Armstrong, 2009; Shoveller et al., 2004) research evidenced SDS emergence, punctuated by discourses of resistance.	e.g., negative evaluation of women (unconventional and casual sex, condom provision) and justification of women's sanctioning, or silencing/alienation of female sexual desire.
Most recent decades of 21st century	Evidence of the SDS continued to be gathered through qualitative (e.g., Mascheroni et al., 2015; Ringrose et al., 2013) and quantitative (e.g., Esterline & Muehlenhard, 2017; Jones, 2016; Kreager et al., 2016) research, with some also pointing to the simultaneous presence of a reversed SDS (e.g., Hackathorn & Harvey, 2011; Papp et al. 2015), a conservative SSS (e.g., England & Bearak, 2014), and a liberal SSS (e.g., Damme & Biltreyst, 2013; Fjaer et al., 2015).	e.g., negative evaluation of sexually experienced women or involvement in sexting or performative making out. e.g., evaluation of cyber-infidelity or humiliating talk scenarios (reversed SDS), of multiple hookup partners (conservative SSS) and of attitudes towards casual sex (liberal SSS).

In a similar mode, men who do not actively express their sexuality may put their masculinity and sexual reputation at risk (Fasula et al., 2014). However, although endorsement or compliance with the prescriptions of the SDS is a way to preserve socio-sexual image and reputation, such compliance also imposes heavy costs for both sexes, limiting sexual autonomy and, by extension, sexual health and well-being (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020; Fasula et al., 2014). The SDS has been shown to negatively interfere with female sexual decision-making, increasing risk of unprotected sex (Danube et al., 2016), and with women's entitlement to sexual pleasure (Armstrong et al., 2012; Emmerink et al., 2016). It also explains women's silencing of their sexual needs or preferences, compliance with partners' expectations (Fasula et al., 2014; Impett & Peplau, 2003; Jackson & Cram, 2003; Petersen & Hyde, 2010), or adoption of passive sexual roles, associated to poor satisfaction and sexual problems (Sanchez et al., 2012). Likewise, to preserve masculinity and reputation, men may be pressured to conform to the SDS, being exposed to stress, internal conflict (e.g., decision-making about sexual relationships or partners), or sexual risk taking (e.g., unsafe sex, multiple sexual partners) (Berkowitz, 2011; Clarke et al., 2015; Kalish, 2013; Soller & Haynie, 2017).

The investigation of the SDS in Portugal is still limited, but the results parallel, to some extent, those observed in international research. According to some of the few Portuguese studies, the SDS is recognized and negatively associated to contraception use (Frias, 2014; Ramos et al., 2005; Marques et al., 2013). This is, the SDS emerges more as a perceived social shared belief than an internalized personal belief, highlighting a distinction that has been undervalued by the great majority of research studies. As it will be discussed next, the strong focus on the study of the personal endorsement of the SDS may be concurring not only to the existence of dissonant results but, more importantly, to an incomplete understanding of the phenomenon, and the present study hopes to contribute to the minimization of this major limitation.

Research has showed inconsistent results, like the emergence and non-emergence of the SDS for the same behavior, time period, and population (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020), suggesting the potential existence of limitations of conceptual and methodological nature in research studies. Inconsistent results may be seen as a reflection of the dynamic and fluid nature of the concept that, summed to the absence of a specific theoretical structure, allowed for great variability in operationalization, measurement, and indicators used to identify the SDS (e.g., Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020; Zaikman & Marks, 2017). Likewise, inconsistencies may be reflecting the tendency of most research studies to investigate the personal acceptance of the SDS (personal SDS), without considering individuals' recognition of its social existence (social SDS). In other words, the tendency to consider the SDS a unidimensional, rather than a bi-dimensional concept, and the reduced exploration of the social SDS, may have produced partial results or results containing some degree of bias, an assumption supported in evidence. Although limited, international, but also national, results of research studies considering the social SDS have pointed to its strong expression, compared to that of the personal SDS (e.g., Milhausen & Herold, 1999, 2002; Ramos et al., 2005; Marques et al., 2013), to its existence and maintenance for particular sexual conducts, such as casual sex or multiple sexual partners (Marks & Fraley, 2006, 2007; Marks, 2008), and to its negative impact on sexual experience, like negative labelling and social stigmatization (e.g., Conley et al., 2012; Damme & Biltereyst, 2013; Farvid et al., 2017; Fjær et al., 2015) or misuse of contraception (Frias, 2014), for example. The importance of considering the SDS as a bi-dimensional concept and, particularly, of exploring the social SDS, thus, goes beyond the need of controlling for inconsistent results. The social SDS appears to be a social shared

belief, whose existence does not depend on the presence of the personal SDS but can, like this, produce deleterious effects on sexual experience, health and wellbeing, and, for that reason, must be further explored. In Portugal, research points to a potential prevalence of the social, over the personal SDS, additionally, and specifically, justifying the choice of the social dimension as the object of the present study.

In summary, the initial conceptual and evidence-based justifications for deepening our knowledge on the SDS, as is our goal, include, on one hand, the absence of a theoretical framework and its strong foundation on gender – the SDS reflects and reinforces sexual gender inequality. On the other hand, justifications include evidence of the SDS manifestation among Western young people, of its potential to compromise male and female socio-sexual image and reputation, sexual autonomy, health and well-being (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020), and of the existence of inconsistent results and of conceptual and methodological weaknesses in SDS research. Specific evidence-based arguments include the weak exploration of the social SDS and evidence (although limited) showing the social SDS manifestation, predominance over the personal SDS, and negative impact in sexual experience, health and wellbeing, in Portuguese and other Western societies. Together, these arguments guided the specification of our goals – to ascertain if, and how, the social SDS is perceived to be present and to perpetuate among Portuguese university students, and to develop a comprehensive model of the social SDS, detailing the characteristics of its manifestation and maintenance.

To accomplish these goals, we opted for a qualitative design, using men-only and women-only focus groups for data collection and employing the Grounded Theory (GT) perspective for data analysis. This selection of methods is anchored in two justifications. The absence of differences between genders in personal endorsement of the SDS alerted us to the importance of assessing whether this is also the case for the recognition of social SDS. On the other hand, GT is strongly recommended for constructing theory based on data, as we sought to do in the development of our comprehensive model.

We expected the social SDS to be perceived as a social shared belief, alternating with other sexual standards. Manifestation was expected to relate to traditional sexual gender roles and stereotypes, whose acceptance or recognition was explored in addition to the perceptions about social sexual standards. Discourses about the reasons or mechanism for the maintenance of the standard were expected to emerge in a spontaneous manner, a product of deepening the discussion on social SDS.

2. Materials and methods

2.1. Participants

The participants in the study were 47 white Portuguese university students attending the Universities of Lisbon and Coimbra, who were between 18 and 33 years of age ($M = 21.4$ years, $SD = 2.9$), mostly heterosexual (85.7%), and of whom 30 (64%) were men. Of these, 46 (97.9%) indicated being unmarried and 44 were then or had previously been involved in an intimate relationship (93.6%). In terms of academic qualifications, 40 were undergraduate (85.1%) and seven were graduate (14.9%), with participants coming from 13 different degree programs – Psychology (40.4%), Computer Science (23.4%), Law (10.6%), Economics (4.3%), Journalism (4.3%), IT Systems Management (4.3%), Nursing (2.1%), Social Services (2.1%), Geospatial Engineering (2.1%), Mechanical Engineering (2.1%), Business Science (2.1%), and Management (2.1%).

The pilot study of the data collection instrument involved six undergraduate psychology students, of whom two were men (33%).

Recruitment took place in classrooms ($n = 22$) and academic informal contexts, where contacts with students were made directly by the researchers ($n = 6$) or mediated by researchers' institutional collaborators ($n = 19$). The objectives of the study and the conditions of participation (including being entitled to a raffle ticket for a gift certificate) were presented to the students in person, and those interested in participating filled out a form consenting to future contact for informing about practical issues (e.g., date, place). Before the interview began, a summary of the study was given, informed consent was obtained, and confidentiality guaranteed (destruction of the audio recordings after transcription). The study was approved by the ethics committees of the institutions involved.

2.2. Procedure

Eight focus groups were formed – four female and four male – consisting of a minimum of two and a maximum of 11 participants, with an average duration of two hours. The groups were moderated by the first author using a semi-structured interview

script. The clarity and comprehensibility of the questions, whose construction was informed by the literature on the SDS, were tested in the pilot study.

The first question presented was neutral in character and intended to facilitate communication, after which followed a question that introduced the theme of sexuality. Next followed specific, or “transitional”, questions about the experience of sexuality in the university context, then “key questions” about gender differences and similarities in these areas. Key questions were complemented by requests for clarification or specification (“probes”), requests for additional information about the topics being discussed (“follow-ups”), and by “unscripted questions” seeking to explore details (Krueger 1998). Introductory, transitional, and key-questions were presented in all groups; the first two sought to gather information about student’s perceptions on the experience of sexuality in the university context, while key-questions searched for detailed information about student’s perceptions on sexual gender roles and stereotypes, and on sexual standards. A high number of probes, follow-ups and unscripted questions were also presented but varied widely, in number and content, through male and female groups.

Participants were never asked to share their personal positions and experiences, although they could do so if they wished.

2.3. Material

Our semi-structured interview guide included introductory questions (“What do we talk about when we talk about sexuality?”), transitional questions (“How is sexuality experienced in the university context?”) and key questions (“How do you perceive men and women’s experiences of sexuality to be?”; and, if differences were identified, “What characteristics or behaviors do you perceive to be different?”; “What are the rules for sexual conduct and for evaluating the sexual conduct of men and women?”). A reasonable number of probes, follow-ups and unscripted questions were also included (e.g., “So you perceive that there is the idea that women are oriented towards romantic relationships and men towards sexual and physical pleasure. Could you please elaborate?”; “Is there a difference between how men and women are expected to conduct their sexuality in casual and regular relationships?”; “You believe men are as emotional as women but don’t show it. Can you please explain why this happens?”).

2.4. Analysis procedures

The interviews, conducted in Portuguese, were transcribed, analyzed, and codified, in a first moment, by the first author and, in a second moment, by the second author and a master student developing investigation on the SDS, after adequate training. These three collaborators delineated the categories and subcategories and evaluated its clarity and coherence, while second and third authors acted as consultants in the analytical process that ran from the codification to the construction of the theoretical model.

The analysis was conducted based on the principles of Grounded Theory (GT), using software specifically designed for this (ATLAS.ti version 6.0). The data analysis followed the guidelines set forth by Strauss and Corbin (1998), with the appropriate adaptations. We began with open coding, with identification of the units of analysis (interview excerpts) and of the concepts present in them, and by assigning codes to represent meaning found in the data. In this phase the codes were grouped into broad abstract categories, and subcategories, a task that continued in the intermediate coding phase (naming favored over the axial coding proposed by Strauss and Corbin (1998) because the axial coding paradigm was not used). Some minor (less abstract) categories were added and relations between categories studied until they appeared to be sufficiently developed and related. In the final stage of analysis, called selective coding, categories were integrated into core categories – and not just a unique core category, as proposed by Strauss and Corbin in 1998 – with high analytical power (Charmaz 2006). Analysis was supported in an ongoing process of comparison and refinement of codes, categories, and subcategories – and of the relations between them, described in memos and diagrams – culminating in the development of a comprehensive model of the social SDS.

In a final step, the theoretical model was revised and its validity tested by comparison with the raw data. Because of potential observer bias, a university professor, from an outside academic institution, was asked to code a random ten percent of the excerpts, and Cohen's kappa was run to determine inter-rater agreement. The codification made by the external collaborator was then compared with that proposed by the researchers, and disagreements were discussed until consensus was reached. The degree of agreement for the 27 analyzed excerpts and the 77 applied codes showed a good inter-rater agreement, $k = .77$ (95% CI .61; .93), $p < .001$.

3. Results

Responses to introductory and transitional questions, about sexuality in the university context, revealed a perceived preference on the part of male and female college students for casual sexual relationships. When discussing involvement in this type of relationship, and with the multiple partners that it presupposes, participants referred to a differential social Sexual Double Standard (social SDS) and, to a lesser extent, to an egalitarian social Single Sexual Standard (social SSS). The social existence of the standards was recognized but participants made no reference to the endorsement of the personal SDS and SSS. On the other hand, participant's discourses associated the social SDS to the social recognition and personal acceptance of sexual gender roles and stereotypes, and the social SSS to assumed or perceived positions of resistance towards the traditional prescriptions. These themes corresponded to the core categories extracted, Sexual Standards (SS) and Sexual Gender Roles and Stereotypes (SGRS), each with its constituent categories, subcategories, and codes. Constituents and relations between them are presented in the next section, ending with the representation of those that explain the manifestation and maintenance of the social SDS or, in other words, of those that integrate the comprehensive model of the social SDS.

Discourses produced by male and female groups didn't evidence relevant differences, in general, but discrepancies observed for particular topics were described in this section and some further discussed in the last section of the article.

Excerpts of young people's discourse were identified as coming from women's (XG) or men's (YG) groups, with the number of the focus group plus the individual participant identified by a second letter and number pair.

3.1. Perceptions about sexual gender roles and stereotypes (SGRS)

Perceptions about the sexual characteristics (stereotypes) and expected behaviors (roles) of men and women constituted the core category Sexual Gender Roles and Stereotypes (SGRS), composed of two categories and a total of six codes. The category Pure SGRS defined the personal and social acceptance of traditional gender norms and was composed of two pairs of codes, corresponding to stereotypes and sexual gender roles, while the category Contrary, Oppositional Positions towards SGRS defined the

personal or social rejection of these norms and integrated two codes (Table 2) corresponding to resistance to stereotypes and sexual gender roles.

Table 2 Categories, subcategories and codes belonging to core category SGRS

Category	Code	Definition	
Pure SGRS	Stereotypes	Men are More Sexual and/or Less Emotional	Men are more sexual and less emotional, more oriented towards themselves and their own sexual gratification, less towards the other and affective/relational gratification
		Women are More Emotional and/or Less Sexual	Women are more emotional and less sexual, more oriented towards the other and affective/relational gratification, less towards themselves and their own sexual gratification.
	Roles	Men are Active, Dominant, Experienced	Men are sexually experienced and take the initiative. They drive and dominate sexual interactions.
		Women are Passive, Dominated, Inexperienced	Women are sexually inexperienced and wait for men to initiate, drive, and dominate sexual interactions.
Contrary, Oppositional Positions towards SGRS	Stereotypes	Gender Similarities	Men and women are equally emotional and sexual, and value, in an equal mode, the physical/sexual and affective/relational gratification
	Roles	New Female Sexuality	Women are breaking with gender prescriptions, adopting more active, dominant sexual roles.

In the category Pure SGRSs, stereotypes were observed in explicit references to the idea that men focus on sex and sexual gratification, while women focus on affections and emotional gratification; references to the idea that male satisfaction is concentrated in orgasm, whereas female depends on the association of orgasm with tenderness, affection, communication; and references still to the idea that women prefer steady, and men casual, sexual relationships. References to sexual gender roles were far less prevalent than references to stereotypes, and focused mainly in the idea that men are responsible for guiding and controlling sexual action and pleasure, while women are expected to adopt a complementary or passive position in sexual interactions. No relevant differences were observed in the discourses of male and female groups, with the exception of references about the different valuation of sex and affection for male and female sexual satisfaction, which were more often observed in male groups.

YG1_Y1: (...) it's something innate in men, to seek sex more than women do.
 (...) I think it's the nature of men (...) it's instinct!

XG2_E1: (...) the girl seeks affection more, having someone to send a goodnight message to... and the boy does not.

YG6_B2: [the man] needs less affection and communication to have that pleasure. (...) the [orgasm of the] woman, sometimes to be fully experienced (...) has to be with communication, with attention (...)

XG5_E3: Normally it's always the boys who have to take the initiative (...) because the girls are girls, they can't do it! There's always that thing of "I'm a girl, if he's interested he has to come to me, I'm not going to him!"

YG6_B2: In general I think that it's very much expected that it's the man who brings all the technique and ability to the relationship. (...) the man is who controls the pleasure.

Discourses of resistance towards stereotypes and sexual gender roles – Contrary, Oppositional Positions towards SGRS – were less expressed than those referring the Pure SGRS. Alternative discourses were observable, for example, in the idea that men and women are more similar than dissimilar, and that women are ceasing sexual passivity and assuming a new, active, positioning, especially regarding taking initiative for sexual encounters. Like for Pure SGRS, no salient gender differences were found between male and female discourses in this particular category.

XG4_M2: This question of men being more carnal and women being more emotional – I disagree because it's 50/50 for both sides. There are emotional men, there are carnal men, there are carnal women, there are emotional women. What is different here is really the view of society on this subject, which is: women are supposed to be more emotional, and therefore those who are more emotional show it, and men are supposed to be more carnal, so those who are more carnal demonstrate it. And the remaining 50% of each stays hidden because it's not accepted in society.

YG8_Z0: in the old days it was supposed to be the man who pursued. It was the man who paid for the drinks, it was the man who went up to the girl, and nowadays you don't see this as much. (...) there is a balance in that respect.

In summary, sexual gender roles and stereotypes were personally accepted and socially recognized, in male and female groups (Pure SGRS), with stereotypes appearing to be strongly rooted, and sexual gender roles appearing to be weakening. Rejection or

perceived rejection of these traditional norms was equally observed in both groups (Contrary, Oppositional Positions towards SGRS), but these discourses of resistance remained less expressed than those reflecting Pure SGRS.

3.2. Perceptions about sexual standards (SS)

Perceptions about the social sexual standards and their negative effects on sexual and nonsexual experience embody the core category Sexual Standards (SS), composed of two categories, and one subcategory integrating four codes. The category Social Sexual Double Standard (social SDS) defined the perceived social existence of a differential sexual standard, and the category Social Single Sexual Standard (social SSS) the perceived social existence of an egalitarian sexual standard. The subcategory Consequences of Social SDS defined the costs of deviance from, and compliance with, the social SDS prescriptions on sexual, but also other dimensions of human experience such as personal, social and relational (Table 3).

Table 3 Categories, subcategories and codes belonging to the core category SSS

Category/ Subcategory	Codes	Definition
Social SDS		Differential standard of sexual conduct, and of evaluation, judgment, and penalization, that is more restrictive and punitive to females, and more liberal to males.
Social SSS		Egalitarian standard of sexual conduct, and of evaluation, judgment, and penalization, that is equally restrictive and punitive to male and female sexuality or, on the contrary, equally liberal and free of penalties.
Consequences of the social SDS	General Effects of the social SDS	Costs of deviance and of negative or poor socio-sexual image and reputation on sexual and non-sexual experience.
	Proof/Protection of Masculinity and Sexual Reputation	Costs of compliance: need to prove/protect socio-sexual image and sexual reputation; reduction of sexual autonomy.
	Proof/Protection of Femininity and Sexual Reputation	Costs of deviance/compliance and of negative or poor socio-sexual image and reputation on one's desirability for romantic relationships.
	Desirability for Relationships	

Compared to a low number of references to social SSS, more prevalent in male groups, references to a social SDS were substantially more predominant and observed, in similar proportion, in male and female groups. Among a set of behaviors considered socially acceptable for men but not for women (social SDS), references to casual sexual involvement and/or multiple partners were particularly frequent. Some even reported a popular saying (the “key/lock enigma”) to explain social SDS existence (e.g., XM1: a key that opens any lock is a master key. But a lock that opens for any key is worthless), showing the strong social and cultural roots of the standard. Others stressed that it is women who more often and more severely judge other women for their sexual conduct, men being considered less critical of both female and male sexual behavior. Still others, suggested that a social SSS is emerging as the result of changes in the way women perceive and experience sexuality, and of a reduction in the importance attributed to the SDS prescriptions by women and men.

XG4_F0: (...) For example, in the nightlife, if we have a (hypothetical) girl who arrives every night and leaves with a different boy... - XA1.: She’s (considered) a slut (...) and the boy is [just being] a boy.

XG3_V1: (...) Women themselves point the finger at each other in these types of situations (casual relationships), and this type of behavior is seen as much more normal in relation to men. The strangest thing is that women police themselves more intensely.

YG6_B2: There’s still always some gossip, and there’s always that little comment (...) but I think they themselves don’t feel it anymore... they don’t feel so humiliated about doing it... just as the man himself doesn’t feel so humiliated for not being a stud.

Concerning the consequences of the standard, a small number of references were coded as General Effects of the social SDS. Male and female participants associated deviation from the prescriptions of the social SDS with a poor socio-sexual image or reputation, and with personal (e.g., self-esteem), and social difficulties (e.g., integration among peers).

XG2_O0: but among the girls, if you know that one has been around a lot and so on... we girls won’t have anything to do with her.

XG5_M4: There are also many boys who suffer because they don’t really have such an easy way with the girls, and they suffer because of it.

A large number of references were coded as Proof/Protection of Femininity/Masculinity and/or Sexual Reputation. Participants reported on the idea that men and women may comply or enact compliance (i.e., make others believe they do conform) with the prescriptions of the social SDS for the sake of their sociosexual image and reputation, abdicating their sexual autonomy and inhibiting, limiting, or silencing sexual experiences. References to the consequences for men were more predominant than references to the female equivalent; consequences for men were discussed by both male and female groups, whereas consequences for women were mainly referred in female groups. Participants highlighted the pressure felt by men to affirm masculinity and sexual reputation through sexual success (e.g., number of conquests, frequency of sexual activity, or quality of sexual performance), with some even referring to the possibility of involvement in unwanted or unsought relationships. Finally, one female and several male groups reinforced this idea, stating that men enact being less emotional than they really are, hiding romantic demonstrations or emotional difficulties in steady relationships, in order to prove and protect socio-sexual image and sexual reputation.

XG5_M4: I think the girls are more reserved because they have an image to live up to, that they aren't so "easy" (...).

YG7_J4: When I realize that (...) my experiences are different from the others', then I shut up because, "okay, I won't be approved of – it won't be accepted here." Whether it's good or not, your experience should be accepted.

YG1_Y5: I think it's that, socially, it's also not looked on very well for the man to be upset [about the end of a relationship], and (...) Maybe, to show that he's macho and doesn't care, he'll go and say (to his friends) "well come on, let's find some girls to hook up with" and so on, but in reality he could be quite hurt.

Lastly, some participants, particularly males, remarked on the lower desirability of sexually experienced women as sexual partners for casual and, especially, steady relationships. Alternative discourses also emerged. A male group rejected the negative consequences for women's Desirability for Relationship (YX1: If she's been around, it doesn't matter – she enjoys sex, it's normal – everyone does), pointing to a liberal SSS, while a female group and several male ones, suggested that a reputation as a "player" could make men less desirable, pointing to a conservative SSS.

YG7_J3: Girls really get labeled forever. “Oh, that chick was really easy” and so on... - YA5: Now nobody is interested in having her as a girlfriend, right?

YG1_Y3: there are always those girls who think [the players] are fun, but there are others who, if they want something more serious and if they want to be with someone, don't want a person like that. (...)

Discourses about SS did not differ greatly between male and female groups, however, references to the social SSS, to the enactment of masculine stereotypes and to the consequences of the social SDS in Desirability for Relationships were more prevalent in male groups, whereas references to Proof/Protection of Femininity and Sexual Reputation were prevalent on female groups.

In short, the social SDS was perceived by both male and female groups to be the dominant sexual standard in Portuguese university context, whereas the social SSS was considered an emergent, alternative one. The social SDS was also considered to negatively interfere with diverse sexual and non-sexual dimensions of human experience and, among the negative consequences of the standard, those related to the pressure felt by women and men to Prove/Protect Femininity, Masculinity and Sexual Reputation were particularly prevalent. Within these, references to consequences faced by men were much more expressed than references to the female equivalent.

3.3. Comprehensive model of the social SDS

The analysis of discourses culminated in the integration of our data – now organized under specific, interdependent, conceptual structures – into a comprehensive model of the social SDS (Fig. 1). The model corresponds to the schematic representation of the dynamic relations among codes, categories, and subcategories drawn from the discourses of Portuguese university students considered to explain the manifestation and maintenance of the social SDS. It further advanced clues about what may explain the emergence of the social SSS as an alternative sexual standard.

Discourses about sexual gender roles and stereotypes and about sexual standards appeared in close relation through group discussions and this allowed us to propose a model centered on the category Social SDS, with relations to other categories, subcategories, and codes explaining its existence and perpetuation, as in the case of its opposition to a social SSS.

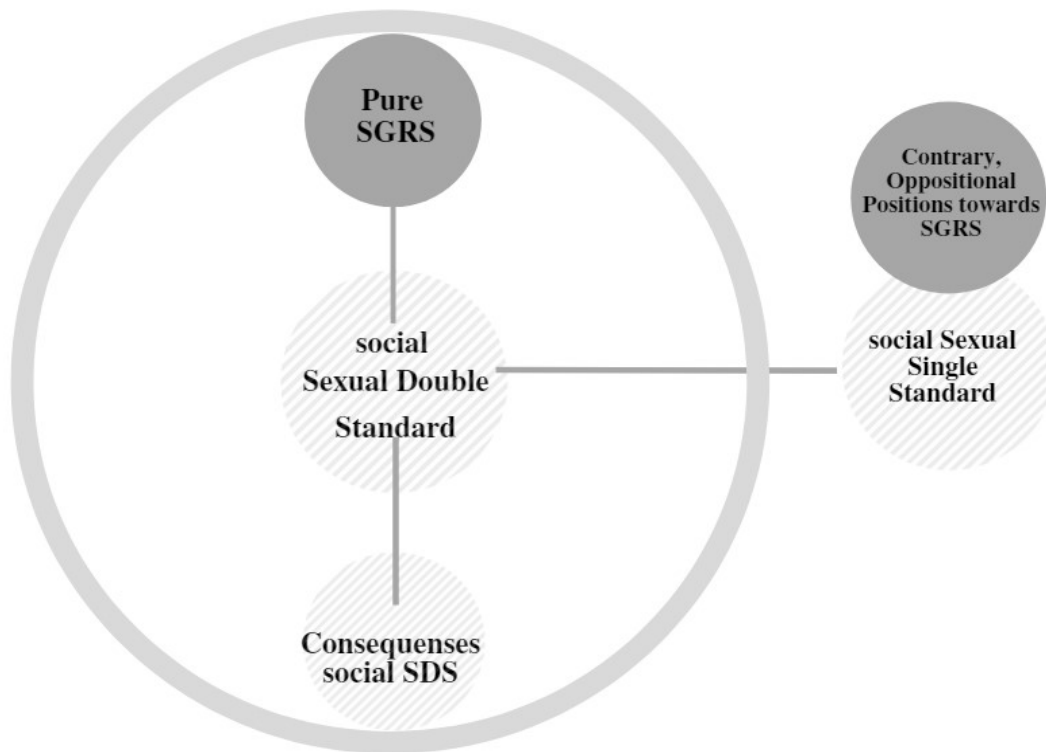


Fig 1 Diagram of the comprehensive model for the social Sexual Double Standard.

Circles represent categories and subcategories and lines the main relations between social SDS and other categories and subcategories. Pure Sexual Gender Roles and Stereotypes and Consequences of the social SDS are integrated with the social SDS in a larger circle, representing that they are part of the total comprehension of the social SDS. Social Sexual Single Standard, as the alternative standard is represented as not pertaining to the comprehension of the social SDS, but in relation with it. The relation between the social SSS and the category Contrary, Oppositional, Positions towards SGRS is not represented with a line because data do not allow to formally establish it, but the closeness of the concepts is represented through the partial overlap between them

The manifestation of the social SDS found to be tightly anchored in the category Pure SGRS, with its maintenance in the subcategory Consequences of the Social SDS. The personal and social acceptance of the traditional sexual gender roles and stereotypes (Pure SGRS), which dichotomize male and female sexuality, were seen to inform and legitimize the existence of a differential, unequal, sexual standard. On the other hand, maintenance was first explained by the shared belief that deviance from the prescriptions of the social SDS enhances the likelihood of poor or negative socio-sexual image and reputation, both of which compromise various sexual and non-sexual dimensions of life.

In a second-order effect, the anticipation of negative consequences and the efforts to avoid jeopardizing femininity, masculinity and sexual reputation were perceived as pressure towards compliance, or enactment of compliance, with the social SDS, potentially compromising sexual autonomy. Together, deviance and compliance (Consequences of the Social SDS) explain why and how the social SDS is maintained. Finally, as opposed to the social SDS, the emergence of a social SSS was considered to be closely related to the rejection, or perceived rejection, of traditional stereotypes and sexual gender roles (Contrary, Oppositional Positions towards SGRS).

4. Discussion

The primary goal of our study was to explore if, and how, Portuguese college students perceive the social SDS to exist and to perpetuate in Portuguese university contexts. This goal was motivated in light of the evidence on the manifestation of the SDS, with its potential to compromise male and female sexual health and well-being, and of the lack of investigation of the social dimension of the standard, despite national and international evidence indicating that the SDS may now be less a reflection of personal acceptance than of individuals' recognition of the standard's social existence and choosing to go along with it. If, as expected, the social SDS was identified in participant's discourses, we intended to develop a comprehensive model of the social SDS, detailing the characteristics of its manifestation and maintenance.

As expected, the social SDS was recognized as a dominant sexual standard, alternating with a social SSS, and justifying the construction of a comprehensive model of the social SDS that also considers the social SSS. Before discussing the model, results about the standard's manifestation and maintenance should be discussed independently, given their relevance to a deep and critical understanding of the social SDS and social SSS, and of the model itself.

In the first place, our results indicate that the social SDS is a strongly-rooted sexual standard that manifests frequently in the evaluation of involvement in casual sexual relationships or involvement with multiple sexual partners. The first observation is consonant with the conclusion of a recent systematic review about the expression of the SDS over the years (Endendijk et al., 2020). The second, however, is somehow, paradoxical, considering our observations, and that of international research (e.g., Garcia et al., 2012) about uncommitted sex being increasingly common among young people.

The “normalization” of casual sex would make one expect a weak expression of the social SDS and a more prevalent number of references to a liberal social SSS but, on the contrary, we found a minor expression of the social SSS (liberal and conservative), suggesting a relative independence between normality of the conduct and the norm used to evaluate it. The liberal, more than conservative, nature of the egalitarian standard, on the other hand, is consonant with the expectation, and aligns with evidence on the simultaneous presence of the SDS and a liberal SSS (Reid et al., 2011, 2015), and, to a lesser extent, with evidence pointing to alternation of the SDS with a conservative SSS and a reversed SDS (Allison & Risman, 2013; England & Bearak, 2014; Kettrey, 2016). In fact, in the present study, a reversed SDS is not identified, while a conservative social SSS is almost limited to the idea of sexually experienced men being, as with sexually experienced women, less desirable for steady relationships. One way the liberal social SSS is observed is in the idea that women’s sexual conduct has become more like what is considered dominant and associated to masculinity. These observations indicate that gender equality has been achieved not only through depenalization of female sexuality, but also through penalization of the male, reminding us that alternative standards may be, like the social SDS, restrictive and punitive.

Secondly, our results indicate that deviance from the prescriptions of social SDS compromise socio-sexual image and reputation, and other sexual and non-sexual dimensions of life (e.g., self-esteem, social integration, desirability as a romantic partner). Compliance, on the other hand, may have costs for sexual autonomy (e.g., inhibition of, silencing of, or unwanted involvement in, sexual experiences). Effects of deviance are extensively demonstrated in the literature (e.g., Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp 2003; Endendijk et al., 2020), while those of compliance are consonant with the results of some international research. There are studies showing that preoccupations with socio-sexual image and reputation may limit or constrain male and female decision-making in casual sexual encounters (Conley et al., 2012; Hess et al., 2015; Rudman et al., 2012), male agency in acceptance or rejection of casual sex and sexual partners (Kalish, 2013), or female disclosure of sexual experience (Farvid et al., 2017), for example. One unexpected result, though, is the high number of references to the consequences faced by men, since the SDS is, by definition, more restrictive and punitive for women than for men. In fact, men are perceived to be strongly pressured to affirm masculinity and sexual reputation – to comply with the social SDS – and to comply with other sexual gender prescriptions, such as stereotypes (e.g., men enact being less emotional than really are).

These reasons cause men to appear to be those at greater disadvantage in terms of sexual autonomy. Lastly, this observation, added to the idea that compliance with traditional masculinity is beginning to come with its own costs (e.g., reputation as “male sluts”, poor desirability for steady relationships), as highlighted here and in other studies (Flood, 2013), make us believe that men may now be caught in a kind of double-bind opposing the traditional social SDS to an alternative, conservative, social SSS.

Based on these first results, we believe that it has been demonstrated the importance of deepening our knowledge of the social SDS; more specifically, of developing a comprehensive model detailing the characteristics of its manifestation and maintenance, which also addresses the emergence of the social SSS.

The model attributes the manifestation of the social SDS to personal and social acceptance of a set of beliefs that define male and female sexuality as each other’s opposite pole. The naturalization of beliefs such as the innate character of high sexual desire in males, or of female emotionality – and the concurrent justification or normalization of male, but not female, active expression of sexuality – are believed to inform and legitimize a differential, unequal sexual standard. This result is not unexpected, finding support in the literature on the SDS (Endendijk et al., 2020). However, an apparent weakening of sexual gender roles, but not of stereotypes, introduces some specificity, raising the hypothesis of being the latter that primarily explain the manifestation of the social SDS in Portuguese university contexts. This weakening of sexual gender roles – together with the discourses of resistance that question the naturalization and normalization of traditional sexual gender roles and stereotypes – casts light on the emergence of an egalitarian social SSS.

Our model attributes maintenance of the social SDS, on one hand, to the recognition that deviance from the prescriptions of the social SDS has costs for various dimensions of human experience, and on the other, to the compliance or enactment of compliance perceived to be needed in order to prove/protect femininity or masculinity and sexual reputation. That is, negative effects such as a poor sexual image and reputation, poor social integration, or diminished value as a romantic partner are perceived to exist for those who deviate from the norm; added to the perceived anticipation of such effects and to the resulting conformity, these negative effects explain why and how the standard is continuously reproduced and perpetuated, in spite of the costs of conformity to sexual autonomy. This particular result is relatively new, and it is our belief that it is one of the most important contributions of the present investigation. In

fact, although there are a reasonable number of studies showing that the (personal and social) SDS may have deleterious effects on sexual and non-sexual experiences, the role that consequences of the social SDS play in the maintenance of the standard has not been addressed in the great majority of research studies. Here, on the contrary, references to consequences were the main emergent theme, explaining why and how the traditional standard is maintained as a social reality, independently of an individual's self-identification with it. This is all the more important because it helps shed some light on why the SDS continued to be a dominant sexual standard over the years even in the face of contradictory information and of the aforementioned costs to male and female sexual autonomy.

No salient gender differences were observed in the perceptions male and female participants had about gender and the SDS, which is in line with the results for the personal SDS (Endendijk et al., 2020). However, some particular perceptions raise the possibility that men and women contribute differently (or specifically) to the manifestation and maintenance of the SDS, and the emergence of the SSS – a possibility that has not been addressed elsewhere. Among these are the references to the idea that women are more critical of each other than men are of women or of other men, and the higher number of references to the social SSS in male groups, suggesting conservatism among females and liberalism among males, respectively contributing to the manifestation of the SDS and the emergence of the social SSS. Likewise, the higher number of references to consequences of the social SDS for men and to the concurrent pressure to comply, or enact compliance, with the SDS and gender prescriptions, suggests that men may be actively contributing to the reproduction and maintenance of the social SDS. These are hypotheses that should be tested in future research.

Two major limitations in the present study concern the substantive nature of the model and the potential for observer bias. The model reflects the perspective of a particular group – young people studying in the cities of Lisbon and Coimbra – with particular characteristics – white and heterosexual. Due to these substantive features, the model may or may not be generalizable to other university groups or contexts and needs to be further validated. Lastly, because there are no results about the personal SDS, the model does not integrate that dimension of the concept, and the challenge for the future is to conduct research on the SDS while keeping the bi-dimensional (personal and social) character of the phenomenon under consideration. Given that our results on the manifestation of the social SDS are not far from what has been observed for the personal

SDS, while results on its maintenance are new, future investigation should pay special attention to the latter; understanding the mechanisms through which the social SDS is perpetuated is essential to act on its deconstruction.

Despite these limitations, if it comes to be proven that the SDS is first and foremost a recognized (but not internalized) social reality, as we believe, this model constitutes a first step toward the development of more complete, detailed models that might broaden and refine our understanding of the phenomenon; in that sense, it responds to the lack of a proper conceptual axis. In the meantime, our results allow us to affirm the presence of the social SDS as a dominant sexual standard in Portuguese university contexts, and as opposed to the social SSS, a relatively new standard that is the product of recent changes in gender discourses. More importantly, results about the consequences of the social SDS – including pressure toward a sense of inhibition, silencing or, on the contrary, exaltation of sexuality – raise the possibility of the social SDS limiting male and female sexual autonomy, and, indirectly, male and female sexual, and general, health and wellbeing. These factors, plus the possibility that alternative standards may be as restrictive and punitive (conservative SSS) as the traditional one, make clear that an important investment has to be made in the comprehension of the social SDS and of the alternative standards, if we want to promote sexual gender equality and, at the same time, a free and positive sexual experience.

From an applied point of view, forming a strategy for deconstruction of the social SDS is all the more important in order to promote sexual equality, freedom, and, by extension, health and wellbeing. The comprehensive model can help to map out sexual health education in the university context, for example by indicating the need to actively question how and why stereotypes are deeply rooted or how compliance with the prescriptions of the SDS is different from deviance, since both have negative consequences. This can be done, for example, in small groups of students moderated by sexual educators. In that protected context young people can be motivated and orientated to adopt critical perspectives concerning socio-sexual gendered discourses and interactions. Likewise, they can be guided to comprehend that few are those who self-identify with traditional gender and SDS prescriptions and that there is no need to comply with them. Finally, university students can be asked to reflect on the diverse alternative sexual standards because sexual freedom, health, and wellbeing can benefit from the deconstruction of the SDS and of the alternative negative sexual standards.

5. References

- Allison, R., & Risman, B. (2013). A double standard for “Hooking up”: How far have we come toward gender equality? *Social Science Research*, 42(5), 1191–1206. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.04.006>
- Armstrong, E., England, P., & Fogarty, A. (2012). Accounting for women’s orgasm and sexual enjoyment in college hookups and relationships. *American Sociological Review*, 77(3), 435-462. <https://doi.org/10.1177/0003122412445802>
- Berkowitz, A. (2011). Using how college men feel about being men and “doing the right thing” to promote men’s development. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinities in higher education: theoretical and practical considerations* (pp. 161-176). Routledge
- Blakemore, J., Berenbaum, S., & Liben, L. (2008), *Gender Development*. Taylor & Francis
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Brickell, C. (2006). The sociological construction of gender and sexuality. *The Sociological Review*, 54(1), 87–113. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00603.x>.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. SAGE Publications
- Chmielewski, J., Tolman, D., & Kincaid, H. (2017). Constructing risk and responsibility: A gender, race and class analysis of news representations of adolescent sexuality. *Feminist Media Studies*, 17(3), 412–425. <https://doi.org/10.1080/14680777.2017.1283348>
- Clarke, M., Marks, A., & Lykins, A. (2015). Effect of normative masculinity on males’ dysfunctional sexual beliefs, sexual attitudes, and perceptions of sexual functioning. *Journal of Sex Research*, 52(3), 327-337. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.860072>
- Conley, T., Ziegler, A., & Moors, A. (2012). Backlash from the bedroom: Stigmata mediates gender differences in acceptance of casual sex offers. *Psychology of Women Quarterly*, 37(3), 392–407. <https://doi.org/10.1177/0361684312467169>

- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research, 40*(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Damme, E., & Biltreyst, D. (2013). Let's talk about sex: Audience research of Flemish teenage television viewers and their view on sexuality. *Journal of Youth Studies, 16*(3), 287–303. <https://doi.org/10.1080/13676261.2012.710744>
- Danube, C., Norris, J., Stappenbeck, C., Davis, K., George, W., Zawacki, T., & Abdallah, D. (2016). Partner type, sexual double standard endorsement, and ambivalence predict abdication and unprotected sex intentions in a community sample of young women. *Journal of Sex Research, 53*(4-5), 601-613. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1061631>
- Eagly, A., Wood, W., & Johannesen-Schmidt, M. (2004). Social role theory of sex differences and similarities. In A. H. Eagly, A. E. Beall & R. J. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 269-291). The Guildford Press.
- Emmerink, P., Vanwesenbeeck, I., van den Eijnden, R., & Bogt, T. (2016). Psychosexual correlates of sexual double standard endorsement in adolescent sexuality. *Journal of Sex Research, 53*(3), 286-297. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1030720>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review, 24*(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- England, P., & Bearak, J. (2014). The sexual double standard and gender differences in attitudes toward casual sex among U.S. university students. *Demographic Research, 30*(Art. 46), 1327–1338. <https://doi.org/10.4054/demres.2014.30.46>
- Esterline, K., & Muehlenhard, C. (2017). Wanting to be seen: Young people's experience of performative making out. *Journal of Sex Research, 54*(8), 1051–1063. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1242111>
- Farvid, P., Braun, V., & Roney, C. (2017). 'No girl wants to be called a slut!': Women, heterosexual casual sex and the sexual double standard. *Journal of Gender Studies, 26*(5), 544–560. <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1150818>
- Fasula, A., Carry, M., & Miller, K. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research, 51*(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>

- Fjær, E., Pedersen, W., & Sandberg, S. (2015). “I’m not one of those girls”: Boundary-work and the sexual double standard in a liberal hookup context. *Gender & Society, 29*(6), 960–981. <https://doi.org/10.1177/0891243215602107>
- Flood, M. (2013). Male and female sluts. Shifts and stabilities in the regulation of sexual relations among young heterosexual men. *Australian Feminist Studies, 28*(75), 95-107. <https://doi.org/10.1080/08164649.2012.758024>
- Frias, A. (2014). Duplo padrão sexual e contraceção nos adolescentes. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, 1*(1), 359–368. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2014.n1.v1.381>
- Garcia, J., Reiber, C., Massey, S., & Merrywether, A. (2012). Sexual hookup culture: A review. *Review of General Psychology, 16*(2), 161–176. <https://doi.org/10.1037/a0027911>
- Gentry, M. (1998). The sexual double standard: The influence of number of relationships and level of sexual activity on judgments of women and men. *Psychology of Women Quarterly, 22*(3), 505–511. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1998.tb00173.x>
- Hackathorn, J., & Harvey, R. (2011). Sexual double standards: Bias in perceptions of cyber-infidelity. *Sexuality and Culture, 15*(1), 100–113. <https://doi.org/10.1007/s12119-010-9082-x>
- Hamilton, L., & Armstrong, E. (2009). Gendered sexuality in young adulthood: Double binds and flawed options. *Gender & Society, 23*(5), 589–616. <https://doi.org/10.1177/0891243209345829>
- Hess, A., Menegatos, L., & Savage, M. (2015). Shaming Jane: A feminist Foucauldian analysis of how college students employ the sexual double standard in peer interventions. *Women’s Studies in Communication, 38*(4), 462–485. <https://doi.org/10.1080/07491409.2015.1085476>
- Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. SAGE Publications.
- Impett, E., & Peplau, L. (2003). Sexual compliance: Gender, motivational and relationship perspectives. *Journal of Sex Research, 40*(1), 87–100. <https://doi.org/10.1080/00224490309552169>
- Jackson, S., & Cram, F. (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology, 42*(1), 113–127. <https://doi.org/10.1348/014466603763276153>

- Jonason, P., & Fisher, T. (2009). The power of prestige: Why young men report having more sex partners than young women. *Sex Roles, 60*(3-4), 151–159. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9506-3>
- Jonason, P., & Marks, M. (2009). Common versus uncommon sexual acts: Evidence for the sexual double standard. *Sex Roles, 60*(5-6), 357–365. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9542-z>
- Jones, D. (2016). The “chasing Amy” bias in past sexual experiences: Men can change, women cannot. *Sexuality and Culture, 20*(1), 24–37. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9307-0>
- Kalish, R. (2013). Masculinities and hooking up: Sexual decision-making at college. *Culture, Society & Masculinities, 5*(2), 147–165. <https://doi.org/10.3149/CSM.0502.147>
- Kettrey, H. (2016). What’s gender got to do with it? Sexual double standard and power in heterosexual college hookups. *Journal of Sex Research, 53*(7), 754–765. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1145181>
- Kreager, D., Staff, J., Gauthier, R., Lefkowitz, E., & Feinberg, M. (2016). The double standard at sexual debut: Gender, sexual behavior and adolescent peer acceptance. *Sex Roles, 75*(7), 377–392. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0618-x>
- Krueger, R. A. (1998). *Developing questions for focus groups*. SAGE Publications.
- Lyons, H., Giordano, P., Manning, W., & Longmore, M. (2011). Identity, peer relationship and adolescent girl’s sexual behavior: An exploration of the contemporary double standard. *Journal of Sex Research, 48*(5), 437-449. <https://doi.org/10.1080/00224499.2010.506679>
- Marecek, J., Crawford, M., & Popp, D. (2004). On the construction of gender, sex and sexualities. In A. H. Eagly, A. E. Bell, & R. J. Sternberg (Eds.), *The Psychology of gender* (pp. 192–216). The Guilford Press.
- Marks, M. (2008). Evaluations of sexually active men and women under divided attention: A social cognitive approach to the sexual double standard. *Basic and Applied Social Psychology, 30*(1), 84–91. <https://doi.org/10.1080/01973530701866664>
- Marks, M., & Fraley, R. (2006). Confirmation bias and the sexual double standard. *Sex Roles, 54*(1-2), 19–26. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-8866-9>

- Marks, M., & Fraley, R. (2007). The impact of social interaction on the sexual double standard. *Social Influence*, 2(1), 29–54. <https://doi.org/10.1080/15534510601154413>
- Marks, M., Young, T., & Zaikman, Y. (2019). The sexual double standard in the real world: Evaluations of sexually active friends and acquaintances. *Social Psychology*, 50(2), 67–79. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000362>
- Marques, N., Vieira, R., & Pechorro, P. (2013). The sexual double standard in a masculine way: A Portuguese transgenerational perspective. *Revista Internacional de Andrología*, 11(4), 138–143. <https://doi.org/10.1016/j.androl.2013.06.001>
- Mascheroni, G., Vincent, J., & Jimenez, E. (2015). “Girls are addicted to likes so they post semi-naked selfies”: Peer mediation, normativity and the construction of identity online. *Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 9(Art.5), 30–43. <https://doi.org/10.5817/cp2015-1-5>
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy*, 20(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Milhausen, R., & Herold, E. (1999). Does the sexual double standard still exist? Perceptions of university women. *Journal of Sex Research*, 36(4), 361–368. <https://doi.org/10.1080/00224499909552008>
- Milhausen, R., & Herold, E. (2002). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 13(2), 63–83. https://doi.org/10.1300/J056v13n02_05
- O'Sullivan, L. (1995). Less is more: The effects of sexual experience on judgments of men's and women's personality characteristics and relationship desirability. *Sex Roles* 33(3-4), 159–181. <https://doi.org/10.1007/BF01544609>
- Papp, L., Hagerman, C., Gnoleba, M., Erchull, M., Liss, M. K., Miles-McLean, H., et al. (2015). Exploring perceptions of slut-shaming on Facebook: Evidence for a reverse sexual double standard. *Gender Issues*, 32(1), 57–76. <https://doi.org/10.1007/s12147-014-91>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21-38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>

- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets. *Journal of Sex Research, 48*(2-3), 149-165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica, 23*(2), 173–185. <https://doi.org/10.14417/ap.80>
- Reid, J., Elliot, S., & Webber, G. (2011). Casual hookups to formal dates: Refining the boundaries of the sexual double standard. *Gender & Society, 25*(5), 545–568. <https://doi.org/10.1177/0891243211418642>
- Reid, J., Webber, G., & Elliot, S. (2015). It's like being in a church and being on a field trip: The date versus party situation in college students' accounts of hooking up. *Symbolic Interaction, 38*(2), 175–194. <https://doi.org/10.1002/symb.153>
- Reiss, I. (1960), *Premarital Sexual Standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Ringrose, J., Harvey, L., Gill, R., & Livingstone, S. (2013). Teen girls, sexual double standards and “sexting”: Gendered value in digital image exchange. *Feminist Theory, 14*(3), 305–323. <https://doi.org/10.1177/1464700113499853>
- Rudman, L., Fetterolf, J., & Sanchez, D. (2012). What motivates sexual double standard? More support for male versus female control theory. *Personality and Social Psychology Bulletin, 39*(2), 250–263. <https://doi.org/10.1177/0146167212472375>
- Rudman, L., & Glick, O. (2008). *The social psychology of gender. How power and intimacy shape gender relations*. The Guilford Press.
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012). Eroticizing inequality in the United States: The consequences and determinants of traditional gender role adherence in intimate relationships. *Journal of Sex Research, 49*(2-3), 168–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Shoveller, J., Johnson, J., Langille, D., & Mitchell, T. (2004). Socio-cultural influences on young people's sexual development. *Social Science and Medicine, 59*(3), 473–487. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2003.11.017>
- Soller, B., & Haynie, D. (2017). Variation in sexual double standards across schools: How do they matter for adolescent sexual behavior? *Sociological Perspectives, 60*(4), 702–721. <https://doi.org/10.1177/0731121416668865>
- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbuch, T. (1991). The effect of current sexual behavior on friendship, dating, and marriage desirability. *Journal of Sex Research, 28*(3), 387–408. <https://doi.org/10.1080/00224499109551615>

- Sprecher, S., Regan, P., McKinney, K., Maxwell, K., & Wazienski, R. (1997). Preferred level of sexual experience in a date or mate: The merger of two methodologies. *Journal of Sex Research, 34*(4), 327–337. <http://www.jstor.org/stable/3813475>
- Sprecher, S., Treger, S., & Sakaluk, J. (2013). Premarital sexual standard and sociosexuality: Gender, ethnicity, and cohort differences. *Archives of Sexual Behavior, 42*(8), 1395–1405. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0145-6>
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. SAGE Publications.
- Young, M., Penhollow, T., & Bailey, W. (2010). Hookup and condom provision: Is there a double standard? *American Journal of Health Studies, 25*(3), 156–164.
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2017). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles, 76*(7-8), 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677>

ESTUDO 4 Estudo exploratório das percepções de estudantes universitários sobre proteção sexual⁴

A investigação mostra que os estudantes universitários heterossexuais ainda se expõem a risco sexual, nomeadamente riscos que dizem respeito ao uso inconsistente do preservativo. Não obstante, em Portugal os estudos estão mais centrados na análise da presença/ausência de comportamentos de risco/proteção e menos nos fatores que os explicam. Foi nosso objetivo explorar as percepções de estudantes universitários portugueses sobre proteção sexual e indagar sobre as suas barreiras e facilitadores, bem como sobre diferenças de género nesta dimensão da saúde sexual. Para o efeito foram dinamizados oito grupos focais compostos por 47 estudantes (64% homens, M = 21.4 anos e DP = 2.9) e os dados analisados qualitativamente.

Os participantes reconheceram que nos relacionamentos ocasionais o uso do preservativo é a norma, apesar de existirem inconsistências. Nos relacionamentos regulares, o uso do preservativo cessa, sendo fraca ou inexistente a comunicação sobre a decisão de deixar de o utilizar, bem como sobre o despiste de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para informar a decisão. Além destas barreiras específicas à proteção sexual, os participantes identificaram outras, gerais, como o facto de a preocupação dos jovens ser, mais do que evitar doenças, evitar a gravidez, o consumo de álcool, o significado (negativo) atribuído ao preservativo e às IST. A informação e o acesso a meios de proteção sexual foram referidos como facilitadores. Barreiras e facilitadores são sobretudo de natureza social, relacional e contextual e o género é entendido como uma provável barreira à proteção sexual de homens e facilitador da proteção das mulheres. Destaca-se a importância de desenvolver programas de educação para a saúde sexual no ensino superior, adaptados às reais dificuldades/necessidades dos estudantes universitário.

Palavras-chave proteção sexual, uso do preservativo, barreiras e facilitadores da proteção sexual.

⁴ Amaro, H.D., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J.A. (2020). Estudo exploratório das percepções de estudantes universitários sobre proteção sexual. *Revista E-Psi*, 9(1), 39-54. <https://revistaepsi.com/2020-ano-9-volume-1/>

An exploratory study of college student's perceptions about sexual protection

Research on sexual protection indicates that heterosexual college students continue to expose themselves to sexual risk, namely risks related to the inconsistent condom use. Despite these findings, in Portugal the studies are more centered in the analysis of the presence/absence of risky sexual behaviors and less in the factors that explain it. We aimed to explore Portuguese college student's perceptions about sexual protection and to investigate its barriers and facilitators as well as the influence of gender in this dimension of the sexual health. To achieve these goals, eight focus groups composed by 47 students (64% men, $M = 21.4$ years e $DP = 2.9$) were conducted. Participants acknowledge that in casual relationships condom use is the norm, although there are inconsistencies. In regular relationships condom use ceases, and there is little or no communication about the decision to stop using it, as well as about the test for Sexually Transmitted Infections (STIs) to inform that decision. Apart from these specific barriers to sexual protection, participants identified more general ones, as the fact that the concern of young people is, more than prevent diseases, to prevent pregnancy, the alcohol consumption and the (negative) meaning attributed to condom and STI. Information and access to means of sexual protection were referred as facilitators. Barriers and facilitators are mainly of social, relational and contextual nature, and gender is perceived as a potential barrier to men's sexual protection and a facilitator of women's protection. Results highlight the importance of developing sexual health education programs in the university context, adapted to the real difficulties/need of college students.

Key-words sexual protection, condom use, sexual protection barriers and facilitators.

Introdução

A sexualidade livre, satisfatória e segura é reconhecida como fonte de saúde e bem-estar e, nos últimos anos, tem sido feito um importante investimento na promoção da saúde sexual, principalmente através da educação sexual (Matos et al., 2014). No entanto, a eficácia da educação sexual em Portugal é questionável, desde logo se tivermos em conta que os jovens, e particularmente os jovens estudantes universitários, continuam a manifestar dificuldades em dimensões da saúde sexual como a proteção (Matos et al., 2012). Por isso, e por ser nesta fase que os jovens “iniciam ou aumentam a exposição a atividades sexuais que envolvem risco” (Alvarez & Oliveira, 2007, p. 185), particularmente no que respeita a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), acreditamos, como Matos e colaboradores (2012), que é fundamental estender a educação sexual ao ensino superior. Para esse efeito é necessário explorar e atualizar continuamente o conhecimento sobre saúde sexual nesta população, objetivo para o qual se espera contribuir com o estudo de uma das suas dimensões – a proteção sexual.

A hipótese de que os estudantes universitários continuam a ser hoje um grupo em risco é, portanto, o primeiro argumento a justificar o nosso objetivo geral e dados recentes oferecem-lhe algum suporte. Por exemplo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, registaram-se, no ano de 2017, em Portugal, 1068 novos casos de infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), dos quais 24% (255 de 1068) foram observados na faixa etária dos 20-29 anos, comumente representada em meio universitário (European Centre for Disease Prevention and Control, WHO Regional Office for Europe, 2018). O relatório do Instituto Nacional Ricardo Jorge confirma que foram diagnosticados, no ano de 2017, 1068 novos caso de infeção pelo VIH, 72% dos quais em indivíduos com idade inferior a 50 anos. A taxa mais elevada de infeção situou-se na faixa etária dos 25-29 anos, sendo a principal forma de transmissão os contactos heterossexuais. Nestes relatórios, os contactos heterossexuais surgem como o principal meio de transmissão do VIH, razão pela qual se realizou o estudo com uma amostra de estudantes universitários portugueses heterossexuais.

São três os objetivos específicos a que nos propomos – conhecer as perceções sobre proteção sexual, em particular pelo uso do preservativo, sobre as suas barreiras e facilitadores e sobre eventuais diferenças de género em termos de risco sexual.

O primeiro objetivo decorre do facto de o uso inconsistente do preservativo, e a concorrente secundarização das IST, continuar a ser hoje, como no passado, um dos

principais fatores de risco sexual entre os estudantes do ensino superior português. Por exemplo, num estudo conduzido com uma amostra representativa da população universitária portuguesa no ano de 2016, 2024 estudantes, 24.7% dos inquiridos afirmou não ter usado método contraceutivo (preservativo e/ou pílula, coito interrompido) na última relação sexual e apenas 40% indicaram já ter feito o teste do VIH (Reis et al., 2017). Os resultados reforçam o já antes revelado por Matos e colaboradores (2012), também com uma amostra representativa da população universitária portuguesa inquirida no ano de 2010. Neste estudo, a maioria apresentou um bom nível de conhecimento sobre VIH/SIDA, intenção de praticar sexo seguro e de ter e utilizar sempre preservativo. Contudo, apenas um terço da amostra indicou ter usado “sempre” o preservativo nos últimos doze meses, e cerca de metade considerou pouco provável fazer e pedir ao/à parceiro/a para fazer o teste do VIH. No seu conjunto, os dados reforçam a ideia de que os estudantes universitários portugueses estão expostos a risco sexual e de que conhecimento e atitudes positivas face à proteção sexual não são suficientes para o seu controlo. Falhas no uso do preservativo têm sido atribuídas, em amostras não representativas da população universitária portuguesa, a fatores de natureza social, relacional ou contextual – desconforto (uso/acesso), confiança na relação regular, impulsividade e nível de ativação sexual, indisponibilidade ou uso de álcool e drogas (Cunha-Oliveira et al., 2009; Ribeiro & Fernandes, 2009). Essa tendência está de acordo com o salientado por Marston e King (2006) numa importante revisão sistemática da literatura sobre os fatores que modelam o comportamento sexual. Os autores defendem que variáveis de natureza social (e.g., barreiras ligadas ao parceiro, ao significado do preservativo ou às normas tradicionais de género) contribuem de forma mais relevante para o uso inconsistente do preservativo do que a “ignorância” e as “barreiras ao acesso”, mas admitem que essas variáveis tendem a ser desvalorizadas na promoção da, e na educação para a, saúde sexual. As observações sobre fatores de risco sexual concorrem, portanto, como argumentos para o estudo do tipo de barreiras/facilitadores da proteção sexual percebidas na experiência (hétero)sexual de estudantes universitários, segundo objetivo deste trabalho. Conhecer estas variáveis, e o modo como elas exercem a sua influência, é fundamental para o desenvolvimento de programas de educação para a saúde sexual, adaptado às reais necessidades dos estudantes universitários portugueses. Uma importante variável a considerar para essa adaptação dos programas diz respeito ao género, dado que a ideia de que a sexualidade de homens e mulheres é diferente pode também determinar o que é barreira/facilitador da proteção sexual para uns e para outros.

Esta hipótese é apoiada pelos resultados da revisão de Fehr et al. (2015), onde os papéis de género são, entre outros, identificados como barreiras ao uso do preservativo. Conhecer a particular influência do género na proteção sexual poderá contribuir para uma maior eficácia dos programas de educação para a saúde sexual (Carvalho, & Alvarez, 2019), e justifica até certo ponto porque se definiu como terceiro e último objetivo do nosso estudo explorar diferenças de género percebidas na proteção sexual. Um argumento adicional na base deste terceiro objetivo diz respeito ao facto de haver pouca investigação sobre o assunto e, a que existe, apontar para a existência de diferenças, nomeadamente de maior vulnerabilidade masculina no que respeita ao risco de infeção pelo VIH e diagnóstico de SIDA (European Centre for Disease Prevention and Control, WHO Regional Office for Europe, 2018) ou no que respeita ao envolvimento em comportamentos sexuais de risco – parceiros extra-relação ou ocasionais, número de parceiros anteriores e relações associadas a álcool e drogas (Reis et al., 2012).

Em síntese, este trabalho parte de investigação empírica que mostra que os estudantes do ensino superior continuam a envolver-se em comportamentos de risco e procura, não só explorar as perceções sobre a proteção sexual no ensino superior, como as perceções sobre os fatores de risco e proteção sexual e sobre as diferenças de género associadas à proteção. Adicionalmente, procura identificar se as barreiras e facilitadores percebidos são, como a investigação tem mostrado, mais de carácter social – discursos sociais sobre (hétero)sexualidade e significado dos relacionamentos, da proteção/preservativo e das IST – relacional – afeto, intimidade, confiança, liberdade, comunicação sexual – e contextual – contexto social, cultural, institucional, académico, situacional – e, em particular o género. Espera-se que os resultados possam contribuir para o corpo de conhecimento sobre proteção sexual e, por extensão, para o desenvolvimento de programas de educação para a saúde sexual no ensino superior.

I. Método

1.1. Participantes

No estudo participaram 47 estudantes universitários a frequentar as Universidades de Lisboa e Coimbra, dos quais 30 (64%) foram homens, com idades compreendidas entre os 18 e os 33 anos ($M_{idade} = 21.4$, $DP_{idade} = 2.9$) e orientação sexual

maioritariamente heterossexual (85.7%). À exceção de um participante que não preencheu os campos relativos a estado civil e experiência em relacionamentos, 46 participantes (97.9%) indicaram ser solteiros e 44 estar ou ter estado envolvidos numa relação íntima (93.6%). No que respeita a habilitações académicas, 40 frequentavam cursos do primeiro ciclo (85.1%) e sete do segundo ciclo (14.9%). Outros seis participantes, dos quais dois homens, participaram no pré-teste do instrumento de recolha de dados.

1.2. Instrumentos

O guião da entrevista incluiu uma questão de introdução (“De que falamos quando falamos de sexualidade?”; “Como definiriam sexualidade?”), uma questão de transição (“Como é vivida a sexualidade no contexto universitário”) e três questões-chave sobre proteção, entre outras que não serão alvo de análise neste trabalho (“Como percebem ser a proteção sexual no contexto universitário, especialmente no que respeita ao uso do preservativo?”; “Que fatores influenciam a proteção/risco sexual?”; “Como percebem ser a proteção sexual de homens e mulheres? Há diferenças/semelhanças no modo como se protegem?”).

1.3. Procedimentos de recolha de dados

Foram conduzidos oito grupos focais – quatro femininos e quatro masculinos – constituídos por um mínimo de dois e um máximo de 11 participantes, e uma duração média de duas horas. Os grupos foram moderados pelo primeiro autor usando, para o efeito, um guião de entrevista semiestruturada. Os objetivos do estudo e as condições de participação foram apresentados aos estudantes de forma presencial (e.g., salas de aula, contextos informais, rede de contactos dos autores) e o consentimento informado obtido antes do início das entrevistas. Relembrou-se, antes do início da discussão em grupo, que esta seria gravada em áudio, mas garantida a confidencialidade, pedindo-se aos participantes que confirmassem a aceitação dos termos da participação. A primeira questão apresentada foi de carácter neutro, visando facilitar a comunicação, à qual se seguiu uma questão de introdução ao tema. Foram depois apresentadas questões específicas, ou “de transição”, sobre a vivência da sexualidade em contexto universitário, a que se associaram as “questões-chave” sobre proteção sexual, complementadas por

pedidos de esclarecimento, especificação ou detalhe (*probes*), informação adicional sobre tópicos em discussão (*follow-ups*) e por questões não planeadas para explorar detalhes (Krueger, 1998). A participação livre foi encorajada, mas por se tratar de um tema sensível, foi pedido aos participantes que partilhassem a sua perceção sobre os temas e não a experiência ou posição pessoal, muito embora o pudessem fazer, caso assim o entendessem.

1.4. Procedimentos de análise

Após a transcrição integral das entrevistas, da sua revisão e leitura repetida procedeu-se à análise qualitativa dos dados utilizando para o efeito o ATLAS.ti (versão 6.0). Apesar de se tratar de uma análise de conteúdo comum (Bardin, 1995; Bogdan & Biklen, 1994), foi conduzida com base nos princípios da Grounded Theory (GT), por se objetivar a integração de dados (exploratórios) numa categoria analítica única, mas abrangente, sobre o tema da proteção sexual. Assim, a análise seguiu as orientações de Strauss e Corbin (1998), com as devidas adaptações e atualizações, mas, em rigor, não dá origem a teoria fundamentada nos dados (GT) porque não se cumprem os pressupostos da amostragem e da saturação teóricas – amostragem alternada com análise que termina quando nova informação deixa de ser produzida (saturação) (Krueger & Casey, 2000; Strauss & Corbin, 1998). Começou-se pela codificação aberta, com identificação das unidades de análise (excertos de entrevista) e dos conceitos nelas presentes e pela atribuição de códigos representativos do significado inscrito nos dados. Nesta fase os códigos foram organizados/agrupados em conceitos mais amplos/abstratos, categorias e subcategorias, tarefa que continuou na fase de codificação intermédia – denominação preferida a codificação axial utilizada por Strauss e Corbin (1998) por não se fazer uso do paradigma da codificação nela preconizado – e durante a qual se associaram algumas categorias menores (leia-se, com baixo nível de abstração) e se procedeu ao estudo das relações entre categorias. Quando se consideraram as categorias suficientemente desenvolvidas e relacionadas passou-se à terceira e última etapa da análise, a codificação seletiva e integraram-se as categorias numa categoria central com elevado poder e capacidade analíticas.

As diferentes fases de codificação foram apoiadas no processo da comparação constante (de dados com dados, dados com códigos, códigos com códigos, códigos com categorias e categorias com categorias e subcategorias), e acompanhadas pela escrita de

memorandos (resultados interpretativos da análise) que suportaram a integração dos conceitos numa categoria central. A análise e construção da categoria central foram conduzidas pelo primeiro autor e a sua validade testada pelos restantes autores, e ainda pela comparação com os dados brutos.

2. Resultados

A partir da análise das respostas sobre proteção sexual chegou-se a uma categoria central designada Proteção Sexual, Barreiras, Facilitadores e Género. Nela incluem-se perceções sobre o uso do preservativo e outros meios de proteção sexual (subcategoria Proteção Sexual Geral), as perceções sobre os fatores que influenciam a proteção sexual, e particularmente o uso do preservativo (subcategoria Barreiras e Facilitadores da Proteção Sexual), e sobre o papel desempenhado pelo género nessa dimensão da saúde sexual (subcategoria Diferenças e Semelhanças de Género na Proteção Sexual).

De acordo com os participantes, os relacionamentos ocasionais são muito comuns no contexto universitário e nesses tende a existir preocupação com a proteção sexual. O uso do preservativo é visto como a regra, mas reconhece-se igualmente a existência de falhas, mais ou menos graves. Já nos relacionamentos regulares a regra inverte-se e, a partir do momento em que a relação se percebe como regular há um “natural” corte com o uso do preservativo, passando a pílula a ser o principal método contraceptivo utilizado.

YG1.: Eu acho que sim (que os estudantes usam comumente ou sempre o preservativo) – YJ3.: Era preferível não, mas tem de ser, é uma coisa que é obrigatória. (...) Quem não tiver preservativos fica em casa!

YY2.: eu acho que a tendência é haver (...) é haver precaução. Se é o *standard* mais alto e o... o *standard* da população portuguesa, eu não acho que seja. Acho que, mesmo assim, não temos a consciência...necessária.

XB1.: se for ocasional e por uma noite, tomam pílula na mesma e o preservativo. Mas se forem namorados chega a uma altura que deixam de usar preservativo.

XII.: quando uma pessoa entra numa relação e na cabeça dela “pronto, isto agora é estável” (...) É estável. E pronto, de repente é estável e já não precisa, e já não é preciso preservativo e “tá tudo bem porque estou numa relação estável”. Eu oiço muito isso, sim.

A proteção pelo uso do preservativo varia pois em função do tipo de relacionamento, com a ocasionalidade a emergir como facilitador, e a estabilidade ou regularidade como barreira ao uso. Parece estar implícita, no discurso dos jovens, a falsa crença de proteção pelo amor, intimidade e exclusividade, que torna o uso do preservativo desnecessário nas relações regulares, o que nos leva a considerar o tipo de relacionamento como barreira/facilitador social mais do que relacional. São os discursos sociais sobre as características e os riscos associados a ocasionalidade e estabilidade que parecem mais influenciar a decisão sobre o uso do preservativo, ao invés do tipo de relação em si mesma.

Nos relacionamentos regulares, concorrem ainda como barreiras específicas à proteção sexual a fraca ou inexistente comunicação/negociação sobre deixar de usar preservativo e sobre a realização do despiste de IST para informar a tomada de decisão. Estas são barreiras de natureza relacional, dado que a justificação dada para as dificuldades de comunicação/negociação se centra, na maior parte das vezes, na ideia de confiança entre parceiros – não se comunica porque se confia e não se comunica porque se receia minar a confiança.

XM3.: sobre... à partida, quando se confia numa pessoa, não se pensa se ela vai poder transmitir doenças ou assim porque pensamos que (...) – XA2.: “a pessoa é perfeita e não me vai fazer nada disso, confio demasiado na pessoa”.

YY1.: acho que não chega ao ponto de falar “olha, da próxima vez já fazemos sem preservativo”. Acho que isso não acontece. Acho que é uma coisa natural; vai acontecendo. Eu vou tendo relações sexuais com aquela pessoa e chega a um ponto que olha aconteceu uma vez sem preservativo, vai acontecer a segunda, vai acontecer a terceira e acabou o preservativo, desapareceu

YA4.: (tirar o preservativo na relação regular) É na base da confiança – J3.: Sim, não, não vamos arrastá-las ao hospital. – A5.: Exato. Se a coisa já está assim tão avançada podia haver uma quebra se pedisse “confio em ti cem por cento, mas amanhã no hospital para fazeres as análises todas”.

Apesar do papel facilitador/barreira dos relacionamentos regulares e ocasionais, os participantes percebem existir falhas nuns e noutros, sendo uma das explicações centrais relativa ao facto de a gravidez ser a principal preocupação dos jovens. O risco de gravidez é sobrevalorizado e o risco de IST é secundarizado nos relacionamentos regulares (e.g., pílula passa a ser o principal método contraceptivo) e nos ocasionais (e.g.,

em caso de indisponibilidade do preservativo, a toma da pílula pode favorecer a decisão de sexo desprotegido). Estas são barreiras sociais e contextuais, ligadas ao significado da gravidez naquele momento do desenvolvimento e aos discursos sociais sobre a prevalência ou a gravidade das infeções sexuais.

XA1.: As pessoas estão mais preocupadas em protegerem-se da gravidez do que das doenças. Ah, as raparigas agora, quase todas as raparigas, ou uma grande maioria toma a pílula e, às vezes, acaba por ser “ah, porque ela toma a pílula não precisas de usar preservativo, qual é, qual o problema?”.

YA3.: Só pensam na gravidez, acho que a grande preocupação (é a gravidez). Eles (universitários) nem pensam nas doenças! É “ah isso não me acontece” (...). “Eu ser pai agora há já aqui um problema enorme”.

Outras barreiras referidas para o uso do preservativo (e para o despiste de IST e VIH) nos relacionamentos regulares, nos ocasionais ou ambos incluíram fatores de natureza pessoal (e.g., impulsividade, desejo de gratificação), relacional (e.g., adoção de crenças irrealistas de proteção no momento da tomada de decisão), contextual (e.g., festas académicas, consumo de álcool) e social (e.g., significado negativo atribuído ao preservativo, a IST e ao seu despiste, embaraço na discussão do tema com profissionais de saúde e receio de resultados positivos, i.e., “estar infetado”).

XI1.: isso do “é só uma vez” acontece (...) – XV1.: sim, é o “não vamos não fazer só por causa disso (...) logo agora que estamos tão perto”.

YY7.: naqueles casos mais pontuais, (...), acho que (o uso do preservativo) depende um bocadinho das circunstâncias (...) das pessoas, porque há pessoas que se preocupam com isso, há outras que não pensam nisso e acontece. E também depende um bocadinho das circunstâncias – do nível de álcool, do nível de entusiasmo na festa, do nível de entusiasmo sexual na altura.

YA3.: muitas vezes (a questão do conforto) pode levar a que “oh pah vamos borrifar nisso”, não vale a pena (usar preservativo) (...) porque é muito melhor para o homem e muitas vezes também é muito melhor para ela.

XR1.: Mesmo que tu saibas até que, pronto, que é praticamente impossível teres alguma coisa, é sempre aquela coisa “fui fazer análises e se vem positivo?!”.

XM4.: acho que os jovens estão muito mais protegidos. Agora, acho que continuam a ser impulsivos como antigamente e se não houver, não há! Paciência!

Por último, houve ainda referência a um conjunto de facilitadores gerais da proteção sexual como, por exemplo, a informação e o conhecimento sobre sexualidade (fatores pessoais de proteção sexual), a educação sexual, o acesso gratuito a consultas, meios de diagnóstico de IST ou métodos contraceptivos como a pílula e preservativo (fatores sociais de proteção sexual). Alguns comentaram mesmo que a exposição ao risco é hoje totalmente injustificada em virtude da diversidade de mecanismos de proteção sexual disponíveis.

YJ2.: as pessoas também têm facilidade de saber que por exemplo, no IPJ há uma médica ginecologista x dias por semana que atende pessoas anonimamente.

XF1.: e eu acho que (...) acho que, hoje em dia, lá está, é ridículo as pessoas não usarem proteção! Até porque, se formos a um centro de saúde, essas coisas são disponibilizadas gratuitamente.

XM1.: se nós, há tanto tempo, ouvimos isso (nas palestras de educação sexual - “tens de usar preservativo senão podes morrer de SIDA” ou “porque senão vais estragar a tua vida com uma gravidez não desejada”) chega a ser estúpido não o fazer.

No que respeita a diferenças de género na proteção sexual os participantes disseram perceber que, no geral, homens e mulheres se protegem e devem assumir iguais responsabilidades na proteção sexual, pese embora alguns ainda tenham aludido a uma divisão genderizada dos papéis (homem responsável pelo preservativo e mulher pela pílula).

XF0.: ah! “isso tem de ser ele (a levar o preservativo)” (...) não! – XM1.: não, isso acho que têm de ser os dois (responsáveis pelo preservativo)! XF0.: há quem pense que “o rapaz é que usa, portanto ele é que tem de comprar (e) outras pessoas pensam “a rapariga tem de comprar porque ela é que vai andar com uma criança (...) se acontecer alguma coisa. Agora, eu acho que é assim... eu vou sair à noite; não tenho namorado; estou, pá (...) se (...) se tiver uma experiência tenho, pronto, estou aberta (...) há essa possibilidade; então, eu vou preparada (responsabilidade individual) para o caso de isso acontecer!

Por outro lado, foram identificadas diferenças no processo de tomada de decisão sobre o uso do preservativo, e o género emergiu no discurso dos jovens como um facilitador e uma barreira social à proteção sexual de mulheres e homens, respetivamente.

Alguns grupos disseram acreditar ser mais fácil um homem, do que uma mulher, ceder à não utilização do preservativo se pressionado(a) pela(o) parceira(a). A mulher assumiria, nesta negociação, um papel dominante, e a sua maior assertividade estaria, de acordo com os participantes, ligada ao facto de haver para si mais custos associados à gravidez (facilitador pessoal e social ligado às responsabilidades biológicas e socialmente determinadas da maternidade). A cedência do homem estaria ligada à impulsividade e à ideia de que o sexo sem preservativo é preferido porque aumenta o prazer/satisfação sexual (barreira social da proteção sexual ligada aos discursos da masculinidade tradicional).

YA4.: Óbvio (que o rapaz cede mais facilmente do que a rapariga à não utilização do preservativo se pressionado pela(o) parceiro. – YJ3.: É fácil (...) – YJ4.: Eu acredito que a mulher tenha mais atenção (ou preocupação com a proteção), tanto no caso de ter o cuidado de andar com o preservativo como depois, no momento exato, de ter também consciência (...) disso (da importância da proteção). – YA5.: Elas têm mais poder em decidir se é com ou sem (...) – YA4.: Lá está, o homem é muito mais carnal. É muito mais impulsivo. Claro que a mulher no momento se calhar até pode ser mais impulsiva do que o homem, quando está ali no momento pode ser tudo ou não, até às vezes acredito que as mulheres sejam mais impulsivas mas no geral, e na maior parte do tempo, é muito mais fácil influenciar um homem do que influenciar uma mulher (...) – YG1.: E também porque tirando as doenças do cenário sobra a parte da gravidez e depois se calhar nunca mais vão falar e ela é que fica ali... – YJ3.: é isso, é isso. Ela é que fica apeada. – YG1.: Ela é que se lixa depois.

Em síntese, no ensino superior encontrou-se uma exposição significativa ao risco sexual, independentemente do tipo de relacionamento – ocasional vs. regular – para a qual contribuiu, em primeiro lugar, a maior preocupação com a gravidez do que com as infeções sexuais. O risco, contudo, pareceu ser maior nos relacionamentos regulares e as barreiras relacionais, particularmente comunicacionais, contribuíram para ele. Barreiras e facilitadores gerais da proteção sexual incluíram fatores pessoais, mas especialmente fatores sociais, relacionais e contextuais, como é o caso do género que poderá concorrer quer como facilitador (mulheres) quer como fator de risco (homens) para a proteção sexual.

3. Discussão

Conclui-se, da análise do discurso de jovens estudantes do ensino superior português sobre proteção sexual, que há maior preocupação e frequência percebidas de uso do preservativo nos relacionamentos ocasionais do que nos regulares. Nos relacionamentos ocasionais o uso inconsistente pode acontecer, mas não é a regra, ao passo que nos regulares a tendência é para que o uso cesse com a duração do relacionamento. Inconsistência e deixar de usar preservativo são justificados, entre outros aspetos, com o facto de a gravidez constituir a principal preocupação dos jovens e de o preservativo ser visto primeiramente como um meio de a prevenir, remetendo para uma secundarização do risco de ISTs. O padrão de proteção sexual parece não ter sofrido grandes alterações ao longo do tempo, e é em muito semelhante ao encontrado em investigação nacional conduzida por Matos e colaboradores (2012) com uma amostra representativa da população universitária portuguesa – intenção de ter, adquirir e usar preservativo mais elevada nos relacionamentos de curta duração do que nas relações de longa duração. Do mesmo modo, diversas investigações internacionais confirmam o mesmo padrão (O’Sullivan et al., 2010; Wang, 2013), com pesquisa recente a mostrar, por exemplo, que indivíduos em relações monogâmicas usam menos o preservativo e percebem enfrentar menos riscos sexuais do que aqueles que se encontram relações não-monogâmicas, mesmo quando ocorrem instâncias de sexo extradiádico entre os primeiros (Swan & Thompson, 2016).

Os relacionamentos regulares parecem pois associar-se à falsa crença de proteção pelo amor, intimidade ou fidelidade podendo admitir-se, como Braun (2013), um ainda forte enraizamento de discursos tradicionais sobre heterossexualidade (e.g., relações românticas são seguras “por natureza” e *condom free*) ou sobre o significado do preservativo (*condom as a killer* do prazer, da intimidade e da espontaneidade) que favorece a decisão de deixar de o usar quando os relacionamentos se percebem como continuados no tempo. Este autor mostra que o sexo sem preservativo é considerado a forma original e ideal do (hétero)sexo e garantia de prazer (*real sex*), crença que o discurso dos nossos participantes também refletiu. Por outro lado, encontramos também a possibilidade de a fraca ou inexistente comunicação sobre deixar de usar o preservativo ou sobre o despiste de IST/VIH constituir uma barreira específica ao uso do preservativo nos relacionamentos regulares. No primeiro caso, a comunicação é considerada desnecessária porque o corte com o preservativo é entendido como um passo “normal”

nos relacionamentos regulares. No segundo, ou não é equacionada ou é inibida porque o tema das ISTs é percebido como difícil ou sensível. Estes resultados vão no sentido do já observado também por Matos e colaboradores (2012). Nesse trabalho vários participantes consideraram ser pouco provável fazer e pedir ao/à parceiro/a para fazer o teste do VIH, sendo as dificuldades em comunicar, negociar ou realizar os testes associadas a desconforto e antecipação de consequência negativas para o relacionamento. Ou seja, a regularidade dos relacionamentos é um fator de risco no que respeita a proteção sexual tal como encontrado em diversas investigações (Braun, 2013; Swan & Thompson, 2016).

Além da regularidade, foram identificadas outras barreiras à proteção sexual (uso do preservativo ou despiste IST/VIH) já descritas em trabalhos anteriores, como, por exemplo, prejudicar a intimidade, a confiança no parceiro, o uso de outros meios contraceptivos, crenças irrealistas de proteção ou o consumo de álcool e drogas (Fehr et al., 2017; Lam & Lekowitz, 2013; O’Sullivan et al., 2010; Peterson et al., 2013). No presente estudo foram identificados como facilitadores a informação, a educação sexual, ou o acesso a meios de diagnóstico e proteção, reconhecendo-se, contudo, que conhecimento não é garantia de proteção, tal como reportado noutras investigações (Fehr et al., 2017; Peterson et al., 2013).

Por último, embora não se tenham reconhecido diferenças de género no que respeita à responsabilização pela proteção sexual, observou-se que o género pode funcionar como barreira à proteção sexual dos homens e como facilitador da proteção sexual das mulheres – homens abdicam mais facilmente do uso do preservativo se pressionados pela parceira. A posição dominante da mulher na tomada de decisão sobre o uso do preservativo não deixa de ser, na nossa opinião, reflexo da tradicional responsabilização pela proteção sexual associada ao argumento do risco de uma gravidez indesejada e dos estereótipos da impulsividade e orientação masculina para o prazer/satisfação sexual. Esta interpretação está de acordo com as conclusões de Oliffe e colaboradores (2012) – a responsabilização das mulheres pelo despiste de ISTs acontece e é tida como necessária dado o “natural” desejo e promiscuidade masculinos. Do mesmo modo, a posição, aparentemente passiva dos homens pode, na verdade, corresponder a um comportamento tradicional masculino de resistência ao uso do preservativo como destacam, por exemplo, Davis et al. (2014). Neste estudo, com uma amostra exclusivamente masculina, os homens indicaram usar uma vasta diversidade de estratégias para evitar o uso do preservativo, podendo essa preferência estar na base do risco.

Apesar de algumas limitações, como seja o número de participantes, a não utilização de uma amostragem teórica e ainda o facto de estarem apenas representadas duas cidades universitárias, podemos afirmar serem diversos os fatores de natureza social, relacional e contextual que concorrem como barreiras e facilitadores da proteção sexual, e que o género é um desses fatores, o que está, em certa medida, de acordo com os resultados apurados na revisão da literatura de Fehr e colaboradores (2015) sobre barreiras ao uso do preservativo (e.g., dinâmicas relacionais, perceção de risco e papéis de género). Não deixamos de nos surpreender com o facto das barreiras e facilitadores ao uso do preservativo manterem-se praticamente inalterados desde os primeiros estudos realizados sobre o assunto (e.g., Hammer et al., 1996; Misovich et al., 1997).

A perceção de existência de risco sexual justifica pois que se aposte no desenvolvimento de programas de educação para a saúde sexual no contexto do ensino superior. Por outro lado, o menor poder de influência do conhecimento e a natureza das barreiras e facilitadores da proteção sexual aponta um sentido na compreensão da ineficácia da educação sexual e, simultaneamente, um caminho para uma adequada adaptação ao ensino superior. Os programas a desenvolver neste contexto devem ter em conta as características e necessidades dos estudantes universitários e orientar-se para o desenvolvimento de competências para fazer frente às particulares barreiras à proteção sexual experimentadas.

4. Referências

- Alvarez, M. J., & Oliveira, M. (2007). Programa de prevenção do HIV/SIDA para estudantes universitários: um estudo piloto. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 183-211. <http://hdl.handle.net/10451/11039>
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.
- Braun, V. (2013). 'Proper sex without annoying things': Anti-condom discourse and the 'nature' of (hetero)sex. *Sexualities*, 16(3-4), 361-382. <https://doi.org/10.1177/1363460713479752>
- Carvalho, T., & Alvarez, M.-J. (2019). O uso do preservativo em jovens heterossexuais masculinos: Estudo dos seus preditores e de uma intervenção online adaptada a diferentes estádios de mudança. In M.-J. Alvarez, A. M. Veiga Simão, J. A.

- Ferreira, & E. Santos (Eds.), *Psicologia Educacional: Investigação e Intervenção em Portugal* (Vol. 1, pp. 295-324). Coisas de Ler.
- Cunha-Oliveira, A., Cunha-Oliveira, J., Pita, J. R., & Cardoso, S. M. (2009). O que se diz sobre VIH/SIDA e suas repercussões na prática preventiva dos jovens. In J. Bonito (Ed.). *Educação para a saúde no século XXI – teorias, modelos e prática* (pp. 957-972). Universidade de Évora.
- Davis, K., Schraufnagel, T., Kajumulo, K., Gilmore, A., Norris, J., & George, W. (2014). A qualitative examination of men's condom use attitudes and resistance: "it's just part of the game". *Archives of Sexual Behavior*, 43(3), 631-643. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0150-9>
- European Centre for Disease Prevention and Control, WHO Regional Office for Europe (2018). *HIV/AIDS surveillance in Europe 2018 – 2017 data*. WHO Regional Office for Europe.
- Fehr, S., Vidourek, R., & King, K. (2015). Intra- and Inter-personal barriers to condom use among college students: A review of the literature. *Sexuality & Culture*, 19(1), 103–121. <https://doi.org/10.1007/s12119-014-9249-y>
- Fehr, S., Vidourek, R., King, K., & Nabors, L. (2017). Perceived barriers and benefits of condom use among college students. *American Journal of Health Studies*, 32(4), 219-233. <https://doi.org/10.47779/ajhs.2017.80>
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., & Equipa Aventura Social. (2012). *Saúde sexual e reprodutiva dos estudantes do ensino superior. Relatório de estudo – dados nacionais de 2010*. Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, FMH/Universidade Técnica de Lisboa.
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., Ribeiro, J. P., & Leal, I. (2014). Educação sexual em Portugal: Legislação e avaliação da implementação nas escolas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 335-355. doi: <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150203>
- Hammer, J., Fisher, J., Fitzgerald, P., & Fisher, W. (1996). When two heads aren't better than one: AIDS risk behavior in college-age couples. *Journal of Applied Social Psychology*, 26(5), 375-397. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1996.tb01855.x>
- Krueger, R. (1998). *Developing questions for focus groups*. SAGE Publications.
- Krueger, R., & Casey, M. (2000). *Focus groups – a practical guide for applied research*. SAGE Publications.

- Lam, C. B., & Lefkowitz, E. S. (2013). Risky sexual behaviors in emerging adults: Longitudinal changes and within person variations. *Archives of Sexual Behavior*, 42(4), 523–532. <https://doi.org/10.1007/s10508-012-9959-x>
- Marston, C., & King, E. (2006). Factors that shape young people’s sexual behaviour: A systematic review. *The Lancet*, 368(9547), 1581-1586. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69662-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69662-1)
- Misovich, S., Fisher, J., & Fisher, W. (1996). The perceived AIDS-preventive utility of knowing one’s partner well: A public health dictum and individuals’ risky sexual behaviour. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 5(2), 83-90. https://opencommons.uconn.edu/chip_docs/27
- Oliffe, J., Chabot, C., Knight, R., Davis, W., Bungay, V., & Shoveller, J. (2012). Women on men’s sexual health and sexually transmitted infections testing: A gender relations analysis. *Sociology of Health and Illness*, 35(1), 1-16. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.2012.01470.x>
- O’Sullivan, L., Udell, W., Montrose, V., Antonello, P., & Hoffman, S. (2010). A cognitive analysis of college students’ explanations for engaging in unprotected sexual intercourse. *Archives of Sexual Behavior*, 39(5), 1121–1131. <https://doi.org/10.1007/s10508-009-9493-7>
- Peterson, Y., Johnson, M., Hutchins, M., & Florence, C. (2013). Reported condom use among students enrolled in a personal health and wellness course. *The Health Educator*, 45(2), 13-19. ISSN-8756-5943.
- Reis, M., Ramiro, L., Matos, M., & Diniz, J. (2012). Os comportamentos sexuais dos universitários portugueses de ambos os sexos em 2010. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 30(2), 105 –114. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2012.12.001>
- Reis, M., Gaspar de Matos, M., & Equipa Aventura Social (2017). *Comportamentos de saúde dos jovens universitários portugueses. Relatório do estudo – Dados nacionais de 2016*. Aventura Social/ FMH/ ULisboa.
- Ribeiro, M., & Fernandes, A. (2009). Comportamentos sexuais de risco em estudantes do ensino superior público da cidade de Bragança. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10(1), 99-113. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Swan, D., & Thompson, S. (2016). Monogamy, the protective fallacy: Sexual versus emotional exclusivity and the implication for sexual health risk. *Journal of Sex Research*, 53(1), 64–73. <https://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003771>

- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. SAGE Publications.
- Wang, X. (2013). The role of attitude functions, efficacy, anticipated emotions, and relationship status on college students' condom use intentions. *Journal of Sex Research*, 50(7), 704-714. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.687411>

ESTUDO 5 Sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard in sexual satisfaction among Portuguese college students: An exploratory study⁵

Research on sexual satisfaction in Portugal is still limited; what exists, however, highlights barriers preventing optimal realisation of this dimension of sexuality and sexual health. Physical and relational barriers have been consistently evidenced, whereas social and cultural barriers have been less studied. Using focus groups, we aimed to explore perceptions of Portuguese college students ($N = 47$) about sexual satisfaction – more specifically, about gender differences and about how sexual gender roles and stereotypes and the Sexual Double Standard may influence sexual satisfaction. We found that sexual satisfaction is perceived to be suboptimal, especially for women in casual sexual relationships, and that the differences are attributed by both male and female to the constraints imposed by sexual gender roles, sexual gender stereotypes, and the sexual double standard. Deconstructing these socio-sexual beliefs is needed in order to achieve a higher, egalitarian level of sexual satisfaction and to promote sexual health.

Key-words sexual satisfaction, sexual gender roles and stereotypes, sexual double standard, college students.

⁵ Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2022). Sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard in sexual satisfaction among Portuguese college students: An exploratory study. *Psychology & Sexuality, 13*(5), 1350-1365. <https://doi.org/10.1080/19419899.2022.2039271>

Papéis e estereótipos sexuais de género e o duplo padrão sexual na satisfação sexual de estudantes universitários Portugueses: um estudo exploratório

A investigação Portuguesa sobre satisfação sexual ainda é limitada; mas a que existe aponta para a existência de barreiras à ótima realização desta dimensão da sexualidade e da saúde sexual. Barreiras físicas e relacionais têm sido consistentemente destacadas, ao passo que barreiras sociais e culturais têm vindo a ser menos estudadas. E o nosso objetivo foi o de explorar, usando grupos focais, as perceções de estudantes universitários Portugueses ($N = 47$) sobre satisfação sexual – e mais especificamente sobre diferenças de género e sobre o modo como papéis e estereótipos sexuais de género e o Duplo Padrão Sexual podem influenciar a satisfação sexual. A satisfação sexual é vista como não sendo ainda ideal, especialmente para mulheres em relações sexuais ocasionais, com as diferenças a ser atribuídas tanto por homens como por mulheres aos constrangimentos impostos por papéis, estereótipos de género e duplo padrão sexual. E a desconstrução de tais crenças sócio sexuais afigura-se fundamental para conseguir uma satisfação sexual mais alta e mais igualitária e assim promover eficazmente a saúde sexual.

Palavras-chave satisfação sexual, papéis e estereótipos sexuais de género, duplo padrão sexual, estudantes universitários.

Introduction

Sexual satisfaction is considered a key factor in individuals' physical and psychological health and wellbeing (Sánchez-Fuentes et al., 2014), being defined as the emotional response that results from subjective assessment of the positive and negative dimensions of one's sexual relationships (Lawrance & Byers, 1995). Pascoal et al. (2014) add some specificity to the definition of the concept for the Portuguese population, the population under study in the present work. They observe, firstly, that the 'lay' definition of (hetero)sexual satisfaction is linked to positive sexual experiences, rather than the mere absence of conflicts or dysfunction. Secondly, it is composed of a personal dimension (e.g., pleasure) and of a relational one (e.g., mutuality). Portuguese research on sexual satisfaction is in line with this lay definition, indicating that factors such as sexual (dys)function and relational characteristics may influence satisfaction in a positive manner (as a facilitator or protective factor) or negatively (as a barrier or risk factor) (e.g., Pascoal et al., 2019; Peixoto et al., 2018). However, the still-low number of studies and their characteristics – aim, design, type of results – impose limitations on the conclusions about sexual satisfaction in Portuguese society. Among these are conclusions concerning the influence of social factors like gender, understood as a shared belief that men and women are different. There is only little evidence on differences/similarities between male and female sexual satisfaction, and further investigation is needed.

In a study conducted with a representative sample of the university population (Matos et al., 2012), most students described their romantic relationships as being very sexually satisfactory, while a minority considered sexual satisfaction to be moderate or low. However, the study did not inquire about gender differences, nor about satisfaction in uncommitted relationships. Other quantitative work developed with college students and college-age groups of the general population showed that sexual functioning (e.g., sexual desire, lubrication/erectile function) was a predictor of sexual satisfaction (Peixoto et al., 2018), and that premature ejaculation in men and low sexual desire in women were among the main difficulties experienced by young people (Peixoto & Nobre, 2015; Quinta-Gomes et al., 2011; Quinta-Gomes & Nobre, 2014). Dynamic or relational predictors of sexual satisfaction were also identified in quantitative research conducted with female (Carvalheira & Leal, 2008) and male (Carvalheira & Costa, 2015) samples from the general population, with cisgender heterosexual individuals in committed relationships (Pascoal et al., 2019), and with mixed-sex couples (Pascoal et al., 2018).

Specifically, the studies showed that sexual satisfaction was predicted by interpersonal factors in women, by relational intimacy in men, and by both male and female expression of feelings and sexual functioning, but there were also some important limitations. Except for Peixoto et al. (2018) and Pascoal et al. (2019) finding no gender differences in sexual satisfaction/functioning, most of these studies did not report on the level of sexual satisfaction, or else they did not report on gender differences or similarities. In any case, the representation of single and/or noncommitted individuals was relatively low in all of them. Finally, in a study conducted with a sample from the general population using a mixed-model approach (Alarcão et al., 2015), sexual intercourse and sexual and emotional involvement were considered conditions for sexual satisfaction, with no gender differences observed. Men, however, proved to be more genitally-focused than women and more satisfied with their relationships, while women were more likely to comply with a partner's desire for sex.

In sum, the research points to a certain equivalence in the facilitators and barriers of satisfaction for men and women. Nevertheless, it remains far from providing a complete picture of sexual satisfaction in Portugal, one that would detail the influence of social and cultural variables such as gender and the presence of gender differences and similarities in more- and less-committed relationships. Besides the low number of studies, the over-reliance on quantitative designs and standardised global measures may provide a less thorough understanding of sexual satisfaction and its relation with gender, the study developed by Alarcão et al. (2015) offering a good example of this assumption. Although it did not show gender differences in sexual satisfaction, the combination of quantitative and qualitative methods shed light on the coexistence of more liberal/egalitarian and more conservative/genderized positions in the representation and experience of sexuality. Likewise, conclusions on this topic are more obscure in research that includes same-sex samples or that has a strong representation of individuals in committed heterosexual relationships. In summation, the limitations of the existing research indicate the importance of further investigation of sexual satisfaction and its relation with gender in Portuguese society. They also indicate the importance of conducting studies among groups where casual relationships are common, as is the case with college students (Alvarez, Pereira et al., 2021), using mixed groups and qualitative methods. It is therefore our objective to analyse Portuguese university students' perceptions about sexual satisfaction and facilitators or barriers to it, as well as similarities and differences

between male and female sexual satisfaction, taking note of the role of sexual gender norms to explain those perceptions.

A. Gender and sexual satisfaction

Research has shown that factors of personal and relational nature (e.g., health, sexual functioning, communication, assertiveness) can favour or limit the sexual satisfaction of both men and women. However, there is still only weak or inconsistent evidence on the role of gender, with more studies pointing towards similarities than towards gender differences in sexual satisfaction (Pascoal et al., 2014; Sánchez-Fuentes et al., 2014). This inconsistency is not totally unexpected, though. Two important meta-analyses on gender and sexuality (Petersen & Hyde, 2010, 2011) indicated that male and female sexuality was more similar than dissimilar, but that gender differences still manifested themselves for particular sexual attitudes and behaviours, such as male sexual permissiveness and casual sex. In their 2011 work, these authors attributed the differences to conformity with sexual gender roles and sexual gender stereotypes. The former term refers to the set of expectations about traits and appropriate behaviour of men and women; the latter refers to the set of descriptive and injunctive norms that specify the qualities that differentiate men from women and specify the desired behaviours for each sex (Eagly et al., 2004). Stereotypes include the belief that men have greater desire and are oriented towards themselves and physical gratification, whereas women are oriented towards the relationship and affective gratification (Fasula et al., 2014; Sanchez et al., 2012a). The sexual gender role for men has them expected to be the active agents of heterosexual, initiating, conducting, and controlling interaction (and satisfaction). Women are expected to be the passive subjects, complying with their partners' desire and pursuit of sexual interaction, yet being active in contributing to their partners' satisfaction, in being responsible for controlling male advances (gatekeeping), and in guarding against sexual risks (Fasula et al., 2014; Sanchez et al., 2012a). Conformity to these socially shared beliefs would assure protection from negative judgements and stigmatisation or would serve as a source of social reward/recognition, which would explain the observed differences in (hetero)sexual relationships, despite the costs to the spontaneity and freedom that are necessary for a satisfying sexual experience (Eagly & Wood, 2013; Fasula et al., 2014; Petersen & Hyde, 2011; Sanchez et al., 2012a). However, the non-observation of gender differences in sexual satisfaction, as evidenced in diverse research (Sánchez-Fuentes et al., 2014), does not mean that the

influence of sexual gender roles and stereotypes has been nullified, and the work of Sánchez-Fuentes et al. (2016) is a good example of this assumption. On one hand, these researchers showed no significant gender differences in a prediction model of sexual satisfaction. On the other, they highlighted the potential of traditional gender roles to explain why assertiveness and positive (liberal, less gendered) sexual attitudes were direct predictors of female sexual satisfaction and indirect predictors of male sexual satisfaction, mediated by relational satisfaction (assertiveness) and sexual functioning (attitudes). Specifically, the assertiveness necessary for rejecting sexual relations is part of the traditional female role as gatekeeper of sexual interaction. By contrast, this particular type of assertiveness is not part of the traditional male role that depicts the ‘real men’ as always ready for sex. In the same vein, positive attitudes would free women from sexual passivity and men from the pressure to prove their masculinity through sexual performance as prescribed by the traditional roles.

To understand the influence of gender on sexual satisfaction, we need to understand if and how stereotypes and roles interfere in this dimension of sexuality, the latter being much more researched at present. For example, quantitative research conducted mainly with US college students has evidenced that women’s sexual passivity and submissive behaviour constitutes a barrier to sexual satisfaction. It predicts lower sexual satisfaction (Kiefer & Sanchez, 2007) and poor sexual functioning (Kiefer et al., 2006) among women, and it is negatively associated with male and female sexual satisfaction when partners’ dominance is not desired by women (Sanchez et al., 2012b). This justifies the study of the impact of gender roles on sexual satisfaction. Other studies have also highlighted that personal preferences consonant with gender roles, such as men’s identification with traditional masculinity (Daniel & Bridges, 2013) or women’s motivation to satisfy their partner (Tirone & Katz, 2020), can mitigate the negative effects of conformity with traditional sexual roles and favour sexual satisfaction and desire. However, these are exceptional results compared with those highlighting the existence of conformity without personal identification. Such conformity could be explained by the desire to preserve one’s social and sexual image/reputation, leading us to the concept of the sexual double standard (SDS). The SDS is a norm informed and legitimised by the traditional stereotypes and gender roles that may influence the satisfaction of men and women, and so explain potential differences or asymmetries in this dimension of sexuality (Amaro et al., 2021; Sanchez et al., 2012a).

B. The sexual double standard and sexual satisfaction

The SDS defines a differential standard for assessing sexual conduct that is more permissive towards male sexuality and more restrictive towards female sexuality (Reiss, 1960). The SDS teaches men that sexuality is the key to masculinity, and it teaches women that sexuality should be minimised and controlled, sanctioning deviance and rewarding compliance (McCarthy & Bodnar, 2005). Various reviews (Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020) indicate that, despite evidence of its weakening, the SDS has manifested itself consistently over the years, in situations ranging from premarital sex, in the past, to casual sex and multiple partners, in the present. Active, experienced women are derogated, for example, while men that exhibit the same kind of sexual expression gain sociosexual status. The most recent review also highlighted that what has weakened is the personal acceptance of the standard (personal SDS), not its social existence (social SDS). This perspective resembles the already ‘classic’ claim on the part of Marks and Fraley (2005) in response to the idea of the SDS being a cultural illusion, and has been updated in recent research. Some studies have pointed to the disappearance of the personal SDS, it being supplanted by egalitarian standards (e.g., Harvey et al., 2020), while others have indicated that personal, conscious rejection of the SDS may coexist with an implicit (non-conscious, automatic) endorsement of the standard (Thompson et al., 2020) and the recognition of its social existence (Amaro et al., 2021).

The SDS thus appears to be a still-entrenched norm that can enforce conformity with its prescriptions and with the underlying stereotypes and gender roles, interfering with satisfaction or other dimensions of men’s and women’s sexual experience and health (Fasula et al., 2014; Sanchez et al., 2012a). This has been documented in quantitative and qualitative research studies conducted in Western countries and with college students. Some concluded that the impact of the SDS on sexual satisfaction could be observed in the association of female masturbation with stigma (Kaestle & Allen, 2011). Others considered it to be present in the questioning of women’s right to sexual pleasure in casual relationships (Armstrong et al., 2012). And still others evidenced it in the association between the endorsement of the SDS and the sense of entitlement to partner-induced sexual pleasure among adolescent boys, but not girls, who also experienced less entitlement to self-induced sexual pleasure (Emmerink et al., 2016). Beyond this, the SDS and gender expectations seem to produce a disempowered and potentially harmful masculinity, visible in the conformity with external (peer) control of decisions about

casual involvements, choice of partners, and how the sexual relationship is conducted (Kalish, 2013). It is also visible in acceptance of these gendered norms being associated with having a higher number of partners (Soller & Haynie, 2017) and with dysfunctional attitudes and sexual disinhibition (Clarke et al., 2015). These studies are thus demonstrative of the negative impact the SDS has on sexuality, but they offer limited conclusions regarding its role as a determinant of gender differences in sexual satisfaction (e.g., using samples that were female or male only). Taking the contributions and limitations together, there is justification for studying this standard in relation to sexual satisfaction; in view of the evidence pointing to the weakening of the personal SDS, the social SDS should be the focus of future research. This particular direction is all the more justified given the results of Portuguese research on the SDS. Despite being limited, investigation in this country has indicated that college students, as well as young and adult people from the general population, recognise not only the existence of the social SDS (e.g., in evaluation of casual sex and multiple sexual partners), but also the consequences of deviance and the ‘inevitability’ of conformity (e.g., inhibition of sexual interactions or activities) in order to protect masculinity, femininity, and sexual reputation (Amaro et al., 2021; Neves, 2016; Ramos et al., 2005). However, no relationship was found between the SDS and sexual satisfaction in the only study that explored the variables in a male sample (Marques et al., 2013).

In sum, research shows that the SDS and gender roles seem to exert a negative influence on sexual freedom and satisfaction, and they are sources of imbalance in the heterosexual relationship. This reinforces the relevance of the present work, which explores the perceptions of Portuguese university students about the existence of gender differences in sexual satisfaction with the objective of understanding whether these are explained by the influence of sexual gender roles or stereotypes and of the SDS. The existing research also supports our initial arguments for the choice of population and sample for this study, as well as for the methodological option. A factor contributing to the choice of Portuguese university students is that much of that existing research has been produced with similar samples in Western societies, but the Portuguese population is poorly represented. Secondly, investigation with this sample is justified by the frequent manifestation of the SDS in the assessment of casual relationships, by the weak representation of these relationships in Portuguese research on sexual satisfaction, and by the increasingly normalised expression of these relationships among young Portuguese (Alvarez, Pereira et al., 2021). Thirdly, the study of college students may bring specificity

to the understanding of sexual satisfaction in Portuguese society, since the university years represent particular moments and contexts of development which may grant contours to the experience of sexuality that are somewhat different from those which have been traced for the general population (e.g., the prevalence of casual relationships). The decision to use qualitative methods follows from the observation of complex relations between gender roles and stereotypes, the SDS, and sexual satisfaction. Relations are in some cases more ‘silent’, i.e. not expressed in the form of significant gender differences, and in other cases more variable, i.e. gender-specific and with outcomes that vary according to factors such as personal identification. Understanding these less obvious cases would require the type of deeper exploration that this methodology is suited to (Frith, 2000).

Developed along these lines, this study aims to contribute to the knowledge about sexual satisfaction and gender inequalities in heterosexual relationships and to help complete the more general picture of the influence of gender in Portugal. This influence is still felt in the socialisation processes at work in early childhood (e.g., children’s books about being a boy/girl) and in the asymmetries present in life contexts such as work or the home, despite the fact that egalitarian discourses are already strongly expressed (Schouten, 2019). The present study may also help clarify to what extent gender differences exist and are in common with those observed in other Western societies, or whether, on the contrary, they have some degree of cultural specificity.

I. Materials and methods

1.1. Participants

The participants in the study were 47 white Portuguese university students between 18 and 33 years of age ($M = 21.4$ years, $SD = 2.9$) and sexually active, of whom most were heterosexual (85.7%), and of whom 30 (64%) were men, attending large Universities in two urban regions of Portugal. In terms of academic qualifications, 40 were undergraduates (85.1%), and seven were graduate students (14.9%). Six psychology undergraduates, of whom two were men (33%), participated in the pilot study, which tested the clarity and comprehensibility of the questions that the data collection instrument was made up of.

1.2. Procedure

Recruitment took place in classrooms and in informal academic contexts. The aims of the study and the conditions of participation were presented, and those interested in participating filled out a form consenting to future contact to be informed about logistical issues (e.g., date, place). Before the interview began, a summary of the study was presented, informed consent was obtained, and confidentiality was guaranteed (destruction of the audio recordings after transcription). The study was approved by the ethics committees of the institutions involved.

Eight focus groups were formed – four with women and four with men – consisting of a minimum of two and a maximum of 11 participants, with an average duration of two hours. The groups were moderated by the first author using a semi-structured interview script.

1.3. Material

The semi-structured interview guide, developed in accordance with the Krueger (1998) orientation, was designed to explore perceptions about the sexual experience of Portuguese college students; among other themes discussed elsewhere, it sought to analyse how sexual satisfaction was represented by a sample of university students. The interview script included an initial question of neutral character in order to facilitate communication, followed by a question to introduce the theme of sexuality ('What do we talk about when we talk about sexuality?'). Among the 'transitional' questions, one was designed to gather information about students' perceptions on sexual satisfaction, and another addressed the factors that can promote or limit it ('To what extent do you perceive Portuguese university students to be sexually satisfied?'; 'Which factors do you perceive to facilitate or to limit sexual satisfaction among Portuguese university students?'). These were followed by 'key questions' that sought detailed information about students' perceptions on gender differences and on the factors explaining the greater or lesser sexual satisfaction of males vs. females (e.g., 'Do you perceive that differences exist between male and female sexual satisfaction?'; 'Which factors do you perceive to facilitate or limit male and female sexual satisfaction?'). Key questions were complemented by requests for clarification or specification ('probes'), by requests for

additional information on the topics being discussed ('follow-ups'), and by 'unscripted questions' seeking to explore details as they arose.

All three were used mainly to deepen our comprehension about the influences that relationship type and social and cultural beliefs have on sexual satisfaction. Participants were never asked to share their personal experiences, although they were free to do so if they wished.

1.4. Analysis procedures

The interviews, conducted in Portuguese, were transcribed, analysed, and codified, initially by the first author, then in a second pass by the first and second authors. The first author continued the analysis through the integration of the codes into the categories and subcategories, while the second and third authors evaluated the clarity and coherence of these, acting as consultants in the analytical process.

Analysis followed the principles of Grounded Theory (GT) as set forth by Strauss and Corbin (1998), with the appropriate adaptations. This methodology is normally used to assist theory construction based on data, but it is adequate to comprehend and frame any given reality through the analysis and integration of specific representations. We began by identifying the units of analysis – interview excerpts referring to any dimension of sexual satisfaction, differences, similarities, and gender norms – and the concepts present in them. As many specific codes as needed were assigned in parallel to each unit to represent the meaning found in the data (e.g., level of sexual satisfaction, existence/absence of gender differences, contextual facilitators of sexual satisfaction, sexual communication, gender differences in masturbation). The initial pool of codes was revised by the first and second authors, seeking agreement on the adequacy and aptness of the codes vis-à-vis the interview quotations they were meant to capture, as well as agreement on duplication of codes and their potential association under new codes, with consensus reached through discussion. In the second phase of analysis, various codes were grouped into broad abstract concepts – categories (e.g., barriers of sexual satisfaction, arguments for gender differences) and subcategories (e.g., natural/behavioral/social arguments for gender differences) – by the first author and revised by the second and third authors. After consensus was reached through discussion, narrower (less abstract) categories and subcategories were added, and relations between them studied until they appeared to be sufficiently developed and related as to represent a

given reality (e.g., satisfaction, facilitators and barriers; satisfaction, gender, and SDS) or to represent a theoretical concept well established in the literature (e.g., sexual gender roles, sexual gender stereotypes, the sexual double standard). In a final analytical stage, categories and subcategories were integrated into a single core category whose definition encompasses a globally integrated representation of the data (e.g., sexual satisfaction in the university context). Appendix 1 gives examples of the three steps of coding – initial, intermediate, and final coding – that preceded the establishment of the core category.

Analysis was assisted by software specifically designed for the use of GT (ATLAS.ti version 6.0) that allows free manual coding of data as well as exploration of relations among codes, categories, and subcategories. For example, through the use of Boolean operators it is possible to answer questions such as how frequently two codes are applied in the same quotation and how frequently they are exclusive, helping to reveal any meaningful association between them. The software allows the researcher to register thoughts about the data or data analysis in memos, or to create schematic representations of relations observed among the categories and subcategories or codes.

2. Results

Our analysis of the discourse on sexual satisfaction, gender differences, and influencing factors led to the definition of the core category as Sexual Satisfaction in the University Context, composed of two categories (Table 1). One, Sexual Satisfaction, Facilitators and Barriers, included perceptions of the degree of sexual satisfaction of young people in the university context and of the factors that facilitate or hinder access to it. The other, Sexual Satisfaction, Gender, and SDS, included perceptions about gender differences and similarities in sexual satisfaction, as well as about social and cultural factors that explain a greater or lesser degree of sexual satisfaction in university men and women. Included in this latter category were three subcategories corresponding to the arguments that justified gender differences (or similarities) in sexual satisfaction: Sexual Gender Stereotypes (SGS), Sexual Gender Roles (SGR) and Sexual Double Standard (SDS).

Excerpts of young people's discourse were identified as coming from women's (XG) or men's (YG) groups, with the number of the focus group plus the individual participant identified by a second letter and number pair.

Table 1 Definition of categories and subcategories

Core Category			
Sexual satisfaction in the university context			
Categories and subcategories	Sexual Satisfaction, Facilitators and Barriers	Level of sexual satisfaction and factors that may promote or limit satisfaction	
	Sexual Satisfaction, Gender, and SDS	SGS	Men are more sexual, more oriented towards themselves and their own sexual gratification. Women are more emotional and oriented towards the other and affective, relational gratification
		SGR	Men are sexually experienced and active, taking the initiative, driving and dominating sexual interactions. Women are sexually inexperienced and passive, waiting for men to initiate, drive, and be dominant in sexual interactions.
		SDS	A differential standard for assessing sexual conduct, allowing more freedom to men and penalizing women more for engaging in the same type of sexual behavior.

(SGS – Sexual Gender Stereotypes; SGR – Sexual Gender Roles; SDS – Sexual Double Standard)

2.1. Sexual satisfaction, facilitators and barriers

In general, the participants found it difficult to anticipate the degree of sexual satisfaction among university students, arguing that it ‘will always depend on the stage of your experience and maturity’ (XG4_M1). Nevertheless, the responses revealed a tendency to perceive the degree of sexual satisfaction as not being optimal: ‘there is still a lot of potential for [students] to be more satisfied’ (YG6_B2). This tendency was attributed to the absence of protective factors, and the presence of risk factors that more directly hinder access to sexual satisfaction in itself. Some indicated that students could be more sexually satisfied if they ‘explored [their sexuality] more’ (YG6_A3) and highlighted the need for knowledge and openness. Others acknowledged that ‘[they] lack the maturity to understand what sexual satisfaction is’ (XG3_I0). And still others expressed doubts about the possibility of sexual intercourse being ‘satisfactory when both or one of them is intoxicated’ (YG7_J4).

Participants discussed in greater depth the role of type of relationship and sexual communication as sexual facilitators/barriers. Several groups considered satisfaction to be more likely in regular relationships than in casual ones: ‘In a stable relationship, true intimacy and willingness – and the very feeling of affection – can bring (...) something that is missing from sporadic relationships and that perhaps brings even more pleasure’

(XG3_V0). Steady relationships would benefit from intimacy and twofold physical and emotional gratification, as well as from communication or negotiation of sexual satisfaction, all of which were considered less likely in casual relationships: ‘in one night stands, I think there is not much communication, (but) a relationship is different – couples that talk end up having a healthier and longer-lasting relationship’ (YG6_A3). Nevertheless, the same young man acknowledged that in regular relationships: ‘people are often inhibited by thinking that “I will say this, and the person will be hurt, or feel that he or she is not good enough for me!”’ (YG6_A3).

There also emerged alternative discourses about sexual satisfaction and communication in casual and regular relationships. One participant stated, for example, that: ‘a one night stand can be as pleasurable and communicative as a relationship of many years’ (XG4_M2), while another reflected on the possibility that with less-committed relationships ‘there is a certain willingness to experiment more, to do anything they would like but are ashamed of. (...) to break free’ (XG3_V0).

The dominant perception was that the degree of sexual satisfaction is not low, yet could be improved, and that regular relationships can be seen as protective of sexual satisfaction, and casual ones as barriers to it; alternative discourses emphasised the greater freedom that may be felt in casual relationships.

2.2. Sexual satisfaction, gender and SDS

Most participants said they recognised gender differences for sexual satisfaction in casual relationships, but not regular ones, citing arguments from the traditional SGS and SGR to explain women’s disadvantage in the former. Reflecting SGS, there was reference to the idea that female satisfaction depends on twofold physical and emotional gratification, less likely to be found in casual relations: ‘the man is the quickest to have pleasure and is the one who needs less affection and communication to have that pleasure’ (YG6_B2). There was also reference to the idea that men are self- and orgasm-centred, being liable to put their partners’ satisfaction in a secondary or devalued position: ‘they just met [her] that night and don’t care what she does or doesn’t feel. They want to get there, do what they have to do, and that’s it. And, as soon as they are satisfied, the night is done’ (XG5_E3). Reflecting SGR, gender differences were found to be linked to the idea that women are expected to adopt passive or subordinate sexual roles. Some participants acknowledged that there is even obligation for involvement in

activities that may be neither desired nor satisfying, but that they believe are a source of pleasure for their partners: ‘I think there is much more obligation, within this type of relationship, for women to do everything, even beyond coitus ... (...) because in general men like it, want it, there is that mental pressure of “I have to do it”, (...) and then, if there is obligation there is no satisfaction’ (XG2_R0).

The SDS is shown in the idea that women are expected to have a controlled, or less active, expression of sexuality that protects their image and sexual reputation. For example, in a female group it was said that ‘that thing about girls feeling “how far can I go before I look bad” (. . .) ends up causing them not to feel free and not to enjoy the moment as much as they should enjoy it’ (XG4_A1). In the same vein, some participants noted that the woman may be less capable of sexual satisfaction because ‘She doesn’t know for sure, it is not what she wants, but what she likes, what makes her feel satisfied (...). And she doesn’t know. Maybe it has to do with the fact that boys masturbate more and masturbation is more taboo for girls’ (XG3_V0). Men were seen to benefit not only from the greater freedom to achieve sexual satisfaction through masturbation and intercourse, but also from the centrality given to male pleasure. Reflecting this centrality, some participants rejected the possibility of the woman being satisfied first and leaving her partner unsatisfied. This ‘right to pleasure’, however, was paired with an ‘obligation to pleasure’, with male orgasm being perceived as a measure of masculinity about which, if it doesn’t happen, one should keep quiet: ‘I think that the first time it happened to [a man] it would be weird, wouldn’t it?!’ (YG1_Y5). ‘But it’s funny, because it’s taboo! If that happened I think that some men would not have the courage to go to their friends and say “look, this happened”’ (YG1_Y7). In line with this perception, male and female groups alluded to the fact that masculinity and sexual reputation can be proven through the man’s ability to satisfy his partner, a situation which may favour equality in casual (hetero)sexual relations: ‘There are men who do not feel good about leaving a woman unfulfilled. They feel bad about themselves. (...) They think they are inferior because they are not able to ... and that is why they may have the concern of not leaving there while ... (laughs)’ (XG5_A2).

The defence of gender equality was even observed in the discourse of some male participants, and showed to be independent of the physical/emotional SGS. For example, some considered that: ‘You can give this (emotional) pleasure to the woman even in a one night stand’ (YG6_B2), while others said they perceived that: ‘in terms of sexual satisfaction, there is no longer such a big difference, and, for some reason, we are

increasingly seeing casual sexual intercourse. I am going out at night, I meet a girl (...) it happens, we leave and each goes their own way. And if she went [for a casual encounter] it is because, from the start, she was going to enjoy it, right?!' (YG1_Y7).

The dominant discourse was that there are gender differences in casual sexual satisfaction, such that men are granted advantages, and women are disadvantaged. Differences were attributed to stereotypes around male sexual 'nature' and female emotional 'nature' and to traditional sexual roles and standards hindering female sexual agency and freedom much more than is the case for males. Alternative discourses highlighted similarities in men and women's desire and ability to derive sexual satisfaction from casual relationships. These alternative discourses also presented men as agents of gender equality – in a way that does not reject traditional stereotypes and sexual standards – by insisting that they can and must give women emotional gratification and orgasm.

3. Discussion

In this study we analysed college students' perceptions about sexual satisfaction, taking note of gender differences and socio-cultural factors that may explain these perceptions, namely sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard.

Our study warns that sexual satisfaction may be less than ideal in the Portuguese university context, and that satisfaction is, among other factors, relation-dependent. Casual sexual relationships are perceived as being common within this particular group, but less satisfactory than regular ones and marked by gender inequality. The study also offers information on what may explain the inequality, highlighting the strong rooting of the stereotype of sexual men vs. emotional women, as well as the pressure from sexual gender roles – especially the passive female role – and from the sexual double standard to perform traditional femininity and masculinity in casual sexual relationships. Echoing evidence produced in other Western countries, it suggests that these norms are still pervasive among Portuguese college students, but they also coexist with liberal and egalitarian discourses (Alvarez, Pegado et al., 2021). However, somewhat differently from what has been evidenced in Portuguese and international research, our results indicate that inequality in hetero-sex is still a reality produced by social constructions with which individuals may or may not personally identify. Young people believe that there are important gender differences in the access to a satisfactory casual sexual

experience in the university context, attributing this belief specifically to sexual gender norms.

3.1. Sexual satisfaction, facilitators and barriers

In general, sexual satisfaction in the university context was considered to be high, but not necessarily ideal. In line with existing research, factors of a personal, contextual, and relational nature were considered to limit sexual satisfaction or, if identified and amended, to facilitate it (e.g., Brown & Weigel, 2017; Sánchez-Fuentes & Sierra, 2015). Several of our participants claimed that casual relationships are less satisfactory because they are poor in intimacy, affection, or sexual communication. Others questioned this assumption, affirming that casual relationships can be as satisfactory as, or even more satisfactory than, regular ones. Although it does not make a comparison of relationship types, existing research in Portugal points to high sexual satisfaction in romantic relationships (Matos et al., 2012) and highlights the facilitating role of factors such as intimacy, affection, or reciprocity in heterosexual relationships (e.g., Carvalheira & Costa, 2015; Pascoal et al., 2019). Research in other Western societies that does compare casual and regular relationships gives evidence of both the dominant and the alternative perspectives. Thus, while there are studies that point to higher levels of sexual satisfaction among young people who are in a committed relationship (Barnett & Melugin, 2016), others suggest only minor differences between regular and casual sexual relationships. For example, there is evidence that sexual satisfaction and intimacy are high, and correlated, in both more-committed and less-committed relationships (e.g., Birnie-Porter & Hunt, 2015) and that both types of relationship produce sexual satisfaction and emotional gratification (Mark et al., 2015). There is evidence that affective behaviours motivated by intimacy (e.g., Garcia et al., 2018) and sexual communication (e.g., Collins & Horn, 2019) can be present in both types of relationship. In that sense, it might not be so much the type of relationship, but rather its actual characteristics that determine the degree of sexual satisfaction. It is likely that the way in which relationships are represented is more at stake than the real possibility of deriving sexual satisfaction from them. A romantic view of sexuality – ‘sex with love is always better’ – might lead to an undervalued conception of casual relations and less investment in them, conditioning access to a satisfactory sexual experience. Along the same lines, casual relationships permit individuals to be less worried over the preservation of

reputation or of the relationship, which may serve to promote the freedom necessary for sexual satisfaction. All these explanatory hypotheses require evidence and further study.

3.2. Sexual satisfaction, gender and SDS

In the discussion of gender differences among our participants, the type of relationship was again considered, and a common perception was that men are more likely than women to be sexually satisfied in a casual relationship, but that this difference was not present in regular ones. The high level of sexual satisfaction and gender equality in romantic/committed relationships is in line with what has been observed in other national (e.g., Matos et al., 2012) and international research (e.g., Dosch et al., 2016; Sánchez-Fuentes & Sierra, 2015), though there are few studies that analyse it as a function of gender and relationship type simultaneously. Among those that do so, some do not confirm the existence of significant gender differences in more- vs. less-committed relationships (e.g., Barnett & Melugin, 2016; Birnie-Porter & Hunt, 2015), being in line with alternative discourses affirming equality in casual relationships. In contrast, other findings, such as those of Mark et al. (2015), parallel the dominant discourse, showing that men consider various types of relational contexts more sexually- and emotionally-satisfying than women. Likewise, investigation developed in other Western countries gives evidence of the perception that female disadvantage and male advantage reflect the influence of sexual gender stereotypes (sexual men vs. emotional women) and roles (active men vs. passive women), as well as the sexual double standard ('real men' vs. 'good girls'). There is evidence that female sexual satisfaction may be conditioned by the centring of men in their own gratification and by the subordination of women in heterosexual relationships (e.g., Brown et al., 2018; Elmerstig et al., 2012). According to these studies, as well as ours, female subordination may be especially deleterious because women are not only expected to prioritise their partner's desire but also to actively contribute to its fulfilment, even though this may entail activities that they do not want or find enjoyable. Also consonant with our results, some studies have evidenced that female satisfaction is more easily and more frequently reached in regular than in casual relationships, and that the right to it is defended in the former relational context, but devalued or questioned in the latter (e.g., Armstrong et al., 2012; Salisbury & Fisher, 2014). Existing research also supports the idea put forward in some of our groups that women's disadvantage lies in the fact that they may silence or inhibit the free expression

of desire and sexual gratification out of fear of criticism, judgement, or social punishment. For example, according to Kelly et al. (2017), the SDS and gender expectations, plus the recognised consequences of deviance (e.g., slut-shaming), make women perform a submissive, partner-centred femininity that can hamper sexual practices and satisfaction. Proving the influence of the SDS in another direction, studies indicate, as ours do, that because female masturbation is neither as accepted nor as socially incentivised as males', women have less knowledge about the body and what is satisfying, and for that reason may experience constraints to their sexual satisfaction (Emmerink et al., 2016; Kaestle & Allen, 2011; Saliães et al., 2017). Conversely, discourses explaining male advantage emphasise the centrality of male sexual satisfaction and the normativity of its achievement, which is generally rewarded. Nevertheless, it is also recognised here and elsewhere that men may be actively involved in their regular or casual partners' gratification because the female orgasm plays an important role in confirming masculinity and male sexual reputation (e.g., Chadwick & van Anders, 2017; Salisbury & Fisher, 2014). Such an involvement could favour female satisfaction and gender equality; however, the perceived pressure to succeed, to give partners an orgasm, is seen to put men at risk. This means that sexual gender norms, although they tend to put women at a disadvantage, can also condition men's sexual experience, and that equality is not necessarily synonymous with the negative effects of norms no longer being felt. In fact, it may be thought that in some cases gender similarities may be the result of one gender's degree of sexual satisfaction going down, rather than being optimised, but this is a hypothesis that requires confirmation.

3.3. Limitations and future directions

Among the limitations of this work there should be noted, firstly, that only the perceptions of college students from two urban contexts are represented. A second limitation that narrows the scope of the results lies in the fact that perceptions, although they are valid representations of a given reality, do not make it possible to conclude whether they are representative of the diversity of sexual experience in the university context. That is, participants believe in the existence of differences in male and female (casual) sexual satisfaction, attributing these to the socially-shared sexual gender norms, but the extent to which these perceptions are an accurate representation of what actually happens in the Portuguese university context requires confirmation. Likewise, the results

do not offer evidence on the norms personally endorsed or on personal experience with sexual satisfaction, and future research must address these limitations if it seeks to contribute to a better understanding of the relationship between gender and sexual satisfaction. Research is needed using the same and different methods in order to answer these limitations, as well as to control two minor issues in the processes of data collection and analysis. The first of these is the risk for observer bias that may be implied by the subjective, interpretative nature of qualitative analysis. The other is the potential for social desirability bias, a limitation owing to the tendency of participants to adopt positions consistent with equality because these are perceived as socially or politically 'correct', which cannot be disregarded when discussing a topic as sensitive as sexuality in a group format.

Future research should seek to clarify whether casual sexual relationships are indeed less satisfactory than regular ones. If this perception on the part of our participants is confirmed, it will be important to intervene so that preference for casual relations is normalised in the university contexts. This is to say that these heterosexual relationships, which are increasingly common among young people, should be represented as a normal source of sexual and emotional gratification at a stage when individuals focus on personal development rather than on consolidating committed relationships or on starting a family, a perspective known as the self-development imperative (Hamilton & Armstrong, 2009).

Studies using larger samples and diverse methods, including quantitative ones, should investigate the perceived differences in sexual satisfaction of men and women in casual relationships. If the differences are confirmed, qualitative research (e.g., individual interviews) should again be preferred to explore whether and how the recognition and adoption of sexual gender norms explains these differences. If the results prove to be in line with our findings, this will reinforce the idea that gender inequality is a mark of the casual heterosexual relationship – and that the way to combat this should be by deconstructing the sexual double standard and the sexual gender roles and stereotypes that underpin it. Discussion groups moderated by health educators or psychologists may be a good way to start, considering the feedback of participants on the benefits of research groups (e.g., normalisation, alternative perspectives). These should encourage reflection on the degree to which individuals identify with sexual gender norms or believe that others do, as well as on the costs/benefits of conforming to and deviating from those norms. This task of questioning the value of traditional norms and acting to deconstruct them must be accompanied by a debate about the benefits, as well as the costs, of

egalitarian norms for sexual freedom and satisfaction, with consideration of whether these are more liberal or more conservative.

4. Conclusion

The present study gives insight into college students' perspectives on sexual satisfaction and what facilitates or limits it at this particular stage and context of personal development. Its qualitative nature allowed us to identify dominant as well as alternative discourses about variation in sexual satisfaction according to relationship type and gender. It also allowed us to acknowledge the social and cultural factors that may explain gender equality or inequality in casual relationships. Finally, the study provided some degree of insight into how young people position themselves vis-à-vis these factors and how they perceive their influence, although these are conclusions that deserve further study. Concerning the explanation of gender differences and similarities in casual heterosexual, apparent acceptance of sexual gender stereotypes seems to coexist with social recognition, rather than personal identification, of gender roles and the sexual double standard. For example, female emotionality and male focus on orgasm enter the discourses as 'natural' characteristics that put women at a disadvantage, while equality is attributed to men's concern for their partners' stereotypical, dual requirement for sexual/emotional gratification. Likewise, the recognition of sexual gender roles and the SDS is reflected in the perceived obligation felt by women to satisfy their partners and to inhibit their sexual expression, as well as the perceived pressure felt by men to prove their masculinity through female orgasm, with relevance for gender equality or inequality. The discourses on sex roles and the SDS also made it evident that the simple recognition of the social existence of these norms may be all it takes to limit both male and female sexual freedom and satisfaction.

5. References

- Alarcão, V., Virgolino, A., Roxo, L., Machado, F., & Giami, A. (2015). Exploring gender in Portuguese bedrooms: Men's and women's narratives of their sexuality through mixed methods approach. *Sociological Research Online*, 20(2), 8. <https://doi.org/10.5153/sro.3619>
- Alvarez, M.-J., Pegado, A., Luz, R., & Amaro, H. (2021). Still striving after all these years: Between normality of conduct and normativity of evaluation in casual

- relationships in college students. *Current Psychology*, 1-11. <https://doi.org/10.1007/212144-021-02344-9>
- Alvarez, M.-J., Pereira, C. R., Godinho, C., & Luz, R. (2021). Clear-cut terms and culture-sensitive characteristics of distinctive casual sexual relationships in Portuguese emerging adults. *Sexuality & Culture*, 25(6), 1966–1989. <https://doi.org/10.1007/s12119-021-09859-0>
- Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. A. (2021). Portuguese college students' perceptions about the social sexual double standard: Developing a comprehensive model for social SDS. *Sexuality & Culture*, 25(2), 733–755. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09791-9>
- Armstrong, E., England, P., & Fogarty, A. (2012). Accounting for women's orgasm and sexual enjoyment in college hookups and relationships. *American Sociological Review*, 77(3), 435–462. <https://doi.org/10.1177/0003122412445802>
- Barnett, M., & Melugin, P. (2016). Reported sexual pleasure among heterosexual men and women: An empirical investigation. *Personality and Individual Differences*, 98, 62–68. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.03.061>
- Birnie-Porter, C., & Hunt, M. (2015). Does relationship status matter for sexual satisfaction? The roles of intimacy and attachment avoidance in sexual satisfaction across five types of ongoing sexual relationships. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 24(2), 174–183. <https://doi.org/10.3138/cjhs.242-A5>
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Brown, J., Schmidt, J., & Robertson, N. (2018). “We’re like the sex CPR dummies”: Young women’s understandings of (hetero)sexual pleasure in university accommodation. *Feminism & Psychology*, 28(2), 253–271. <https://doi.org/10.1177/0959353517742500>
- Brown, R., & Weigel, D. (2017). Exploring a contextual model of sexual self-disclosure and sexual satisfaction. *Journal of Sex Research*, 55(2), 202–213. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1295299>
- Carvalho, A., & Costa, P. (2015). The impact of relational factors on sexual satisfaction among heterosexual and homosexual men. *Sexual and Relationship Therapy*, 30(3), 314–324. <https://doi.org/10.1080/14681994.2015.1041372>

- Carvalho, A., & Leal, I. (2008). Os determinantes da satisfação sexual feminina: Um estudo português. *Revista Internacional de Andrologia*, 6(1), 3–7. [https://doi.org/10.1016/S1698-031X\(08\)72559-7](https://doi.org/10.1016/S1698-031X(08)72559-7)
- Chadwick, S., & van Anders, S. (2017). Do women’s orgasms function as a masculinity achievement for men? *Journal of Sex Research*, 54(9), 1141–1152. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1283484>
- Clarke, M., Marks, A., & Lykins, A. (2015). Effects of normative masculinity on males’ dysfunctional sexual beliefs, sexual attitudes, and perceptions of sexual functioning. *Journal of Sex Research*, 52(3), 327–337. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.860072>
- Collins, T., & Horn, T. (2019). “I’ll call you...” Communication frequency as a regulator of satisfaction and commitment across committed and casual sexual relationship types. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(4), 1123–1145. <https://doi.org/10.1177/0265407518755554>
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Daniel, S., & Bridges, S. (2013). The relationships among body image, masculinity, and sexual satisfaction in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 14(4), 345–351. <https://doi.org/10.1037/a0029154>
- Dosch, A., Belayachi, S., & Linden, M. (2016). Implicit and explicit sexual attitudes: How are they related to sexual desire and sexual satisfaction in men and women? *Journal of Sex Research*, 53(2), 251–264. <https://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003361>
- Eagly, A., & Wood, W. (2013). The nature–nurture debates: 25 years of challenges in understanding the psychology of gender. *Perspectives on Psychological Science*, 8(3), 340–357. <https://doi.org/10.1177/1745691613484767>
- Eagly, A., Wood, W., & Johannesen-Schmidt, M. (2004). Social role theory of sex differences and similarities. In A. H. Eagly, A. E. Beall, & R. J. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 269-291). The Guildford Press.
- Elmerstig, E., Wijma, B., Sandell, K., & Berterö, C. (2012). “Sexual pleasure on equal terms”: Young women’s ideal sexual situations. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 33(3), 129–134. <https://doi.org/10.3109/0167482X.2012.706342>

- Emmerink, P., Vanwesenbeeck, I., van den Eijnden, R., & Bogt, T. (2016). Psychosexual correlates of sexual double standard endorsement in adolescent sexuality. *Journal of Sex Research, 53*(3), 286–297. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1030720>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review, 24*(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- Fasula, A. M., Carry, M., & Miller, K. S. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research, 51*(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Frith, H. (2000). Focusing on sex: Using focus groups in sex research. *Sexualities, 3*(3), 275–297. <https://doi.org/10.1177/136346000003003001>
- Garcia, J., Gesselman, A., Massey, S., Seibold-Simpson, S., & Merriwether, A. (2018). Intimacy through casual sex: Relational context of sexual activity and affectionate behaviours. *Journal of Relationships Research, 9*(e12), 1–10. <https://doi.org/10.1017/jrr.2018.10>
- Hamilton, L., & Armstrong, E. (2009). Gendered sexuality in young adulthood. *Gender & Society, 23*(5), 589–616. <https://doi.org/10.1177/0891243209345829>
- Harvey, C., Harvey, T., & Thompson, A. (2020). The “sexual” double standard: An experimental examination of variations in judgments of men and women who engage in computer-mediated sexual communication. *Sexuality & Culture, 24*(3), 712–732. <https://doi.org/10.1007/s12119-019-09658-8>
- Kaestle, C., & Allen, K. (2011). The role of masturbation in healthy sexual development: Perceptions of young adults. *Archives of Sexual Behavior, 40*(5), 983–994. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9722-0>
- Kalish, R. (2013). Masculinities and hooking up: Sexual decision-making at college. *Culture, Society & Masculinities, 5*(2), 147–165. <https://doi.org/10.3149/CSM.0502.147>
- Kelly, M., Inoue, K., Barratt, A., Bateson, D., Rutherford, A., & Richters, J. (2017). Performing (heterosexual) femininity: Female agency and role in sexual life and contraceptive use – A qualitative study in Australia. *Culture, Health & Sexuality, 19*(2), 240–255. <https://doi.org/10.1080/13691058.2016.1214872>

- Kiefer, A., & Sanchez, D. (2007). Scripting sexual passivity: A gender role perspective. *Personal Relationships*, 14(2), 269–290. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2007.00154.x>
- Kiefer, A., Sanchez, D., Kalinka, C., & Ybarra, O. (2006). How women’s nonconscious association of sex with submission relates to their subjective sexual arousability and ability to reach orgasm. *Sex Roles*, 55(1–2), 83–94. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9060-9>
- Krueger, R. (1998). *Developing questions for focus groups*. SAGE Publications.
- Lawrance, K.-A., & Byers, S. (1995). Sexual satisfaction in long-term heterosexual relationships: The interpersonal exchange model of sexual satisfaction. *Personal Relationships*, 2(4), 267–285. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.1995.tb00092.x>
- Mark, K., Garcia, J., & Fisher, H. (2015). Perceived emotional and sexual satisfaction across sexual relationship contexts: Gender and sexual orientation differences and similarities. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 24(2), 120–130. <https://doi.org/10.3138/cjhs.242-A8>
- Marks, M., & Fraley, C. (2005). The sexual double standard: Fact or fiction? *Sex Roles*, 52(3–4), 175–186. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-1293-5>
- Marques, N., Vieira, R., & Pechorro, P. (2013). The sexual double standard in a masculine way: A Portuguese transgenerational perspective. *Revista Internacional de Andrologia*, 11(4), 138–143. <https://doi.org/10.1016/j.androl.2013.06.001>
- Matos, M. G., Reis, M., & Ramiro, L., Equipa Aventura Social. (2012). *Saúde sexual e reprodutiva dos estudantes do ensino superior. Relatório de estudo – Dados nacionais de 2010*. Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, FMH/Universidade Técnica de Lisboa.
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy*, 20(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Neves, D. (2016). Normas face ao género e à diversidade sexual: Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 89–102 <http://journals.openedition.org/spp/2506>
- Pascoal, P., Byers, S., Alvarez, M.-J., Santos-Iglesias, P., Nobre, P., Pereira, C., & Laan, E. (2018). A dyadic approach to understanding the link between sexual

- functioning and sexual satisfaction in heterosexual couples. *Journal of Sex Research*, 55(9), 1155–1166 <http://10.1080/00224499.2017.1373267>
- Pascoal, P., Lopes, C., & Rosa, P. (2019). O papel mediador da autorrevelação sexual na relação entre a expressão de sentimentos e a satisfação sexual em adultos heterossexuais. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 51(2), 74–82. <https://doi.org/10.14349/rlp.2019.v51.n2.3>
- Pascoal, P., Narciso, I., & Pereira, N. (2014). What is sexual satisfaction? Thematic analysis of lay people's definitions. *Journal of Sex Research*, 51(1), 22–30. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.815149>
- Peixoto, M., Amarelo-Pires, I., Biscaia, M., & Machado, P. (2018). Sexual self-esteem, sexual functioning and sexual satisfaction in Portuguese heterosexual university students. *Psychology & Sexuality*, 9(4), 305–316. <https://doi.org/10.1080/19419899.2018.1491413>
- Peixoto, M., & Nobre, P. (2015). Prevalence and sociodemographic predictors of sexual problems in Portugal: A population-based study with women aged 18 to 79 years. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 41(2), 169–180. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2013.842195>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21–38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large datasets. *Journal of Sex Research*, 48(2–3), 149–165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Quinta-Gomes, A., Carvalho, J., & Nobre, P. (2011). Sexual functioning and sexual behavior in a sample of undergraduate Portuguese students: An exploratory study. *Journal of Sexual Medicine*, 8(Supp_3), 257. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2011.02325.x>
- Quinta-Gomes, A., & Nobre, P. (2014). Prevalence of sexual problems in Portugal: Results of a population-based study using a stratified sample of men aged 18 to 70 years. *Journal of Sex Research*, 51(1), 13–21. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.744953>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Sexual attitudes and behaviors among women college students: The hypothesis of sexual double standard. *Análise Psicológica*, 23(2), 173–185. <https://doi.org/10.14417/ap.80>

- Reiss, I. (1960). *Premarital sexual standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Salières, E., Wilkerson, J., Sieving, R., & Brady, S. (2017). Sexually experienced adolescents' thoughts about sexual pleasure. *Journal of Sex Research, 54*(7), 604–618. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1170101>
- Salisbury, C., & Fisher, W. (2014). “Did you come?” A qualitative exploration of gender differences in beliefs, experiences, and concerns regarding female orgasm occurrence during heterosexual sexual interactions. *Journal of Sex Research, 51*(6), 616–631. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.838934>
- Sánchez-Fuentes, M., Salinas, J., & Sierra, J. (2016). Use of an ecological model to study sexual satisfaction in a heterosexual Spanish sample. *Archives of Sexual Behavior, 45*(8), 1973–1988. <https://doi.org/10.1007/s10508-016-0703-9>
- Sánchez-Fuentes, M., Santos-Iglesias, P., & Sierra, J. (2014). A systematic review of sexual satisfaction. *International Journal of Clinical and Health Psychology, 14*(1), 67–75. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(14\)70038-9](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(14)70038-9)
- Sánchez-Fuentes, M., & Sierra, J. (2015). Sexual satisfaction in a heterosexual and homosexual Spanish sample: The role of socio-demographic characteristics, health indicators, and relational factors. *Sexual and Relationship Therapy, 30*(2), 226–242. <https://doi.org/10.1080/14681994.2014.978275>
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012a). Eroticizing inequality in the United States: The consequences and determinants of traditional gender role adherence in intimate relationships. *Journal of Sex Research, 49*(2–3), 168–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Sanchez, D., Phelan, J., Moss-Racusin, C., & Good, J. (2012b). The gender role motivation model of women's sexually submissive behavior and satisfaction in heterosexual couples. *Personality and Social Psychology Bulletin, 38*(4), 528–539. <https://doi.org/10.1177/0146167211430088>
- Schouten, M. J. (2019). Undoing gender inequalities: Insights from the Portuguese perspective. *Insights into Regional Development, 1*(2), 85–98. [https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2\(1\)](https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2(1))
- Soller, B., & Haynie, D. (2017). Variation in sexual double standards across schools: How do they matter for adolescent sexual behavior? *Sociological Perspectives, 60*(4), 702–721. <https://doi.org/10.1177/0731121416668865>
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. SAGE Publications.

- Thompson, A., Harvey, C., Haus, K., & Karst, A. (2020). An investigation of the implicit endorsement of the sexual double standard among U.S. young adults. *Frontiers in Psychology, 11*(Art. 1454). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01454>
- Tirone, V., & Katz, J. (2020). When do motives to sexually please a male partner benefit women's own sexual agency? *Sex Roles, 82*(5–6), 336–344. <https://doi.org/10.1007/s11199-019-01057-5>

Appendix Examples of quotes across the three stages of the coding process

	Initial Coding	Intermediate coding	Final coding
XG2_C0.: I think that this [sexuality] is nice, and it's good when we know what the person likes, when the person knows what we like (...) then it's obvious that we have more pleasure than when we don't know each other. Now, for boys, I don't know! But I think they probably share the same opinion as I do.	Knowing/not knowing partner as a SS facilitator/barrier	Relational or dynamic barriers and facilitators of the SS	Sexual Satisfaction
	Regular relationships – SS facilitators		Facilitators and Barriers
	Casual relationships – SS barriers		
XG3_V0.: And if I say I don't like it, I think maybe there's always a bit of that fear, it seems to me, that thing of "if you don't do it with me, you'll find someone else to do it with" and then it's a bit like submitting or almost forcing yourself, if your partner likes it, to go on doing it...	Male desire/pleasure centrality	Arguments female disadvantage:	Sexual Satisfaction
	Female sexual submissiveness, passiveness	Cultural	Gender, SDS
	Conformity protects relationship	Social (F_Roles)	
	Conformity limits sexual freedom	Normative (Conformity)	SGR
XG4_A1.: [from a more general point of view], the idea that I have is that – not all of them, right? – but men tend to be more sexually selfish than women. So they end up getting what they want, they are able to have an orgasm, and that's fine, and sometimes the girls are dissatisfied...	Male self- orgasm-centeredness	Arguments gender differences:	Sexual Satisfaction
	Female relational centeredness	Social (M/F Stereotypes)	Gender, SDS
	Existence of gender differences		SGS
YG6_B2.: (...) in general, I think it is very much expected that the man brings all the technique and capability to the relationship. It is the man who controls the pleasure. (...) So, if it is this way, the woman will not communicate what she wants because the man is the one who has to understand what she wants. (...) But the man is the quickest to have pleasure and the one that needs less affection and communication to have this pleasure, because the man's orgasm is much easier (while) the woman's to be well experienced (...) it has to be with communication, with attention.	Male sexual agency	Masculine Feminine Roles	Sexual Satisfaction
	Male active role pleasing partners		
	Female submissiveness and passiveness		Gender, SDS
	Male self- orgasm-centeredness		SGR
	Male less emotionality		SGS
YG6_A3.: we still have a lot of pressure of "ah we are going there now, the first time, we have to do everything right the first time because otherwise we will get a bad image (...) and then they will spread it, they will say" (...)	Male Sexual agency	Arguments male disadvantage:	Sexual Satisfaction
	Sexual performance IS masculinity	Social (M_Roles)	Gender, SDS
	Conformity protects reputation	Reputational (SDS)	SGR
		Normative (Conformity)	SDS
YG7_A4.: From the moment you like a person you strive to give them more pleasure, to please someone else, even more than yourself. (...)	Regular relationships – SS facilitators	Relational/ dynamic barriers and facilitators SS	Sexual Satisfaction
			Facilitators and Barriers
YG7_A4.: [but] a good person will probably always want [a regular or a casual relationship] to satisfy both parties, won't he? We won't be thinking only of ourselves (men)...	Male active role pleasing partners	Arguments gender equality:	Sexual Satisfaction
	Discourses of gender equality	Cultural	Gender, SDS
		Social (M_Roles)	
YG7_J3.: [in stable relationships there is more negotiation of sexual satisfaction than in casual ones]. But we can also find someone we fit with very well in a casual one and "it's a blast" and there is that possibility of negotiation.	Sexual Communication	Relational/dynamic barriers and facilitators of the SS	Sexual Satisfaction
	Communication vs. relationship		Facilitators and Barriers
	Casual relationships – source of SS	Alternative discourses casualty	

ESTUDO 6 Development and evidence of validity of the new sexual double standard scale⁶

The Sexual Double Standard is a complex multi-layered construct that functions as an organizing principle of heterosexual behavior. It is a dynamic, ubiquitous, two-dimensional sexual gendered norm, the quantitative exploration of which requires up-to-date assessment tools to better capture both personal endorsement and social recognition of the SDS. This study develops a New SDS Scale to assess personal SDS, which is easily adapted to measure societal SDS, with demonstration of its validity and gender invariance. College students (N = 481) completed the New SDS Scale, plus convergent-divergent and concurrent validity measures. Exploratory analysis indicated an eight-item two-factor structure. Confirmatory factor analysis showed the better adjustment of a bifactor structure combining a general factor of SDS and the subscales Sexual Relationships and Actions/Activities. In addition to factorial validity, results were also demonstrative of convergent, discriminant, and concurrent validity, and reliability and gender invariance were demonstrated. The new scale may be a useful tool to briefly assess personal endorsement of the SDS or of alternative standards, and it can easily be adapted to measure perceptions about the social existence of the SDS. Beyond the potential for practical application to individual or group assessment in clinical and educational settings, the New SDS Scale updates our knowledge on the types of sexual conduct that elicit the SDS, identifying critically gendered activities for which permissiveness continues to be markedly differentiated, despite the openness and sexual freedom of recent years.

Keywords Sexual double standard, scale development, validation, bifactor model.

⁶ Amaro, H., Alvarez, M-J., Ferreira, A. J., & Pereira, C. R. (2023). Development and evidence of validity of the new sexual double standard scale. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-05025-x>

Desenvolvimento e validação da nova escala de duplo padrão sexual

O Duplo Padrão Sexual é um constructo complexo e multinível que funciona como um princípio ou código do comportamento heterossexual. Trata-se de uma norma sexual de género dinâmica, pervasiva e bidimensional, cuja exploração quantitativa exige ferramentas de avaliação atualizadas e capazes de captar quer a sua aceitação pessoal quer o seu reconhecimento social. O estudo desenvolve uma Nova Escala de DPS para averiguar o DPS pessoal, facilmente adaptável ao estudo do DPS social, com demonstração da sua validade e invariância de género. Estudantes universitários (N = 481) completaram a Nova Escala de DPS e medidas de validade convergente-divergente e concorrente. A análise exploratória indicou uma estrutura bidimensional composta por oito itens. A análise confirmatória mostrou o melhor ajustamento de uma estrutura bifator combinando um fator geral de DPS e as subescalas Relações Sexuais e Ações/Atividades sexuais. Além de validade factorial, os resultados foram igualmente demonstrativos de validade convergente, divergente, e concorrente, do mesmo modo que foram demonstradas fiabilidade e invariância de género. A nova Escala pode ser uma ferramenta útil para uma avaliação breve do DPS pessoal e/ou padrões alternativos, e pode ser facilmente adaptada para averiguar a perceção da existência social do DPS. Além do potencial da Escala na avaliação de indivíduos ou grupos em contextos em clínicos ou educativos, a Nova Escala de DPS atualiza o conhecimento acerca das condutas que ativam o DPS, identificando atividades ainda muito genderizadas e para as quais a permissividade continua a ser marcadamente assimétrica, apesar da maior abertura e liberdade sexuais dos últimos anos.

Palavras-chave duplo padrão sexual, desenvolvimento escala, validação modelo bifator.

Introduction

The Sexual Double Standard (SDS) is an evaluative, gendered norm of sexual conduct that apportions more freedom to men and dictates, as a rule, more negative judgment and sanctioning of women engaging in the same type of sexual behavior. The SDS rewards men for active – even promiscuous – sexuality, considered the reflection of true masculinity, while women’s status or reputation depends on them controlling or minimizing sexual expression and experience, as chastity is seen as the true face of femininity (McCarthy & Bodnar, 2005). Thus, although it lacks a conceptual structure of its own (Zaikman & Marks, 2017), the SDS is firmly grounded in the sexual gender roles and stereotypes, i.e., the social shared beliefs about traits and behaviors that are appropriate, expected, or unacceptable for men and for women, and that can be described through the dichotomous idea of the active, sexual man vs. the passive, emotional woman (Amaro et al. 2021a; Eagly et al., 2004; Farvid, 2018; Fasula et al., 2014; Howard & Hollander, 1997). Recent review works have found that the SDS has weakened over the past several years, but have simultaneously shown that it continues to manifest itself frequently in the evaluation of particular forms of conduct, such as casual sex and having multiple sexual partners (e.g., Amaro et al., 2021b; Endendijk et al., 2020). The SDS has weakened and ceded ground to a Single Sexual Standard (SSS) that prescribes equality of freedom, judgement, and sanctioning, as well as to a Reversed Sexual Double Standard (reversed SDS) that prescribes less freedom, more negative judgment, and more severe punishment for men than for women. This is consistent with the ongoing process of sexual liberalization and of degenderization of (hetero)sexuality that has taken place over the last decades in Western societies (Amaro et al., 2021a; Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020; Farvid, 2018). However, this same process of social transformation has led to a displacement in the content of the SDS (e.g., from premarital sex to casual sex), which helps to explain why the standard has persisted through time and is still a reality that is important to know and to combat if we want to promote gender equality as well as free, safe and satisfying (hetero)sexual experiences (Amaro et al., 2021b; Bordini & Sperb, 2013; Endendijk et al., 2020).

The SDS began as a definition of differential acceptance of sex before marriage (Reiss, 1956, 1960), but over time came to describe a general pattern of conduct and evaluation of (hetero)sexual conduct, and its indicators multiplied. At the end of the twentieth century, experimental research noted the weakening of the standard when

inquiring about the permissiveness of respondents (e.g., sexual behavior vs. relationship type/phase) or the desirability of more- or less-experienced targets as partners (Crawford & Popp, 2003). At the same time, qualitative research pointed to the continued presence or recognition of the SDS in the labeling of experienced or so-perceived women – good girls vs. bad girls (Crawford & Popp, 2003). At the turn of the millennium the picture was not much different. A greater preference for liberal standards (e.g., pre-marital sex, sex without commitment) coexisted with a weakened but persistent SDS observable, for example, in the health discourses and social interactions of adolescent and young college students (Bordini & Sperb, 2013). The merit of these early twenty-first century investigations lay in demonstrating the variable nature of the SDS and of what may explain it, including culture, behavior and the characteristics of those who assess and are assessed (Bordini & Sperb, 2013). The qualitative works are demonstrative of the coexistence of positions that resist the SDS (e.g., predatory and promiscuous femininity vs. emotional and relational masculinity) and those that recognize, accommodate, and identify with the SDS (e.g., casual sex, children of different fathers), especially among women (Bordini & Sperb, 2013). A particularly important group of quantitative studies found that, for casualness and multiple partners, the SDS appears to be socially recognized rather than personally accepted (Marks & Fraley, 2005; Milhausen & Herold, 2001; Ramos et al., 2005), and may be automatically activated, even as it is explicitly rejected (Marks, 2008; Marks & Fraley, 2006, 2007). Such results are repeated and reinforced thereafter. The SDS is recognizable in media discourses (e.g., of femininity vs. responsibility and danger, and masculinity vs. pleasure and risk); it manifests in adolescent dynamics outside or within social media networks (e.g., sexualized photos); it may also be recognized and accommodated even if a liberal SSS is preferred, with young people seeking to distance themselves from practices such as casualness or partner swapping, which they know are more sanctioned in women and which they assume can also condemn men (Amaro et al., 2021b). It also manifests itself in the evaluations that youth, adults, and college students make about involvement in casual sexual relationships or hookups, sharing space with the various alternative patterns (Amaro et al., 2021b). The review by Endendijk et al. (2020) which is concerned exclusively with experimental research (questionnaires, scales, and vignettes), and which is in fact the most complete for this type of study, is in line with what has been said so far – the SDS being particularly evident for the questions of sexual coercion, casual sex, and sexual initiation – but goes on to underline two issues of the greatest relevance. First, it recognizes that the

content of the SDS has changed and that it is now less of a personally-endorsed standard (personal SDS) than a socially-recognized shared belief (social SDS), although this distinction has only gained prominence in recent years. The study then notes how research with Likert-type-scale questionnaires not only provides no evidence of the (personal) SDS but also presents somewhat different results depending on the instrument used, raising concerns about the weaknesses of standardized measures (e.g., content, formulation, and scoring of items).

In sum, the research in recent decades demonstrates that the SDS has withstood the test of time and is still a strongly-rooted gender norm reflecting and reinforcing inequality in heterosexual relationships (Amaro et al., 2021b; Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020; Lamont, 2021). Offering a first strong argument for further investing in the comprehension of the SDS, it also notes that a more thorough understanding of the standard demands methods that take the bi-dimensionality and dynamic nature of the concept into account, toward up-to-date ways of operationalizing and measuring it (Álvarez-Muelas et al., 2020; Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020). Conceptual and methodological limitations of previous research thus offer some clues as to what future research should look for, and guide as well as justify the objectives of this work – to develop and validate a measure of personal SDS that may be after adapted for evaluation of the social SDS, using Portuguese samples.

A second argument for continuing study of the SDS is furnished by the evidence that both personal and social SDS have the potential to interfere with men's and women's sexual reputation, freedom, health, and well-being (Alvarez et al., 2021b; Álvarez-Muelas et al., 2020; Amaro et al., 2022; Farvid, 2018; Fasula et al., 2014; González-Marugán et al., 2021). Men still gain social status from their involvement in casual sex or with multiple sexual partners, while liberal, active women continue to be negatively labelled (e.g., easy, slut), less desired for committed relationships, stigmatized, or even exposed to sexual victimization (Álvarez-Muelas et al., 2020; González-Marugán et al., 2021; Marks et al., 2018; Minello et al., 2020; Rodrigue & Fernet, 2016). In the same vein, men who do not express their sexuality in an active, imposing manner may put their masculinity and sexual reputation at risk, while conformity with the SDS would protect women's image and reputation, forestalling the negative consequences of transgression (Amaro et al., 2021a; Fasula et al., 2014; Kalish, 2013; Soller & Haynie, 2017). Compliance comes with its own costs. For women, the SDS has been shown to increase the risk of

unprotected sex (Danube et al., 2016) and the likelihood of silencing sexual needs or preferences (Fasula et al., 2014; Jackson & Cram, 2003). It also increases the risk of complying with partners' expectations despite costs, like unpleasant sexual activities (Fasula et al., 2014; Impett & Peplau, 2003; Petersen & Hyde, 2010) and of the likelihood of sexual passiveness, which has been associated to poor satisfaction and sexual problems (Amaro et al., 2022; Sanchez et al., 2012). For men, acceptance or recognition of the SDS has been associated with (pressure toward) promiscuous, unsafe, or unsought sexual activity that proves masculinity (Berkowitz, 2011; Kalish, 2013; Soller & Haynie, 2017). Masculinity has been associated with risk of poor sexual inhibition due to fear of performance failure (Clarke et al., 2015), while the emphasis on performance explains the strong preoccupation of men with the demonstration of competence through achieving and giving female partners an orgasm, which can lead to a less positive or satisfactory sexual experience (e.g., Chadwick & van Anders, 2017; Salisbury & Fisher, 2014).

Restrictive, punitive, and potentially deleterious to the sexual health of young men and women, particularly of university students, the SDS remains a reality in Western countries (e.g., Amaro et al., 2021b; Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020), including Portugal, where the present study was developed. Portuguese research aligns with the general evidence on the SDS, pointing to the prevalence of the social over the personal SDS (e.g., casual sex, multiple partners) mostly in samples of university students (Alvarez et al., 2021a, 2021b; Amaro et al., 2021a; Marques et al., 2013; Neves, 2016; Ramos et al., 2005). It also shows that both personal and social SDS are associated with masculine sexual risk-taking (e.g., high number of partners, unsafe sex) and poor, undervalued, sexual satisfaction for women in casual relationships (Amaro et al., 2022; Frias, 2014; Zangão & Sim-Sim, 2011). However, the number of studies conducted in Portugal so far is low, while research on the personal SDS has mainly used adaptations of scales or questionnaires developed in other countries and with important limitations, as shall be discussed below, justifying the objective of the present work as well as the choice of population and samples.

For various decades, review works have highlighted the limitations of the methods used to study the SDS (e.g., Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003); some have specifically noted the weaknesses of existing scales and questionnaires and the need to develop new standardized measures of the SDS (Álvarez-Muelas et al., 2020; Endendijk et al., 2020), as is the goal of present study. First, the fluidity and changeability of the SDS calls into question the accuracy of existing psychometric

instruments, especially of those developed some years ago, demanding new, up-to-date measures. Secondly, investigation tends to focus more on the personal than on the social SDS, seldom comparing between these dimensions, and most of the existing psychometric instruments are measures of the personal SDS, a situation that calls for “hybrid” measures that evaluate both dimensions through equivalent indicators. Three of the five known measures assess the personal SDS only – the Double Standard Scale (DSS; Caron et al., 2011), the Sexual Double Standard Scale (SDSS; Muehlenhard & Quackenbush, 2011), and the Scale for the Assessment of Sexual Standards among Youth (SASSY, Emmerink et al., 2016). Of the remaining two, the Questionnaire for the Evaluation of Sexual Double Standard (Milhausen & Herold, 2001) distinguishes between contexts of SDS manifestation, social SDS being one of its five dimensions but measured through indicators different from those used for the exploration of the personal SDS. The other consists in a subscale form of a sexual socialization measure developed by Levin et al. (2012) that evaluates communication of sexual values as one particular expression of the social SDS, but does not offer any information on the personal SDS. Thirdly, the existing measures contain several weaknesses (e.g., Álvarez-Muelas et al., 2020; Endendijk et al., 2020), namely indicators that are out-of-date, at least in Western contexts (e.g., It is just as important for a man to be a virgin when he marries as it is for a woman), unspecific, vague items (e.g., Boys and girls want completely different things in sex), items that fail to capture the judgmental, comparative, nature of the concept (e.g., Men think about sex all the time), or measurement scales that are unique to the SDS, i.e. that do not provide information on alternative standards. Methodological limitations thus complete the arguments in favor of the study of the SDS and of new research toward a scale to measure this traditional sexual standard.

In sum, the reasons for conducting the present study include the persistence of the SDS among young Western (and Portuguese) college students, the scarcity of studies conducted in Portugal, the negative relation between this traditional standard and (hetero)sexual health, the challenges posed to quantitative research by the bidimensional and dynamic character of the SDS, and the weaknesses of the methods that have been used to assess it so far, particularly the standardized measures. This study sought to develop a measure of contemporary personal SDS that could easily be adapted to assess the social SDS, as well as to evaluate and confirm the factor structure of the scale and its reliability, to test factorial invariance across gender, and to study its convergent, discriminant, and concurrent validity, among samples of Portuguese college students.

I. Materials and methods

1.1. Participants

Two samples were drawn from 481 graduate and undergraduate college students from various Portuguese universities (e.g., 52% Central Region, 32% Lisbon Region, 13% South Region) and majors (e.g., psychology, sport, social service, engineering, computer science, law).

Sample A was composed of 209 individuals between 18 and 32 years of age ($M = 20.5$ years; $SD = 2.3$), of whom 25% were men, 97.1% were single, and 93.3% were heterosexual. In terms of academic qualifications, of the 198 that answered the question, 155 were undergraduates (78.3%) and 43 were graduate students (21.7%). A power analysis using WebPower (Zhang & Yuan, 2018) indicated this sample size is powered at 0.84, assuming a hypothetical measurement factor analytical model with $df = 19$, $p < 0.05$, and $RMSEA = 0.05$ for accepting the fit to the data (and rejecting at $RMSEA > 0.10$).

Sample B was composed of 272 individuals between 18 and 35 years of age ($M = 20.9$ years; $SD = 2.9$), of whom 43.4% were men, 97.4% were single, and 89.4% were heterosexual. In terms of academic qualifications, of the 260 that answered the question, 222 were undergraduates (85.4%) and 38 were graduate students (14.6%). A power analysis indicated this sample size is powered at 0.93 for a Confirmatory Factor with $df = 19$, $p < 0.05$, and $RMSEA = 0.05$ for accepting the fit to the data (and rejecting at $RMSEA > 0.10$).

1.2. Research design

We used a cross-sectional research design in which we first created the initial poll of items for the New SDS scale through three different strategies from three different sources: (i) construction of items from a focus group study examining the SDS among college students; (ii) content validity analysis of the items by five experts in sexology; and (iii) comprehensibility of the items and response scale by four PhD students in psychology. The 19 items obtained were subjected to two cross-sectional studies – one for the exploratory factor analysis and the other for its confirmation – with data collected from college students face-to-face and online.

1.3. Procedures

The initial pool of items was developed through a number of steps and analyzed in terms of their content validity. First, a set of 20 items were developed based on information collected in a previous focus group study that took place to explore the perceptions of Portuguese college students about the SDS in the university context (Amaro et al., 2021a). The items that were developed reflected the observed recognition of the SDS regarding involvement in casual sex and multiple sexual partners and other sexual activities such as masturbation, use of sex toys, and use of pornography. The items asked mainly about the (un)equal acceptance of these sexual practices for men and for women, but also included questions about how individuals judge those involved in some particular sexual conducts (e.g., higher/lower admiration or more/less reservations regarding individuals' character), forming a total of 20 items designed to evaluate individuals' personal endorsement of the SDS.

The 20 items were revised by expert academics in sexology ($n = 5$) for the appropriateness of the content of the items for measuring SDS and the suitability of the response scale, and by PhD students in the field of psychology ($n = 4$), who mainly contributed in evaluating the comprehensibility of the formulation of the items. Two of the 20 items were considered redundant in terms of content, leading to the exclusion of the one perceived to be less effective for the purpose of exploring the SDS. The remaining 19 items were then subjected to small language adjustments replacing terms or expressions, and rephrasing items whose formulation the group of experts considered hindered the interpretation of the question.

The final pool of 19 items was launched in a study with seven other instruments (total of eight instruments with a total of 98 items) aiming to address the new scale validity and reliability parameters. After the approval of the study by the Ethics Committees of the institutions involved, data were collected in classes (by paper and pencil) and online. We requested the collaboration of colleagues teaching in different Portuguese universities in recruiting participants from their classes, and continued the recruitment online, using Qualtrics XM (<https://www.qualtrics.com>). Requests for participation were shared by e-mail and through social networks directly with potential participants and with authors' contacts that could reach participants by professional or social association. In paper-and-pencil data collection, all requests were accepted; researchers were present in different classes to inform about aim(s) of the study(ies) and

the conditions of participation and to collect data. In online data collection, requests for participation, accompanied by study purposes and conditions, and the URL to access the consent form and survey webpage were presented by e-mail and advertised through social networks. Those that agreed to participate were asked to read and sign or confirm consent before completing the survey in class ($n = 404$) or online ($n = 138$).

Sampling was non-probabilistic (snowball system), and after applying the inclusion criteria: (i) age between 18 and 35 years old, (ii) native Portuguese speakers; (iii) completion of at least 80% of the survey, the sample was reduced from 542 to 481 participants. Confidentiality and anonymity were guaranteed.

1.4. Measures

Participants answered a questionnaire with the new SDS scale and instruments used to analyze its convergent-discriminant and concurrent validity. The survey began with the scale under study and finished with a sociodemographic questionnaire; between these, the seven other instruments used to study convergent-discriminant and concurrent validity appeared in the order presented below.

New SDS scale

The 19 items first considered to assess personal SDS on the new scale (see Supplementary Online Material) asked about the acceptance of types of sexual conduct (e.g., “Of whom do you more easily accept their involvement in frequent casual sexual relationships?”) and about the evaluation of those involved in some of them (e.g., “*Who would you most admire for engaging in frequent casual relationships?*”). Items are answered on a five-point Likert scale – (1) “Much more of women”, (2) “Of women”, (3) “Equally of men and women”, (4) “Of men”, (5) “Much more of men”. Scores vary between 1 and 5, and higher scores are indicative of the traditional SDS, whereas lower scores are indicative of a reversed Sexual Double Standard (reversed SDS), showing greater approval of women’s sexual conduct, while medium scores (those tending toward three) are indicative of a Single Sexual Standard (SSS), defining the equal acceptance and evaluation of men’s and women’s involvement in the types of sexual conduct under consideration.

Double Standard Scale (DSS)

The DSS is a 10-item instrument that measures the personal SDS (Caron et al., 2011). Items (e.g., *A woman who is sexually active is less likely to be considered a desirable partner*) are answered on a 5-point Likert scale (from 1 = strongly agree to 5 = strongly disagree) and a total score is obtained by summing the responses in the 10 items (total ranging from 10 to 50), with lower scores indicating greater acceptance of the SDS. Adequate reliability was observed in the original scale ($\alpha = 0.72$) and in a Portuguese version ($\alpha = 0.85$ /total sample; $\alpha = 0.83$ /men $\alpha = 0.81$ /women), translated by Zangão and Sim-Sim (2011) from the Spanish version of Sierra et al. (2007). In the present study, the DSS also demonstrated adequate internal consistency ($\alpha = 0.82/0.80$ for samples A/B).

Sexual Double Standard Scale (SDSS)

The SDSS is a measure of the personal SDS composed by 26 items answered on a 4-point Likert scale (from 0 = disagree strongly to 3 = agree strongly), of which six are individual items comparing men's with women's sexual behavior (e.g., *I approve of a 16-year-old girl's having sex just as much as a 16-year-old boy's having sex*), and twenty are paired items that ask about the acceptability of sexual behaviors for women and for men (e.g., *I kind of admire a girl who has had sex with a lot of guys; I question the character of a man who has had a lot of sexual partners*) (Muehlenhard & Quackenbush, 2011). A total score is obtained by summing the responses to the individual items and the ten-pair difference scores, ranging from 48 (SDS), to zero (SSS), and to -30 (reversed SDS). Adequate or acceptable reliability was observed for the original scale ($\alpha = 0.73$ /women; $\alpha = 0.76$ /men), for a Portuguese version ($\alpha = 0.78$) developed by Magalhães et al. (2007), as well as in the present study ($\alpha = 0.61/0.67$ for samples A/B).

Brief Sexual Attitudes Scale (BSAS)

The BSAS is a short version of the Sexual Attitudes Scale (Hendrick & Hendrick, 1987) and is composed of 23 items and four subscales (Hendrick et al., 2006), among which is the 10-item subscale of sexual permissiveness (e.g., *I do not need to be committed to a person to have sex with him/her*) that original studies showed to have a Cronbach's alpha higher than 0.90 (Hendrick & Hendrick, 2011). The sexual permissiveness subscale used in the present study was translated to Portuguese by Filipe (2012), and also demonstrated good reliability indices ($\alpha = 0.86$). The subscale is answered on a 5-point Likert scale (from 1 = disagree strongly to 5 = agree strongly), and a total score is obtained by summing the responses to items (from 10 to 50), with higher

scores indicative of permissive attitudes. Good reliability indicators were also observed in the current study ($\alpha = 0.88/0.90$ for samples A/B).

Sexual Beliefs Scale (SBS)

The 20-item SBS short version is composed of five subscales measuring different rape-related beliefs (Muehlenhard & Felts, 2011). The current study used the token refusal subscale, a measure of the belief that women often indicate they do not wish a sexual relationship when they do. The subscale consists of four items (e.g., *Women often say No because they don't want men to think they're easy*) rated on a 4-point Likert type scale (from 0 = disagree strongly to 3 = agree strongly). The total score is obtained by summing the responses to the items (from 0 to 12 points), with higher scores indicating greater acceptance of the token refusal belief. Good reliability indicators were observed for the subscale in the studies that gave rise to the SBS extended and short versions ($\alpha = 0.84$ and $\alpha = 0.71$, respectively), as well as in the current study ($\alpha = 0.73/0.78$ for samples A/B).

Sexual Autonomy Scale (SAS)

The SAS represents a set of three items that Sanchez et al. (2005) adapted from an autonomy scale used in research about self-determination in relationships. The items measure the extent to which respondents feel their sexual behavior is self-determined (e.g., *When I am having sex or engaging in sexual activities with someone, I feel free to be who I am*), rated on a 7-point scale (from 1 = not at all true to 7 = very true). The scores vary between 3 and 21 points, higher values indicative of positive autonomy. An adequate Cronbach's alpha was observed by the original authors ($\alpha = 0.75$), as well as in the current study ($\alpha = 0.51/0.60$ for samples A/B).

Sexual Knowledge and Attitudes Scale for Premarital Couples (SKAS-PC)

SKAS-PC is a measure of sexual attitudes (34 items; $\alpha = 0.81$) and knowledge (33 items; $\alpha = 0.84$) that comprises various subscales (Sadat et al., 2018). Among these, an eight-item subscale evaluating the knowledge about Sexually Transmitted Infections (STI) (e.g., *People may have several STD at the same time*) was used in the present study, with an adaptation of the total score computation. Instead of a three-point scale (true = 1; false = -1; don't know = 0), we used a true/false scale with right answers coded as 1 and wrong or absent answers coded as 0, such that higher scores indicated greater

knowledge about STI. Considering this adaptation, reliability was estimated through the split-half method ($r = 0.40/0.55$ for samples A/B).

Ten-Item Personality Inventory (TIPI)

The TIPI is a brief measure of the Big-Five personality traits (extraversion – E, agreeableness – A, conscientiousness – C, emotional stability – S, and openness – O) developed by Gosling et al. (2003). Each dimension is represented by a pair of items rated on a seven-point scale (from 1 = strongly disagree to 7 = strongly agree), and the scores correspond to the mean of the responses after recoding reversed items – higher/lower scores indicating the trait is more/less pronounced. Concerning reliability, due to the reduced number of items assessing each factor, internal consistency may be a less-accurate estimate, so its reliability has been assessed using test–retest correlations (Gosling et al., 2003). Temporal stability has been demonstrated for both the original TIPI ($r_E = 0.77$; $r_A = 0.71$; $r_C = 0.76$; $r_S = 0.70$; $r_O = 0.62$) and for the Portuguese version developed by Nunes et al. (2018) ($r_E = 0.90$; $r_A = 0.71$; $r_C = 0.82$; $r_S = 0.78$; $r_O = 0.83$). In the present study, correlations between items of each dimension were all significant ($r_E = 0.58/0.59$; $r_A = 0.33/0.19$; $r_C = 0.16/0.36$; $r_S = 0.26/0.25$; $r_O = 0.30/0.29$ for sample A/B).

Sociodemographic questionnaire

The questionnaire asked about participants' gender, age, sexual orientation, and level of education.

1.5. Data analysis

When constructing a new scale, the first step is to examine the dimensionality of the items through an exploratory factor analysis (EFA). Subsequently, it is important to test the measurement model found in the EFA in new samples by means of confirmatory factor analysis (CFA), and to investigate possible alternative hypotheses regarding the latent factor structure of the proposed new instrument. Sample A was used to conduct the exploratory study of the new SDS scale and Sample B to carry out the further confirmatory study of the structure obtained, as well as to test gender invariance, convergent, discriminant, and concurrent validity.

An exploratory principal component analysis with oblique rotation (PCA) on the 19 items collected was conducted for the new SDS scale with Sample A. A parallel analysis (PA) was performed to better inform decisions on factor structure, with a set of criteria informing item removal, namely the exclusion of those that failed to include a component with three or more items or to reach a loading threshold of 0.40 or higher (e.g., Bollen, 1989). PCA was re-run until all the remaining items were in line with a combination of four criteria: 1) Kaiser–Meyer–Olkin (KMO) value above 0.70; 2) item communalities cut-off above 0.40; 3) no items with cross-loadings above 0.40 in two or more factors and with a difference lower than 0.30; 4) retention of factors with eigenvalues above 1 (e.g., Stewart et al., 2001; Tabachnick & Fidell, 2007) and that were higher than mean eigenvalues generated by PA.

A confirmatory factor analysis (CFA) was run using sample B in order to test the fit of the final structure of the PCA and to compare it with alternative models. The proposed factor structure goodness-of-fit was assessed by examining a number of indices, such as the chi-square/degrees of freedom (χ^2/df), the comparative fit index (CFI), the Tucker-Lewis index (TLI), and the root mean square error of approximation (RMSEA). Models were considered to have adequate fit with χ^2/df under two, CFI and TLI equal to or above 0.90 (Bentler, 1990), and RMSEA below 0.08 (Hu & Bentler, 1998). Model comparison took into account the chi-square difference test (Bollen, 1989), the Bayesian information criteria (BIC) and the Akaike information criteria (AIC), with lower BIC and AIC suggesting more parsimonious solutions (Akaike, 1974; Kass & Raftery, 1995).

Reliability was examined by the Cronbach's alpha (Nunnally & Bernstein, 1994) and by the coefficient omega and omega hierarchical (Bell et al., 2023; Hayes & Coutts, 2020; McDonald, 1999; Rodriguez et al., 2016), with values between 0.70 and 0.80 indicating acceptable reliability and values equal to or above 0.80 illustrating a good level of reliability.

For the structure found, the gender invariance of the new SDS scale was tested using a multigroup data set, as suggested by Byrne (2010). A freely estimated structure where no equality constraints are imposed on any of the parameters (configural model) was compared to a constrained structure in which the factor loadings (metric model) and the intercept (scalar model) were estimated to be equal between groups. The models were compared using the chi-square ($\Delta\chi^2$) difference test, with the invariance of the scale between the groups being supported if the difference test was non-significant.

For convergent validity, the final version of the new SDS scale was expected to positively correlate with the SDSS and to negatively correlate with the DSS (as lower scores are indicative of SDS) and with the BSAS sexual permissiveness subscale. For discriminant validity, low or non-significant correlation was expected with the SKAS-PC subscale of knowledge on STI and with each of the five dimensions of the TIPI. Finally, to explore concurrent validity, a linear regression was conducted to test how well the final version of the new SDS scale predicted views about token refusal (SBS) and sexual autonomy (SAS), which were expected to depend, to some extent, on the results of the former.

Data analysis was conducted in the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 26, and AMOS, version 26.

2. Results

2.1. Descriptive data

Descriptive statistics for the items of the New SDS Scale are presented in Table 1. The means for each item ranged from 3.32 and 3.49, in a scale varying between 1 (reversed Sexual Double Standard) and 5 (SDS), thereby indicating a tendency towards an egalitarian Single Sexual Standard.

2.2. Exploratory analysis

The 19 items of the New SDS Scale showed a KMO of 0.73, which suggested a share of common variance and indicated that factor analysis could be performed for the set of items. Firstly, the PCA showed a six-factor solution explaining 64.2% of the total variance, whereas the PA showed a five-factor solution, pointing to a discrepancy that required further investigation of the items and the factors to retain. Based on the analysis of the resulting PCA pattern matrix, nine items were removed, of which eight were made up of factors with less than three items (four of six factors were composed by these items), and one failed to load above 0.40 in any of the six factors extracted. A subsequent PCA (KMO of 0.84) showed a two-factor structure with 10 items – five items in each component – explaining 54.5% of total variance. A discrepancy in the number of factors

was found in comparing this solution with the one-factor solution indicated by the PA, requiring a detailed analysis of the PCA results. These showed that, despite all items loading above 0.45, one presented a cross-loading while another did not meet communality criteria, so these were excluded. A last PCA (KMO = 0.82) pointed to a two-factor structure consonant with PA results, and an eight-item solution that met all criteria, which explained 59.2% of total variance. Each component had four items and adequate reliability indicators ($\alpha = 0.81$; $\omega = 0.82$ and $\alpha = 0.69$; $\omega = 0.69$ for the first and second factors, respectively) (Table 1).

All the retained items reflected the theme of acceptability of sexual conduct, with the factors differentiating between sexual relationships and sexual actions and activities. Factor 1 reflected the positions adopted towards frequent casual sex, multiple partners, simultaneous partners, and affectively detached relationships; Factor 2 reflected the positions adopted towards frequent masturbation, use of pornography, initiating casual sexual encounters, and assuming that one likes sex a lot.

2.3. Confirmatory factor analysis

CFA was run in order to test the fit of the bi-dimensional structure found in the PCA (Model 1) and to compare it with three alternative models – a unidimensional structure where all items measured a single factor (Model 2); a second-order factor structure where a latent factor accounted for the two first-order factors (Model 3); and a bifactor structure where each of the items loaded on a common general factor and on one of the two specific group factors (Model 4).

Results for the four factor models are presented in Table 2. The fit indexes for Model 2 were unsatisfactory. Model 1 and Model 3 presented similar adequate fit adjustments except for the χ^2/df value, with model comparison showing non-significant differences, $\Delta\chi^2(1) = 1.885$, ns. Model 4 showed adequate fit indexes, $\chi^2/df = 1.151$; CFI = 0.997; TLI = 0.992; RMSEA = 0.024, and a significantly better adjustment compared with that of Model 1, $\Delta\chi^2(7) = 14.07$, $p < 0.05$, and Model 3, $\Delta\chi^2(8) = 15.51$, $p < 0.05$. The best adjustment of Model 4 was additionally corroborated by the AIC. The BIC and degrees of freedom favored the bidimensional and second-order models, however BIC is sensitive to the sample size while bifactor models tend to have fewer degrees of freedom as they are a more general model, with more paths to estimate (Dunn & McCray, 2020; Gignac, 2016; Reise et al., 2010).

Table 1 Description of items and final solution of Principal Component Analysis for the New SDS Scale (Sample A, $n = 209$)

	M(SD)	Corrected item total	h ²	Factor loading			
				1	2		
Factor 1: sexual relationships	<i>1. From whom do you more easily accept involvement in frequent casual relationships?</i>						
	1. De quem aceita mais facilmente o envolvimento em relacionamentos ocasionais frequentes?	3.34 (.61)	.51	.72	.904	-.173	
	<i>2. From whom do you more easily accept involvement with multiple partners?</i>						
	2. De quem aceita mais facilmente o envolvimento com múltipl@s parceir@s?	3.40 (.59)	.68	.79	.866	.052	
Factor 2: sexual actions/activities	<i>3. From whom do you more easily accept involvement with different sexual partners in the same period of time?</i>						
	3. De quem aceita mais facilmente o envolvimento com diferentes parceir@s sexuais ao mesmo tempo?	3.37 (.66)	.64	.69	.798	.078	
	<i>4. From whom do you more easily accept involvement with someone to whom one is not emotionally attached?</i>						
	4. De quem aceita mais facilmente o envolvimento sexual com alguém a quem não se está afetivamente ligad@?	3.32 (.59)	.49	.40	.520	.210	
Factor 2: sexual actions/activities	<i>5. From whom do you more easily accept to assume that they enjoy sex a lot?</i>						
	5. De quem aceita mais facilmente assumir que gosta muito de sexo?	3.33 (.63)	.46	.62	-.048	.803	
	<i>6. Of whom do you more easily accept the use of pornography?</i>						
	6. De quem aceita mais facilmente o uso de material pornográfico?	3.46 (.72)	.36	.49	-.117	.737	
Factor 2: sexual actions/activities	<i>7. From whom do you more easily accept taking the initiative for a sexual encounter?</i>						
	7. De quem aceita mais facilmente tomar a iniciativa para um encontro sexual?	3.41 (.65)	.57	.55	.242	.614	
	<i>8. Of whom do you more easily accept frequent masturbation?</i>						
	8. De quem aceita mais facilmente a masturbação frequente?	3.49 (.65)	.51	.47	.204	.581	
% variance						43.93	15.25

Factor loadings for each component are highlighted in boldface; h² = communality coefficient

Table 2 Confirmatory Factor Analysis for the New SDS Scale and model comparison (Sample B, $n = 272$)

	χ^2 (df)	χ^2/df	CFI	TLI	RMSEA	BIC	AIC	$\Delta\chi^2$ Model 4	$\Delta\chi^2$ Model 4A
Model 1									
Bi-dimensional Model	46.787 (19)	2.462	.948	.923	.073	142.086	80.787	32.98(7)	30.981(6)
Model 2									
Unidimensional Model	148.806 (20)	7.440	.758	.661	.154	238.499	180.806	-	-
Model 3									
Second Order Model	48.672 (20)	2.434	.946	.925	.073	138.364	80.672	34.865(8)	32.866(7)
Model 4									
Bifactor Model	13.807(12)	1.151	.997	.992	.024	148.346	61.807	-	1.99(1)
Model 4A									
Bifactor S-1 Model	15.806(13)	1.216	.995	.989	.028	144.70	61.806	1.99(1)	-

Model 1 = model based on the two-factor solution found through EFA; **Model 2** = alternative model considering a one factor solution; **Model 3** = alternative model considering a second level one-factor solution; **Model 4** = alternative model considering a bifactor solution; **Model 4A** = alternative model considering a bifactor S-1 solution

Model 4 was retained, but required a re-specification as a negative loading was observed for Item 4 in the specific group factor, warning that an alternative (S-1) bifactor model might better fit the data than the classical structure (Eid et al., 2017). We opted to exclude Item 4 from the group factor, but not from the general factor (Model 4A) and observed good fit indexes, $\chi^2/df = 1.151$; CFI = 0.995; TLI = 0.989; RMSEA = 0.028, and a better adjustment than Model 1, $\Delta\chi^2(6) = 12.59$, $p < 0.05$, and Model 3, $\Delta\chi^2(7) = 14.07$, $p < 0.05$. The final model thus considered a general common factor of SDS including all eight items first retained in the PCA, of which three loaded onto Factor 1, named the sexual relationships subscale, and four onto the Factor 2, the sexual actions/activities subscale (Fig. 1).

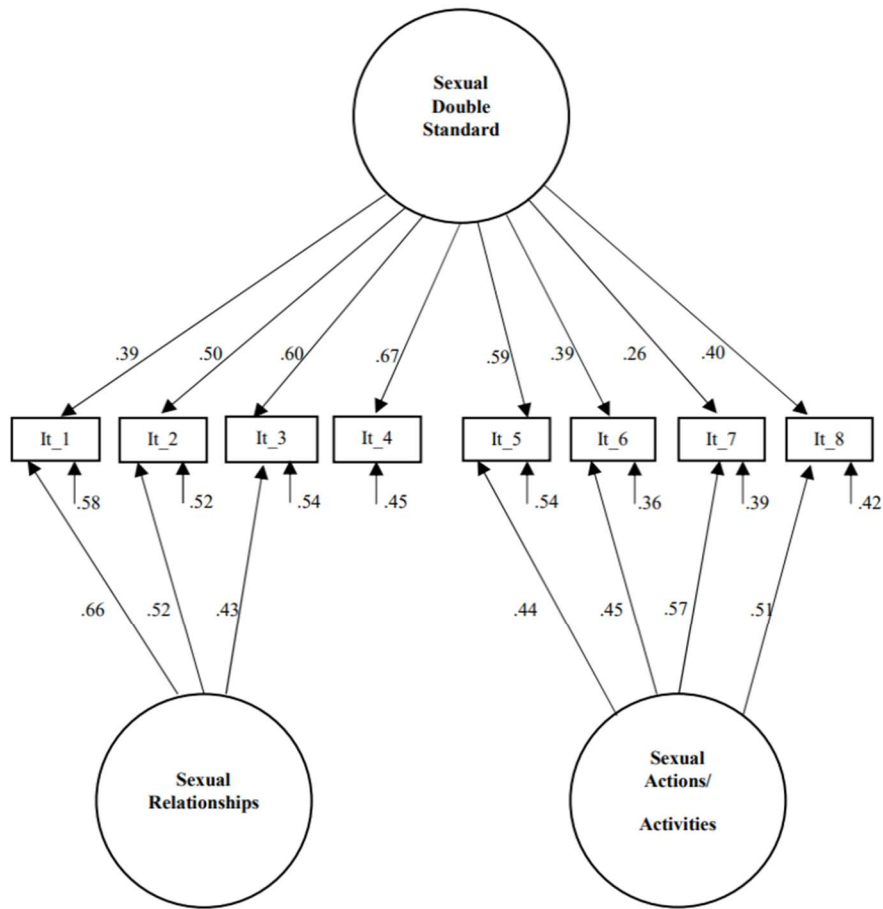


Fig. 1 Final confirmatory bifactor S-1 model of the New SDS Scale (Sample B, n = 272)

2.4. Reliability

The reliability estimates based on item scores were obtained independently for each dimension identified in Model 4A, with high internal consistency being observed both for the general factor of SDS ($\alpha = 0.78$; CI 95% from 0.74 to 0.82) and the subscales for sexual relationships ($\alpha = 0.77/RL$; CI 95% from 0.72 to 0.81), as well as for sexual actions/activities ($\alpha = 0.73/AC$; CI 95% from 0.67 to 0.78). Likewise, coefficient omega based on CFA pointed to acceptable reliability for the subscales ($\omega_S = 0.78/RL$; $\omega_S = 0.74/AC$) and good reliability for the general factor of SDS ($\omega = 0.83$), further reinforcing the adequacy of the components of Model 4A as measures of the SDS.

Because a bifactor model was retained, a set of additional measures/indexes was used to explore the adequacy of computing total and subscale scores. These included omega hierarchical (ω_H) and omega hierarchical subscale (ω_{HS}) defining: (a) “the

percent of total score variance attributable to a single general factor; (b) the percent of subscale score variance attributable to a group factor, after removing the reliable variance due to the general factor” (Rodriguez et al., 2016, pp. 145,146). Other estimates included the construct replicability (H), where values from 0.70 were considered to be indicative of latent variables well represented by its indicators; the factor determinacy (FD), representing “the correlation of factor scores with factors”, for which values above 0.90 supported the use of factor scores estimates; and the explained common variance (ECV) of the general factor, where higher values are indicative of unidimensionality (Rodriguez et al., 2016, pp. 142–145).

The values of OmegaH ($\omega_H = 0.58/\text{SDS}$) and OmegaHS ($\omega_{HS} = 0.42/\text{RL}$; $\omega_{HS} = 0.44/\text{AC}$) were found to be relatively low, urging caution in interpreting the New SDS Scale’s total and partial scores. If, on one hand, relative omega, ECV, and FD do not support the use of total scores, on the other hand, they do not exclude the possibility of reporting them. For example, 69% of all reliable variance in total scores ($\omega_H/\omega = 0.69$) and 51% of common variance ($\text{ECV} = 0.51$) were attributable to the general factor of SDS, which was also well represented by its indicators ($H = 0.74$) and highly correlated with the factor score ($\text{FD} = 0.83$), although below cutoff. Similarly, the difference between Omega and OmegaH showed that a quarter of the explained variance in the observed values was due to the specific factors ($\omega - \omega_H = 0.26$), whereas ECV suggested 49% of common variance was spread among the subscales for sexual relationships ($\omega_{HS}/\omega_S = 0.54$; $H = 0.58$; $\text{FD} = 0.75$) and for sexual actions/activities ($\omega_{HS}/\omega_S = 0.59$; $H = 0.57$; $\text{FD} = 0.74$), both with half or more items loading close or above 5%. This means partial scores provided valuable insight on endorsement of the SDS, although its independent use was not fully supported.

2.5. Gender invariance

In order to evaluate factorial invariance across gender we first tested the bifactor S-1 model for women and men separately and found adequate fit indexes for both groups. Model comparison showed that the New SDS Scale, where all eight items share a common general factor of SDS, seven of which also load onto the sexual relationships or the sexual actions/activities subscales, was configural, metric, and scalar invariant across gender (Table 3). In addition, comparison of means scores across gender showed no

significant differences for the global scale, $t(242) = -1.122$; $p > 0.05$, and for each of the subscales, $t(256) = -1.514$; $p > 0.05/RL$; $t(231) = -0.205$; $p > 0.05/AC$.

Table 3 Multigroup nested model comparison for the New SDS Scale gender invariance (Sample B, women = 153, men = 118, other = 1)

Invariance models	χ^2 (df)	CFI	TLI	RMSEA	Comparison	$\Delta\chi^2$ (df)	<i>p</i>
BIFACTOR S-1							
1. Configural	28.303(26)	.996	.991	.018	-	-	-
Men	14.318(13)	.994	.988	.029	-	-	-
Women	13.981(13)	.997	.993	.022	-	-	-
2. Metric	43.993(38)	.989	.983	.024	1 VS 2	15.69(12)	.206
3. Scalar	45.926(41)	.991	.987	.021	2 VS 3	1.933(3)	.587

CFI = comparative fit index; TLI = Tucker-Lewis index; RMSEA = root mean square error of approximation

2.6. Convergent, discriminant and concurrent validity

Correlations among scales are presented in Table 4. Convergent validity was demonstrated through the significant correlation of the New SDS Scale and its subscales with the DSS and the SDSS, in expected directions. No significant correlation was observed with the BSAS sexual permissiveness subscale, although the direction was negative as expected. Discriminant validity was also supported as the total score or subscales scores of the New SDS Scale did not significantly correlate with the STS's knowledge subscale of SKAS-PC or most TIPI dimensions. There was also some evidence for concurrent validity, although the New SDS Scale and its subscales were shown to predict token refusal but not sexual autonomy (Table 5). The values of R^2 showed that the general scale and the sexual action/activities subscales predicted 3% of variance in token refusal, respectively with $F(1, 268) = 9.11$ and $F(1, 268) = 9.621$, $p < 0.005$.

Table 4 Correlations between New SDS Scale and measures of SDS, SDSS, sexual permissiveness, knowledge, personality, sexual autonomy, and token refusal

	Mean	SD	New SDS Scale	Subscale S. Relationships	Subscale S. Actions/Activities
New SDS Scale	3.36	.40	-	.75***	.86***
Subscale S. Relationships	3.32	.48	-	-	.36***
Subscale S. Actions/Activities	3.39	.50	-	-	-
DSS	40.38	6.27	-.22***	-.17**	-.20**
SDSS	7.62	4.05	.22***	.25***	.14*
BSAS_SP	29.69	9.26	-.09	-.10	-.06
SKAS-PC_STI	7.00	1.15	-.06	-.03	-.05
TIPI_E	4.66	1.58	.15*	.09	.14*
TIPI_A	5.75	0.94	-.05	-.02	-.06
TIPI_C	5.12	1.26	.09	.09	.05
TIPI_ES	3.60	1.25	-.079	-.08	-.02
TIPI_O	5.16	1.16	.04	.02	.03
SBS_TR	3.98	2.88	.19**	.09	.18**
SAS	16.88	3.45	-.04	-.05	.00

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

DSS = Double Standard Scale; **SDSS** = Sexual Double Standard Scale; **BSAS_SP** = Sexual Permissiveness subscale from the Brief Sexual Attitude Scale; **SKAS-PC_STI** = knowledge about Sexual Transmitted Illnesses subscale from the Sexual Knowledge and Attitudes Scale for Premarital Couples; **TIPI** (E; A; C; ES; O) = Ten-Item Personality Inventory (Extraversion; Agreeableness; Conscientiousness; Emotional Stability; Openness); **SBS_TR** = Token Refusal subscale from the Sexual Beliefs Scale; **SAS** = Sexual Autonomy Scale

Table 5 Regression coefficients of the New SDS Scale and its subscales on token refusal and sexual autonomy

Variables	SBS-TR			SAS		
	<i>B</i>	β	<i>SE B</i>	<i>B</i>	β	<i>SE B</i>
Constant	-.551		1.470	17.929***		1.815
New SDS Scale	1.346**	.186	.434	-.312	-.036	.535
R ²		.031			-.002	
Constant	2.145		1.223	18.013***		1.480
Subscale S. Relationships	.551	.092	.364	-.342	-.048	.440
R ²		.005			-.002	
Constant	.477		1.173	16.812***		1.444
Subscale S. Action/Activities	1.033**	.181	.342	.019	.003	.421
R ²		.029			-.004	

SBS_TR = Token Refusal subscale from the Sexual Beliefs Scale; SAS = Sexual Autonomy Scale

* p<.05; ** p<.01; *** p < .001

3. Discussion

The SDS is a dynamic, bidimensional, (hetero)sexual standard, whereas existing scales and questionnaires are usually unidimensional and contain out-of-date and unspecific items, among other weaknesses. We therefore sought to develop a new instrument for assessing the personal SDS that would overcome these issues and would also be flexible enough to allow for adaptation to measure the social dimension of SDS, as well as to measure the two dimensions within other groups and social contexts. We found consistent empirical evidence of factorial and convergent-discriminant validity, and some evidence of concurrent validity, for the New SDS Scale, which also shows itself to be sufficiently reliable and to be configural, metric, and scalar invariant between genders. The scale informs about the SDS and the other standards that may be preferred to it, namely an egalitarian Sexual Single Standard (SSS) or a male-critical reversed SDS. These alternative standards respectively occupy the center and the lower limit of an axis

between one and five points, the latter representing SDS, and the average score obtained in this study points to the adoption of a SSS.

3.1. Development of the new scale

Concerning factor validity, the results of the PCA pointed to an eight-item solution organized in two factors – sexual relationships and sexual actions/activities. The sexual relationships factor represents non-romantic and non-exclusive (hétero)sexual involvements that have been shown to elicit the SDS, and the sexual action/activities factor depicts active expressions of sexuality that make differential evaluation more likely (e.g., Amaro et al., 2021b; Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020). Indeed, the SDS has consistently manifested in the assessment of sexual relationships that are casual, unconventional (e.g., threesomes), or with multiple partners, (Alvarez et al., 2021a, b; González-Marugán et al., 2021; Marks et al., 2018; Minello et al., 2020), just as agency, sexual interest, masturbation, and pornography have been shown to set the stage for the SDS and gender asymmetries that reflect it (e.g., Fetterolf & Sanchez, 2015; Massey et al., 2021; Onar et al., 2020). The CFA rendered support to the two-factor structure found in PCA for the New SDS Scale and suggested a better fit of a bifactor S-1 comprising an eight-item general factor of SDS, a three-item sexual relationships and a four-item sexual action/activities subscales. Results indicate a relatively strong and reliable general factor and do support (or do not exclude) the plausibility of the subscales, which are also globally reliable. Model-based reliability estimates are below the cutoff, however they may be quite acceptable given the small number of items composing the scale and, particularly, each of the subscales. As such, the global scale and the subscales may be considered a reliable measure of the SDS and the alternative SSS and reversed SDS.

The general structure of the New SDS Scale proved to be equally valid for use with both men and women, and there were no significant gender differences for the SDS global scale and subscales, further supporting the adequacy of the new scale to the separate and comparative study of samples of men and women.

Convergent and discriminant validity are sustained, as the New SDS Scale and the subscales comprising it correlate with other measures of the personal SDS – the Double Standard Scale and the Sexual Double Standard Scale – and show weak or no correlation with constructs such as personality traits or knowledge about STI. Correlations with

convergent measures were not high, suggesting the New SDS Scale is in fact different from existing measures. Correlation between the SDS and sexual permissiveness was negative but not significant and did not support the demonstration of validity. One explanation for this might be the increasing distance between concepts – attitudes vs. judgment of sexual conduct – as there is evidence the SDS and gender influence is weakening with respect to women’s comfort with sex, a variable in close relation with sexual permissiveness (Marks et al., 2022; Seguino, 2016). Likewise, there was an unexpected correlation between extroversion and the sexual action/activities subscale (and the global New SDS Scale), that it was thought after as not necessarily strange because this personality trait has been positively related to sexual activity (Allen & Walter, 2018). Evidence for concurrent validity is weaker, however, since neither the New Scale nor its subscales predict sexual autonomy, and they only account for a small amount of the variance in token resistance scores. As is the case with unpredicted results, these may constitute a limitation to the conclusions on validity, but it is not impossible to interpret them. For example, the sexual autonomy responses may be referring to romantic relationships, whereas the new scale inquires about other types of relationships; the token resistance questions are questions about recognition and not so much about the acceptance of beliefs about gender differences.

3.2. Contributions of the new scale

Not all the validity tests led to the expected results, but there is strong conceptual and empirical support for using the scale as an appropriate measure of personal SDS. In addition to content validity based on the use of a qualitative study and a panel of experts, the factorial, convergent-discriminant, and (to a lesser extent) the concurrent validity of the New SDS Scale have been demonstrated, as have its reliability and factorial gender invariance. The psychometric properties of the scale therefore permit us to affirm that it is an adequate measure of SDS and that, unlike other measures, it provides information on the alternative standards that may be preferred when the SDS is rejected. The properties of the new scale also allow for the use and calculation of a general index and two specific indices of the SDS, which, together with the small number of items, will contribute to easier and more versatile application by different professionals, and in different contexts.

From a qualitative or conceptual point of view, the themes identified in the New SDS Scale – non-romantic and non-exclusive involvements and active expression of

sexuality – represent an update of the existing instruments, and support the relevance of studies such as this one that aim to grasp the new contours that the concept is assuming and the respective ways of operationalizing and measuring it. In fact, the new scale identifies types of sexual conduct that elicit a personal SDS, some of which (e.g., pornography) are not considered in other scales and questionnaires, while it excludes types of conduct represented elsewhere that are no longer differentially accepted (e.g., premarital sex). On the other hand, all of the identified themes go along with what has been reported in the most recent literature on the manifestation of the SDS (e.g., Álvarez-Muelas et al., 2020; Amaro et al., 2021b; Endendijk et al., 2020), showing that the suggested update to the content of the standard has empirical support and aligns with what has been observed in other societies and cultures, which in turn indicates that the New SDS Scale has good prospects for generalizability. The dynamic nature of the concept and its anchoring in the concepts of gender roles and stereotypes, considered to be the conceptual basis of the standard (e.g., Amaro et al., 2021a; Fasula et al., 2014), are represented in the structure and content of the New SDS. The theme of non-romantic and non-exclusive involvements, referring mainly to stereotypes of emotional women vs. sexual men, and the theme of active sexual expression both especially concern gender roles and expectations. Beliefs such as that men have higher sexual desire than women, or that men are self- and orgasm-centered, whereas women are relation- and affection-centered, in association with the prescribed sexual roles (active male vs. passive female), would explain the manifestation of the SDS, or the “natural” entitlement of men, but not of women, to such types of involvements and expressions of sexuality (Amaro et al., 2021a; Fasula et al., 2014; Fetterolf & Sanchez, 2015; Petersen & Hyde, 2010, 2011; Sanchez et al., 2012). The emotional attachment item is particularly in line with the definition of the stereotypes, as affective bonds are one of the main criteria for distinguishing male and female sexuality, and can explain why the CFA came to isolate it as a general indicator of the SDS.

From a practical point of view, and in addition to the already mentioned advantages in terms of simplicity and versatility of application, the New SDS Scale could readily be adapted to the study of social SDS and, once the validity of this version is demonstrated, become the first two-dimensional measure of SDS. The adaptation could be accomplished simply by asking respondents to report on how they believe society judges the acceptability of the conducts for men and women. This will be of major importance because the social SDS, although still strongly-rooted, has been less studied

and seldom considered by quantitative measures. The last major advantage of the new scale lies already in the product of its application, i.e. in the information it provides about the manifestation of the SDS, as well as about the relationship with sexual health and general well-being.

3.3. Implications for sexual health and well-being

In the present study, the mean score obtained for the New SDS Scale points to the adoption of an egalitarian, liberal standard. However, analysis of the frequency of responses shows that, for the totality of items, about 25% correspond to moderate acceptance of the SDS. As acceptance and recognition of the SDS have been associated with negative consequences for sexual health and general well-being, it is possible that young Portuguese are also exposed to risks by the influence of the SDS. Regarding sexual relationships represented in the first factor, transgressive female involvement usually leads to women being discriminated against, considered deviant, promiscuous, or less desirable for committed relationships (Alvarez et al., 2021b; González-Marugán et al., 2021; Jones, 2016; Rodrigue & Fernet, 2016). They also run the risk of feeling less respected by their partners, or having their pleasure placed second or devalued (Amaro et al., 2022; Brown et al., 2018; Kettrey, 2016). Male involvement in these relationships, on the other hand, is normative and proves masculinity; men may thus feel pressured into ultra-active or even risky sexuality. Research shows that the SDS not only has a positive relationship with the number of sexual partners (Soller & Haynie, 2017) and the frequency of casual partners (Holland & Vangelisti, 2020), but also that it is able to limit men's sexual agency or to contribute to their involvement in unwanted or unprotected relations (Kalish, 2013). Regarding the actions/activities represented in the second factor, the SDS appears to place women at a particular disadvantage, with evidence that they inhibit or hide their sexual agency and experience for fear of negative evaluations (Fetterolf & Sanchez, 2015; Holland & Vangelisti, 2020); they experience masturbation as a less likely source of pleasure (e.g., shame/guilt) or well-being (e.g., body knowledge/pleasure) (e.g., Amaro et al., 2022; Carvalheira & Leal, 2013; Saliães et al., 2017); they avoid masturbating in the relationship in order to protect their partner's sense of masculinity or competence (Kraus, 2017; Onar et al., 2020); or they compete with pornography for intimacy, prioritizing their partner's needs (e.g., Ashton et al., 2020; Litsou et al., 2021). As for men who frequently or compulsively use pornography and

adopt sexist beliefs (e.g., dominant man, woman as object), they may not only experience diminished satisfaction with their bodies and difficulties in sexual functioning (Komlenac & Hochleitner, 2021; Massey et al., 2021), but may also disregard their partners' desires, feelings, and consent, or engage in dominant, coercive, or degrading behavior toward women (e.g., slapping, hair pulling, penile gagging, spanking) (Massey et al., 2021). This is all the more serious given that sexual violence does not always qualify as such, under the guise of beliefs such as that women refuse desired sexual relations (token refusal) (e.g., Beres, 2010; Beres et al., 2014) or must reiterate refusal of a relation (or sexual practice), lest its absence be taken as consent (i.e., as “giving in”) (Hills et al., 2021; Muehlenhard et al., 2016).

In sum, if the SDS and gendered sexual beliefs/norms have the potential to condition access to a free, safe, and satisfying (hetero)sexual experience, their manifestation warns of risks and asymmetries. The task of understanding and combating these may benefit from the study of SDS; this reinforces the value of the New SDS Scale as a means to explore acceptance (and, in the future, recognition) of the SDS and, combined with other measures, its effects on sexual health.

3.4. Limitations, strengths and future directions

The current study has some limitations that must be addressed. Firstly, the independent use of the global New SDS Scale and subscales is not fully supported, meaning we cannot ensure the accuracy of the separate interpretation of scores. Based on the results, we can only recommend the joint analysis of total and partial scores, with subscales adding interpretative value to the total score (e.g., an apparent manifestation of the SSS may in fact hide a mixture of the SDS and the reversed SDS) and vice-versa. Secondly, concurrent validity is weak and deserves further inspection. Thirdly, the study relied exclusively on samples of college students and hence the suitability of the scale for young adults without university experience is unknown. Furthermore, as men made up only 25% of the sample of the exploratory study for the scale, the possibility cannot be ruled out that the selected items better reflect women's perspectives of SDS than those of men. Finally, the generalizability for groups other than Portuguese college students is still not evidence-based, which calls for further studies with different populations. Research is also required to evaluate the suitability of the new scale for assessing the social SDS and

to determine whether its psychometric parameters are also suitable for assessing the construct in other cultural contexts.

Strengths of the current study include the demonstration that the New SDS Scale is a valid, reliable, and gender-invariant measure of the personal SDS, plus the SSS and reversed SDS; the demonstration that the content of the SDS has been updated effectively; and the demonstration that operationalization of the construct has been made more efficient, for example, through items solely inquiring about the compared acceptability of sexual conducts for men and women. The new scale overcomes some of the limitations of existing measures, excluding outdated indicators of the SDS, controlling for other-construct indicators, and providing information on alternative standards. It shows itself to be sensitive to conceptual nuances, to reflect theoretical premises of SDS manifestation, and to align with evidence of the standard gathered in different Western societies. These observations, together with the small number of items and the conventional nature of the types of conduct they evaluate, are features that indicate that the New SDS Scale has good prospects for generalizability. Moreover, the small number of items, the simple computation of scores, and the bifactor structure comprising a general factor of SDS and two subfactors are characteristics that favor easy and versatile application of the scale. This may serve research in the field of sexuality, gender, and sexual health, as well as clinical and educational contexts. It can be a valuable instrument for exploring the sexual standards adopted by individuals or groups in general, or in the evaluation of particular sexual relationships or types of conduct. It can easily be adapted to measure the social SDS, allowing the comparison between personal endorsement and social recognition of the standard. And it can be easily combined with other measures to clarify if and how each dimension impacts sexual health and well-being, providing direction for sexual education and other interventions aiming to promote a free, positive sexual experience.

4. References

Akaike, H. (1974). A new look at the statistical model identification. In E. Parzen, K. Tanabe, G., & G. Kitagawa (Eds.), *Selected papers of Hirotugu Akaike*. Springer series in statistics (pp. 215–222). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4612-1694-0_16

- Allen, M., & Walter, E. (2018). Linking big five personality traits to sexuality and sexual health: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *144*(10), 1081–1110. <https://doi.org/10.1037/bul0000157>
- Alvarez, M.-J., Pereira, C., Godinho, C., & Luz, R. (2021a). Clear-cut terms and culture-sensitive characteristics of distinctive casual sexual relationships in Portuguese emerging adults. *Sexuality & Culture*, *25*(6), 1966–1989. <https://doi.org/10.1007/s12119-021-09859-0>
- Alvarez, M.-J., Pegado, A., Luz, R., & Amaro, H. (2021b). Still striving after all these years: Between normality of conduct and normativity of evaluation in casual relationships in college students. *Current Psychology*, *42*(13): 10645–10655. <https://doi.org/10.1007/212144-021-02344-9>
- Álvarez-Muelas, A., Gómez-Berrocal, C., & Sierra, J. (2020). Relación del doble estándar sexual con el funcionamiento sexual y las conductas sexuales de riesgo: Revisión sistemática. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, *11*(2), 103–116. <https://doi.org/10.23923/j.riips.2020.02.038>
- Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2021a). Portuguese college students' perceptions about the social sexual double standard: Developing a comprehensive model for social SDS. *Sexuality & Culture*, *25*(2), 733–755. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09791-9>
- Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2021b). Manifestação do duplo padrão sexual nas sociedades ocidentais (2011–2017): uma revisão abrangente [Manifestation of the sexual double standard in Western societies (2011–2017): A scoping review]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *124*, 53–78. <https://journals.openedition.org/rccs/11509>
- Amaro, H., Alvarez, M.-J., & Ferreira, J. (2022). Sexual gender roles and stereotypes and the sexual double standard in sexual satisfaction among Portuguese college students: An exploratory study. *Psychology & Sexuality*, *13*(5), 1350–1365. <https://doi.org/10.1080/19419899.2022.2039271>
- Ashton, S., McDonald, K., & Kirkman, M. (2020). Pornography and sexual relationships: Discursive challenges for young women. *Feminism & Psychology*, *30*(4), 489–507. <https://doi.org/10.1177/0959353520918164>
- Bell, S., Chalmers, R., & Flora, D. (2023). The impact of measurement model misspecification on coefficient omega estimates of composite reliability. The

- ANNALS of the *American Academy of Political and Social Science*, 0(0), 104–113. <https://doi.org/10.1177/000271627642800110>
- Bentler, P. (1990). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107(2), 238–246. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.107.2.238>
- Beres, M. (2010). Sexual miscommunication? Untangling assumptions about sexual communication between casual sex partners. *Culture, Health & Sexuality*, 12(1), 1–14. <https://doi.org/10.1080/13691050903075226>
- Beres, M., Senn, C., & McCaw, J. (2014). Navigating ambivalence: How heterosexual young adults make sense of desire differences. *Journal of Sex Research*, 51(7), 765–776. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.792327>
- Berkowitz, A. (2011). Using how college men feel about being men and “doing the right thing” to promote men’s development. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinities in higher education: Theoretical and practical considerations* (pp. 161–176). Routledge.
- Bollen, K. (1989). *Structural equations with latent variables*. Wiley.
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Brown, J., Schmidt, J., & Robertson, N. (2018). “We’re like the sex CPR dummies”: Young women’s understandings of (hetero)sexual pleasure in university accommodation. *Feminism & Psychology*, 28(2), 253–271. <https://doi.org/10.1177/0959353517742500>
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming* (2nd ed.). Routledge/Taylor & Francis.
- Caron, S., Davis, C., Halteman, W., & Stickle, M. (2011). Double Standard Scale. In T. Fisher, C. Davis, W. Yarber, & S. Davis (Eds.), *Handbook of sexuality-related measures* (3rd ed., pp. 195–196). Routledge.
- Carvalho, A., & Leal, I. (2013). Masturbation among women: Associated factors and sexual response in a Portuguese community sample. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 39(4), 347–367. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2011.628440>
- Chadwick, S., & van Anders, S. (2017). Do women’s orgasms function as a masculinity achievement for men? *Journal of Sex Research*, 54(9), 1141–1152. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1283484>

- Clarke, M., Marks, A., & Lykins, A. (2015). Effects of normative masculinity on males' dysfunctional sexual beliefs, sexual attitudes, and perceptions of sexual functioning. *Journal of Sex Research, 52*(3), 327–337. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.860072>
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research, 40*(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Danube, C., Norris, J., Stappenbeck, C., Davis, K., George, W., Zawacki, T., & Abdallah, D. (2016). Partner type, sexual double standard endorsement, and ambivalence predict abdication and unprotected sex intentions in a community sample of young women. *Journal of Sex Research, 53*(4–5), 601–613. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1061631>
- Dunn, K., & McCray, G. (2020). The place of the bifactor model in confirmatory factor analysis investigations into construct dimensionality in language testing. *Frontiers in Psychology, 11*, 1357. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01357>
- Eagly, A., Wood, W., & Johannesen-Schmidt, M. (2004). Social role theory of sex differences and similarities. In A. H. Eagly, A. E. Beall, & R. J. Sternberg (Eds.), *The psychology of gender* (pp. 269–291). The Guildford Press.
- Eid, M., Geiser, C., Koch, T., & Heene, M. (2017). Anomalous results in G-factor models: Explanations and alternatives. *Psychological Methods, 22*(3), 541–562. <https://doi.org/10.1037/met0000083>
- Emmerink, P., Vanwesenbeeck, I., van den Eijnden, R., & Bogt, T. (2016). Psychosexual correlates of sexual double standard endorsement in adolescent sexuality. *Journal of Sex Research, 53*(3), 286–297. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1030720>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and Social Psychology Review, 24*(2), 163–190. <https://doi.org/10.1177/1088868319891310>
- Farvid, P. (2018). Sexual stigmatization. In T. K. Shackelford & V. A. Weekes-Shackelford (Eds.), *Encyclopedia of evolutionary psychological science*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-16999-6_2457-1
- Fasula, A., Carry, M., & Miller, K. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young

- black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, 51(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fetterolf, J., & Sanchez, D. (2015). The costs and benefits of perceived sexual agency for men and women. *Archives of Sexual Behavior*, 44(4), 961–970. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0408-x>
- Filipe, A. (2012). Abertura à experiência, atitudes e comportamentos sexuais em jovens do ensino superior [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Frias, A. (2014). Duplo padrão sexual e contraceção nos adolescentes. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 359–368. <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEF/article/view/381>
- Gignac, G. (2016). The higher-order model imposes a proportionality constraint: That is why the bifactor model tends to fit better. *Intelligence*, 55, 57–68. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2016.01.006>
- González-Marugán, E., Castaño, M., de Miguelsanz, M., & Antón, L. (2021). Are women still judged by their sexual behaviour? Prevalence and problems linked to sexual double standard amongst university students. *Sexuality & Culture*, 25(6) 1927–1945. <https://doi.org/10.1007/s12119-021-09857-2>
- Gosling, S., Rentfrow, P., & Swann, W. (2003). A very brief measure of the Big-Five personality domains. *Journal of Research in Personality*, 37(6), 504–528. [https://doi.org/10.1016/S0092-6566\(03\)00046-1](https://doi.org/10.1016/S0092-6566(03)00046-1)
- Hayes, A., & Coutts, J. (2020). Use Omega rather than Cronbach's alpha for estimating reliability. *But..., Communication Methods and Measures*, 14(1), 1–24. <https://doi.org/10.1080/19312458.2020.1718629>
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *Journal of Sex Research*, 23(4), 502–526. <https://doi.org/10.1080/00224498709551387>
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (2011). Sexual Attitudes Scale and Brief Sexual Attitudes Scale. In T. Fisher, C. Davis, W. Yarber, & S. Davis (Eds.), *Handbook of Sexuality-Related Measures* (3rd ed., pp. 71–74). Routledge.
- Hendrick, C., Hendrick, S., & Reich, D. (2006). The brief sexual attitudes scale. *Journal of Sex Research*, 43(1), 76–86. <https://doi.org/10.1080/00224490609552301>
- Hills, P., Pleva, M., Seib, E., & Cole, T. (2021). Understanding how university students use perceptions of consent, wantedness, and pleasure in labeling rape. *Archives of Sexual Behavior*, 50(1), 247–262. <https://doi.org/10.1007/s10508-020-01772-1>

- Holland, M., & Vangelisti, A. L. (2020). The sexual double standard and topic avoidance in friendships. *Communication Quarterly*, 68(3), 306–330. <https://doi.org/10.1080/01463373.2020.1787476>
- Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. SAGE Publications.
- Hu, L., & Bentler, P. (1998). Fit indices in covariance structure modeling: Sensitivity to underparameterized model misspecification. *Psychological Methods*, 3(4), 424–453. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.3.4.424>
- Impett, E., & Peplau, L. (2003). Sexual compliance: Gender, motivational and relationship perspectives. *Journal of Sex Research*, 40(1), 87–100. <https://doi.org/10.1080/00224490309552169>
- Jackson, S., & Cram, F. (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology*, 42(1), 113–127. <https://doi.org/10.1348/014466603763276153>
- Jones, D. (2016). The “chasing Amy” bias in past sexual experiences: Men can change, women cannot. *Sexuality & Culture*, 20, 24–37. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9307-0>
- Kalish, R. (2013). Masculinities and hooking up: Sexual decision-making at college. *Culture, Society & Masculinities*, 5(2), 147–165. <https://doi.org/10.3149/CSM.0502.147>
- Kass, R., & Raftery, A. (1995). Bayes factors. *Journal of the American Statistical Association*, 90(430), 773–795. <https://doi.org/10.1080/01621459.1995.10476572>
- Kettrey, H. (2016). What’s gender got to do with it? Sexual double standard and power in heterosexual college hookups. *Journal of Sex Research*, 53(7), 754–765. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1145181>
- Komlenac, N., & Hochleitner, M. (2021). Heterosexual-identified men’s endorsement of masculinity ideologies moderates associations between pornography consumption, body satisfaction and sexual functioning. *Psychology & Sexuality*, 13(4), 880–900. <https://doi.org/10.1080/19419899.2021.1936616>
- Kraus, F. (2017). The practice of masturbation for women: The end of a taboo? *Sexologies*, 26(4), e35–e41. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2017.09.009>
- Lamont, E. (2021). The persistence of gender dating. *Sociology Compass*, 15(11), e12933. <https://doi.org/10.1111/soc4.12933>

- Levin, D., Ward, L., & Neilson, E. (2012). Formative sexual communications, sexual agency and coercion, and youth sexual health. *Social Service Review*, *86*(3), 487–516. <https://doi.org/10.1086/667785>
- Litsou, K., Graham, C., & Ingham, R. (2021). Women in relationships and their pornography use: A systematic review and thematic synthesis. *Journal of Sex & Marital Therapy*, *47*(4), 381–413. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2021.1885532>
- McCarthy, B., & Bodnar, L. (2005). The equity model of sexuality: Navigating and negotiating the similarities and differences between men and women in sexual behavior, roles and values. *Sexual and Relationship Therapy*, *20*(2), 225–235. <https://doi.org/10.1080/14681990500113229>
- Magalhães, E., Chaves, S., & Nogueira, C. (2007, October, 25–26). Escala de Duplo-Padrão Sexual: Validação e diferenças de género numa população de estudantes universitários portugueses [Conference session]. I Congreso Galego da Mocidade Investigadora, Santiago de Compostela, Spain. https://www.usc.es/gl/congresos/congresos/2007/congreso_0061.html
- Marks, M. (2008). Evaluations of sexually active men and women under divided attention: A social cognitive approach to the sexual double standard. *Basic and Applied Social Psychology*, *30*(1), 84–91. <https://doi.org/10.1080/01973530701866664>
- Marks, M., & Fraley, C. (2005). The sexual double standard: Fact or fiction? *Sex Roles*, *52*(3–4), 175–186. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-1293-5>
- Marks, M., & Fraley, R. (2006). Confirmation bias and the sexual double standard. *Sex Roles*, *54*(1–2), 19–26. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-8866-9>
- Marks, M., & Fraley, R. (2007). The impact of social interaction on the sexual double standard. *Social Influence*, *2*(1), 29–54. <https://doi.org/10.1080/15534510601154413>
- Marks, M., Young, T., & Zaikman, Y. (2018). The sexual double standard in the real world: Evaluations of sexually active friends and acquaintances. *Social Psychology*, *50*(2), 1–13. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000362>
- Marks, M., Busch, T., & Wu, A. (2022). The relationship between the sexual double standard and women’s sexual health and comfort. *International Journal of Sexual Health*, *34*(3), 409–423. <https://doi.org/10.1080/19317611.2022.2069179>

- Marques, N., Vieira, R., & Pechorro, P. (2013). The sexual double standard in a masculine way: A Portuguese transgenerational perspective. *Revista Internacional De Andrología*, *11*(4), 138–143. <https://doi.org/10.1016/j.androl.2013.06.001>
- Massey, K., Burns, J., & Franz, A. (2021). Young people, sexuality and the age of pornography. *Sexuality & Culture*, *25*, 318–336. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09771-z>
- McDonald, R. (1999). *Test theory: A unified approach*. Lawrence Erlbaum.
- Milhausen, R., & Herold, E. (2001). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, *13*(2), 63–83. https://doi.org/10.1300/J056v13n02_05
- Minello, A., Caltabiano, M., Dalla-Zuanna, G., & Vignoli, D. (2020). Catching up! The sexual behaviour and opinions of Italian students (2000–2017). *Genus*, *76*(1), 1–22. <https://doi.org/10.1186/s41118-020-00085-4>
- Muehlenhard, C., & Felts, A. (2011). Sexual Beliefs Scale. In T. Fisher, C. Davis, W. Yarber, & S. Davis (Eds.), *Handbook of Sexuality-Related Measures* (3rd ed., pp. 127–129). Routledge.
- Muehlenhard, C., & Quackenbush, D. (2011). Sexual Double Standard Scale. In T. Fisher, C. Davis, W. Yarber, & S. Davis (Eds.), *Handbook of Sexuality-Related Measures* (3rd ed., pp. 199–200). Routledge.
- Muehlenhard, C., Humphreys, T., Jozkowski, K., & Peterson, Z. (2016). The complexities of sexual consent among college students: A conceptual and empirical review. *The Journal of Sex Research*, *53*(4–5), 457–487. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1146651>
- Neves, D. (2016). Normas face ao género e à diversidade sexual: Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *82*, 89–102. <http://journals.openedition.org/spp/2506>
- Nunes, A., Limpo, T., Lima, C., & Castro, S. (2018). Short scales for the assessment of personality traits: Development and validation of the Portuguese Ten-Item Personality Inventory (TIPI). *Frontiers in Psychology*, *9*, 461. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00461>
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1994). *Psychometric theory*. McGraw Hill.
- Onar, D., Armstrong, H., & Graham, C. (2020). What does research tell us about women’s experiences, motives and perceptions of masturbation within a relationship context?: A systematic review of qualitative studies. *Journal of Sex &*

Marital Therapy, 46(7), 683–716.

<https://doi.org/10.1080/0092623X.2020.1781722>

- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993–2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21–38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large data-sets. *Journal of Sex Research*, 48(2–3), 149–165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica*, 23(2), 173–185. <http://hdl.handle.net/10400.12/6024>
- Reise, S., Moore, T., & Haviland, M. (2010). Bifactor models and rotations: Exploring the extent to which multidimensional data yield univocal scale scores. *Journal of Personality Assessment*, 92(6), 544–559. <https://doi.org/10.1080/00223891.2010.496477>
- Reiss, I. (1956). The double standard in premarital sexual intercourse. *A Neglected Concept. Social Forces*, 34(3), 224–230. <https://doi.org/10.2307/2574041>
- Reiss, I. (1960). *Premarital sexual standards in America*. The Free Press in Glencoe.
- Rodrigue, C., & Fernet, M. (2016). A metasynthesis of qualitative studies on casual sexual relationships and experiences. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 25(3), 225–242. <https://doi.org/10.3138/cjhs.253-A6>
- Rodriguez, A., Reise, S., & Haviland, M. (2016). Evaluating bifactor models: Calculating and interpreting statistical indices. *Psychological Methods*, 21(2), 137–150. <https://doi.org/10.1037/met0000045>
- Sadat, Z., Ghofranipour, F., Azin, S., Montazeri, A., Goshtasebi, A., Bagheri, A., & Barati, E. (2018). Development and psychometric evaluation of the sexual knowledge and attitudes scale for pre-marital couples (SKAS-PC): An exploratory mixed method study. *International Journal of Reproductive BioMedicine*, 16(1), 41–50. <https://doi.org/10.29252/ijrm.16.1.41>
- Salieres, E., Wilkerson, J., Sieving, R., & Brady, S. (2017). Sexually experienced adolescents' thoughts about sexual pleasure. *Journal of Sex Research*, 54(4–5), 604–618. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1170101>
- Salisbury, C., & Fisher, W. (2014). “Did you come?” A qualitative exploration of gender differences in beliefs, experiences, and concerns regarding female orgasm

- occurrence during heterosexual sexual interactions. *Journal of Sex Research*, 51(6), 616–631. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.838934>
- Sanchez, D., Crocker, J., & Boike, K. (2005). Doing gender in the bedroom: Investing in gender norms and the sexual experience. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(10), 1445–1455. <https://doi.org/10.1177/0146167205277333>
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012). Eroticizing inequality in the United States: The consequences and determinants of traditional gender role adherence in intimate relationships. *Journal of Sex Research*, 49(2–3), 168–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Seguino, S. (2016). Global trends in gender equality. *Journal of African Development*, 18(1), 9–30. <https://doi.org/10.5325/jafrideve.18.1.0009>
- Sierra, J., Rojas, A., Ortega, V., & Ortiz, J. (2007). Evaluación de actitudes sexuales machistas en universitarios: primeros datos psicométricos de las versiones españolas de la double standard scale (DSS) y de la rape supportive attitude scale (RSAS). *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 7(1), 41–60. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:145743860>
- Soller, B., & Haynie, D. (2017). Variation in sexual double standards across schools: How do they matter for adolescent sexual behavior? *Sociological Perspectives*, 60(4), 702–721. <https://doi.org/10.1177/0731121416668865>
- Stewart, D., Barnes, J., Cote, J., Cudeck, R., & Malthouse, E. (2001). Factor analysis. *Journal of Consumer Psychology*, 10(1–2), 75–82. <https://doi.org/10.1207/15327660151044005>
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2007). *Using multivariate statistics*. Allyn & Bacon.
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2017). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles*, 76, 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677-z>
- Zangão, M., & Sim-Sim, M. (2011). Duplo padrão sexual e comportamentos afetivo-sexuais na adolescência. *Revista de Enfermagem UFPE Online*, 5(2 Edição Especial), 328–335. <https://doi.org/10.5205/revol.1718-11976-4-LE.05spe201104>
- Zhang, Z., & Yuan, K.-H. (2018). *Practical statistical power analysis using webpower and R*. ISDSA Press.

Appendix Initial pool of SDS indicators

Items
1. De quem aceita mais facilmente o envolvimento com múltipl@s parceir@s? <i>1. From whom do you more easily accept the involvement with multiple partners?</i>
2. De quem aceita mais facilmente o envolvimento em relacionamentos ocasionais frequentes? <i>2. From whom do you more easily accept the involvement in frequent casual relationships?</i>
3. De quem aceita mais facilmente o envolvimento com diferentes parceir@s sexuais ao mesmo tempo? <i>3. From whom do you more easily accept the involvement with different sexual partners in the same period of time?</i>
4. De quem aceita mais facilmente o envolvimento sexual com alguém a quem não se está afetivamente ligad@? <i>4. From whom do you more easily accept the involvement with someone to whom one is no emotionally attached to?</i>
5. De quem tem mais reservas quanto ao caráter quando há envolvimento em relacionamentos ocasionais frequentes. <i>5. From whom do you have more reservations about character when there is involvement in frequent casual relationships?</i>
6. De quem tem mais reservas quanto ao caráter quando há envolvimento com múltipl@s parceir@s sexuais. <i>6. From whom do you have more reservations about the character when there is involvement with multiple sexual partners?</i>
7. De quem aceita mais facilmente o uso de brinquedos sexuais? <i>7. From whom do you more easily accept the use of sexual toys?</i>
8. De quem aceita mais facilmente a manifestação de desejos sexuais menos convencionais? <i>8. From whom do you more easily accept the manifestation of less conventional sexual desires?</i>
9. Quem desaconselharia mais facilmente de se envolver com alguém que tem/teve múltipl@s parceir@s sexuais? <i>9. Who would you most easily advise against getting involved with someone who has/had multiple sexual partners?</i>
10. Quem desaconselharia mais facilmente de se envolver com alguém que tem/teve relacionamentos ocasionais frequentes? <i>10. Who would you most easily advise against getting involved with someone who has/had frequent casual relationships?</i>
11. Quem admiraria mais pelo envolvimento em relacionamentos ocasionais frequentes? <i>11. Who would you most admire for engaging in frequent occasional relationships?</i>
12. Quem admiraria mais pelo envolvimento com múltipl@s parceir@s sexuais? <i>12. Who would you most admire for engaging with multiple sexual partners?</i>
13. De quem aceita mais facilmente a masturbação frequente? <i>13. From whom do you more easily accept the frequent masturbation?</i>
14. De quem aceita mais facilmente assumir que gosta muito de sexo? <i>14. From whom do you more easily accept to assume that likes sex a lot?</i>
15. De quem aceita mais facilmente o uso de material pornográfico? <i>15. From whom do you more easily accept the use of pornography?</i>
16. De quem aceita mais facilmente tomar a iniciativa para um encontro sexual? <i>16. From whom do you more easily accept to take initiative for a sexual encounter?</i>
17. De quem aceita mais facilmente sair à noite com o objetivo de ter um encontro sexual ocasional? <i>17. From whom do you more easily accept to go out at night with the objective of an occasional sexual encounter?</i>
18. De quem aceita mais facilmente cometer traição? <i>18. From whom do you more easily accept to be unfaithful?</i>
19. Quem deve ter mais liberdade sexual? <i>19. Who should have more sexual freedom?</i>

CAPÍTULO 3 - DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES

Começou o nosso trabalho de investigação com a afirmação de que era o resultado do compromisso entre um doutoramento em Psicologia, com especialidade de psicologia da educação, e um interesse pessoal na área da sexualidade. Foi seu objetivo produzir conhecimento válido sobre o Duplo Padrão Sexual e explorar se e como se manifestava esta norma sexual de género na saúde sexual de estudantes universitários portugueses, com vista a contribuir para a educação sexual no ensino superior. O DPS é um padrão diferencial de conduta e avaliação da conduta sexual que visa particularmente indivíduos cisgénero heterossexuais. Associa masculinidade a promiscuidade e feminilidade a castidade, recompensa conformidade e pune transgressão, e tem por isso potencial para condicionar a experiência constituindo um muito provável determinante (negativo) da saúde sexual de jovens estudantes universitários. Isso nos disse a investigação internacional e alguma, ainda pouca, nacional, levando a perguntar se os riscos e dificuldades sexuais manifestados por esse grupo no contexto português não poderiam ser eles também motivadas por variáveis sociais como o DPS e as indissociáveis prescrições sexuais de género como papéis e estereótipos.

A investigação portuguesa, apesar de diminuta, sustentava a pertinência da pergunta e alertava para a possibilidade de o DPS ser um padrão socialmente reconhecido (DPS social) mais do que pessoalmente aceite (DPS pessoal) que está ainda muito presente nas representações e experiências de intimidade dos jovens. Já a investigação internacional, alertava para o carácter dinâmico do padrão, para o fraco reconhecimento da sua bidimensionalidade, decorrente da inexistência de uma estrutura concetual própria e para problemas relacionados com a sua operacionalização e medida. E, com base nessas várias compreensões vieram a definir-se os seis objetivos do nosso trabalho que podem ser combinados sob três temas: (i) revisão da literatura sobre manifestação e impacto do DPS na saúde sexual (2011-2017); (ii) desenvolvimento de um modelo compreensivo da manifestação do DPS social e de uma Nova Escala de DPS pessoal; (iii) estudo qualitativo da proteção e satisfação sexual e da sua relação com género e DPS. Nesta última secção, procuraremos destacar os principais resultados, debater o significado daqueles considerados mais críticos ou novos e relacioná-los com a investigação recente, discutindo limitações e direções futuras. Terminaremos com uma reflexão em torno dos

contributos dos estudos para a educação sexual e, como tantas vezes se repetiu, para fazer da desconstrução do género e do DPS uma área estratégica de promoção da saúde sexual e da igualdade de género.

Revisões abrangentes sobre DPS

A revisão abrangente sobre manifestação do DPS tradicional realizada neste trabalho confirmou o que a investigação anterior já intuía (e.g., Bordini & Sperb, 2013; Crawford & Popp, 2003; Endendijk et al., 2020). Um padrão ainda muito enraizado que se manifesta nos discursos sobre sexualidade e que é adotado e/ou reconhecido por adolescentes, jovens, e adultos, na avaliação de condutas tão diversas como a relação sexual adolescente, o envolvimento com elevado número de parceiros, a expressão de desejo ou agência, a comunicação sexualizada, digital e pública (e.g., *sexting*, *making out* performativo), ou a desejabilidade de parceiros em função da experiência sexual (e.g., relações a três). Ainda, a ocasionalidade mostrou ser um comportamento crítico para a emergência do duplo padrão, um resultado em linha com o observado noutras revisões da literatura, que não deixa de ser paradoxal quando há uma cultura *hookup*, ou cultura da ocasionalidade, que a normaliza no contexto universitário (e.g., Rodrigue & Fernet, 2016; Wade, 2017).

A revisão abrangente sobre os efeitos do DPS na saúde sexual acrescenta à demonstração da manifestação do duplo padrão no Ocidente pistas, também baseadas na evidência, de que o padrão, como os papéis e os estereótipos sexuais de género, podem interferir no acesso a uma sexualidade livre, segura e satisfatória, especialmente de mulheres heterossexuais (e.g., Armstrong et al., 2012; Danube et al., 2016; Dunn et al., 2014; Emmerink et al., 2016; Koon-Magnin & Ruback, 2012). Pressionadas (ou compelidas) para agirem uma feminilidade afetivo-relacional e passiva – i.e. centrada na gratificação do parceiro mais do que na sua e dependente das decisões/ações do parceiro mais do que das suas – as mulheres vêm condicionada satisfação e proteção sexuais. O seu direito ao prazer ainda é questionado, a masturbação ainda traz sentimentos ambivalentes e a autonomia ainda se joga com relação à imagem, reputação e relação. Além disso, o risco de vitimação social associada a problemas psicológicos e o risco de culpabilização por qualquer forma de envolvimento (agressor/vítima) em situações de abuso/violência sexual também parecem ser maiores entre mulheres. Essa é também a conclusão a que chegaram Álvarez-Muelas e colaboradores (2020a) numa revisão da

literatura recente sobre a influência do DPS no funcionamento e no comportamento sexual de risco.

A sociedade americana, especialmente representada na literatura, parece ser mais tradicional e restritiva do que sociedades europeias mas não há (ainda) uma base sólida que permita concluir sobre especificidades culturais. O que sabemos hoje, e é coerente com o sentido notado nesses resultados, é que a investigação produzida nos Estados Unidos da América e publicada depois de 2017 (e.g., Harvey et al., 2020; Holland & Vangelisti, 2020; Marks et al., 2018) aponta quer para um DPS tradicional (e.g., avaliação amigos/conhecidos vs. número parceiros) quer para um PSS conservador (e.g., *sexting* ativo com parceiros ocasionais), enquanto a investigação desenvolvida em países da Europa Ocidental como Espanha (e.g., Álvarez-Muelas et al., 2020b, 2023; González-Marugán et al., 2021) ou Itália (e.g., Minello et al., 2020; Migheli & Pronzato, 2020) nota que o DPS continua a existir, com consequências para a liberdade e a saúde sexuais, mas tem vindo a enfraquecer e a ser substituído por um PSS liberal (ou atitudes sexuais progressistas que o fazem supor).

O que encontramos como novo na investigação produzida entre 2011 e 2017 é a expressão mais vincada de um DPS invertido a alternar com um DPS tradicional cujo significado não é tão linear como o atribuído, por exemplo, à expressão e variação do padrão tradicional com o PSS liberal, já que o último é facilmente explicado pelo progresso das sociedades ocidentais dos últimos anos. Uma interpretação relativamente óbvia é a de que o DPS invertido corresponde a oposição ou resistência à assimetria de género e ao privilégio masculino (e.g., Álvarez-Muelas et al., 2023). No entanto, quando a variação entre padrões é tal que os homens adotam DPS tradicional e as mulheres DPS invertido – e.g., ciberinfidelidade (Hackathorn & Harvey, 2011) – podemos estar na presença de um outro fenómeno – a tendência a julgar favoravelmente o grupo a que se sente pertencer – e investigação recente tem vindo a notar que uma tal alternância género-dependente é melhor explicada pelas ideias de *in-group/out-group* da psicologia social (Álvarez-Muelas et al., 2020b; Hensums et al., 2022). Será mais difícil explicar a sua variação no interior do mesmo grupo – e.g., DPS tradicional e invertido vs. vinculação infantil feminina (Zaikman et al., 2016a) – mas pelo menos adverte para a natureza complexa e multideterminada da manifestação dos padrões sexuais que, como vimos, é função de fatores tão diversos como personalidade, aparência ou atitudes sexuais de quem avalia e de quem é avaliado (e.g., Zaikman & Marks, 2014, 2016; Zaikman et al., 2016b). Investigação recente traz ainda a possibilidade de o DPS invertido poder ser sinónimo de

mudança e exaltação da agência feminina, mas um olhar mais cuidado faz questionar se a manifestação do padrão alternativo não corresponderá a tradição disfarçada de mudança. Thompson e colaboradores (2018) concluíram sobre uma avaliação mais favorável de mulheres do que de homens que iniciam relações românticas, consensuais, emocional ou sexualmente não exclusivas, enquanto Haus e Thompson (2020) concluíram que mulheres que se masturbavam eram consideradas parceiras de maior qualidade do que os homens que o faziam. Se considerarmos que a masculinidade tradicional não supõe que os homens tragam outros homens para a relação, mas admite (e erotiza) a poligamia, ao passo que a emocionalidade atribuída ao feminino é consonante com a ideia de relações que contemplam intimidade, mesmo que não-exclusivas, então o DPS invertido pode resolver uma espécie de dissonância e assim manter a ordem de gênero (e a masculinidade intocada). Uma lógica semelhante poderá ser aplicada aos resultados do trabalho sobre masturbação já que a avaliação favorável das mulheres parece prender-se com o facto de lhe serem atribuídas motivações ligadas quer ao prazer quer à intimidade, uma combinação que não podemos deixar de pensar estereotípica.

Assim, no futuro, será preciso ir além da questão da presença/ausência ou dos efeitos do DPS e aprofundar-se o significado da sua manifestação (e.g., ocasionalidade) e de padrões alternativos críticos, como o DPS invertido. Será preciso também compreender melhor o significado da ocasionalidade e da razão pela qual é vista como normal, mas suscitando um duplo padrão tradicional e associando-se a dificuldades tanto para homens (e.g., desempenho e liberdade para recusar relação sexual) como para mulheres (e.g., agência, prazer, receio coerção e violência) (e.g., Farvid & Braun, 2016, 2018; Rodrigue & Fernet, 2016; Wesche et al., 2020). O comportamento parece ter sido liberalizado, mas não totalmente desgenderizado e esse aparente desfasamento pode estar a esconder dificuldades na atualização do significado dos relacionamentos íntimos. Assim, a ocasionalidade pode ser comum e “combinar melhor” com o tempo e contexto universitários, mas não será por isso necessariamente preferida à relação romântica, também ela frequente e considerada por alguns como ideal relacional (Farvid & Braun, 2016, 2018). Os resultados do nosso trabalho sobre gênero, DPS e satisfação sexual, apoiam essa ideia, com a ocasionalidade a surgir nos discursos de alguns jovens como comum, mas entendida como alternativa “pobre” à relação “estável” ainda muito genderizada (e.g., ocasionalidade não oferece intimidade e serve mais homens que mulheres) e levam a recomendar que a investigação futura aprofunde os seus significados.

Alguns resultados não são conclusivos (e.g., proteção) ou são mesmo insuficientes para afirmar a influência, pelo menos direta, das normas sexuais de gênero e do DPS no prazer, na proteção, ou no modo de perceber e avaliar situações de violência ou abuso. Porém, parece-nos que só por a sugerirem já classificam como argumentos para fazer da sua desconstrução uma estratégia de promoção da saúde e da equidade na experiência da heterossexualidade. Há razões para continuar a aprofundar este tema e há questões que ficam por responder, como seja a de saber se os homens são “beneficiados” pela cultura tradicional – patriarcal, genderizada, falocêntrica – ou se só não são conhecidos (ou estudados) os efeitos dessa na experiência e saúde sexual masculinas. Por exemplo, o trabalho de Howell et al. (2011) sugere a presença de um DPS invertido na avaliação de envolvimento professores(as) com alunas(os), ao mesmo tempo que alerta para uma possibilidade raras vezes equacionada – o risco de os homens não serem reconhecidos como vítimas na relação heterossexual – e faz, assim, retomar a ideia desse padrão alternativo poder ser tradição disfarçada de mudança. De acordo com os autores, o DPS invertido decorreria da tendência à desculpabilização da mulher adulta, emocional e carente, combinada com a crença de que o jovem sairia beneficiado da relação sexual, com respeito ao prazer ou ao estatuto masculino, hipótese que veio a ser reforçada em trabalhos posteriores. Sobre o tema das relações sexuais entre professores(as) e alunas(os), Muniz e Powers (2020) concluíram que para díades de sexo oposto, os professores homens eram mais responsabilizados e os estudantes homens vistos como retirando ganhos da experiência, sendo especialmente interessante ver que as percepções se modificavam quando as díades eram do mesmo sexo. Além de avaliadas de forma mais negativa, nas díades masculinas, a experiência do jovem estudante já não era exaltada e tinha maior probabilidade de ser vista como abuso, levando os autores a questionar sobre se estaríamos na presença de um DPS invertido ou da influência dos discursos tradicionais de gênero (e.g., masculinidade hegemónica). Sendo esses precisamente os responsáveis pela desvantagem masculina, pela desvalorização do seu lugar de vítima. Sobre esse assunto, Emmers-Sommer (2015) concluiu, por exemplo, que as consequências negativas do envolvimento de homens em relações não desejadas ou consentidas podiam ser minorizadas, enquanto Walfield (2021) nota que a vitimação de homens (por mulheres) raramente conduz a apresentação de queixa ou a procura de ajuda por influência dos mitos da violação masculina, com ligação direta ao DPS e aos estereótipos masculinos – os homens não podem ser violados (e os que o são, são

fracos/femininos) e os homens desfrutam de cenários em que são coagidos para a relação sexual porque o *real man* é insaciável e sempre pronto para a ação.

Em suma, entre os anos de 2011 e 2017, o DPS continuou enraizado nas sociedades ocidentais, tendo sido reunidas ainda pistas do seu potencial deletério na experiência da heterossexualidade, especialmente de mulheres. A investigação chama a atenção para a importância de aprofundar o conhecimento sobre DPS invertido e ocasionalidade. Chama também a atenção para a possibilidade de haver uma certa “cegueira” quanto às consequências das normas sexuais de género, conservadoras ou críticas, para os homens, mas que está longe de ser conclusiva e que exige muito mais estudo. Por fim, deixa evidente que o duplo padrão tem múltiplas faces e é um conceito dinâmico, o que somado aos limites da própria investigação permite recomendar que se faça da atualização do conhecimento sobre DPS um processo contínuo e orientado para a resolução de algumas das principais limitações identificadas. Falamos, por exemplo, da baixa diversidade cultural, do carácter dinâmico e das múltiplas expressões do padrão, ou da frágil base empírica sobre as relações entre DPS, saúde e situações de coerção ou violência sexual. Falamos também de limites mais estruturais, concetuais e metodológicos, como a fraca consideração da bidimensionalidade do conceito, a variabilidade dos indicadores ou o carácter desatualizado e unidimensional das medidas existentes. E foi daqui que partimos para o desenvolvimento de quatro estudos com amostras de estudantes universitários portugueses. Dois sobre a manifestação do padrão tiveram como objetivos construir um modelo compreensivo de DPS social e uma escala de DPS pessoal e outros dois exploraram a perceção dos jovens sobre a proteção e satisfação e sobre o eventual impacto do género e do DPS nessas duas áreas da saúde sexual.

Investigação sobre manifestação do DPS

Porque o DPS social, por comparação com o DPS pessoal, tem resistido à prova do tempo no Ocidente, incluindo em Portugal (Endendijk et al., 2020; Marques, 2013; Neves, 2016; Ramos et al., 2005), foi objetivo de um dos nossos estudos averiguar e explicar a manifestação do DPS social entre estudantes universitários portugueses. O DPS foi reconhecido como padrão socialmente dominante, alternou com um PSS liberal e um PSS conservador residual, e foi principalmente identificado na avaliação do envolvimento em relações sexuais ocasionais e com múltiplos parceiros. O discurso dos

jovens sobre DPS social serviu de base para o desenvolvimento de um modelo compreensivo, sendo esse o principal contributo deste trabalho. Nele propõe-se que a existência ou manifestação do padrão está suportada nos tradicionais papéis e estereótipos sexuais de género – homens sexuais e ativos vs. mulheres emocionais e passiva – em geral reconhecidos como as bases constitutivas do padrão. Propõe-se, ainda, que a conformidade, forçada ou potenciada pela antecipação dos custos do desvio para a imagem e a reputação social e sexual, explicaria a manutenção do padrão. Ou seja, o modelo espelha bem aquela que é a nossa perspetiva híbrida de DPS. O DPS é uma norma social, uma construção, que os jovens conhecem, que aprenderam, que com facilidade ligam à ideia de diferenças de género ou à ideia de feminilidade casta e masculinidade promíscua – *real man* vs. *good girl* – e que admitem encenar nas suas interações para evitar custos – performance de género – independentemente da sua identificação com género ou DPS. Do mesmo modo, ao sugerir que o DPS social alterna com um PSS liberal social, sustentado nas ideias de semelhança de género e de uma nova sexualidade feminina, mais ativa e que reclama para si papéis tradicionalmente considerados masculinos, está em linha com o progresso das sociedades ocidentais no sentido de maior liberdade sexual e igualdade de género.

O valor explicativo do modelo está por confirmar, mas investigação recente sobre a concetualização do DPS leva a crer que vamos num caminho com sentido. Por exemplo, Gómez-Berrocal e colaboradores (2022) propõem uma atualização no modo de categorizar e designar os padrões sexuais (e.g., DPS favorável a homens/mulheres, padrão igualitário e ambivalente), bem como a consideração de dois domínios comportamentais na avaliação do DPS (liberdade e timidez sexual), oferecendo resultados diferentes, mas não necessariamente incompatíveis com o modelo compreensivo de DPS social por nós proposto. Esses investigadores dizem compreender o DPS como um preconceito baseado no género que tem maior ou menor probabilidade de ser adotado em função do contexto social normativo o admitir ou sancionar. E não é difícil traçar um paralelo com o discurso dos jovens portugueses sobre DPS social, consequência e conformidade. Do mesmo modo, os seus resultados sobre as normas sexuais de género estarem apenas relacionadas com o DPS tradicional – padrões alternativos fundados noutra tipo de discurso – vem reforçar, pelo menos parcialmente, a ancoragem do DPS social nos papéis e estereótipos sexuais de género que o nosso modelo defende. Ainda, a sugestão desses investigadores da adesão a determinados padrões sexuais (e.g., DPS/homens e DPS invertido/mulheres) poder estar relacionada

com a defesa do *ingroup*, por oposição ao *outgroup*, ajuda à interpretação de resultados críticos como a ideia avançada por alguns estudantes portugueses sobre as mulheres poderem ser os seus piores “juizes e carrascos”. O aparente paradoxo contido nessa observação pode ser entendido como uma tentativa de as mulheres se demarcarem do *outgroup* (masculino ou encenando o masculino) e assim protegerem feminilidade tradicional. A hipótese não é descabida, e alguns trabalhos já haviam notado que a preferência pessoal por um PSS liberal não excluía nem a preocupação com a distinção face “aos outros”, desviantes, nem a possibilidade de aderir ao DPS tradicional (e.g., Damme & Biltereyst, 2013; Fjær et al., 2015; Jozkowski et al. 2017)

Os resultados deste estudo valem além do modelo compreensivo de DPS social, oferecendo um retrato da heterossexualidade no ensino superior português tanto quanto da influência que podem exercer sobre ela género e DPS. Em primeiro lugar, o reconhecimento do DPS social, das consequências do desvio ou do carácter “inevitável” da conformidade é revelador do poder do padrão. O que o discurso dos jovens nos diz é que os indivíduos podem rejeitar o DPS, podem preferir ou conhecer padrões alternativos, e ainda assim conformar-se. Sobre essa questão foi particularmente interessante perceber que os homens podem estar em situação de maior vulnerabilidade. Foram mais as referências às pressões para provar ou proteger a masculinidade e a reputação socio-sexual, do que o seu equivalente feminino, ao passo que o PSS conservador se reportou unicamente à ideia de os homens experientes começarem a ser, como as mulheres, menos desejados para relacionamentos sérios. Neste último caso, a igualdade tem sinal negativo e deixa os homens expostos a uma espécie de conflito entre ser um *real man*, mas não um *player*, que encontra paralelo na tradicional recomendação feita às mulheres para serem *sexy* sem deixarem de ser respeitáveis (e desejáveis para relacionamentos de compromisso). No caso das mulheres, reconhecidamente “castigadas” pela existência social do DPS, um tema saliente foi, contudo, o da mudança. Falou-se de uma nova agência e de uma menor inibição sexual produto da desvalorização das questões reputacionais, e que é consonante com o observado em investigação recente, igualmente com estudantes universitários portugueses (Alvarez et al., 2021). E sobre o tema da mudança, foi interessante perceber, por fim, que ela parece estar a acontecer a vários tempos, com os estereótipos, por exemplo, a aparecer no discurso dos jovens a um nível essencial, inato ou natural, mas a ser compatibilizados com um PSS liberal visível por meio de ideias como a de que homens podem e devem satisfazer uma parceira ocasional, através da combinação do prazer físico com o emocional.

Em resumo, o DPS tem existência social, está suportado em papéis e mais ainda em estereótipos, perpetua-se pela conformidade ou encenação da conformidade com essas normas sexuais de género, e alterna com um PSS liberal. Consonante quer com o caminho da história, quer com teoria e evidência, o modelo parece reunir condições para vir a ser considerado válido, mas dada a sua natureza substantiva, será preciso testá-lo. A replicação e comparação com outras propostas compreensivas ou com premissas que possam ser delas derivadas, podem ser uma forma de conseguir esse objetivo, e acreditamos que o seu valor não se perderá se desse processo vierem a surgir outros modelos, mais complexos e abrangentes, que o venham a absorver. Independentemente do desfecho da sua utilização, um primeiro desafio para os que o quiserem usar ou adaptar será o de aprofundar os níveis processuais (manutenção) e não só os conceituais (manifestação) da compreensão do DPS social. E paralelamente perceber se há diferenças de género nesses processos, i.e., se homens e mulheres contribuem de maneira diferente para a perpetuação do padrão (e.g., mulheres criticam-se entre si) ou se uns podem contribuir mais do que outros para ele (e.g., consequências e conformidades masculinas), como alguns resultados sugerem. Um segundo desafio será “completar” informação em falta e averiguar sobre a expressão de um DPS invertido, que o nosso trabalho não capta; aprofundar discursos na base de um PSS liberal emergente, que se deseja consolidar; e acrescentar informação sobre o DPS pessoal, fundamental a uma visão bidimensional do conceito.

O segundo trabalho sobre manifestação do DPS, que teve como objetivo desenvolver uma medida de DPS pessoal, avança algumas respostas a essa última questão, pois através dele foi possível conhecer se/que condutas ainda ativavam esse padrão e que padrões eram preferidos por estudantes universitários portugueses de um ponto de vista pessoal. As pontuações obtidas para a versão final da Nova Escala de DPS apontaram uma preferência dos jovens por um PSS liberal e, atendendo às características psicométricas da medida, podemos assumir que os resultados são sensíveis. A escala tem uma estrutura bifator sólida, sendo composta por um fator geral de DPS (8 itens) e dois subfactores – a subescala Relacionamentos Sexuais (RS_3 itens), descrevendo envolvimento não românticos e não-exclusivos, e a subescala Atividades/Ações Sexuais (AS_4 itens), reportando a uma expressão ativa da sexualidade. A validade de conteúdo é robusta, com investigação recente a notar a forte probabilidade de o DPS se manifestar na avaliação de relações sexuais ocasionais ou com parceiros múltiplos e simultâneos (Alvarez et al., 2021; González-Marugán et al., 2021; Marks et al., 2018; Minello et al.,

2020), bem como no julgamento do interesse sexual, da iniciativa, da masturbação frequente, ou do uso da pornografia (e.g., Fetterolf & Sanchez, 2015; Massey et al., 2021; Onar et al., 2020) – todos temas abrangidos pela Nova Escala de DPS. Mais, a sua estrutura sugere uma certa coerência concetual que robustece as nossas conclusões sobre a validade de conteúdo – subescalas a refletir os estereótipos (RS_3) e os papéis sexuais de género (AS_4) da mulher emocional-passiva e do homem sexual-ativo e que, como outros, defendemos na base da manifestação do DPS (e.g., Fasula et al., 2014; Petersen & Hyde, 2010, 2011; Sanchez et al., 2012). Tanto a validade convergente-divergente, como a fiabilidade e a invariância de género foram suficientemente demonstradas e permitem concluir que a Nova Escala de DPS é uma adequada medida do DPS pessoal atual.

O próximo passo envolve a adaptação da nova escala ao estudo do DPS social e fazer dela uma das primeiras escalas bidimensionais de DPS. Dizemos uma das primeiras porque recentemente tomamos contacto com um estudo que atualiza a Sexual Double Standard Scale (Muehlenhard & Quackenbush, 2011), desdobrando-a numa versão auto-e numa versão hétero-referente (Gómez-Berrocal et al., 2019). Estes investigadores ventilam uma das nossas preocupações sobre como medir DPS pessoal e DPS social, mas acreditamos que, a confirmar-se a validade da versão social da Nova Escala de DPS, ela poderá ser uma alternativa mais adequada. Os argumentos para uma tal presunção são os mesmos que presidiram à construção da nova medida e dizem respeito ao carácter desatualizado das escalas existentes, ou de vários dos seus itens, por exemplo. Os autores da atualização da versão da SDSS mostraram-se alerta para o problema, mas não parecem ter conseguido libertar-se convenientemente dele. E a versão que propõem continua a incluir itens sobre os temas do casamento e da virgindade, hoje questionáveis porque ultrapassados, ou ainda itens que qualificam como indicadores diretos de papéis ou estereótipos sexuais e apenas indiretos de DPS.

São assim pontos fortes a atualização que a Nova Escala de DPS faz dos comportamentos que desencadeiam DPS pessoal, mas também o modo como operacionaliza e mede o padrão – averigua sobre a aceitação da conduta e compara o género ao nível da resposta – e, ainda, a sua capacidade para DPS invertido e PSS liberal. O carácter breve, a convencionalidade dos comportamentos avaliados e a estrutura bifator somam-se a esses e abrem boas perspetivas quanto ao potencial generalizável da escala ou à sua versatilidade. Abrem também boas perspetivas, a nosso ver, a sua adaptação para o estudo do DPS social. Porém, até podermos afirmar o valor da nova escala como uma medida bidimensional do DPS será necessário confirmar/testar as adequadas

características psicométricas da sua versão pessoal e da sua versão social, averiguar até que ponto são generalizáveis a outros grupos sociais ou mesmo a outras culturas e resolver algumas das fragilidades já identificadas. Desafios mais imediatos passam pela demonstração da validade concorrente e, no caso de se confirmar uma estrutura bifator, averiguar a adequação do uso independente das subescalas ou do cálculo de scores totais e parciais, uma vez que por agora só se pode recomendar a sua análise conjunta.

Em resumo, os dois estudos sobre manifestação do DPS que deram origem ao modelo compreensivo de DPS social e à Nova Escala de DPS pessoal, independentemente das limitações identificadas, permitem concluir que a experiência da heterossexualidade no ensino superior continua a ser condicionadas por normas sexuais de género, contando DPS, papéis e estereótipos. A pergunta que se impõem é com que efeitos para a saúde sexual, uma pergunta que está por esclarecer, tanto no nosso país como noutros, e que presidiu ao desenvolvimento dos nossos dois últimos estudos, a seguir discutidos, centrados na perceção dos estudantes universitários portugueses sobre proteção e satisfação sexuais e sobre a sua relação com género e DPS social.

Investigação sobre saúde sexual, género e DPS social

Levado pela compreensão, baseada na evidência, de que a influência das normas sexuais de género na proteção sexual é mais indireta e mais dependente de outros fatores, o primeiro trabalho foi desenvolvido com vista a analisar o discurso dos jovens sobre proteção, risco e diferenças de género, por um lado, e perceber, por outro, se a discussão sobre género traria referências espontâneas ao DPS social. Em consonância com o observado na investigação dos últimos anos sobre o tema (e.g., Alvarez & Garcia-Marques, 2011; Braun, 2013; Fehr et al., 2015, 2017; Honório, 2018; Matos et al., 2012; Santos et al., 2018a, 2018b), os estudantes explicaram que o preservativo é usado nos relacionamentos ocasionais, mas abandonado, e substituído pela pílula, naqueles considerados “estáveis”. Tal ocorre sem comunicação ou sem teste de IST e VIH anterior porque, como nos dizem, “a grande preocupação é a gravidez”, porque estabilidade e amor pressupõem (erradamente) segurança e porque esses são tópicos que sentem poder minar a confiança, a intimidade ou o próprio relacionamento. Também em linha com muita dessa investigação, aludiram a um conjunto de barreiras gerais onde se inclui impulsividade, crenças irrealistas, consumo de substância, ou o significado do preservativo (e.g., prazer, confiança), por exemplo. Estas barreiras não foram

especialmente discutidas porque consideradas comuns, mas há algumas questões que importará aprofundar no futuro. Por exemplo, os jovens referem-se a impulsividade, a decisões de risco associadas ao “calor do momento” e desbloqueadas pelo consumo de álcool, sugerindo uma relação entre fatores de risco que está por esclarecer. O álcool, em si mesmo, não parece ser o “melhor” preditor de sexo desprotegido, mas a sua influência na proteção passa a saliente com uso pesado, o que tem levado alguns a sugerir que os riscos se associam porque têm como fator comum a busca de sensações (Lewis et al., 2012; Scroggins & Shacham, 2021; Thorpe et al., 2021a, 2021b; Vélez-Blasini, 2008). Estas são questões para investigação futura, mas tanto mais pertinentes conquanto a investigação nacional também tem vindo a destacar o papel dessa característica ou traço de personalidade enquanto promotora da exposição a risco (Santos et al., 2018b).

Nenhuma referência foi feita ao DPS social e o discurso dos jovens aponta para uma perspetiva igualitária – homens e mulheres protegem-se e devem ser responsáveis por essa proteção. A única exceção foi a ideia de que os homens podem abdicar mais facilmente do uso do preservativo se pressionados pela parceira. É possível intuir nessa proposição a influência de papéis e estereótipos sexuais de género que responsabilizam as mulheres pela contraceção e que colocam os homens no lugar de sujeitos orientados para a gratificação, que trocam proteção por prazer. O género seria protetor no feminino e risco no masculino, o que coincide com resultados de investigação portuguesa recente (e.g., Santos et al., 2018a, 2018b). Os argumentos para essa diferença encontram igualmente apoio nos resultados de investigação internacional sobre os homens serem mais convencidos a usar o preservativo, procurarem mais dissuadir as parceiras do uso, ou resistirem a ele por considerarem, por exemplo, que é uma barreira ao prazer (e.g., Davis et al., 2014; Fehr et al., 2015, 2017).

Os resultados deste estudo, não introduzindo nada de particularmente “novo”, mostram que os problemas relacionados com a proteção sexual de estudantes universitários persistem e que as razões para eles são “as de sempre”, os discursos e os códigos hétero-românticos. Mais do que tudo, eles mostram a fraca eficácia que têm tido as campanhas de promoção da saúde sexual com relação a variáveis sociais e relacionais e como importa uma aposta forte na desconstrução dessas barreiras à proteção sexual na relação regular. O objetivo é tanto mais fundamental quanto os riscos se somam quando consideramos a monogamia em série (não permeada por testes de IST/VIH), os encontros extra-relação desprotegidos (Santos et al., 2018a, 2018b), ou os jovens continuarem a sentir que estão mais protegidos nas relações exclusivas do que em relações não

exclusivas (Swan & Thompson, 2016). Outras variáveis sociais que esperávamos encontrar não foram demonstradas, e para o futuro ficarão novas tentativas para averiguar a relação das prescrições de género e DPS com a proteção sexual. Para já, pode recomendar-se aprofundar as questões do poder ou do diferencial de poder, na decisão do uso do preservativo, e perceber se, como os jovens sugerem, as mulheres podem estar aí em lugar de vantagem, ainda que não necessariamente mais protegidas, se optarem por sexo desprotegido.

A investigação sobre o tema da satisfação sexual no contexto universitário é bastante diferente e, não só oferece informação sobre o efeito das prescrições de género e do DPS, como também distingue entre relacionamentos regulares e ocasionais. Assim, a satisfação sexual foi percebida como sub-ótima e, como em outros lugares, as perceções dos jovens dividiram-se. Considerada, em geral, mais fácil e mais provável nos relacionamentos regulares por comparação com os ocasionais (e.g., Barnett & Melugin, 2016), ainda que alguns tenham contrariado essa visão ao defender que ambos os relacionamentos têm igual potencial para uma satisfação sexual “completa”, com comunicação, intimidade e gratificação afetiva, além de física (orgasmo) (e.g., Birnie-Porter & Hunt, 2015; Collins & Horn, 2019; Garcia et al., 2018; Mark et al., 2015). Isso fez questionar sobre se não serão as características da relação ou o significado que se lhe atribui mais importantes que o seu estatuto, uma hipótese que recolhe apoio em trabalhos recentes sobre satisfação sexual feminina. Lentz e Zaikman (2021) não observaram efeitos para o estatuto da relação, mas concluíram que de três tipos de orgasmo – masturbação, parceiros novos e familiares – só aquele com um parceiro familiar era preditor de satisfação sexual. Acrescentaram um outro dado interessante sobre as atitudes de comunhão facilitarem ou dificultarem o orgasmo com um parceiro familiar ou ocasional, respetivamente, remetendo para uma certa idealização (diríamos estereotipada) do sexo com intimidade que também se observa nos discursos dos estudantes portugueses (e.g., a satisfação sexual das mulheres tem uma componente psicológica e relacional). No tocante a diferenças de género, foi relativamente consensual a perceção de que as mulheres estão em desvantagem na ocasionalidade, perceção atualizada numa revisão recente da literatura (Laan et al., 2021) e explicada com referência a papéis, estereótipos e DPS. Assim, em linha com o observado ao longo da última década, estariam entre as principais razões para essa desvantagem: a centração masculina na gratificação pessoal e o risco de desvalorização/objetificação da parceira; a centração feminina na gratificação do parceiro, “obrigatória” e implicando até atividades que não se desejam ou não são

fonte de prazer; e, ainda, a inibição sexual feminina por receio de ataques à reputação e as dificuldades relacionadas com uma socialização que não as encoraja a explorar o corpo e o prazer, através da masturbação, por exemplo (e.g., Armstrong et al., 2012; Brown et al., 2018; Emmerink et al., 2016; Kelly et al., 2017; Kettrey, 2016; Salisbury & Fisher, 2014). Discursos alternativos surgiram mais pela voz dos homens e incidiram sobre o tema das semelhanças de género na capacidade para obter satisfação sexual da ocasionalidade, e sobre o seu papel enquanto agentes da gratificação sexual e emocional de parceiras ocasionais. Papel que homens e mulheres associaram ainda a uma “obrigação” – orgasmo feminino medida de masculinidade – lembrando que nem sempre igualdade corresponde a liberdade ou a saúde e bem-estar (e.g., Chadwick & van Anders, 2017; Salisbury & Fisher, 2014).

Em suma, normas sexuais de género são percebidas como barreiras à satisfação das mulheres e menos de homens na ocasionalidade, mas para podermos vir a afirmar a existência de uma relação entre as variáveis, ou diferenças na satisfação sexual em função do género e do tipo de relacionamento, são necessários estudos que avaliem a experiência dos jovens e não apenas a sua perceção do que acontece. Ainda assim, e tomando em consideração a investigação recente sobre o poder dos guiões heteronormativos, os quais correspondem à encenação dos papéis e estereótipos género na relação sexual, podemos admitir que há fortes probabilidades de o discurso dos nossos jovens corresponder ao discurso dominante que impregna a experiência da sexualidade e exerce influência negativa no prazer e na satisfação sexual. Num trabalho conduzido com uma amostra diversa, os autores concluem que *heteronormative scripts are so deeply embedded in our culture and socialization processes that they are often enacted unconsciously, despite conscious resistance to them. (...) Even those with gender-diverse sexual histories reply upon heteronormative scripts* (Harvey et al., 2023, p.1208). Tendo observado que (i) parceiros de homens cisgénero e mulheres transgénero tinham menor probabilidade de reportar orgasmo do que parceiros de mulheres cisgénero e homens transgénero; (ii) o orgasmo não diferia particularmente entre mulheres transgénero e homens cisgénero e entre homens transgénero e mulheres cisgénero, estes investigadores sugeriram que as diferenças observadas podiam estar diretamente relacionadas com os processos de socialização, educação ou experiências anteriores (à transição). Sugeriram também que apesar da fluidez do género, papéis binários – *top/bottom, masculine/feminine, dominant/submissive, active/passive, and assertive/receptive* – eram reproduzidos nas relações entre pessoas do mesmo sexo, e relacionamentos com parceiros trans e não-

binários, afirmando que a heteronormatividade continua a determinar papéis de forma compulsória. Por falta de narrativas que alicercem guiões e padrões sexuais igualitários parece haver um eterno retorno ao género e à heteronorma para definir os contornos da relação sexual, para lhe dar significado ou sentido de adequação. Retorno tanto mais problemático quanto além de acentuar diferenças e desigualdade vai certamente produzir experiências sexuais menos satisfatórias.

Pensamos ter ficado demonstrado, neste tempo de discussão, o valor dos nossos resultados para a compreensão do DPS ou da relação das normas sexuais de género com proteção e satisfação sexuais de estudantes universitários portugueses, mas são várias as suas limitações, cabendo à investigação futura confirmar a validade do que foi por nós apurado sobre este assunto. Contam-se entre as principais limitações do nosso estudo, a natureza ainda exploratória do modelo compreensivo de DPS social, bem como algum grau de subjetividade na análise desses resultados – um problema incontornável numa metodologia deste tipo – ou, no caso das revisões da literatura, o facto de não ter sido controlada a qualidade dos estudos incluídos. Outra importante limitação diz respeito ao facto de as análises qualitativas se basearem na perceção dos jovens sobre o que acontece, o que sendo uma porta de entrada para o modo como o grupo representa as normas sexuais de género ou as experiências dos jovens com a satisfação e a proteção sexuais, carecerá sempre de confirmação. Por fim, e sobre a escala, disse-se atrás que estão entre os seus pontos fracos a menor demonstração da validade concorrente ou os resultados inconclusivos quando ao uso independente das subescalas. E mesmo que essas limitações possam ser resolvidas, outras há que vão permanecer, como seja o facto de apenas medir dois padrões alternativos, deixando de fora a possibilidade de averiguar sobre a presença de um PSS conservador. Ou, como mais recentemente se tem notado, por considerar apenas comportamentos ligados à expressão ativa da sexualidade, mais masculino, e sem contemplar a preferência por uma sexualidade mais tímida, com maior preferência por decoro e contenção, e dita mais feminina (Álvarez-Muelas et al., 2020b, 2023).

Conclusões

Dissemos cedo que o objetivo último do nosso trabalho seria o de contribuir para afirmar e informar a educação sexual no contexto do ensino superior português. Acreditamos ter cumprido com esse compromisso, através da produção de conhecimento

válido sobre DPS, género e saúde sexual, e dedicaremos as últimas páginas a um olhar mais aplicado dos nossos resultados.

A experiência da sexualidade no ensino superior é aparentemente mais liberal do que conservadora, e isso mostra-se no carácter comum atribuído à ocasionalidade, por exemplo. No entanto, a sexualidade dos jovens portugueses, como dos seus pares ocidentais, continua genderizada, assimétrica e muito marcada por riscos e dificuldades. E como se antecipou no primeiro capítulo, muitas dificuldades de hoje são o reflexo dos discursos que ontem dividiram o mundo em dois – masculino e feminino, heterossexual e não-heterossexual – naturalizando género, heteronormatividade e Duplo Padrão Sexual. Ainda se acredita que homens e mulheres são diferentes, e naturalmente diferentes, do mesmo modo que ainda vive a ideia de que a natureza mais sexual dos primeiros e mais emocional das segundas justifica diferentes permissividades para a realização da sexualidade. Essa é a realidade que os jovens representam nos seus discursos e nem é tão inesperado se considerarmos que esta é uma sociedade ainda muito marcada pela influência do género em outras dimensões da vida como sejam a socialização dos mais jovens ou as dinâmicas familiares e laborais (Schouten, 2019).

Os nossos jovens disseram reconhecer o DPS como socialmente dominante, disseram conhecer e em alguns casos aceitar papéis e estereótipos sexuais de género, na base do duplo padrão, e assumiram haver uma tendência a guiar o comportamento sexual na direção esperada, genderizada, porquanto o desvio põe em causa a imagem e a reputação social e sexual – *real men vs. good girls*. Parecem, porém, preferir padrões igualitários e liberais. De um ponto de vista teórico, isso pode querer significar que os jovens foram “corretamente” socializados para o género, tendo aprendido sobre as normas e sobre o seu significado sem precisar identificar-se com elas. A influência da socialização não é, contudo, negligenciável ou não continuariam alguns jovens a insistir na ideia de diferenças subjetivas com carácter inato, ou a assumir conformar-se com as prescrições de género e DPS, mesmo quando não se identificam com elas. Os mecanismos subjacentes à continua reprodução das normas faz ainda notar que os jovens possuem esquemas mentais de género com base nos quais interpretam, avaliam e decidem sobre a necessidade de agir ou encenar o género na interação social e sexual, ou o que se convencionou chamar *performance* de género. Uma tal compreensão dos resultados sugere, portanto que o modelo compreensivo de DPS social, plasmando, em grande medida naquela que é a nossa perspetiva teórica, é conceitualmente coerente. Ele tem igualmente suporte empírico, dado as narrativas dos jovens portugueses coincidirem com

as narrativas de pares ocidentais, pelo que poderá ser útil considerá-lo no desenvolvimento de ações de promoção da saúde orientadas para a igualdade de género na sexualidade.

Com base no modelo podem os educadores sexuais, ou outros promotores da saúde sexual e da igualdade de género, por exemplo, voltar a sua atenção para os processos que levam à perpetuação das normas sexuais e dos discursos sobre diferença do que para o debate das crenças de género, hoje particularmente sensível. Porque os estereótipos estão enraizados a um nível pessoal e porque podem ser difíceis de combater, o questionamento da conformidade – percebida como negativa e externamente determinada – pode constituir um caminho para travar o ciclo da reprodução contínua do género e do DPS. A tónica nas consequências descentraria o debate de um plano mais pessoal e mais ideológico para o campo das experiências negativas e, talvez por essa via, fosse mais provável o reconhecimento da importância de adotar atitudes críticas e combativas face a estas construções sociais. Mas para chegar ao tema das consequências, será preciso antes identificar que normas sexuais de género são mais salientes, em que condutas se manifestam e que problemas ou dificuldades lhe podem estar associados. O diagnóstico dos temas críticos pode favorecer a eficácia da intervenção e aqui a Nova Escala de DPS pode revelar-se muito útil, mais ainda, se vier a confirmar ser uma medida válida e bidimensional do conceito. No caso de uma intervenção com algumas sessões e um número não muito elevado de participantes, a aplicação da escala, isolada ou combinada com medidas sobre saúde sexual, pode ajudar a definir o rumo dos trabalhos para as seguintes. Do mesmo modo que a sua aplicação, no fim da intervenção, ou algum tempo depois, ajudará a perceber em que medida ela poderá ter sido eficaz. Com grupos maiores, e em intervenções muito pontuais, a escala pode guiar a discussão em grupo, servindo cada um dos itens como “provocação” para introduzir o debate. Seja qual for a aplicação, ela é uma ferramenta agora disponível para estudar o DPS, certamente útil para a educação sexual.

Assim, além de um retrato do DPS social, da sua expressão e processos de manutenção, os nossos estudos alertam para como pode ser grave o impacto do padrão e das prescrições de género na liberdade para agir e otimizar a sexualidade nas suas múltiplas dimensões. Os resultados sobre proteção e satisfação sexuais são igualmente preocupantes, sugerindo que os estudantes universitários portugueses se expõem a risco ou sentem (especialmente mulheres) o acesso à satisfação sexual condicionado pelo peso do género, do DPS, ou da heteronorma. No caso da proteção sexual, um dos grandes

desafios continua a ser o discurso hétero-romântico que faz corresponder amor ou exclusividade a estar protegido e que além do mais parece ter códigos muito “próprios” que inibem a comunicação (e uso) da proteção. São esses discursos que requerem intervenção, que requerem ver-se despidos de falsas crenças e acordos tácitos sobre o preservativo ou o teste de IST/VIH. E que se querem, idealmente, substituídos por narrativas novas sobre o significado do amor e da proteção. Amor deve ser proteger e não pressupor que se está protegido, do mesmo modo que a comunicação sobre proteção deve ser comunicação sobre amor e responsabilidade. Sem deixar de lembrar riscos ou insistir na associação entre preservativo e proteção sexual, num discurso que encoraje ao despiste de IST/VIH ainda preocupantemente altas (Cunha-Oliveira et al., 2021), os educadores sexuais devem preocupar-se também com o significado da relação romântica. Mais certo seria dizer, com o significado das relações íntimas, dado que os jovens revelam maior preocupação com a proteção na ocasionalidade, mas continuam a envolver-se em condutas de risco (Hall et al., 2019; Lehmilller et al., 2014; Thorpe, 2021b). De facto, e como mostra o estudos de Allam e Alldred (2021), jovens admitem basear a sua decisão sobre o uso do preservativo em fatores subjetivos (e.g., confiança ou a medo de “estragar o momento”), mulheres admitem silenciar as suas preferências (e.g., *mulheres não dizem “não” a relações sexuais desprotegidas*) ou podem mesmo ver desrespeitada essa preferência (e.g., *stealth* ou a retirada não consentida do preservativo durante a relação sexual), o que já configura uma forma de abuso ou violência sexual e de género.

A ocasionalidade ocupa, de facto, um “lugar problemático” no discurso dos jovens, porque nela a relação sexual é percebida como assimétrica, menos satisfatória para mulheres, e sempre mais “perigosa” para a reputação sexual feminina. O problema residiria na encenação dos papéis sexuais de género, na reprodução do guião sexual heteronormativo, onde o feminino é passivo e o masculino ativo. A desvantagem feminina seria o resultado de homens centrados em si mais do que na parceira, de mulheres mais centradas no parceiro do que em si mesmas, de mulheres complacentes e passivas, bem como de mulheres inibidas por questões reputacionais ou pelo fraco domínio do corpo e do prazer. E mesmo que alguns tenham falado de uma ocasionalidade igualitária (e.g., Garcia et al., 2018; Herbenick et al. 2019), esta compreensão de que a mulher pode ser colocada num lugar desvalorizado, objetificado, deve ser considerada no momento de definir estratégias de promoção da satisfação sexual. São necessárias narrativas novas que possam libertar as mulheres do peso da passividade, especialmente debilitante, mas também os homens do peso do desempenho e do sucesso (Laan et al.,

2021). E manter sempre um olhar crítico sobre os significados perversos de discursos aparentemente pró-liberdade e pró-igualdade, por um lado, ou da eventual utilidade de outros algo mais conservadores. Dois exemplos com vista a esclarecer o que se diz.

Alguns dos nossos jovens referiram-se ao papel ativo que podiam ter na gratificação sexual e emocional feminina, e sugeriram uma espécie de solução de compromisso para compatibilizar diferença e igualdade de género que, não sendo ideal, porque admite o estereótipo, pode ser útil no curto-, médio-prazo para a promoção de ideias de equidade. Para a promoção de um padrão igualitário e liberal que, como se viu, ainda está a consolidar-se e precisa também ele de narrativas que o suportem e legitimem. Apesar disso, há sempre que desconfiar dos estereótipos, já que em muitos casos eles vão naturalizar a desigualdade de género. Esse é o caso, por exemplo, de discursos como o de que porque a mulher é emocional e depende do afeto para a satisfação sexual, a ocasionalidade será para ela uma opção de “baixa qualidade”, avançada num dos nossos grupos. Os educadores sexuais devem portanto atender às subtilezas contidas nos discursos dos jovens, seja porque elas se podem querer ver reforçadas seja porque se podem querer ver “corrigidas”. Devem estar igualmente alerta para os “falsos” discursos de igualdade. No modelo compreensivo de DPS social propõe-se que um padrão igualitário e liberal é visível na aproximação das mulheres a papéis tidos como de homens (sem custos), sem haver um equivalente masculino e que corresponderia aos homens poderem expressar características ou papéis femininos. Há dois problemas nesta situação. O risco de a igualdade ser vista apenas como a aproximação do feminino ao masculino e de nunca prever a feminização do masculino – os nossos jovens falam disso quando reportam à pressão sobre os homens para evitar mostrar-se demasiado emocionais. Nem igualdade equivale ao “exercício da masculinidade” nem a masculinidade é o “expoente máximo” da liberdade, mas porque a desvantagem feminina vs. privilégio masculino são os tópicos mais salientes nas questões da igualdade de género, não é raro que esse tipo de mensagem “passe”, relegando para segundo plano a mensagem que realmente interessa. Sobre diversidade e individualidades, sobre o direito de todo o indivíduo à livre realização da sexualidade sem ser sujeito a juízos de valor ou consequências baseadas na (in)conformidade com o que o género descreve ou prescreve.

Regressamos assim ao nosso ponto de partida. O reconhecimento da sexualidade como uma dimensão essencial da vida e uma fonte de saúde e bem-estar a que todos devem ter oportunidade de aceder não basta para otimizar a experiência sexual. E os desafios colocados pelas normas sexuais de género exigem respostas. Exigem uma

educação sexual feita “mais à medida” dos estudantes universitários, mas mais do que tudo exigem o compromisso da sociedade com a mudança. A desconstrução das normas sexuais de gênero, como o DPS e outras inextricavelmente relacionadas com essas – hétero-norma, códigos hétero-românticos – deve ser um objetivo de todos. Objetivo que tem um certo quê de utópico, mas que é urgente que comece a ser atendido. Há mais de 20 anos, Ridgeway e Correll afirmavam que *efforts to radically reduce inequality imply efforts to greatly reduce gender difference as well. There are two utopian possibilities in this regard. The first is to end gender as we know it. (...) With an end to pervasive sex differentiation, inequality based on it also ends. The second possibility does not seek to "end" gender itself, but rather to push gender to its "ends." This more limited vision acknowledges that sex categorization will continue, but seeks to limit the inequality that implies* (2000, p. 110). A perspectiva continua a ser atual e realista e aponta um caminho. É preciso “matar” a desigualdade, como a contida no DPS, para se chegar a um lugar mais ideal em matéria de liberdade sexual e equidade de gênero.

Referências

- Alam, N., & Alldred, P. (2021). Condoms, trust and stealthing: The meanings attributed to unprotected hetero-sex. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(8), 4257. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph18084257>
- Alvarez, M.-J., & Garcia-Marques, L. (2011). Cognitive and contextual variables in sexual partner and relationship perception. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 407-417. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9725-5>
- Alvarez, M.-J., Pegado, A., Luz, R., & Amaro, H. (2021). Still striving after all these years: Between normality of conduct and normativity of evaluation in casual relationships in college students. *Current Psychology*, 42(13), 10645–10655. <https://doi.org/10.1007/212144-021-02344-9>
- Álvarez-Muelas, A., Gómez-Berrocal, C., & Sierra, J. (2020b). Typologies of sexual double standard adherence in Spanish population. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 13(1), 1-7. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2021a1>
- Álvarez-Muelas, A., Gómez-Berrocal, C., & Sierra, J. (2020a). Relación del doble estándar sexual con el funcionamiento sexual y las conductas sexuales de riesgo:

- revisión sistemática. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, 11(2), 103–116. <https://doi.org/10.23923/j.riips.2020.02.038>
- Álvarez-Muelas, A., Gómez-Berrocal, C., Osorio, D., Noe-Grijalvaet, H., & Sierra, C. (2023). Sexual double standard: A cross-cultural comparison of young adults Spanish, Peruvian, and Ecuadorian people. *Sexuality Research and Social Policy*, 20(2), 705–713. <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00714-x>
- Armstrong, E., England, P., & Fogarty, A. (2012). Accounting for women’s orgasm and sexual enjoyment in college hookups and relationships. *American Sociological Review*, 77(3), 435-462. <https://doi.org/10.1177/0003122412445802>
- Barnett, M., & Melugin, P. (2016). Reported sexual pleasure among heterosexual men and women: An empirical investigation. *Personality and Individual Differences*, 98, 62–68. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.03.061>
- Birnie-Porter, C., & Hunt, M. (2015). Does relationship status matter for sexual satisfaction? The roles of intimacy and attachment avoidance in sexual satisfaction across five types of ongoing sexual relationships. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 24(2), 174–183. <https://doi.org/10.3138/cjhs.242-A5>
- Bordini, G., & Sperb, T. (2013). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture*, 17(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Braun, V. (2013). ‘Proper sex without annoying things’: Anti-condom discourse and the ‘nature’ of (hetero)sex. *Sexualities*, 16(3-4), 361-382. <https://doi.org/10.1177/1363460713479752>
- Brown, J., Schmidt, J., & Robertson, N. (2018). “We’re like the sex CPR dummies”: Young women’s understandings of (hetero)sexual pleasure in university accommodation. *Feminism & Psychology*, 28(2), 253–271. <https://doi.org/10.1177/0959353517742500>
- Chadwick, S., & van Anders, S. (2017). Do women’s orgasms function as a masculinity achievement for men? *Journal of Sex Research*, 54(9), 1141–1152. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1283484>
- Collins, T., & Horn, T. (2019). “I’ll call you...” Communication frequency as a regulator of satisfaction and commitment across committed and casual sexual relationship types. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(4), 1123–1145. <https://doi.org/10.1177/0265407518755554>

- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research, 40*(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Cunha-Oliveira, A., Camarinho, A., Xavier, B., Silva, M., Simões, I., & Cardoso, I. (2021). Atitudes e embaraço face ao preservativo em estudantes de enfermagem. *Acta Paulista De Enfermagem, 34*(eAPE01954). <https://doi.org/10.37689/actape/2021AO01954>
- Damme, E., & Biltreyst, D. (2013). Let's talk about sex: Audience research of Flemish teenage television viewers and their view on sexuality. *Journal of Youth Studies, 16*(3), 287–303. <https://doi.org/10.1080/13676261.2012.710744>
- Danube, C., Norris, J., Stappenbeck, C., Davis, K., George, W., Zawacki, T., & Abdallah, D. (2016). Partner type, sexual double standard endorsement, and ambivalence predict abdication and unprotected sex intentions in a community sample of young women. *Journal of Sex Research, 53*(4–5), 601–613. <https://doi.org/10.1080/00224499.2015.1061631>
- Dunn, H., Gjelsvik, A., Pearlman, D., & Clark, M. (2014). Association between sexual behaviors, bullying victimization and suicidal ideation in a national sample of high school students: Implications of a sexual double standard. *Women's Health Issues, 24*(5), 567-574. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2014.06.008>
- Davis, K., Schraufnagel, T., Kajumulo, K., Gilmore, A., Norris, J., & George, W. (2014). A qualitative examination of men's condom use attitudes and resistance: "it's just part of the game". *Archives of Sexual Behavior, 43*(3), 631-643. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0150-9>
- Emmerink, P., van den Eijnden, R., Vanwesenbeecke, I., & Bogt, T. (2016). The relationship between endorsement of the sexual double standard and sexual cognitions and emotions. *Sex Roles, 75*(7-8), 363-376. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0616-z>
- Emmers-Sommer, T. (2015). An examination of gender of aggressor and target (un)wanted sex and nonconsent on perceptions of sexual (un)wantedness. Justifiability and consent. *Sexuality Research and Social Policy, 12*(4), 280–289. <https://doi.org/10.1007/s13178-015-0193-x>
- Endendijk, J., van Baar, J., & Dekovi, M. (2020). He is a stud, she is a slut! A meta-analysis on the continued existence of sexual double standards. *Personality and*

Social Psychology Review, 24(2), 163–190.
<https://doi.org/10.1177/1088868319891310>

- Fjær, E., Pedersen, W., & Sandberg, S. (2015). “I’m not one of those girls”: Boundary-work and the sexual double standard in a liberal hookup context. *Gender & Society*, 29(6), 960–981. <https://doi.org/10.1177/0891243215602107>
- Farvid, P., & Braun, V. (2017) Unpacking the “pleasures” and “pains” of heterosexual casual sex: Beyond singular understandings. *Journal of Sex Research*, 54(1), 73-90. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1143442>
- Farvid, P., & Braun, V. (2018). “You worry, ‘cause you want to give a reasonable account of yourself”: gender, identity management, and the discursive positioning of “risk” in men’s and women’s talk about heterosexual casual sex. *Archives of Sexual Behavior*, 47(5), 1405–1421 (2018). <https://doi.org/10.1007/s10508-017-1124-0>
- Fasula, A., Carry, M., & Miller, K. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research*, 51(2), 170–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fehr, S., Vidourek, R., & King, K. (2015). Intra- and Inter-personal barriers to condom use among college students: A review of the literature. *Sexuality & Culture*, 19(1), 103–121. <https://doi.org/10.1007/s12119-014-9249-y>
- Fehr, S., Vidourek, R., King, K., & Nabors, L. (2017). Perceived barriers and benefits of condom use among college students. *American Journal of Health Studies*, 32(4), 219-233. <https://doi.org/10.47779/ajhs.2017.80>
- Fetterolf, J., & Sanchez, D. (2015). The costs and benefits of perceived sexual agency for men and women. *Archives of Sexual Behavior*, 44(4), 961–970. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0408-x>
- Garcia, J., Gesselman, A., Massey, S., Seibold-Simpson, S., & Merriwether, A. (2018). Intimacy through casual sex: Relational context of sexual activity and affectionate behaviours. *Journal of Relationships Research*, 9(e12), 1–10. <https://doi.org/10.1017/jrr.2018.10>
- Gómez-Berrocal, M., Vallejo-Medina, P., Moyano, N. & Sierra, J. (2019). Sexual double standard: A psychometric study from a macropsychological perspective among the Spanish heterosexual population. *Frontiers in Psychology*, 10, 1869. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01869>

- Gómez-Berrocal C, Moyano N, Álvarez-Muelas A and Sierra JC (2022) Sexual double standard: A gender-based prejudice referring to sexual freedom and sexual shyness. *Frontiers in Psychology*, 13, 1006675. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.1006675>
- González-Marugán, E., Castaño, M., de Miguelsanz, M., & Antón, L. (2021). Are women still judged by their sexual behaviour? Prevalence and problems linked to sexual double standard amongst university students. *Sexuality & Culture*, 25(6), 1927-1945. <https://doi.org/10.1007/s12119-021-09857-2>
- Hackathorn, J., & Harvey, R. (2011). Sexual double standards: Bias in perceptions of cyber-infidelity. *Sexuality and Culture*, 15(1), 100–113. <https://doi.org/10.1007/s12119-010-9082-x>
- Hall, W., Erausquin, J., Nichols, T., Tanner, A., & Brown-Jeffy, S. (2019). Relationship intentions, race, and gender: Student differences in condom use during hookups involving vaginal sex. *Journal of American College Health*, 67(8), 733-742. <https://doi.org/10.1080/07448481.2018.1506788>
- Harvey, C., Harvey, T., & Thompson, A. (2020) The “sexual” double standard: An experimental examination of variations in judgments of men and women who engage in computer-mediated sexual communication. *Sexuality & Culture* 24(3), 712–732. <https://doi.org/10.1007/s12119-019-09658-8>
- Harvey, P., Jones, E., & Copulsky, D. (2023). The relational nature of gender, the pervasiveness of heteronormative sexual scripts, and the impact on sexual pleasure. *Archives of Sexual Behavior*, 52(3), 1195–1212 (2023). <https://doi.org/10.1007/s10508-023-02558-x>
- Haus, K., & Thompson, A. (2020). An Examination of the sexual double standard pertaining to masturbation and the impact of assumed motives. *Sexuality & Culture*, 24(3), 809–834. <https://doi.org/10.1007/s12119-019-09666-8>
- Hensums, M., Overbeek, G., & Jorgensen, T. (2022). Not one sexual double standard but two? Adolescents’ attitudes about appropriate sexual behavior. *Youth & Society*, 54(1), 23–42. <https://doi.org/10.1177/0044118X20957924>
- Herbenick, D., Eastman-Mueller, H., Fu, T., Dodge, B., Ponander, K., & Sanders, S. (2019). Women’s sexual satisfaction, communication, and reasons for (no longer) faking orgasm: Findings from a U.S. probability sample. *Archives of Sexual Behavior*, 48(8), 2461-2472. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01493-0>

- Holland, M., & Vangelisti, A. L. (2020). The sexual double standard and topic avoidance in friendships. *Communication Quarterly*, 68(3), 306–330. <https://doi.org/10.1080/01463373.2020.1787476>
- Honório, A. (2018). Características relacionais, sexuais e o uso do preservativo: Diferenças entre relacionamento comprometido e não comprometido. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Howell, J. L., Egan, P. M., Giuliano, T. A., & Ackley, B. D. (2011). The reverse double standard in perceptions of student-teacher sexual relationships: The role of gender, initiation, and power. *Journal of Social Psychology*, 151(2), 180-200. <https://doi.org/10.1080/00224540903510837>
- Jozkowski, K., Marcantonio, T., & Hunt, M. (2017). College students' sexual consent communication and perceptions of sexual double standards: A qualitative investigation. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 49(4), 237–244. <https://doi.org/10.1363/psrh.12041>
- Kelly, M., Inoue, K., Barratt, A., Bateson, D., Rutherford, A., & Richters, J. (2017). Performing (heterosexual) femininity: Female agency and role in sexual life and contraceptive use – a qualitative study in Australia. *Culture, Health & Sexuality*, 19(2), 240-255. <https://doi.org/10.1080/13691058.2016.1214872>
- Kettrey, H. (2016). What's gender got to do with it? Sexual double standard and power in heterosexual college hookups. *Journal of Sex Research*, 53(7), 754–765. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1145181>
- Koon-Magnin, S., & Ruback, B. (2012). Young adult's perceptions of non-forcible sexual activity: The effects of participant gender, respondent gender, and sexual act. *Sex Roles*, 67(11-12), 646-658. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0201-z>
- Laan, E., Klein, V., Werner, M., van Lunsen, R., & Janssen, E. (2021). In pursuit of pleasure: A biopsychosocial perspective on sexual pleasure and gender. *International Journal of Sexual Health*, 33(4), 516-536. <https://doi.org/10.1080/19317611.2021.1965689>
- Lehmiller, J., Vanderdrift, L., & Kelly, J. (2014). Sexual communication, satisfaction, and condom use behavior in friends with benefits and romantic partners. *Journal of sex research*, 51(1), 74–85. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.719167>
- Lentz, A., Zaikman, Y. (2021). The big “O”: Sociocultural influences on orgasm frequency and sexual satisfaction in women. *Sexuality & Culture* 25(3), 1096–1123. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09811-8>

- Lewis, M., Granato, H., Blayney, J., Lostutter, T., & Kilmer, J. (2012). Predictors of hooking up sexual behaviors and emotional reactions among U.S. college students. *Archives of Sexual Behavior, 41*(5), 1219–1229. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9817-2>
- Mark, K., Garcia, J., & Fisher, H. (2015). Perceived emotional and sexual satisfaction across sexual relationship contexts: Gender and sexual orientation differences and similarities. *The Canadian Journal of Human Sexuality, 24*(2), 120–130. <https://doi.org/10.3138/cjhs.242-A8>
- Marks, M., Young, T., & Zaikman, Y. (2018). The sexual double standard in the real world: Evaluations of sexually active friends and acquaintances. *Social Psychology, 50*(2), 1–13. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000362>
- Marques, N., Vieira, R., & Pechorro, P. (2013). The sexual double standard in a masculine way: A Portuguese transgenerational perspective. *Revista Internacional de Andrología, 11*(4), 138–143. <https://doi.org/10.1016/j.androl.2013.06.001>
- Massey, K., Burns, J., & Franz, A. (2021). Young people, sexuality and the age of pornography. *Sexuality & Culture, 25*, 318–336. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09771-z>
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., & Equipa Aventura Social. (2012). Saúde sexual e reprodutiva dos estudantes do ensino superior. Relatório de estudo – Dados nacionais de 2010. Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, FMH/Universidade Técnica de Lisboa.
- Migheli, M., & Pronzato, C. (2020). Thinking as the others do: Persistence and conformity of sexual double standard among young Italians. *Genus, 76*, 25. <https://doi.org/10.1186/s41118-020-00095-2>
- Minello, A., Caltabiano, M., Dalla-Zuanna, G., & Vignoli, D. (2020). Catching up! The sexual behaviour and opinions of Italian students (2000–2017). *Genus, 76*, 16. <https://doi.org/10.1186/s41118-020-00085-4>
- Muehlenhard, C., & Quackenbush, D. (2011). Sexual Double Standard Scale. In T. Fisher, C. Davis, W. Yarber, & S. Davis (Eds.), *Handbook of sexuality-related measures* (3rd ed., pp. 199–200). Routledge.
- Muniz, C., & Powers, R. (2020). The role of respondent gender and sexual orientation in shaping punitive attitudes and perceptions of responsibility for same- and opposite-sex student-teacher relationships, *Journal of Sexual Aggression, 26*(1), 232-250. <https://doi.org/10.1080/13552600.2019.1611960>

- Neves, D. (2016). Normas face ao género e à diversidade sexual: Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 89–102. <http://journals.openedition.org/spp/2506>
- Onar, D., Armstrong, H., & Graham, C. (2020). What does research tell us about women's experiences, motives and perceptions of masturbation within a relationship context?: A systematic review of qualitative studies. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 46(7), 683–716. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2020.1781722>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993–2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21–38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Petersen, J., & Hyde, J. (2011). Gender differences in sexual attitudes and behaviors: A review of meta-analytic results and large data-sets. *Journal of Sex Research*, 48(2–3), 149–165. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.551851>
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica*, 23(2), 173–185. <https://doi.org/10.14417/ap.80>
- Ridgeway, C. L., & Correll, S. J. (2000). Limiting inequality through interaction: The end(s) of gender. *Contemporary Sociology*, 29(1), 110–120. <https://doi.org/10.2307/2654936>
- Rodrigue, C., & Fernet, M. (2016). A metasynthesis of qualitative studies on casual sexual relationships and experiences. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 25(3), 225–242. <https://doi.org/10.3138/cjhs.253-A6>
- Salisbury, C., & Fisher, W. (2014). “Did you come?” A qualitative exploration of gender differences in beliefs, experiences, and concerns regarding female orgasm occurrence during heterosexual sexual interactions. *Journal of Sex Research*, 51(6), 616–631. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.838934>
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012). Eroticizing inequality in the United States: The consequences and determinants of traditional gender role adherence in intimate relationships. *Journal of Sex Research*, 49(2–3), 168–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Santos, M., Ferreira, E., & Ferreira, M. (2018a). Comportamentos contraceptivos de estudantes portuguesas do ensino superior. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl 4), 1805-1813. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0623>

- Santos, M., Ferreira, E., Duarte, J., & Ferreira, M. (2018b). Risk factors that influence sexual and reproductive health in Portuguese university students. *International Nursing Review*, 65(2), 225–233. <https://doi.org/10.1111/inr.12387>
- Schouten, M. (2019). Undoing gender inequalities: Insights from the Portuguese perspective. *Insights into Regional Development*, 1(2), 85–98. [https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2\(1\)](https://doi.org/10.9770/ird.2019.1.2(1))
- Scroggins, S., & Shacham, E. (2021). What a difference a drink makes: Determining associations between alcohol-use patterns and condom utilization among adolescents. *Alcohol and Alcoholism*, 56(1), 34–37. <https://doi.org/10.1093/alcalc/agaa032>
- Swan, D., & Thompson, S. (2016). Monogamy, the protective fallacy: Sexual versus emotional exclusivity and the implication for sexual health risk. *Journal of Sex Research*, 53(1), 64–73. <https://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003771>
- Thompson, A., Hart, J., Stefaniak, S., & Harvey, C. (2018). Exploring heterosexual adults' endorsement of the sexual double standard among initiators of consensually nonmonogamous relationship behaviors. *Sex Roles* 79(3-4), 228–238 (2018). <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0866-4>
- Thorpe, S., Ware, S., Tanner, A., Kugler, K., Guastafarro, K., Milroy, J., & Wyrick, D. (2021a). Sexual sensation seeking, hookups, and alcohol consumption among first-year college students. *Journal of American College Health*, 69(8), 897-904. <https://doi.org/10.1080/07448481.2020.1713136>
- Thorpe, S., Tanner, A., Kugler, K., Chambers, B., Ma, A., Hall, W., Ware, S., Milroy, J., & Wyrick, D. (2021b): First-year college students' alcohol and hookup behaviours: sexual scripting and implications for sexual health promotion. *Culture, Health & Sexuality*, 23(1), 68-84. <https://doi.org/10.1080/13691058.2019.1688868>
- Vélez-Blasini, C. (2008). Evidence against alcohol as a proximal cause of sexual risk taking among college students. *Journal of Sex Research*, 45(2), 118-128. <https://doi.org/10.1080/00224490801987408>
- Wade, L. (2017). *American hookup: The new culture of sex on campus*. W. W. Norton.
- Walfield S. (2021). "Men cannot be raped": Correlates of male rape myth acceptance. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13-14), 6391–6417. <https://doi.org/10.1177/0886260518817777>

- Wesche, R., Claxton, S., & Waterman, E. (2021) Emotional outcomes of casual sexual relationships and experiences: A systematic review. *Journal of Sex Research*, 58(8), 1069-1084. <https://doi.org/10.1080/00224499.2020.1821163>
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2014). Ambivalent sexism and the sexual double standard. *Sex Roles*, 71(9-10), 333 -344. <https://doi.org/10.1007/s11199-014-0417-1>
- Zaikman, Y., & Marks, M. (2016). The Influence of physical appearance and personality on the exhibition of the sexual double standard. *Sexuality & Culture*, 20(2), 255-276. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9319-9>
- Zaikman, Y., Marks, M., Young, T., & Zeiber, J. (2016b). Gender role violations and the sexual double standard. *Journal of Homosexuality*, 63(12), 1608-1629. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1158007>
- Zaikman, Y., Vogel, E., Vicary, A., & Marks, M. (2016a). The influence of early experiences and adult attachment on the exhibition of the sexual double standard. *Sexuality & Culture*, 20(3), 425-445. <https://doi.org/10.1007/s12119-015-9332-z>

